

RONALDO COSTA COUTO  
O ESSENCIAL DE  
**JK**



*VISÃO E GRANDEZA,  
PAIXÃO E TRISTEZA*

# DADOS DE ODINRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [\*\*eLivros\*\*](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

## Sobre nós:

O [\*\*eLivros\*\*](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [\*\*eLivros\*\*](#).

## Como posso contribuir?

Você pode ajudar contribuindo de várias maneiras, enviando livros para gente postar [\*\*Envie um livro\*\*](#) ;)

Ou ainda podendo ajudar financeiramente a pagar custo de servidores e obras que compramos para postar, [\*\*faça uma doação aqui\*\*](#) :)

**"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e**

***poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível.***"

**eLivros.love**

Converted by [ePubtoPDF](#)

# O ESSENCIAL DE JK

*Visão e grandeza, paixão e tristeza*

# O ESSENCIAL DE JK

Visão e grandeza, paixão e tristeza

Ronaldo Costa Couto



Copyright © 2013 Ronaldo Costa Couto

Preparação: Eliana Rocha

Revisão: Eliana Rocha e Clim Editorial

Projeto gráfico e diagramação: Clim Editorial

Capa: Osmane Garcia Fillho

Imagen de capa: Rene Burri/Magnum Photos/Latinstock e Gamma-Keystone/Getty Images

Adaptação para eBook: Hondana

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

C912b

Couto, Ronaldo Costa, 1942-

O essencial de JK : visão e grandeza, paixão e tristeza / Ronaldo Costa Couto. - 1. ed. - Brasil : Planeta, 2013.

312p.: 23 cm.

Inclui índice

ISBN 978-85-422-0185-7

1. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976. 2. Presidentes - Brasil - Biografia.
3. Brasil - História - 1961-1964. I. Título.

---

13-03178

CDD: 923.181

CDU: 929.32(81)

---

Esta obra é derivada do livro *Juscelino Kubitschek*, do mesmo autor, da série Obras em Parceria nº 2, publicada pela Câmara dos Deputados em parceria com

o Senado Federal, disponível para livre acesso, em formato digital, na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados ([bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br)).

2013

Todos os direitos reservados à  
Editora Planeta do Brasil Ltda.  
Avenida Francisco Matarazzo, 1500 - 3º andar - conj. 32B  
Edifício New York  
05001-100 - São Paulo - SP  
[www.editoraplaneta.com.br](http://www.editoraplaneta.com.br)  
[atendimento@editoraplaneta.com.br](mailto:atendimento@editoraplaneta.com.br)

Em memória do guerreiro da democracia e da cidadania,  
Ulysses Guimarães, águia do bem e da política, exemplo de  
vida e brasiliade, meu amigo;

do jurista e escritor Saulo Ramos, companheiro de  
governo e guerra, amizade contínua, saudade que não  
passa;

do economista, educador e homem público Fernando  
Antonio Roquette Reis, parceiro de causas e sonhos, estrela-  
guia do desenvolvimento e da modernização, a quem Minas  
e o Brasil devem muito mais do que sabem;

e do pioneiro de Brasília, Ildeu de Oliveira, primo, amigo  
leal e construtor de sonhos de JK.

Para João Lúcio e Francisco Assis, meus irmãos de  
sangue, alma e esperança.

A historinha predileta de JK é feita de sonho, beleza e grandeza. Dois dedicados operários trabalham lado a lado. O mais velho sempre produz muito mais. Ninguém sabe por quê. Certo dia um menininho pergunta o que estão fazendo. O mais jovem:

- Assentando tijolos.

O outro:

- Construindo uma catedral.

\*\*\*

Diamantina, final de 1910. Juscelino, o ladino e arteiro Nonô, de oito anos, apronta mais uma. A mãe resolve aplicar algumas palmadas corretivas. Era assim naquele tempo. Esperto, o menino dispara para o quartinho humilde. Mas logo volta. Dona Júlia senta numa cadeira, dobra o corpo dele sobre o colo e solta a mão três vezes no magro traseirinho. Surpresa: nenhum choro, nem gemido, nem reclamação. Ela percebe algo escondido sob a surrada calça curta. É um velho retalho de pano acolchoado. Finge que não viu, livra o garoto. Ela segura o riso e agradece a Deus.

# SUMÁRIO

## **CONSTRUTOR DE SONHOS**

### **CAPÍTULO 1**

A profecia

### **CAPÍTULO 2**

Telegrafista e estudante

### **CAPÍTULO 3**

Doutor Juscelino, urologista

### **CAPÍTULO 4**

Na Guerra Paulista

### **CAPÍTULO 5**

Medicina ou política?

### **CAPÍTULO 6**

O mais votado

### **CAPÍTULO 7**

O prefeito furacão

### **CAPÍTULO 8**

No PSD e na Constituinte de 1946

### **CAPÍTULO 9**

Governando Minas

**CAPÍTULO 10**  
Presidente da República

**CAPÍTULO 11**  
Golpe e contragolpe

**CAPÍTULO 12**  
Anos Dourados

**CAPÍTULO 13**  
Hábitos e manias de JK

**CAPÍTULO 14**  
JK e as mulheres

**CAPÍTULO 15**  
JK-65

**CAPÍTULO 16**  
Cassado e perseguido

**CAPÍTULO 17**  
Exílio, amor e dor

**CAPÍTULO 18**  
Brasil para sempre

**CAPÍTULO 19**  
A morte no asfalto

**CAPÍTULO 20**  
Sombras e suspeitas

**FRASES DE JK**

**FRASES SOBRE JK**

**CRONOLOGIA**

**CADERNO ICONOGRÁFICO**

**ABREVIATURAS E SIGLAS**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**ÍNDICE ONOMÁSTICO**

## **FONTES E NOTAS**

# Construtor de sonhos

Há muita grandeza em JK. Menino pobre de Diamantina, telegrafista, médico, homem público, prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas. Ele assume a Presidência da República em 31 de janeiro de 1956. Pensava grande. “Não vejo sentido nas vidas que se economizam, que se recusam a consumir-se na chama de um ideal.” Visionário, inovador, audacioso construtor de sonhos. Inesgotável disposição de correr riscos. “Deus poupou-me o sentimento do medo.” É o poeta da ação, resumiu Afonso Arinos de Melo Franco. Elegante, otimista, alegre, extrovertido, ímã de simpatia. “Quem não quiser ser amigo de Juscelino deve ficar a pelo menos seis léguas de distância dele”, afirmou San Tiago Dantas. Vinha de duas gestões brilhantes, confiava no Brasil e nos brasileiros. No auge da guerra fria, lidera a disparada do desenvolvimento com democracia. Muda mentalidades, moderniza, lidera a reinvenção do país. Queria avançar cinquenta anos em cinco. Impossível, claro. Mas realiza as mais sólidas, amplas e profundas mudanças

estruturais da história nacional. Executa um ousado Programa de Metas. Trinta setoriais e Brasília, construída em 42 meses no sertão goiano. Investimentos maciços em energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. Promove a marcha para o interior e a integração nacional. Implanta a indústria automobilística, faz grandes hidrelétricas e mais de 20 mil quilômetros de rodovias. Cumpre todas as metas. “Nunca deixei uma obra pela metade. O que projeto, faço.” A economia cresce quase 50% reais, o nível de emprego muda de escala. Intenso florescimento das artes. Com o cinema novo, a poesia concreta, a bossa nova, a literatura, o teatro, as artes plásticas, a arquitetura modernista e mais. Brilho também no esporte, como no futebol de Pelé e Garrincha, paixão popular, campeão do mundo na Suécia. Elevação da autoestima. O país crescia e aparecia, impressionava no exterior. Parecia dar certo. Cintilava, apesar de preocupado com o assanhamento da inflação. Guimarães Rosa: “JK é o poeta da obra pública”. Anos JK, Anos Dourados. Consagra-se como homem de visão e ação, hábil governante e admirável empreendedor público, presidente mais querido do Brasil, candidato forte à reeleição, em 1965. Sonhos

elevados, projetos grandiosos. Certeza de futuro feliz e brilhante? Dizem que Deus costuma dar boas gargalhadas quando ouve os planos dos homens.

\*\*\*

Rio de Janeiro, praia de Copacabana, início dos anos 1960. A carioquinha<sup>[1]</sup> de cinco anos é encantada com JK, amigo do pai, Augusto. Provoca a babá:

- Quem fez o céu?
- Foi Deus.
- E o mar?
- Foi Deus.
- E eu?
- Também foi Deus. Foi Ele quem fez tudo, menina.
- É, mas Brasília foi o Juscelino.

\*\*\*

Município de Resende, Rio de Janeiro, quilômetro 165 da Via Dutra, sentido São Paulo-Rio, final da tarde cinzenta de 22 de agosto de 1976, um domingo. Desgovernado, o Chevrolet Opala cinza-metálico modelo 1970 de Geraldo

Ribeiro, velho amigo e motorista de JK, invade a pista contrária e é colhido por uma carreta Scania-Vabis da cidade de Orleans, Santa Catarina, placa ZR 0938, conduzida por Ladislau Borges, de 47 anos, que vinha do Ceará com 30 toneladas de gesso. No reflexo, Borges golpeia o volante para a direita. Por uma fração de segundo, não evita o choque. Esmagado e arrastado para fora da estrada, o carro vira um amontoado de ferros retorcidos, vidros espatifados, assentos destruídos e ensanguentados. JK e Geraldo morrem instantaneamente. A tragédia assusta, comove e intriga o país.

\*\*\*

De Afonso Arinos de Melo Franco, adversário político de JK:

“Ele não acabou. Explodiu, como uma estrela, e a luz das estrelas mortas fica brilhando no céu muito tempo depois que elas se extinguem.”

## CAPÍTULO 1

# A profecia

Final da tarde de 12 de setembro de 1902, não longe de Diamantina, antigo arraial do Tijuco, vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Meia dúzia de cavaleiros interrompe a viagem para receber um afobado mensageiro que chega a galope, trazendo boa-nova para o muito alegre e considerado João César de Oliveira. Ele ouve ansioso. Arrepiado de felicidade, ergue o surrado chapéu de garimpeiro para o céu azulíssimo e grita para os amigos e o mundo:

- *Nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira, futuro presidente do Brasil!*

Certeira profecia? Coisa inventada? Pura coincidência? Muitos creem que toda boa coincidência é um milagre em

que Deus prefere ficar anônimo. Será?<sup>[2]</sup>

Corte para a Rua Direita, quase em frente à catedral, centro de Diamantina, manhã do mesmo dia.<sup>[3]</sup>

Um choro forte enche de alegria o casarão colonial do pequeno fazendeiro Augusto Elias Kubitschek. Chega ao mundo Juscelino Kubitschek de Oliveira, menino sadio que receberá o apelido de Nonô. Mãe: Júlia Kubitschek, normalista, 29 anos, professora primária. Pai: o charmoso, extrovertido e irrequieto João César de Oliveira, trinta anos, que já fora garimpeiro, caixeiro-viajante, capitão da Guarda Nacional, delegado de polícia, suplente de inspetor escolar, agora agente fiscal interino do imposto de consumo.

O bebê multiplicou a alegria no casarão. Júlia e João César sonhavam com um menino. Haviam perdido Eufrosina, a primeira filha, dois anos antes. Vivera poucos meses. Tinham uma menininha de um ano, Maria da Conceição, a Naná. Naná e Nonô serão amigos e confidentes de vida inteira. Além da mãe, é a ela que Juscelino atribui grande parte da formação de sua personalidade. Habil e criativa, inventava de tudo para melhorar a dura vida da família. Fez até mobília de madeira

de caixote, com as próprias mãos, para agradar e ajudar o irmão.

João César e Júlia casaram-se em 1898, surpreendendo a cidade. Contam que as comadres bisbilhoteiras já consideravam a severa e sistemática professora irremediavelmente encalhada. Quando estourou a notícia do noivado, as línguas afiadas matraquearam sem dó. Como é que podia? Logo a reservada e ajuizada Júlia encantar e laçar o cobiçado João? Um rapaz tão bonito, alegre e desembaraçado, chegado à boemia. Simpático, bom de papo, festeiro, bom de música, pé de valsa, seresteiro, tocador de violão, colecionador de amigos, dono de uma penca de suspirantes admiradoras. Deve ter sido a força e o encanto dos belos e penetrantes olhos azuis da sistemática professorinha.

Temperamentos avessos, polos opostos. João César, impetuoso e despachado, alma típica da alegre Diamantina. Pilha de simpatia pessoal, radiante e irradiante, colecionador de amigos. Em 1887, não suportou o clima pesado e opressivo do internato do seminário diocesano de Diamantina, dirigido com mão de ferro pelo padre reitor Miguel Maria de Sipolis, vindo do temido Colégio do Caraça,

terror maior da meninada mineira que não queria ser padre. Tempo da palmatória, dos castigos humilhantes, da disciplina a ferro e fogo. Alma livre e solta, não tolerou. Convenceu dois colegas a acompanhá-lo, pularam o muro de pedra de madrugada, ganharam a rua e a liberdade, marcharam direto para a vizinha São João da Chapada. Chegaram à noite, esfomeados, sujos, pés sangrando. O rígido reitor, cuspindo marimbondos, radicalizou contra os fujões. Descoberto, castigado pelo pai, Teófilo Gomes de Oliveira, João César não cedeu. Acabou no Rio de Janeiro, depois de mais de vinte dias de viagem a cavalo, em novembro de 1887, para assumir um meteórico emprego de caixeiro-viajante conseguido pelo pai. Uma solução aparentemente compatível com seu temperamento inquieto e independente, que não se conformava com a opressão do seminário e os horizontes estreitos de Diamantina.

No Rio, tornou-se aprendiz do Corpo de Bombeiros, vestiu farda. Convencido pelo pai, retornou a Diamantina no meio de 1888, trabalhando como caixeiro-viajante. Seminário, nunca mais. Figura fascinante, de índole altruística e forte magnetismo pessoal, popular, bem-humorado, divertido, extrovertido, mão-aberta, sonhador.

Tocador de viola e violão, organizador de bailes e festas, orador em casamentos, dançador de siriri, iniciador de coretos. Adorava roda de amigos, celebrações, serenatas, viagens, danças, aventuras. Também trabalhava duro e sabia ser solidário. Como, por exemplo, na epidemia de varíola de 1896, que espantou e matou muita gente. Expôs-se, arriscou-se, conseguiu comida e remédios, ajudou doentes e famílias que deixavam a cidade.

Júlia é retraída, discreta, enérgica, severa, disciplinada. E muito determinada, força de vontade inata. Esforçadíssima, escrava do dever, extremamente responsável. Leva tudo a sério, como se tivesse vindo ao mundo a serviço. Ensina o dia inteiro na escolinha pública do subúrbio da Palha, a mais de uma légua de Diamantina. Levanta de madrugada, vai e volta de segunda a sexta-feira.

É evidente a presença em Juscelino de algumas características marcantes da mãe e também do pai. Principalmente a disciplina, a determinação, a alegria, a veia boêmia e a alma cigana, destemida, sonhadora e aventureira. Muito fortes nele a audácia e a esperança do

fascinador, atividade que exige otimismo, sonho, trabalho árduo e atenção.

Síntese do próprio Juscelino: “Minha mãe era uma mulher corajosa, disposta, brava. Meu pai era um homem muito inteligente, de temperamento boêmio e, como todos os habitantes da cidade, gostava de serenata”.[4]

A família de João César tinha forte tradição e muita história na região. O primeiro Kubitschek de Diamantina, o imigrante Jan Nepomuscky Kubitschek, bisavô materno de Juscelino, descendente de ciganos, chegara à cidade em 1830. Viera de Trebon, Boêmia, Tchecoslováquia, então parte do Império Austro-húngaro. Adaptara-se rapidamente, firmara-se como marceneiro, prosperara, juntara apreciável cabedal. Foi apelidado de João Alemão, devido aos olhos azuis, cabelos ruivos e sotaque forte. Casou-se com Teresa Maria de Jesus, do Serro. Tiveram dois filhos: João Nepomuceno Kubitschek e Augusto Elias Kubitschek. Proporcionou à família vida estável e tranquila.

Augusto Elias, avô materno de Juscelino, não completou os estudos. Em 1867, aos 21 anos, casou-se com Maria Joaquina Coelho, de apenas quinze. Forte, calado, arredio, adorava ler romances e novelas de aventuras.

Principalmente Walter Scott, Alexandre Dumas e o naturalista Émile Zola. Transmitiu esse amor às letras e aos livros ao neto. O menino passava férias na sua fazendinha, bem próxima da cidade. Ali liam, juntos ou separados, bons autores. Comentavam, divertiam-se. O menino descobre que o bom livro é uma lâmpada mágica. Basta começar a leitura para conhecer personagens, histórias interessantes, coisas do mundo do bem e do mal, da imaginação e da realidade. Nonô falava e ouvia sobre o sonho de ser médico. Uma influência importante na vida do menino, ávido leitor de vida inteira. Além de pequeno fazendeiro, esse avô sistemático, presente e amoroso tinha uma loja de armários chamada Au Bonheur des Dames, em homenagem ao romance de Zola. O nome não combinava com a formosa e barroca Diamantina, mas tinha tudo a ver com a alma do dono. Contam que, se chegava freguês em momento palpitante da leitura, ele ficava contrariado. Às vezes, nem atendia. Sujeito bom e amoroso, meio enigmático e esquisitão. Apesar da limitação de recursos, estimulou Júlia a cursar a Escola Normal de Diamantina. Foi vereador, ajudava o irmão João Nepomuceno na política local.

Esse João Nepomuceno, tio-avô de Juscelino, voou alto. Estudou na Academia de Direito de São Paulo. Formado, advogou e lecionou em Diamantina. Homem sensível e culto, bom poeta, autor de *Hermengarda*, presente em várias antologias. Mostrou forte aptidão para a vida pública. Conciliador, hábil negociador, meteu-se na política com notável sucesso. Foi senador estadual, tornou-se vice-presidente de Minas Gerais no período 1894-1898. Morreu em 1899. Referência maior dos Kubitschek.

O sobrinho-neto Nonô conhecia e admirava sua história e feitos.

## Órfão de pai

Juscelino perdeu o pai aos dois anos. João César partiu em 10 de janeiro de 1905, vítima de tuberculose, que se seguiu a uma forte pneumonia contraída em viagem de serviço. Dizem que foi por causa de exposição ao vento gelado das serras. Doença longa, tratada em casa, sem esperança de cura, muito medo de contágio, muito sofrimento. Os benditos antibióticos só chegariam mais de duas décadas depois, com a penicilina do escocês

Alexander Fleming. João César não dramatizou. Tratou de acertar suas contas na terra e com Deus. Confessou-se, aceitou a extrema-unção. Em 9 de janeiro de 1905, quase em coma, tentou um brinde à prima Maria do Amparo e seu noivo, o promotor de justiça Elisardo Eulálio de Souza (“Que sejam sempre felizes. Que se lembrem sempre de mim.”), com casamento previsto para o dia seguinte, adiado pela partida de João César.

Excelente biógrafo de Juscelino, Francisco de Assis Barbosa registra palavras de João César a Júlia depois de desenganado pelo médico José Raimundo Teles de Meneses: “Sei que estou perdido, mas agradeço a Deus por conservar você com saúde e disposição para criar os nossos filhos. Para eles, seria muito pior que faltasse você, e não eu”.[5]

O bom João César não perdeu o humor nem diante da morte. Pouco antes, arquejante, pediu à mulher que lhe vestisse a calça mais nova, porque queria se apresentar bem no outro mundo.

Foi da sacada do casarão que os pequeninos Naná e Nonô assistiram juntos à passagem do caixão do pai rumo à igreja de São Francisco. Pouco ou nada entenderam. Juscelino conta nas memórias que esta é a sua lembrança

mais antiga, companheira de toda a vida: o corpo inerte de João César, pálido, deitado num caixão roxo enfeitado de flores.

Trajetória breve, intensa, emocionante, movimentada e iluminada a do cometa João César. Grande e brasileiríssimo personagem, bela história. Dá livro, dá filme.

Viúva aos 32 anos, renda familiar reduzida ao magro vencimento, Júlia assume todas as responsabilidades de manter e educar as crianças. Juscelino:

“Nossa pobreza não era propriamente da origem, mas das circunstâncias. Restringiu-se ao âmbito de nossa pequena família, isto é, minha mãe e seus dois filhos, e foi também consequência da morte prematura de meu pai. Se o quisesse, ou tivesse outro temperamento, minha mãe poderia ter recorrido aos parentes. No entanto, ela se compenetrara de uma noção especial do dever e se impunha a mais estrita disciplina.”<sup>[6]</sup>

Via a mãe como seu anjo protetor, em todos os sentidos. Conta que ela ficava de pé antes de o galo cantar, acendia o fogo, preparava o café e o almoço. Depois arrumava tudo, ia a pé para a escola da Palha.

Ela não se casará novamente. Muda-se para o morro da Grupiara, mora na própria escola. Depois aluga uma casa simples na Rua São Francisco, 241, no centro de Diamantina. Ao visitar a cidade, em 1907, João Pinheiro, presidente do estado, a nomeou para o Grupo Escolar de Diamantina, perto de casa. Trabalhando exageradamente, sempre fez da educação e dos estudos dos filhos sua principal razão de viver. Ministrhou-lhes rigoroso curso primário. Tinha algumas regras de ouro. Podiam brincar à vontade, mas só depois de aprendida a lição e feitos os deveres de casa. Outra: tarefa iniciada tinha de ser concluída. Nada de deixar as coisas pela metade. Primeiro o dever, depois o lazer. JK: “A obrigação estava sempre em primeiro lugar, e essa advertência, à força da repetição, fixou-se no subconsciente e erigiu-se para mim, mais tarde, em base de filosofia de vida”.

Passou-lhes sua grande fé no trabalho e na dignidade humana. Ambos corresponderam. Estudiosos e interessados, brilharam nas aulas e provas. Idólatras da mãe, entenderam sua luta. Alguns fragmentos das memórias de Juscelino:

“Estava de pé antes de o galo cantar. Acendia o fogo. Preparava o café. Em seguida, fazia o almoço. Mamãe nos levava para a escola e nós ficávamos sentados no chão da sala das 7 às 11 horas e de meio-dia às 4, assistindo ao trabalho dela. Quando terminava, íamos para casa, almoçávamos e voltávamos. À tarde, ela nos levava, tínhamos o nosso pequeno jantar e, à noite, ela nos acomodava na cama. Foi mãe e mestra. Fez todo o curso primário comigo. E me obrigava a ser o aluno exemplar. Eu tinha que estudar mais do que os outros. Tinha que ter nota melhor do que os outros, comportamento melhor. (...) Ela nunca teve uma palavra de desalento, mesmo nas horas mais difíceis. Graças à sua tenacidade, abri caminho na vida. E foi no seu exemplo que me inspirei para realizar o meu destino.”<sup>[7]</sup>

Vida difícil. Despesa obrigatória maior que o magro vencimento de professora. Renda contadinha, medida. A econômica mestra Júlia fazia milagres. Juscelino conta que começou a observar a cidade, os amigos e companheiros, e a se perguntar: “O que eu vou fazer aqui?”. Não tinha dinheiro, não sobrava um tostão em casa. Não podia ir a um cinema, vestir-se bem para uma festa, comprar livros, comprar sapatos. Andava descalço. Infância pobre, mas não triste. Vida agitada, cheia de responsabilidades precoces,

mas também de amigos e alegrias. Seu ideal e meta era a medicina. Mas frequentava a igreja, ajudava a celebrar missa, rezava muito, apesar da falta de vocação para o sacerdócio. Fartura mesmo só no tempo das jabuticabas. Havia quatro árvores magníficas no quintal, que se carregavam desde a base até as grimpas. Era sua fruta predileta, paixão. Brincava na rua, jogava bola, ia à fazendinha do avô Elias, corria atrás de música. E a dança. Adorava dançar, levava jeito. Tinha ritmo, leveza, parecia um dom natural. Vai amar a dança a vida inteira e lá longe, no futuro, ganhar o apelido de Pé de Valsa.

Junto com Naná, ficava com a velha Augusta Generosa, filha de escravos, ouvindo histórias do tempo dos faiscadores, de quando ali era o Arraial do Tijuco. Ela falava de arcas atulhadas de prata, barricas superlotadas de ouro, grandes panelas de diamantes. Ele também lia muito. Até inventou um sistema de troca-empréstimo de livros e revistinhas com colegas. Assim, podia ter mais opções, sem gastar. Não quebrou braço nem perna. Mas certa vez, na casa de seu tio Hilário, escorregou feio e luxou o dedo mindinho do pé direito. “Quando criança, eu era estouvado e afoito.” Tratamento precário, o dedinho virou problema de

vida inteira, emitindo sinais de dor. Por isso, o Juscelino adulto vai preferir sapatos sem cadarços, fáceis de tirar, o que fazia, discretamente, até durante solenidades.

De vez em quando, uma grande alegria. Uma das maiores foi realizar o sonho de ter um carneiro, como tantos outros meninos. Sem dinheiro, recorreu secretamente a Nossa Senhora da Luz no dia da primeira comunhão. Milagre: na véspera de Natal, passando pela Rua das Mercês, foi chamado à janela da senhora Rita Flávia Duarte, mulher do rico comerciante João Hipólito Duarte. Ela disse que ia dar-lhe um presente, perguntou o que queria. Encabulado, não conseguiu falar. “Comecei a rir, riscando o chão com a ponta do pé.” Dona Rita compreendeu e foi prática. Tirou da bolsa duas pratas de 10 tostões e entregou-lhe, dizendo que ele mesmo comprasse o que quisesse. Saiu correndo e pulando de alegria. Pouco depois já era dono de um carneirinho a que chamou de Gigante, seu orgulho e companhia quase inseparável. “Com ele subi glorioso o morro da Grupiara.”

Outro acontecimento notável foi testemunhar a passagem do cometa Halley em 1910. Apareceu em alguns finais de madrugada acima da serra do Rio Grande, logo

abaixo do planeta Vênus. Essa beleza esplendorosa trouxe muito medo. Notícias de que o mundo ia acabar. Que havia cianogênio, gás letal, em sua cauda.

Nessa época, uma viagem a Belo Horizonte causava admiração. Coisa para dois dias e meio a três, a cavalo, até a estação de Curralinho (depois Corinto), e daí mais algumas horas de trem. Dona Júlia teve de ir para receber um prêmio escolar. O menino viu aquilo como uma aventura, quase um conto de fadas. Ficou esperando um lindo brinquedo. Contava os dias, sonhava. Mas só ganhou um chapéu de palha. Decepção, tristeza.

Momento mágico: a eleição do ourives Cosme do Couto para prefeito. Juscelino tinha dez anos e mostrou seu lado João César. Esqueceu tudo, sumiu de casa, entrou de corpo e alma na festança eleitoral. Ficou encantado com a disputa, as campanhas, as propostas, a promessa de chegada da estrada de ferro, maior aspiração dos diamantinenses, que viviam quase isolados. As passeatas animadas, bandas barulhentas, discursos bons e ruins, grande atividade e movimento. No dia da posse, foi ver tudo. Assistiu às solenidades, ouviu mais discursos, impressionou-se,

empolgou-se. Voltou tarde. Repreendido pela mãe, surpreendeu: “Um dia eu hei de ser prefeito!”

## Nonô e Vovô Felício

Em 23 de novembro de 1972, Juscelino contou um pouco de sua infância ao escritor mineiro Vicente Guimarães, o Vovô Felício, tio do gigante João Guimarães Rosa:

- Qual a matéria que gostava mais de estudar?
- História.
- Qual a que estudava com menos entusiasmo?
- Matemática.
- Quais as notas mais frequentes nos seus boletins do primário e do seminário?
- No primário, só distinção
- mamãe era minha professora. No seminário, menos.
- Brigava sempre ou era menino acomodado?
- Nem menino, nem adulto, jamais briguei.
- Gostava de ler?
- Desde que me entendi por gente.
- Qual o primeiro livro que leu?
- *Mocidade do rei Henrique* (Dumas).

- Quais os principais livros que leu na infância?
- De Alexandre Dumas, Júlio Diniz, *Ivanhoé* etc.
- Qual ou quais suas diversões prediletas na infância e na juventude?
- Futebol, nadar no córrego Glória, montar em carneiro, pular carniça.
- Tomava banho em córregos com os companheiros?
- Sim.
- Gostava de correr atrás de varetas de foguetes?
- Nunca fiz.
- Qual a impressão que lhe causavam as procissões da Semana Santa?
- Tristeza e monotonia.
- Qual a festa religiosa que mais o agradava?
- A princípio a missa. Ajudei centenas de missas.
- Como foi o acidente que deixou seu pé defeituoso?
- Brincando em casa do meu tio Hilário, escorreguei e luxei o dedo mínimo do pé direito.
- Quando criança ou jovem pensou alguma vez em ser presidente da República?
- Nunca. Era muito humilde para sonhar tão alto.

Brasileiro que nem jabuticaba!

Aos dez anos decidiu que tinha de trabalhar. Saía bem cedo, percorria residências e casas comerciais oferecendo seus serviços. Fazia compras, entregas, levava e buscava.

Tinha um lema: “Ligeiro e certo”. Valorizára lemas a vida inteira. Entregava à mãe os tostões amealhados. Vida que segue. Vida apertada, dura, que antecipa sofrimentos e também o aprendizado e a compreensão do mundo. O sapo não pula por boniteza, porém por precisão.

“Não tenho jeito para padre. Quero estudar para ser doutor.” Em 1914, determinado a prosseguir os estudos, insiste com a mãe para conseguir-lhe vaga no seminário, única opção local. Era caro para os que não queriam ser padres. Ela não tinha como pagar e não aprovava a ideia de um seminarista sem vocação religiosa. Nonô bateu o pé. Júlia se comoveu, foi à luta. Consegiu redução da mensalidade com o reitor francês Vicente Péroneille. Mesmo assim, exigirá duro sacrifício. Principalmente agora, que perdera o pai, Augusto Elias, traído pelo coração. Paciência. Tudo pelo futuro do filho.

Juscelino: “Com quinze anos, saí do seminário. Já saí um homem meio sábio, porque já havia estudado português, latim, matemática, geografia, história etc.”.

Não havia como prosseguir em Diamantina. E não tinha dinheiro para continuar os estudos em Belo Horizonte, como faziam os meninos de famílias abastadas. Mas não desiste

do sonho. Quer porque quer formar-se em medicina. Passa a estudar sozinho em casa, baseado num programa do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Três anos de disciplinado autodidatismo, com horário e tudo. Dirá em esplêndida entrevista ao CPDOCFGV, realizada pela cientista política paulistana Maria Victoria de Mesquita Benevides, em 1976:

“Meu quarto ainda está lá, tem 2 x 2,5m, um cubículo, com uma janelinha e uma mesinha que a minha irmã [Naná] – muito jeitosa, muito boazinha, um amor de criatura – fez para mim. Pegou um caixote, botou quatro pezinhos, e era naquela mesinha que eu punha os meus livros. Sentava às 6 da manhã e levantava às 9 horas da noite, almoçava e jantava e voltava.”<sup>[9]</sup>

É o lado dona Júlia da personalidade de Juscelino: responsabilidade, disciplina e determinação.

Tenta conseguir emprego. Nada. Em 1919, com dezessete anos, soube pelo médico Álvaro Matta Machado, vizinho, de concurso para telegrafista na Repartição Geral dos Telégrafos de Belo Horizonte. Entusiasmou-se: “Se eu fizer esse concurso e arranjar um emprego, estou salvo”. Viaja com dinheiro de empréstimo conseguido pela mãe. Tudo contado e calculado. Hospeda-se com dois primos

numa pensão do bairro da Floresta, inscreve-se. Mais de trezentos candidatos, cerca de trinta vagas. Volta a Diamantina, esforça-se ainda mais, retorna, faz o concurso.

Fica mais um ano estudando sozinho em Diamantina, agora para credenciar-se ao vestibular de medicina. Consegue aulas de francês com uma professora francesa, Madame Louise Guillaume, mãe de sete filhos, viúva de Rodolfo Silva. Estudavam, liam juntos. Traduziu Molière, Voltaire e Racine. Aprendeu a língua, ganhou fluência. Esforça-se mais, mergulha sozinho no inglês, prepara-se para as primeiras provas. Palavras dele:

“Fiz os meus primeiros exames: francês e inglês. Tirei 8 nas duas, tendo estudado sozinho. Eu mesmo fiquei admirado com aquela rapaziada toda ali estudando, aqueles sujeitos importantes que eu tratava com respeito, e eu tirando notas melhores do que eles. Aí comecei a adquirir um pouco de confiança, porque sempre fui um homem tímido, nunca fui vaidoso. Mamãe sempre dizia: ‘Jogue sempre com uma carta a menos’. E eu soube jogar”.<sup>[10]</sup>

Curiosidade: JK era bom no inglês escrito. Conseguiu 8 em gramática e redação. Mas fracassou na prova oral.

O professor, em português:

- Você quase não entende o que falo e não sabe responder em inglês. Juscelino argumentou:

- É porque estudei sozinho. Minha pronúncia é a que vi no dicionário. Não pude ter professor. Desculpe-me.

O velho e bom mestre entendeu e deu nota suficiente à aprovação. Horizontes abertos, bolsos vazios. Continuava sem dinheiro. Como pagar a pensão? Como comprar livros, conseguir ajuda de professores e tudo o mais? Não podia aceitar muito tempo a magra e sacrificada ajuda da mãe. Precisava desesperadamente de um emprego na capital. O mercado de trabalho era estreitíssimo. Juscelino, sobre a pequenina Belo Horizonte de então: “Como dizia um amigo meu: um arraial com bonde elétrico”. O Brasil era essencialmente agrícola, uma economia primário-exportadora baseada no café. Tudo estava por ser feito.

Em dezembro de 1919, presta exames complementares parcelados em Belo Horizonte, no Ginásio Mineiro. É reprovado em geometria, frustração depois superada em boa prova em ginásio de Barbacena. Pronto, passou nas doze matérias exigidas. Já pode tentar a universidade.

E agora, Nonô? Como enfrentar o longo, caro e exigente  
curso de medicina sem recursos?

## CAPÍTULO 2

# Telegrafista e estudante

No princípio de 1921, ótima notícia: estavam chamando os aprovados no concurso de telegrafia de quase dois anos antes. Vai aos Telégrafos, confere. Está na lista dos aprovados, 19º lugar. Seleccionado para Belo Horizonte, começa como telegrafista-auxiliar, depois de dominar e praticar o Código Morse. A nomeação sai em maio. Agora, sim. Fica mais feliz ainda ao ver o nome de José Maria Alkmim, dois anos mais velho, namorado de sua prima Das Dores, amigo de adolescência em Diamantina, depois companheiro de pensão em Belo Horizonte.

Esse emprego é marco importante na trajetória de Juscelino: “Nomeado para os telégrafos, tive os elementos

fundamentais para continuar minha vida”.[11]

Consegue ingressar na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em janeiro de 1922: “Quando me vi com aqueles doze certificados na mão, foi a época em que me senti mais feliz na minha vida. Fui para a Escola de Medicina, prestei vestibular, fui aprovado e recebi o grande título: acadêmico”.[12]

Excesso de trabalho e atividades; sono e saúde sacrificados. Seu horário nos Correios era de meia-noite às 6. Tinha de frequentar o hospital pela manhã, as aulas, e dispor de horas livres para estudar. “Vivia cabeceando de sono.” Nas finanças, a alegria de não depender da mãe. Mas o salário líquido mal dava para pagar a pensão e a escola. Assim, tudo continuava medido. Teve de recorrer a empréstimos, inclusive de agiotas, para honrar despesas. Estava sempre endividado. Carro de bois apertado é que canta. Mas, se apertado demais, enguiça ou quebra.

É contemporâneo de universidade de vários outros mineiros que se destacaram nacionalmente em diferentes áreas. Convivia com Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Pedro Aleixo, Milton Campos, Abgar Renault, Mario Casasanta, Olavo Bilac Pinto, Adauto Lúcio Cardoso,

Francisco Negrão de Lima, Gabriel Passos, Octacílio Negrão de Lima, Dario de Almeida Magalhães, José Maria Alkmim, Odilon Behrens.

No quarto ano, o corpo magro pede socorro. Sinais alarmantes de fraqueza: estertores nos pulmões, diagnosticados pelo doutor Alfredo Balena, grande clínico. Prescreve seis meses de repouso completo, recuperação do sono noturno e boa alimentação. Juscelino temeu morrer como o pai, de tuberculose. Não era. Licenciou-se dos Correios, afastou-se da faculdade, retornou a Diamantina. Mas o que fazer das contas, sem ter a renda? Escreve ao tio paterno Zino, padrinho de batismo, que mora em Araguari. Explica a situação, pede ajuda. É logo atendido. A vida inteira mostrará gratidão. Juscelino nunca deixou de atendê-lo ou recebê-lo prontamente, em todos os altos cargos que ocupou.

Volta curado, traz Naná para morar na pensão. Ela adoece. Problema de fígado. Ele chama Júlio Soares, sextanista de medicina, para curá-la. Apaixonam-se. Doutor Júlio será o amigo mais próximo de toda a vida de Juscelino Kubitschek:

“Num dia em que eu me encontrava doente, ele foi à minha pensão, agarrou-me quase à força, colocou-me no seu carro e me levou para a sua casa, onde vivi durante o quinto ano de medicina, o sexto, e depois de formado. Além de médico, era um caráter admirável. Foi o irmão, o pai, o amigo que eu tive na vida”.[13]

Companheiro e aliado em família e na medicina, confidente, depois conselheiro e interlocutor nas escolhas políticas. Ainda mais: marido de Naná, parceira, confidente e cúmplice desde que abrira o bué pela primeira vez. Para muitos, um Juscelino de saias.

É no quinto ano de medicina, em 1926, numa festa benéfica no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Belo Horizonte, que conhece Sarah Luísa Gomes Lemos, belo-horizontina de 1908, de família abastada, tradicional na política mineira, filha de Luisinha Negrão Lemos e do deputado Jayme Gomes de Souza Lemos. Encontro marcante. Contam que ela se apaixonou à primeira vista. Encontraram-se outras vezes, floresceu o namoro, envolveram-se.

Casamento à vista?

## CAPÍTULO 3

# Doutor Juscelino, urologista

Deixa os Correios em 17 de dezembro de 1927. Diploma na mão, grandes sonhos na cabeça, planeja estabelecer-se em Araguari, cidade mineira em que mora seu tio Zino. Zanza por lá dois meses, depois vai a Ipameri, Goiás. Assunta, avalia. Considerava a medicina um sacerdócio. Queria assistir bem os doentes, ajudá-los de todos os modos que pudesse. Cobrar apenas o que conseguissem pagar. Não cobrar de quem não tivesse recursos. Orgulhava-se de nunca ter deixado alguém sair desapontado de seu consultório. De respeitar o juramento de Hipócrates.

Volta a Belo Horizonte, cai doente. Gripe fortíssima, que dura um mês. A convalescença é na casa de Júlio e Naná,

que o convencem a trabalhar no movimento do consultório do edifício Parc Royal, na Rua da Bahia. Maior clínica cirúrgica particular de Minas, atuava também em urologia, especialidade de Juscelino. Muitos clientes, muita doença venérea. Dois anos de trabalho massacante. Operava desde 7 da manhã nos hospitais, almoçava por volta de meio-dia, entrava no consultório às 2 da tarde, saía às 6, jantava, voltava duas horas depois, encerrava às 10 da noite. E ainda achava tempo para ajudar o cunhado na clínica cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia e também lecionar na Faculdade de Medicina, como assistente da cadeira de física médica, regida pelo professor Baeta Viana. Não tinha tempo, ganhava bem, gastava pouco, vivia para a medicina. Amealhou apreciável pé-de-meia. Resolveu estudar na Europa, conseguiu bolsa.

Em 1930, já noivo de Sarah, parte para estágio e curso de aperfeiçoamento na França. Frequentou o serviço de urologia do Hospital Cochin, chefiado pelo célebre professor Maurice Chevassu, referência mundial, professor da Escola de Medicina de Paris. Dedica-se, destaca-se. Consegue as melhores notas nas provas escritas e demonstrações cirúrgicas, consolida a autoconfiança. Aproveita para

aprimorar seu francês. Estudava de 8 da manhã às 5 da tarde. Depois circulava. Conheceu Paris como poucos. “Tomar o meu vinhozinho, percorrer aqueles cantinhos de Paris era uma maravilha. Eu conhecia Paris como a palma da mão.” Conviveu com Cândido Portinari, assistiu ao casamento dele. Nas folgas, viajava pelo interior da França e por países vizinhos. Uma vez por semana, frequentava curso de história e artes.

Retorna em 21 de novembro de 1930. Encontra o país sob a efervescência da Revolução de 1930, movimento armado que derrubou a República Velha. Clima de confusão e também de esperança. Fortes emoções, grandes acontecimentos. Deposição e exílio do presidente Washington Luís, novos donos do poder, posse do gaúcho Getúlio Vargas, que assumira pelas armas a Presidência da República. Mudança de rumos e prioridades, ajuste ao quadro mundial de pós-crise de 1929. Juscelino: “Eu nem pensava em política naquela época”.

De novo em Belo Horizonte, prestígio em alta, monta consultório próprio no Edifício Ibaté, na esquina da Rua São Paulo com a Avenida Afonso Pena. Presta serviços à Santa Casa de Misericórdia, clínica na Beneficência da Imprensa

Oficial, leciona. A política era algo distante, outro mundo. Exceto pelas conversas com Gabriel Passos, cunhado de Sarah e então oficial de gabinete de Olegário Maciel, presidente de Minas. Juscelino era completamente médico, amava a medicina.

Casa-se com Sarah em 30 de dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, Ipanema, igreja da Paz. Cerimônia simples e íntima, pouquíssimos convidados, Sarah de vestido longo. A noite de núpcias é no antigo Hotel Londres, na Avenida Atlântica. A passagem de ano, no Copacabana Palace Hotel. Em Belo Horizonte, serão vizinhos de Naná e Júlio Soares, na Avenida Paraúna, depois Avenida Getúlio Vargas. Sonham com muitos filhos. Mas Márcia, filha única, só chegará em 22 de outubro de 1943.

Em 1947, adotam Maria Estela, criada e amada como segunda filha. Dela, em 2002: “Durante toda a minha vida, a coisa mais importante para meus queridos Sarah e Juscelino era a minha felicidade. Os verdadeiros pais não são necessariamente os biológicos e, em alguns casos, os biológicos não são realmente verdadeiros pais”.[14]

Sarah, de força espiritual incomum, leal, estará sempre à frente de seu tempo na vida pública. Bem instruída,

determinada, conservadora. Será primeira-dama atuante e dinâmica, comandando obras sociais significativas, especialmente nas áreas da saúde e da educação. Apesar de avessa à política, terá papel relevante nas vitórias do marido, inclusive na conquista da Presidência da República.

Juscelino: “Muita gente que não a conhece de perto se ilude com a Sarah, por vê-la assim, tão miudinha, tão sorridente, ninguém imagina a fortaleza que ela é. Uma rocha”.

Ele reconhecerá nela o ponto de apoio de sua atividade médica e da fulgurante e acidentada carreira política.

Começa 1932. No horizonte político nacional, vasta concentração de pesadas e ameaçadoras nuvens. São Paulo e o governo provisório de Vargas não se entendem. Os paulistas exigem nova Constituição. Tempestade à vista. O governo mineiro acompanha tudo de perto.

Por vontade e influência de Gustavo Capanema, secretário de Justiça, Juscelino é nomeado, por decreto de 17 de março de 1932, capitão-médico da Força Pública de Minas Gerais. Atuará no Hospital Militar, como encarregado do laboratório de análises clínicas. A Força Pública está alerta e atenta. A política ronda o doutor Juscelino. Destino?

## CAPÍTULO 4

# Na Guerra Paulista

São Paulo, 9 de julho de 1932. Estoura a Revolução Constitucionalista. Quase três meses de luta armada entre São Paulo e o poder central. É a Guerra Paulista por nova Constituição e contra o governo provisório de Vargas. Minas forma com a União.

Belo Horizonte, madrugada de 15 de julho de 1932. O capitão-médico Juscelino faz parte do primeiro batalhão expedicionário da Força Pública enviado para a região do Túnel da Mantiqueira, Sul de Minas. Toma o trem, chega três dias depois a Passa Quatro, via Barra Mansa. É a tropa legalista mineira, enviada para conter o avanço militar paulista na área de fronteira. Francisco de Assis Barbosa:

“Invadindo o território mineiro, os paulistas tinham avançado bastante, transpondo o Túnel, havia mais de uma semana. Os rebeldes eram mais numerosos e estavam bem entrincheirados, ocupando posições privilegiadas numa região de topografia extremamente difícil, ao longo da serra da Mantiqueira, a mais de 1.000 metros de altitude, em alguns pontos chegando mesmo a perto de 2.000.”<sup>[15]</sup>

Em 18 de julho de 1932, dia da chegada de Juscelino, Passa Quatro tinha sido retomada pelas tropas do então coronel de exército Eurico Gaspar Dutra, outro futuro presidente da República. Ele agora combatia em Manacá, a 3 quilômetros da estação do Túnel. É para lá que segue a tropa mineira. Duríssimo combate de quatro dias. Os paulistas recuam para a estação do Túnel.

Juscelino foi mandado de volta a Passa Quatro no primeiro dia. Missão urgente: montar um hospital de sangue. A Casa de Caridade é a única opção. Instala-se num quartinho dos fundos. Mas as condições são precaríssimas. Apenas duas enfermarias e um ambulatório, imediatamente transformado em “sala de cirurgia”. Não há nem autoclave para esterilizar compressas e gazes. Únicos instrumentos cirúrgicos disponíveis: duas pinças de dente, meia dúzia de

pinças hemostáticas. Em vez de agulhas de sutura, agulhas comuns. Alguns tubos de *catgut* e uns bisturis rombudos, tesouras e pinças. Nenhum anestesista, nem enfermeiras, nem quaisquer outros médicos. Providencia imediata faxina geral, manda pintar as paredes. Tudo às carreiras. Chega um caminhão de feridos, alguns em estado grave. Juscelino:

“Nunca pude me esquecer daquele espetáculo. Começaram a descer feridos. Uns tinham a farda ensanguentada, mas ainda caminhavam. Outros, sustentados pelos padoleiros, gemiam, com a roupa estraçalhada, deixando ver ferimentos de estilhaços de granada nas partes expostas. Muitos deixavam-se levar, inertes, os braços caídos e a fisionomia contraída pela dor. Alguns já se encontravam em agonia. Intermittentemente, faziam-se ouvir as peças de grosso calibre, canhões e morteiros. As granadas, explodindo a intervalos, davam-me impressão tão estranha quanto sinistra. Faziam-me pensar, estourando de um extremo a outro, que o Anjo da Morte distendia um imenso sudário para amortalhar a Mantiqueira.”<sup>[16]</sup>

Insensata e feroz luta fraticida. Logo aparecem outros caminhões de vítimas.

Juscelino improvisou, inventou, tentou fazer mais do que o possível para ajudar todos. Primeiro caso grave: o de um soldado ferido por rajada de metralhadora no abdômen. Tinha de ser operado imediatamente. É a primeira de suas muitas cirurgias de campanha. Consegue salvar o moço, ajudado por um capitão-veterinário, improvisado de anestesista, e pela tímida e franzina irmã Maria, frágil, valente e veterana freirinha francesa. Outro anjo apareceu: o padre Alfredo Kobal. Ajudou em tudo, especialmente nos piores momentos. Capelão da tropa, celebrou missa até no campo de batalha.

Juscelino trabalha no limite de suas forças até a retomada do Túnel, dois meses depois. Passam pelo singelo hospitalzinho e pelas improvisações do doutor Juscelino mais de mil feridos. Muitas vidas salvas, muita dor remediada. Dedicação, humanismo, heroísmo. A situação depois melhorou um pouco, com a chegada de um trem-hospital bem equipado.

Antes da partida para Guaxupé, em 21 de julho de 1932, jantar em sua homenagem no Hotel de Lourdes, presentes todos os companheiros de luta. O comandante

em chefe, coronel Cristóvão Barcelos, refere-se a ele como “o bisturi de ouro da Força Pública Mineira”.

Cessados os combates, Juscelino é incumbido da transferência dos feridos para Guaxupé e Varginha. A remoção é feita em carros especiais, ligados aos trens de passageiros. Serve depois em Campinas, onde o coronel Cristóvão Barcelos instalara seu quartel-general.

A dura e desigual Guerra Paulista acaba no dia 2 de outubro de 1932. Quem saiu derrotado? Militarmente, São Paulo, claro. No plano moral e político, é diferente. A Constituinte será convocada. Economicamente, o conflito foi terrível para a economia brasileira, já às voltas com os reflexos da crise de 1929. Frase atribuída a Vargas: “Mesmo derrotado, São Paulo acabou por me vencer”.

Juscelino afirmou: “No íntimo, nutria consideração pela causa de São Paulo e via, com angústia, o sofrimento do povo que havia lutado sozinho por uma Constituição e que, em face da derrota, voltaria a ser mais uma vez humilhado”. [17]

Liberado, ele volta a Belo Horizonte. É recebido com festa pela família e amigos. Na manhã seguinte, comparece ao Palácio da Liberdade, a chamado do velho presidente

Olegário Maciel. Fica preocupado. Não tem a menor ideia do que pode ser. Em nome de Minas, o velho político agradece o que havia feito pelos feridos em Passa Quatro. O diamantinense finalmente percebe que seu trabalho no *front* tivera repercussão importante. Dias depois, em reconhecimento à epopeia médico-hospitalar, companheiros o homenageiam e lhe dão um relógio de ouro. Tratamento de herói.

O doutor Juscelino está mais que nunca envolvido com a medicina. Mas são caprichosos os caminhos da vida e da política. Surpresas à vista.

## Será o Benedito?

É nessa fase de máxima entrega à medicina que a política invade de vez a vida do diamantinense. Por obra e força do acaso, conhecera e se aproximara de um homem público ainda obscuro, simples e sensível, ligado a Olegário Maciel, presidente do estado. O sagaz Benedito Valadares Ribeiro, chefe de polícia da região do Túnel. Os dois conviveram bastante, conversaram sobre a vida, a luta e até política. Apegaram-se, construíram sólida amizade. O

carisma, a simpatia, a dedicação e a objetividade de Juscelino encantaram o chefe de polícia. Raposa de faro extraordinário, Benedito percebeu no novo amigo vocação e dom para a arte da política. Juscelino:

“Muita gente estranha que, com meu temperamento extrovertido, seduzido pela ação e agitado por uma atividade incessante, eu pudesse ser amigo inseparável de Benedito Valadares, natureza diferente da minha. Na realidade, éramos, a esse respeito, como o verso e o anverso de uma medalha, sabido que os opostos se atraem. Benedito sempre foi calado e, sobretudo, amante das palestras tranquilas. Todavia, sob a capa do seu aparente desinteresse por tudo, disfarçava-se uma surpreendente malícia política, à qual não era estranha uma forte dose do tradicional bom senso mineiro.”<sup>[18]</sup>

Haverá também laços indiretos de família. Lucia, filha de Benedito, casa-se com João de Lima Pádua, primo de Sarah Kubitschek e de Francisco Negrão de Lima. Fértil humanograma político o mineiro!<sup>[19]</sup>

Do biógrafo Barbosa:

“Para Juscelino, a revolução paulista significa a sua primeira e grande experiência política. As boas e más

fadas fizeram com que se encontrassem, na zona do Túnel, o coronel Eurico Gaspar Dutra, futuro ministro da Guerra e futuro presidente da República; os capitães Ernesto Dornelles e Zacarias de Assunção, futuros governadores do Rio Grande do Sul e do Pará; o doutor Benedito Valadares Ribeiro, futuro interventor e futuro governador de Minas Gerais; o doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, que será governador de Minas e presidente da República. Juscelino receberia, com a campanha de 1932, além do batismo de fogo, o batismo da política.”<sup>[20]</sup>

Vargas surpreende. Com a morte súbita do aliado Olegário Maciel, em 5 de setembro de 1933, entregou o governo estadual a Benedito Valadares, em 12 de dezembro de 1933. Deixou de lado as principais lideranças políticas mineiras, como o interventor interino Gustavo Capanema, Francisco Campos e Virgílio Alvim de Melo Franco. Não queria lideranças fortes. Não procurava um político culto e de inteligência penetrante, com projeto de voos mais altos. Mas alguém fiel e dotado de habilidade, tato e malícia política. Tudo isso sobrava no antigo dentista, prefeito de Pará de Minas e chefe de polícia. E, não menos importante: Benedito é concunhado de Ernesto Dornelles, parente e militar de confiança do próprio Vargas. O astuto presidente

queria enfraquecer as forças oligárquicas, em benefício de sua estratégia de centralização do Estado e do poder. Reduzir a influência dos liberais conservadores, nos quais via o núcleo da resistência às reformas políticas e sociais que pretendia realizar. Precisava de melhor integração de Minas à nova realidade política nacional, sob sua liderança.

Adversários de Benedito Valadares ridicularizavam seu preparo intelectual. Diziam também que bebia muito. Contam que, ao voltar ao hotel após encontro com Vargas, vangloriando-se de que seria o novo interventor, Odete, sua mulher, estranhou: “Bêbado de novo, Benedito?!”. Apaixonado pelo poder, intuitivo, matreiro e cauteloso, completará onze anos consecutivos no comando de Minas.

Será mesmo o Benedito. Sua ascensão vai mudar a vida, os rumos e até os sonhos do doutor Juscelino.

## CAPÍTULO 5

# Medicina ou política?

“Chamaram-me do Palácio da Liberdade. Benedito estava visivelmente feliz. Falou-me da dificuldade em que se encontrava para organizar, de imediato, o seu governo. A nomeação chegara-lhe de imprevisto, e não dispunha da indispensável equipe de auxiliares. Existiam alguns cargos que ele próprio teria de preencher. E soltou a bomba, que me deixou perplexo: ‘Você, por exemplo, será o chefe de minha Casa Civil’.”<sup>[21]</sup>

Seguindo exemplo de Vargas, Benedito abre espaço para novos atores políticos. Um deles é o amigo Juscelino, em quem via o dom e a chama da política. Realmente uma bomba. Um convite tentador, fascinante. Grande desafio,

ampas perspectivas políticas. Mas Juscelino estava convencido de que não podia aceitar. Era incompatível com sua atividade médica. A Casa Civil exigia tempo integral, dedicação exclusiva. Envovia frequentes viagens, entendimentos políticos que avançavam noite adentro, entrega, disponibilidade completa. Recusou polidamente, agradeceu. Benedito insistiu. Disse que não precisava abandonar a medicina. Poderia conciliar as atividades. Não adiantou. Juscelino não queria mudar de vida. Pôr em risco a profissão que amava e tudo o que conseguira com tanto sacrifício. Médico respeitado e reconhecido, grande clientela, prestígio profissional, boa renda. Recusou de novo. Mas sabia que o obstinado Benedito iria em frente. “Mesmo em face de minha relutância, Benedito não desistiu.”

Dois dias depois, em cerimônia oficial, o interventor relembrou e enalteceu a atuação do Hospital Militar durante a Guerra Paulista. Concluiu anunciando que, numa demonstração de apreço ao corpo médico da Força Pública, havia nomeado, no dia anterior, o doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira para a chefia da Casa Civil. Ressaltou que ele poderia continuar operando e também atendendo

no consultório. Fim das tentativas de convencimento, criação de fato consumado. Juscelino:

“Era uma verdadeira convocação pública, já não me competia mais optar. Aceitei, pois, o cargo. Iria atender ao amigo. Mas com uma condição: ficaria no posto pelo período de um ou dois meses no máximo, até que fosse escolhido o titular efetivo. Só os que desconhecem o poder de envolvimento da política poderiam julgar possível aquela acumulação.”<sup>[22]</sup>

Esperto e prático Benedito, lúcido Juscelino. Mas saberia este, secretamente, que a nova função era irrecusável para alguém com sua personalidade e história de vida? Que os tais dois meses seriam esquecidos? Já era o vírus da política atuando no seu corpo e pensamento? A nomeação marca a inserção irreversível de Juscelino na vida pública. É o primeiro grande passo de uma das trajetórias políticas mais luminosas da história brasileira. Inicialmente, Sarah desaprovou a decisão. Passou a noite chorando. Depois, mesmo vencida e não convencida, apoiou o marido.

Destino: o ladino e maquiavélico Benedito havia jogado nas águas da política um peixe vivo de espécie gigantesca. Descobriria e lançara um talento da arte do possível e do

quase impossível. Para muitos também o maior e principal gestor e empreendedor público da história brasileira. Juscelino:

“E, à medida que me deixava absorver pelos assuntos submetidos à minha atenção, via diluírem-se, dentro de mim, os antigos valores que me absorveram: a medicina, o trabalho no Hospital Militar, os doentes da Santa Casa, a atividade no consultório. Era um universo - minúsculo, sem dúvida, mas construído com as próprias mãos - que começava a se esboroar. Mesmo a tese que, secretamente e com tanto carinho, estava elaborando para concorrer a uma cátedra na faculdade acabou deixada numa gaveta e dali não sairia mais.”<sup>[23]</sup>

Inicialmente, tenta conciliar a medicina e a política. Vai todas as manhãs ao Hospital Militar, conserva o consultório, esforça-se para continuar tecnicamente atualizado, realiza algumas cirurgias. Não quer perder a destreza. Mas acaba tragado pelo poder:

“A engrenagem política colhera-me por fim. Percebi desde logo que já não conseguiria fugir mais ao seu processo de Trituração. Tudo havia acontecido por acaso, sem que eu houvesse feito o menor esforço

para orientar, naquela direção, o rumo de minha vida”.[24]

## No Palácio da Liberdade

Começa a trabalhar ao lado de Benedito. Logo se impõe como executivo cordial e dinâmico, hábil articulador e negociador, capaz de se entender com todos. Chega às 8 da manhã, permanece até 10, 11 da noite. Inova, areja as audiências. Percebe e encanta-se com a importância, abrangência e ressonância do que fazia ou deixava de fazer. Começa a tomar gosto. Conversa bastante com Benedito, despacha, cuida da agenda dele, compartilha informações e confidências. Apesar de inquieto, ouve as pessoas com comovente paciência. Aprendera e treinara essa arte nos hospitais e no consultório. Escutava as queixas dos doentes como se tivesse todo o tempo do mundo. Controlava a ansiedade. Procurava entendê-las e apoiá-las. Aplica agora o mesmo modelo, surpreendendo e agradando Benedito e os demais.

Esforço diário fatigante, mas compensador. Recebe dezenas, às vezes centenas de pessoas. Muitas vêm em

grupo. Dá atenção a todas. Prestigia, mostra interesse por seus problemas, encaminha soluções objetivas. É algo inteiramente novo naquele ambiente de tantas teias de aranha acumuladas pela tradição. Telefona para os secretários, envia bilhetes, cobra respostas, informa o interventor. Age como segundo na escala de poder, mas demonstrando absoluta lealdade a Benedito. Para este, um alívio. Era impaciente, detestava atender tanta gente, audiência atrás de audiência. Passara a lidar principalmente com os políticos mais graduados, com a política mais graúda. A cozinha da política era com o doutor Juscelino. Na capital e no interior. Autoridades municipais, chefes políticos, delegados, educadores, fiscais, policiais, gente simples do interior. A todos o jovem secretário recebia com gentileza e simpatia. Saíam felizes e agradecidos.

É assim que Juscelino vai se tornando líder e referência política. Seu preparo, brilho e modernidade contrastam com a velha ordem. Seu nome cresce que nem abóbora-d'água nas Minas de Benedito. Inclusive no vale do Jequitinhonha, onde sua querida Diamantina experimentava forte declínio. Chegava a ficar isolada durante parte do período de chuvas. Estradas intransitáveis. Atento, consegue viabilizar sua

primeira obra pública: uma ponte sobre o ribeirão do Inferno, na ligação de Diamantina com Rio Vermelho, essencial ao acesso rodoviário.

Que fazer do capital político crescente? Conselho e advertência de Benedito: “Se você não assumir a chefia política de Diamantina, sua cidade vai desaparecer”.[25]

Chegara a hora de escolher de vez entre continuar a vida política ou voltar à medicina.

No Congresso, a Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 havia completado a elaboração do projeto da Carta Magna. Era tempo de governos fortes. A promulgação do texto final é em 16 de julho de 1934. Nasce a segunda Constituição republicana. Reflete, em grande parte, os desejos e as orientações de Vargas. Mas também incorpora tendências liberais, na contramão do conteúdo revolucionário por ele preconizado. No fundo, uma acomodação entre as pressões e expectativas do governo e o temor da maioria dos legisladores quanto a experiências ditas revolucionárias. Para reduzir a insatisfação de Vargas com a limitação de alguns de seus poderes, o Congresso o elege para o primeiro quadriênio presidencial.

Espaço para uma pitada de geopolítica. Reafirmando e ampliando o comando da Constituição de 1891, o artigo 4º das Disposições Transitórias ficou assim:

“Será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil. O presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão, que, sob instruções do governo, procederá a estudos de várias localidades adequadas à instalação da capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um estado”.

A mudança da capital não era só questão de segurança, relacionada à vulnerabilidade militar do Rio de Janeiro, cidade litorânea. Era também para levar civilização e progresso à vastidão interior. O estrategista Vargas tinha visão de futuro. Preconizava a ocupação territorial, queria a integração nacional. Lançará depois a Marcha para o Oeste.

O visionário Juscelino, entusiasta dessas ideias, comandará uma profunda virada no ritmo, qualidade, sentido e direção do desenvolvimento brasileiro.

## CAPÍTULO 6

# O mais votado

Abril de 1934, eleições à vista. O interventor Valadares inclui o nome de Juscelino na lista de candidatos a deputado federal do Partido Progressista de Minas Gerais (PP), fundado em fevereiro do ano anterior e chefiado pelo lendário Antonio Carlos Ribeiro de Andrade. Juscelino:

“Quando houve eleições em 1934, eu não pedi um voto. O pessoal vivia em cima de Benedito, naquela coisa, naquele desespero. Eu não pedi um voto, nenhum; ninguém pode queixar-se de mim, nenhum deputado. Não fui a um município, só ali dentro do palácio, tratando bem. Na eleição, fui o deputado mais votado, com 32 anos.”<sup>[26]</sup>

Estreante e já campeão de votos. Apuradas as eleições de 14 de outubro de 1934, Juscelino ultrapassou em votos todos os principais líderes políticos mineiros. Havia muitos nomes de peso no PP e no Partido Republicano Mineiro (PRM): o ex-presidente da República Arthur da Silva Bernardes, Virgílio de Melo Franco, Antonio Carlos, Bias Fortes, Daniel de Carvalho, Odilon Braga, Pedro Aleixo, Gabriel de Resende Passos, Luiz Martins Soares, Celso Machado, Francisco Negrão de Lima, José Maria Alkmim. O trabalho agora é no Rio de Janeiro. Juscelino licencia-se dos cargos e funções de médico em Belo Horizonte. Toma posse na Câmara, no Palácio Tiradentes, em 3 de maio de 1935. Mas passa mais tempo em Minas do que no Rio. Por indicação de Antonio Carlos, tornou-se diretor da secretaria do PP em setembro de 1934. A função exigia presença frequente e intensa atividade política na base. Sobretudo com autoridades e políticos do interior. O início da legislatura, que contou com 250 deputados eleitos, deu-se em clima de tranquilidade. Mas isso não durou muito. Reflexos da crise econômica, grande efervescência política e ideológica. No final de novembro de 1935, por exemplo, ocorre o levante armado denominado Intentona Comunista.

Corre sangue, há mortos dos dois lados. Conservadores e governo se assustam. Vargas consegue controlar a situação.

Indicado pela unanimidade do PP, Benedito Valadares é eleito governador constitucional de Minas. Juscelino continua a prestar-lhe bons e altos serviços. Assim, atua na grande política nacional, inclusive no jogo da sucessão de Vargas. Disso gosta, porque envolve ação, viagens, contatos diretos, entendimentos, concertamento, convivência com grandes homens. Sabe a hora de falar e de calar. Sabe ser discreto, ouvir, gerar confiança. Participa, por exemplo, da construção da candidatura da estrela paraibana José Américo de Almeida, político e grande escritor, lançada em 25 de maio de 1937, com o estímulo e o apoio de Benedito Valadares. Enfrentaria Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo, do Partido Constitucionalista, contrário ao governo federal.

Havia forte sentimento democrático no diamantinense:

“Todas as missões de confiança de Benedito ele dava a mim. Só não me deu uma, graças a Deus, exatamente porque ele me conhecia, e sabia que eu ia ficar contra o Estado Novo: foi aquela missão que ele deu a Negrão [Francisco Negrão de Lima, então

deputado federal, primo de Sarah Kubitschek], quando ele saiu pelo Brasil afora, como disse Chateaubriand, ‘naquele aviãozinho, levando o coche funerário da democracia.’<sup>[27]</sup>

Gostava mesmo era de agir, de movimento. No Congresso, atuava apenas nos bastidores. Articulava, compunha, cuidava dos interesses do governo mineiro. Tribuna? Nem pensar. Vivia, sofria e ocultava um problema quase incompatível com o exercício de mandato parlamentar: o horror de falar em público.

“Apavorava-me a perspectiva, e aquele temor datava dos recuados tempos de escola primária, quando tive de decorar um discurso e de o declamar na solenidade do encerramento do curso. A experiência fora desagradável e resolvi encerrar, com ela, minha carreira de orador.”<sup>[28]</sup>

Trauma que, no seu caso, significava pesado e constrangedor fardo nas costas. Não eram só os discursos e apartes. Evitava até debates em plenário. Preferia o trabalho das comissões, menos exposto. E mais: não tinha planos de continuar no Parlamento. Estava só de passagem.

Não queria ser político profissional. Sonhava com a medicina:

“Na realidade, entre 1934 e 1937, a despeito de ocupar uma poltrona no Palácio Tiradentes, nunca deixei de considerar minha presença no cenário político como circunstancial. Esforçava-me por retribuir as atenções de que era alvo, sem alimentar ilusões sobre a duração da atividade parlamentar. O que realmente julgava era que não tardaria a voltar para a medicina, campo de ação da minha preferência e no qual me sentia perfeitamente à vontade.”<sup>[29]</sup>

Decididamente, o jovem deputado Juscelino Kubitschek não se destacou dentro da Câmara no triênio 1935-1937. Mesmo assim, preocupou-se com a melhoria das condições de trabalho e o aperfeiçoamento dos serviços postais e telegráficos. Havia atuado na área durante todo o curso de medicina, em Belo Horizonte. Apresentou e fez encaminhar várias indicações nesse sentido. Empenhou-se também na defesa dos interesses de Minas e de sua região eleitoral. Realizou diversas viagens. Acompanhou o presidente Vargas em visita à Argentina e ao Uruguai.

# Chefe político

Fora da Câmara, agia sem parar, articulava, brilhava. Em junho de 1936, envolve-se nas eleições municipais de Diamantina, primeiras depois da Revolução de 1930. Quer eleger Joubert Guerra e fazer maioria na Câmara de Vereadores. Evitar que a prefeitura caia nas mãos do PRM, partido de Arthur Bernardes. Continuava fugindo de discursos. Na chegada do trem a Diamantina, gela por dentro. Banda, muita gente, saudação de Júlio Mourão, bom orador, irmão do futuro general Olympio Mourão Filho. Quase entra em pânico. Mas, obrigado a agradecer, surpreende-se. As palavras fluem naturalmente, encadeadas, calorosas. Voz forte, sem hesitações ou gagueira. Seu velho drama acabou. É o nascimento do grande orador de estilo rebuscado e pomposo, o que, então, agradava e despertava admiração. Inclusive em comícios.

Sempre entusiasmado, percorre, a cavalo, os quinze distritos municipais. É o novo contra o antigo. A caminhada para um novo tempo. A política era dominada por voluntariosos líderes tradicionais, que controlavam vontades e votos. Corria uma história de que, chegado o dia da

eleição, um dos chefões, fazendeiro forte, pegou as cédulas, marcou o nome dos seus candidatos, dobrou, envelopou, passou grude, fechou e entregou aos empregados. Um deles quis saber em quem ia votar. Resposta: “Vosmicê não sabe que o voto é secreto?”. Velhos tempos.

Juscelino visita centenas de famílias. Jornadas massacrantes por estradazinhas tortuosas, às vezes sob chuva e frio intenso. Vai aos eleitores, conhece, conversa, ouve, atende doentes, aconselha. Um sucesso. Vira um pleito dado por perdido. Elege Joubert e onze dos quinze vereadores. Concluída a apuração, vai aos líderes adversários em companhia de Sarah e de Naná. Oferece seus préstimos em Belo Horizonte, despede-se. É agora o principal chefe político de Diamantina.

Prestígio político, vitória eleitoral, base consolidada, reconhecimento. A volta à medicina parecia cada vez mais distante.

## Golpe e perda do mandato

Na primeira semana de novembro de 1937, em meio à forte onda de boatos, Juscelino conclui que o golpe é

iminente. Acompanhara todo o processo. Vargas não queria deixar o poder. Então, em setembro de 1937, o pragmático Benedito retirou o apoio à candidatura de José Américo de Almeida e mergulhou fundo nas conspirações golpistas. Juscelino tentou demovê-lo, sem sucesso. Tinha razão, tinha os argumentos, mas não tinha força para convencer o amigo. A posição de Benedito, envolvido até a medula no projeto ditatorial de Getúlio, não tinha volta. Prevalência de interesses políticos e de projeto pessoal. Tal como Getúlio, ambicionava permanecer no poder por tempo indeterminado.

Madrugada de 10 de novembro de 1937, Vargas golpeia. Fulmina as eleições, dissolve o Congresso, anula todos os mandatos parlamentares, impõe a terceira Constituição republicana, de inspiração e modelo corporativista. Regime forte, de direita. Nasce o Estado Novo. É a ditadura Vargas, que chegará a 29 de outubro de 1945.

Em Belo Horizonte, no início da manhã do dia do golpe, Juscelino visitava o Hospital Militar. Ao encontrar-se com o coronel Góis, seu colega do Serviço de Saúde, fica sabendo que às 3 da manhã o Estado-Maior da Polícia estava todo iluminado, o pessoal trabalhando. Deduz que é o golpe. Vai

ao Palácio da Liberdade. Benedito o recebe com a seguinte frase: “Oh! ex-deputado, como vai?!” . Juscelino: “Já deram o golpe?”. Benedito: “O assunto já está liquidado”.[30]

Democracia afastada, Valadares de novo interventor, Juscelino sem mandato, triste, decepcionado, desalentado, pessimista:

“Até 10 de novembro eu havia feito parte da engrenagem representativa do regime democrático. Desempenhara o papel de delegado de milhares de eleitores espalhados por todas as regiões de Minas. Embora nunca houvesse surpreendido em mim qualquer vocação política até então, o fato era que eu havia pertencido àquele mundo. Um mundo que eu via desfazer-se em pó. Minhas relações com Benedito Valadares permaneciam as mesmas. Ia com frequência ao palácio, e ele, quando tinha uma folga, sempre passava, à noite, pela minha casa, para dois dedos de prosa e um drinque. (...) Minhas divergências com ele não eram de caráter pessoal. Mas de natureza política. Ele acreditava, naquele instante, que uma interrupção do processo democrático - uma ‘ditadura provisória’, segundo o pensamento de Francisco Campos - seria o remédio adequado para o Brasil. Eu julgava que a crise poderia ser solucionada através das próprias franquias asseguradas pelo regime constitucional.”[31]

O pensamento autoritário do influente jurista Francisco Campos, o Chico Ciência, ganhou deliciosa observação do cronista Rubem Braga: “Toda vez que o senhor Francisco Campos acende sua luz, há um curto-circuito nas instalações democráticas brasileiras”.

Adeus à política?

## CAPÍTULO 7

# O prefeito furacão

O doutor Juscelino veste de novo o avental branco e retoma o atendimento no consultório do Edifício Ibaté, no centro de Belo Horizonte. Havia três anos não pisava ali. Mas agora, estimulado por Sarah, tinha resolvido deixar de vez a política. Reassume também as demais atividades, inclusive as funções no Hospital Militar. Faz grande esforço para atualizar-se em urologia e recuperar a destreza de cirurgião, perdida nos anos de afastamento.

Belo Horizonte, início de 1940, mais uma bomba: Benedito, no Palácio da Liberdade, olho no olho, comunica que vai nomeá-lo prefeito de Belo Horizonte. Perplexo, o diamantinense cai em longo silêncio. Não consegue falar,

não sabe o que responder. Lembra-se da decisão de nunca mais deixar a medicina e do regime ditatorial, que não aprova. Os valores de sua formação democrática: liberdade, respeito aos direitos civis, representação popular, o “governo do povo para o povo”, na definição de Abraham Lincoln, um de seus ídolos. Aceitando, estaria cometendo apostasia? Respira fundo, recompõe-se. Diz francamente que não pode aceitar. Benedito insiste, esclarece, faz confidências. Juscelino escreveu o que ouviu: “Vamos caminhar para a democratização. O Getúlio virá brevemente a Minas e irá abordar esse tema em discurso que aqui pronunciará. Em face do próximo retorno ao regime legal, vou precisar de você para me ajudar nas eleições em Belo Horizonte”.[32]

Projeto atraente, importante. Eleições, mobilização popular, posição de destaque que lhe permitirá contribuir efetivamente para o retorno da democracia. Uma tentação. Mas prevalece o compromisso de fidelidade à medicina. Agradece, recusa. Deixa o palácio de carro, acompanhado de José Maria Alkmim. Conta tudo. Alkmim questiona, acha que errou. Como prefeito, disporia de autonomia de ação, fugindo do centralismo de Benedito. E o cargo se ajustava a

seu temperamento e perfil de homem essencialmente urbano. Quanto à medicina, argumentou que poderia ser um médico-prefeito ou um prefeito-médico. Não adiantou. Juscelino bateu o pé. Mas seu destino, não.

## Político

O mundo gira, a Lusitana roda. Dois meses depois, em 15 de abril de 1940, 9 da noite, Juscelino recebe um telefonema de Olinto Fonseca, diretor da Imprensa Oficial do Estado. Precisavê-lo com urgência. Encontram-se uma hora depois. Olinto mostra a mensagem recebida do governador Benedito, que estava em Araxá, acompanhando o presidente Vargas. Determina que o *Minas Gerais*, órgão oficial, publique o decreto, já assinado, de nomeação de Juscelino para o cargo de prefeito de Belo Horizonte, substituindo o advogado e banqueiro José Oswaldo de Araújo. Não havia como falar com o governador. E Olinto não podia deixar de cumprir a ordem. Fato consumado. Juscelino capitula, consente. No fundo, sente-se honrado pelo convite e atraído pelo desafio. Supera o

constrangimento de servir à ditadura confiado na informação de Benedito de que as eleições estão chegando.

Olinto pede seus dados biográficos para redigir a notícia na parte editorial. Juscelino, bem-humorado: “Local de nascimento: Diamantina. Data: 12 de setembro de 1902. Profissão: médico. É só”.

Assume a prefeitura, esforça-se para conciliar vida pública e medicina. Com crescente dificuldade, conseguirá fazê-lo até o fim de 1944. Seu último paciente é Eduardo Frieiro, admirável escritor mineiro. Uma apendicite aguda, já com sinais de comprometimento peritoneal, cirurgia realizada no Hospital São Lucas, no bairro de Santa Efigênia. Juscelino acompanhou toda a recuperação:

“Hoje, vou dar duas altas, dona Noêmia. Uma ao Frieiro, que já está bom e pode retornar a suas atividades. E outra a mim mesmo, pois encerro, com o caso do seu marido, minha atividade profissional. Dona Noêmia olhou-me, estupefata. Tirei o avental branco e o guardei no armário da sala dos médicos. Vesti o paletó. Apanhei alguns livros que estavam sobre a escrivaninha. Estendi a mão a dona Noêmia e saí. A opção, sobre a qual eu havia hesitado durante tanto tempo, acabara de ser feita. Já não era médico. Mas político.”<sup>[33]</sup>

A II Guerra Mundial arrasava a Europa. As tropas alemãs avançavam. Em menos de um mês, haviam invadido a Holanda, a Bélgica e Luxemburgo. A França estava em xeque. No Brasil, ainda neutro, prevalecia um clima de perplexidade e de temor pelo futuro europeu. Juscelino:

“A cúpula governamental, porém, em flagrante desacordo com o sentimento popular, não disfarçava o entusiasmo com que assistia ao desfile dos estandartes de Hitler pelas nações subjugadas, já que a vitória do III Reich consolidaria, por ação reflexa, a experiência do Estado Novo. Todos esses fatos alarmavam a consciência democrática do mundo.”<sup>[34]</sup>

Mundo em guerra, o Brasil da ditadura Vargas aturdido, as Minas de Benedito mais ainda. Será que o doutor Juscelino estava indo para o lugar certo na hora errada? Ou seria o começo de uma espetacular escalada como governante e líder político?

Já nas primeiras semanas, uma prova de fogo: concluir na correria a Avenida do Contorno, maior obra em execução em todo o estado. O recado curto e seco do governador, que ainda estava em Araxá, chegou por Israel Pinheiro, secretário da Agricultura: “Diga ao Juscelino para terminar

com urgência a Avenida do Contorno, pois o presidente Vargas irá a Belo Horizonte, daqui a uns dias, para inaugura-la”.[35]

Juscelino encheu-se de esperança: será que Vargas faria o anúncio da caminhada para a democratização de que lhe falara Benedito? Quanto à obra, foi um deus nos acuda, por causa da urgência. Trata-se da maior avenida da cidade, em pista dupla, uma espécie de anel em torno do centro urbano. O calçamento começara antes do Estado Novo. Faltava completar o asfaltamento, colocar meios-fios, reparar estragos e desgastes, dar acabamento. Juscelino agitou a máquina pública, mobilizou todos os recursos, deixou tudo pronto. Pequena grande vitória, que impressionou a cidade e os donos do poder.

Vargas a inaugurou em 12 de maio de 1940. Mas não disse uma só palavra sobre a democratização. Nem mesmo discursou. Apenas cortou a fita, frustrando Juscelino e evidenciando o blefe político do governador ao convidá-lo para o cargo, dois meses antes.

## Extraordinário empreendedor

É na prefeitura de Belo Horizonte, então com 200 mil habitantes, que Juscelino vai descobrir e revelar sua principal e maior vocação: a de executivo, homem de ação, extraordinário empreendedor público. Mostra tirocínio administrativo e político, capacidade de inovar e de assumir riscos, coragem. Distingue-se claramente do modelo típico de governante da época: autoritário e preso a velhas rotinas. Moderniza, participa, dinamiza, democratiza. Projeta, executa, fiscaliza, avalia, inaugura, divulga. Nova mentalidade, novo modo de governar.

Trabalha absurdamente. Toma pé da situação, espanta-se com os problemas urbanos e carências sociais. Surpreende-se com a herança financeira, uma calamidade. Cofres limpos, arrecadação baixa, despesas correntes elevadas, dívida crescente. Mas não perde o rumo:

“Na noite de 18 de abril de 1940, após longa vigília no escritório, decidi sobre o caminho que devia seguir. Sendo prefeito, iria agir outra vez como médico. O doente ali estava. Era Belo Horizonte, um doente que repousava num leito de fícus e de rosas. A política havia me envolvido de novo. E dessa vez definitivamente.”<sup>[36]</sup>

Araújo, o antecessor, o procura em casa para explicar a gravidade da situação financeira. Aconselha máxima cautela. Que se limite a assinar o expediente, evitando qualquer obra de vulto.

Ao sair, apresenta o motorista que serve ao prefeito, Geraldo Ribeiro. Um moço simpático, de altura média, mulato, maneiras afáveis, um tanto retraído, olhos muito vivos, espertos. Ganhará de Juscelino o apelido de Platão, pela extraordinária sabedoria e criatividade. Será seu amigo fraternal e companheiro até na morte.

Depois de passar o cargo, o leal Araújo abre ainda mais o jogo:

“Tenho pena de você, Juscelino. Todas essas gavetas aí são de contas a pagar.” Juscelino:

“Jogo de olhos fechados no futuro da cidade.”

Dois dias depois, Juscelino assina contratos de obras de valor superior ao de todas as contas guardadas nas gavetas.  
[37]

Prioriza obras públicas essenciais para melhorar a cidade, embelezá-la. Apoia atividades culturais, dinamiza a assistência social. Monta sua equipe com base em critério de mérito, probidade e confiança. Faz uma administração

independente, inovadora e dinâmica. Trabalha exageradamente. Começa às 7 da manhã, segue até a noite. Transmite otimismo, democratiza o acesso ao prefeito, motiva, apoia, inspeciona, cobra. Não é homem de ficar fechado entre quatro paredes, em meio à papelada. Acha errado, não suporta. Burocracia, só a indispensável. Mudança da filosofia, da postura, da qualidade e da escala das ações.

Impõe-se duas obrigações básicas: primeira, comparecimento diário a todas as frentes de trabalho que fossem abertas; e, segunda, visita, todas as semanas, a pelo menos um dos comitês de bairro que vai formar. Quer acompanhar pessoalmente as obras, quer proximidade e sintonia com a população. Uma revolução no modo de administrar a cidade. O povo gosta. Prestígio, visibilidade.

Toma decisões rapidamente. Intuitivo, confia no que chama de *instinto kubitschekiano*, um impulso interior “que sempre me forçou a agir numa determinada direção e na hora adequada, assegurando-me pleno sucesso nas investidas que, a outros, pareciam ilógicas e temerárias”.[38] Acreditava mesmo nisso.

Entende-se bem com o governo estadual. Descobre novos caminhos, busca recursos em todas as fontes. Atrai e envolve o setor privado, amplia espaços e os horizontes urbanos. Imagina e faz desenvolver projetos urbanísticos inovadores, audaciosos, em estilo moderno. Quase vira a cidade do avesso. Chegam a chamá-lo de Prefeito Furacão, por ter posto a cidade de pernas para o ar. Está toda rasgada, repleta de intervenções, muitas delas cirúrgicas. Recupera ruas, avenidas e praças, faz pavimentação e ajardinamento, canaliza córregos, cria novos bairros. Amplia as redes de esgoto, melhora o abastecimento de água.

Belo Horizonte vira uma grande obra pública a céu aberto. Divulga as realizações, presta contas.

Cuida também de atividades e projetos culturais. Convoca o jovem Oscar Niemeyer para arquitetar sua primeira grande obra pública: o novo bairro da Pampulha. Concluído em 1944, integra arquitetura e escultura, pintura e paisagismo. O nome Juscelino Kubitschek vai ganhando Minas e o Brasil, associado à competência, modernidade e sobretudo muita ação e capacidade de fazer o que promete. Surge o “Poeta da Obra Pública”, na feliz síntese de João Guimarães Rosa.

Palavra para Niemeyer, quase sessenta anos depois:

“Em termos de arquitetura, Brasília é a continuação da Pampulha. A arquitetura nova que a gente estava se impondo. Mais leve, utilizando a curva, mais próxima das igrejas de Minas Gerais, mais de acordo com o clima. E os meus problemas de tempo, de corrida. Tanta coisa! Pampulha foi o começo de Brasília.”<sup>[39]</sup>

Lutou pela criação da Escola de Arquitetura e do Museu Histórico. Fez vir do Rio de Janeiro o pintor Alberto da Veiga Guignard, responsável por obras notáveis e formação de artistas. Em 1942, inspirado na célebre Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, promoveu uma “Semarinha” semelhante em Belo Horizonte, importante no arejamento e na renovação das artes em Minas.

Passagem luminosa a do impetuoso doutor Juscelino pela prefeitura de Belo Horizonte. Período de descobertas e afirmação, muitas realizações e sucesso.

Pampulha, sua maior obra e joia desse tempo, foi construída sem o conhecimento do governador Benedito, que estava envolvido com a administração estadual e principalmente com a política. Projeto caro, caríssimo.

Juscelino sabia que ele o vetaria. Esconde tudo enquanto pode, disfarça. Começa pela principal estrada de acesso, futura Avenida Antonio Carlos. Depois, sem alarde, urbaniza e ataca a construção da barragem da Pampulha, para formar a grande lagoa de 18 quilômetros de perímetro. Junto à margem, ergue cassino, clube náutico, restaurante circular. Também a originalíssima igrejinha de São Francisco de Assis, primeira do país em estilo moderno, com abóbadas de concreto, que o escritor Eduardo Frieiro chamou de “Hangar de Deus”. Decoração de Portinari, com painéis de azulejos na parte externa e pintura mural no interior. Tudo em meio ao paisagismo de Burle Marx. Projeto revolucionário, execução quase impossível, marco de audácia, sonho e bom gosto. Quando Benedito soube de tudo e cobrou explicações, já não havia mais volta. Era melhor concluir. Fato consumado.

Tudo bem. Mas, e a ditadura? Ventos de liberdade, vindos da Europa, varriam o Brasil. Até quando será o Benedito?

## CAPÍTULO 8

# No PSD e na Constituinte de 1946

Acuado pela onda democrática e crescente oposição militar e civil à ditadura, Vargas fixou eleições gerais, em ato institucional de 28 de fevereiro de 1945. Juscelino, com Benedito Valadares, inicia intensa mobilização da opinião pública, principalmente em Belo Horizonte. Objetivo: ganhar as eleições, finalmente marcadas para 2 de dezembro de 1945. Em nível nacional, ambos passam a promover a candidatura do marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, em oposição à do brigadeiro Eduardo Gomes.

# Nasce o PSD

Em março de 1945, tempo de criação de novos partidos políticos, Juscelino se engaja na fundação do Partido Social Democrático de Minas Gerais, formado em torno do interventor Benedito. Uma reunião em 8 de abril de 1945 aprovou os nomes para a comissão executiva: Benedito Valadares, presidente; Israel Pinheiro, vice-presidente; Juscelino, primeiro-secretário; Cristiano Machado, segundo-secretário; João Beraldo, tesoureiro. Foram também indicados os demais membros. Providenciam a criação e registro de diretórios municipais, um programa conciso e até plataforma de campanha eleitoral. Nada de perder tempo. A posição de primeiro-secretário vai ser importante no equacionamento político-eleitoral da carreira de Juscelino.

O PSD nacional começa a ser estruturado mais tarde, depois da Lei Eleitoral, publicada em 28 de maio de 1945. A comissão organizadora, presidida por Agamenon Magalhães, reunia-se no apartamento de Benedito Valadares, na Rua Raul Pompeia, em Copacabana. Sua primeira convenção, conduzida pelo pragmático Valadares, ocorre em 17 de julho

de 1945, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Objetivo: homologar a candidatura presidencial de Dutra.<sup>[40]</sup>

Tancredo Neves, oito anos mais novo que Juscelino, seu amigo por mais de quarenta anos e até o fim, relembra:

“Juscelino era uma criatura fascinante, que cativava as suas amizades. Era dotado de um sentido caloroso de afetividade e humanidade. Não havia ninguém que dele se aproximasse que não se rendesse ao carisma do seu espírito extraordinariamente dotado. Homem de cultura, de sensibilidade e de inteligência, ele tinha, para cada um, um tipo de conversa que agradava. Essa amizade se transformou numa solidariedade política inquebrantável. Quando se cuidava de criar novos partidos, tivemos longa conversa para examinar a situação e tomar resoluções. Isso em 1945, começo de 1946. Naquela época, o que se cogitava saber era se nós iríamos para a UDN, para o PSD ou para o PTB. Estudamos juntos a conjuntura mineira e chegamos à conclusão de que nos uniríamos ao PSD, o partido onde tínhamos amigos e também o que se nos afirmava mais condizente com a ordem socioeconômica de Minas Gerais. Ele foi, logo em seguida, eleito deputado federal para a Constituinte de 1946 e eu fiquei lutando, até que fui eleito para a Assembleia Mineira.”<sup>[41]</sup>

Dutra foi indicado candidato à Presidência da República. Primeiro-secretário do partido, Juscelino entrega-se à instalação da sede regional e às filiações. Recorre com sucesso aos comitês de bairro que havia criado quando prefeito. Visita todos. Entra nas casas, conversa com os eleitores. Consegue vasto número de adesões.

E o astuto Benedito? Também age rápido, concentrando-se no interior. Escolhe em cada município pessoas de confiança ou grupos políticos aliados, capazes de trazer-lhe maior força política. Poder na cabeça, sonhos de altos voos, agora democráticos. Visão de Tancredo Neves, filiado ao partido desde o começo:

“O PSD foi a transformação da máquina administrativa que o Valadares montou para o seu governo em partido político, acrescida realmente de algumas lideranças políticas mais representativas. Foi organizado, inventado com o que havia de mais representativo na liderança política do interior de Minas. O Valadares deu um balanço nos seus redutos, verificou aqueles mais fracos, onde os adversários eram mais fortes, e fez a troca. Trouxe os adversários para ele e entregou os seus companheiros para a UDN.”<sup>[42]</sup>

Mesmo com a faca e o queijo na mão, Valadares não conseguirá plena hegemonia no diretório regional. Juscelino e outras estrelas em ascensão vão abalar sua liderança.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PSD mineiro faz a maior bancada do partido na Constituinte: Benedito Valadares, Luiz Martins Soares, Juscelino Kubitschek, Carlos Luz, Rodrigues Seabra, Pedro Dutra, Bias Fortes, Duque de Mesquita, Israel Pinheiro, João Henrique, Cristiano Machado, Wellington Brandão, Joaquim Libanio, José Maria Alkmim, Augusto Viegas, Gustavo Capanema, Francisco Rodrigues Pereira, Noraldino Lima, Celso Machado e Olinto da Fonseca Filho. Juscelino é o segundo mais votado.

Para a professora Maria Victoria Benevides, da Universidade de São Paulo, o PSD permaneceu como um estilo de prática política voltada para posições de centro, para o entendimento e o pragmatismo. E a União Democrática Nacional (UDN), sua principal adversária, como um “estado de espírito”.[43]

O PSD mineiro será essencial na trajetória pública de Juscelino. Essencialmente centrista, o partido vai se tornar ícone de um modelo de ação política caracterizado pela habilidade, prudência, moderação, pragmatismo, disposição

ao diálogo e entendimento, negociação e conciliação, objetividade, proximidade do poder. E instinto de sobrevivência sem igual. Deliciosa ironia de Tancredo no tempo de intensa efervescência do debate político-ideológico no país: “Entre a *Bíblia* e *O Capital*, o PSD fica com o *Diário Oficial*”.

Arguto e bem-humorado pessedista, Tancredo dizia que o partido era muito hierarquizado. Todo o mundo sabia a ordem e hora da chegada e as posições. Ninguém precipitava ninguém, ninguém empurrava ninguém. Era um partido de generais de divisão, de generais de brigada, de coronéis, maiores, capitães. E cada um tinha a promoção natural, quando era sua vez. Os novos sabiam esperar, e os velhos, como lhes dar oportunidades. As dissidências foram episódicas. E a UDN mineira? Para Tancredo, ela era o espírito antiditatorial, o espírito liberal. Reunindo grande parte da nata da intelectualidade mineira, foi ele que praticamente doutrinou a democracia em Minas depois da ditadura Vargas. O espírito da UDN era mais jurídico do que político. E o do PSD, realista, ligado ao cotidiano, muito mais político do que jurídico. Muito mais imediatista do que

projeto para o futuro. O udenista acreditava muito nos efeitos de sua pregação, de sua doutrinação, explicava.<sup>[44]</sup>

O nome de Dutra foi homologado em 17 de julho de 1945, na primeira convenção nacional do PSD. Em Belo Horizonte, no dia 8 de outubro seguinte, presente o candidato Dutra, a comissão executiva do PSD indicou os candidatos à Assembleia Nacional Constituinte, entre eles Juscelino.

Vargas é deposto pelas Forças Armadas em 29 de outubro de 1945. É o fim do Estado Novo. Muda tudo. Juscelino deixa a prefeitura de Belo Horizonte. Tancredo Neves:

“A causa mais importante da queda de Vargas foi o grande conflito ideológico entre o governo de Vargas e a nova ordem democrática que se implantava no mundo. Antes do grande conflito mundial, os governos eram mais ou menos autoritários em toda a face da terra. Não era possível sustentar-se uma luta pela democracia na Europa e manter uma ditadura interna. E toda aquela rapaziada que fez a guerra, toda aquela oficialidade, imbuída da mística democrática, quando chegou ao Brasil, não via justificativa diante de si mesma para apoiar um regime ditatorial, um regime de força”.<sup>[45]</sup>

## Criatura *versus* criador

Criatura *versus* criador. Mágica profunda de Vargas: Benedito apoiou sua deposição. O bem-informado Tancredo Neves contava que, em 29 de outubro de 1945, o interventor gaúcho Ernesto Dornelles - homem ameno e tranquilo, primo de Vargas e cunhado de Mariana, irmã de Tancredo - mandou um telegrama a Benedito. Estava indignado com o comportamento do concunhado. Tancredo: "Getúlio só veio a falar com Valadares, e assim mesmo por insistência minha, depois de passada a metade de seu governo".<sup>[46]</sup>

Criador *versus* criatura. Dez anos depois, Benedito vai se voltar contra Juscelino. Nem sempre cabe mais de um no vértice superior das pequenas e grandes pirâmides do poder.

## PSD ganha

Ainda o final de outubro de 1945. Assume a Presidência da República José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Ele trocou os interventores por membros do

Judiciário. Em Minas, saiu Benedito, entrou Nísio Batista de Oliveira. Na prefeitura de Belo Horizonte, o engenheiro João Gusmán Júnior assumiu o lugar de Juscelino. Um decreto federal estabeleceu que as eleições estaduais ocorreriam depois de promulgada a nova Constituição.

No seu governo de três meses, o presidente Linhares usou a caneta como poucos. Período de democratização acelerada, muitos projetos, muita regulamentação, muitas nomeações. Linguarudos propagavam que ele nomeava muitos parentes. Ironizavam: “Os Linhares são milhares”.

O PSD é o grande vitorioso nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Faz 26 senadores, contra dez da União Democrática Nacional e dois de coligações. Elege 151 deputados federais, frente a 83 dos demais. Dutra teve votação muito superior à do udenista Eduardo Gomes. Foi empossado em 31 de janeiro de 1946.

O deposto Vargas surpreende nas urnas. Tem votação espetacular. A lei permitia candidatura múltipla, polivalente. Não se exigia domicílio eleitoral. Foi eleito por sete estados, totalizando mais de 1 milhão de votos, 40% do total obtido pelo presidente Dutra. Optou pelo Senado, representando o

Rio Grande do Sul, sua terra. Foi campeão de votos em Minas, seguido de Juscelino. Juscelino:

“A deposição em 1945, o exílio na Fazenda Itu, a vitória consagradora nas urnas em 1950 tiveram a virtude de lhe reacender a crença no regime democrático. Nesse período, convivemos estreitamente e pude constatar sua fidelidade à Constituição de 1946. Em face disso, dissiparam-se os últimos resquícios de desconfiança que eu alimentava sobre a possibilidade de qualquer nova ofensa à democracia por parte do seu governo”.<sup>[47]</sup>

Juscelino obtém do presidente Dutra a nomeação do engenheiro Pedro Laborne Tavares, de sua confiança, para prefeito de Belo Horizonte. Forte prova de prestígio político. O substituto do interventor Valadares é João Tavares Correia Beraldo, do PRM.

O constituinte Juscelino vai atuar de olho no Palácio da Liberdade.

## JK e a Constituinte de 46

A Constituinte é instalada em 5 de fevereiro de 1946, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, sob a presidência do senador pessedista mineiro Fernando Melo Viana. O deputado Juscelino volta forte ao Parlamento. Um olho nas funções de deputado constituinte, outro nas eleições de outubro de 1950 para o Palácio da Liberdade. Mas sabe que não pode ser afoito. Nada de atropelar os fatos. A hora é de trabalhar muito, cuidar da grande política sem descuidar do varejo, olhar o curto prazo e mais adiante. Já que política é destino, o que lhe cabe é fazer o melhor possível sua parte.

A Constituinte reflete a força e o encanto dos valores democráticos então presentes no país. Não há agitação. Funciona sem turbulências, pressões indevidas ou ameaças. Às vezes, uma ou outra discussão mais candente, de fundo ideológico. Debates ricos, por exemplo, sobre estrutura sindical, direito de greve, mudança da capital do Rio de Janeiro para o centro do país. Tudo sem excessos. Trabalha-se bem e rápido. A quarta Constituição republicana nasce em 18 de setembro de 1946. JK assinou a Carta, Vargas não compareceu. O corpo político tomava forma. Parecia que a democracia tinha voltado para sempre. Juscelino:

“O ano de 1946 passou-se entre discussões políticas e acertos sobre os dispositivos da Constituição, em elaboração no Congresso. Como secretário do PSD mineiro, participava dos entendimentos, esforçando-me, como é do meu temperamento, por dissipar as desinteligências, aplinar as arestas, enfim, evitar de todas as maneiras que as dissensões se agravasse. Esse modo de ser - ou melhor, esse comportamento conciliatório - fez com que passasse a ser convocado para participar de todas as conversações políticas nas quais os ânimos se mostrassem exaltados. Apesar de me sentir lisonjeado com a distinção, era com sacrifício que comparecia a essas reuniões. É que, naquele momento, estava preocupado em solucionar um problema de suma importância para mim: a adoção de uma filha, que seria a companheira de Márcia.”<sup>[48]</sup>

Juscelino integrou a Comissão de Transportes e Comunicações. Gostava de estudar e discutir grandes temas. Mas continuava sem maior apetite pela atividade legislativa em si. Já a política, a grande política, era agora paixão assumida, reconhecida como vocação natural, opção de vida. Empolga-se de vez com o jogo de poder, envolve-se, começa a sonhar um Brasil diferente.

Entusiasma-se com os trabalhos e discussões em torno da transferência da capital federal. Pesquisa, estuda, informa-se, abraça a causa mudancista. Vai à tribuna, faz um discurso vigoroso. Quer a nova cidade no fértil Triângulo Mineiro, região já dotada de apreciável infraestrutura econômico-social. Isso resultaria em redução dos custos e menor prazo de construção. Formaram a seu lado, entre outros, os também constituintes mineiros Israel Pinheiro, Daniel de Carvalho, José Maria Alkmim e José Francisco Bias Fortes. Baseado em estudos do engenheiro Lucas Lopes, formaliza proposta de localizá-la na “região central compreendida entre os rios Paranaíba e Grande”. Isto é, no Triângulo Mineiro, região de Uberlândia. Por pouco não passa. A maioria dos constituintes preferiu a área do Planalto Central, em Goiás, visitada e estudada, em 1892, pela célebre Missão Cruls.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010, trecho de diálogo deste autor com Rondon Pacheco, überlandense de 31 de julho de 1919, parlamentar pela UDN, secretário de estado em Minas, ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, governador de Minas:

"Na época, o Lucas Lopes era um jovem técnico, amigo do Juscelino. Eles prepararam o esboço de uma emenda situando a capital no Triângulo Mineiro. Mas perdemos por seis votos para a localização que vinha desde a Constituição de 1891.

- O presidente Dutra era mudancista?

- Era. Quando assumiu, pensou em fazer um decreto localizando a capital no Triângulo. É que havia o precedente de Uberlândia ser a sede da Fundação Brasil Central.

- Impressiona o envolvimento de Juscelino com a interiorização já na Constituinte de 46. Dizem que ele era entusiasta da Marcha para o Oeste, lançada por Vargas. É isso mesmo?

- Os mineiros queriam a capital mais no centro. Tinham uma posição integrationista. O Juscelino era um homem fascinante. Que ninguém chegasse muito perto dele, não, porque ele dominava o panorama. Era homem típico da região da mineração, que acreditava.

- O faiscador é movido a sonho e esperança, não é? Achar a grande pedra, essas coisas...

- O Juscelino acreditava nas coisas, jogava com o futuro.

- O senhor era amigo dele?

- Sim. Ele me convidou para secretário do Interior de seu governo. Foi lá em casa, queria unir a política mineira. Mas a UDN, meu partido, não aceitou."<sup>[49]</sup>

Juscelino celebrou a vitória dos mudancistas. Considerava a decisão fundamental ao Brasil. Provará isso dez anos depois, com a guerra por Brasília.

O artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946 determina expressamente a transferência da capital. Mas não define as datas para a conclusão dos trabalhos técnicos, início das obras e efetivação da mudança. Ficou assim:

“Art. 4º A capital da União será transferida para o Planalto Central do país.

Parágrafo 1º – Promulgado este Ato, o presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localidade da nova capital.

Parágrafo 2º - O estudo previsto no parágrafo precedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao Domínio da União.

Parágrafo 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital. Parágrafo 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o estado da Guanabara.”

À medida que a Constituinte avançava para o final, conturbava-se o cenário político. Acumulação de pontos de conflito, afunilamento das decisões, acirramento dos jogos de poder. Ao fundo, o início das conversações e arranjos em torno das eleições estaduais, marcadas para 19 de janeiro de 1947.

No PSD mineiro, a coisa pega fogo. Está dividido entre a candidatura de José Francisco Bias Fortes, oficialmente indicado pela convenção, e a da Ala Liberal, o chamado PSD Independente, encabeçada pelo dissidente Carlos Coimbra da Luz, considerado de ideias udenistas, ex-ministro da Justiça e Negócios do Interior, o preferido do presidente Dutra. Juscelino, secretário-geral do partido, tinha chance de ser indicado com o apoio de Valadares, de outros líderes e do nascente movimento Queremos Juscelino. Mas não se lançou. Tinha compromisso com Bias Fortes, cumpriu. Do outro lado, Milton Soares Campos, da UDN, notável jurista, reserva moral do país, candidato competitivo, de grande prestígio. Beneficiado pela clivagem pessedista, viabilizou a coligação com os dissidentes do PSD e mais o PR, o PDC e o PTN. Venceu.

De Pio Canedo, talentoso político mineiro: “Em Minas o PSD só perde eleição quando se divide”.

Declaração de Bias Fortes, citada por Juscelino: “Perdemos numericamente, mas ganhamos politicamente”. Outra dele, famosa: “O primeiro dever do governo é não assustar”.

O PSD foi a legenda mais votada, majoritária na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. O udenista Milton Campos, cuja vitória teve ampla repercussão nacional, teria de montar e administrar um complicado e difícil governo de coalizão.

Analizando mais tarde o episódio, Juscelino concluiu que foi salvo por seu misterioso impulso interior:

“Os anos vieram provar que meu afastamento da competição eleitoral de 1947 fora determinado por aquele instinto - o já referido *instinto kubitschekiano*. Se houvesse concordado em ser candidato naquela época, e se por acaso obtivesse a preferência do eleitorado, ao terminar o mandato de governador, seria, certamente, candidato à Presidência da República, e o homem que iria ter pela frente, na disputa pelo voto popular, não seria outro senão Getúlio Vargas, um adversário impossível de ser batido nas urnas.”<sup>[50]</sup>

Resolvida a eleição, retomadas as atividades parlamentares em março de 1947, novo quadro. A cisão do PSD custara caro a todos. Juscelino, habituado à intimidade do poder em Minas, é agora um deputado federal da oposição ao governo Milton Campos. “Oposição vigilante, mas não incondicional”, esclarecia. Isto é: oposição às medidas estritamente políticas do governo, mas nunca aos interesses de Minas. Seu velho amigo Benedito, um dos “donos do país” desde 1933, perdera a velha base eleitoral. E, em 24 de janeiro de 1947, também a presidência efetiva do partido para o vice-presidente da República, o catarinense Nereu Ramos. Vida que avança. De Tancredo Neves, então deputado estadual, líder da oposição ao governo Milton Campos:

“Exerci a liderança em estreita e íntima convivência com Juscelino, que era secretário-geral do partido em Minas. Com ele, examinava problemas, táticas e estratégias, e dele recebia sempre uma palavra de orientação e conselho. Foi uma convivência muito agradável. Juscelino nunca foi um dogmático, nunca foi um homem de posições inflexíveis, era aberto a críticas e receptivo às ponderações. Sobretudo, tinha

a humildade de reconhecer um erro e prontamente buscar a verdade.”<sup>[51]</sup>

Em 22 de julho de 1947, Kubitschek inicia uma marcante visita ao Norte, como integrante da Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia. Quervê-la, conhecê-la, senti-la. Inclusive os problemas que dificultam o desenvolvimento dos territórios federais. Decolam do Rio num avião da FAB e vão acompanhando o litoral. Visitam Amapá, Oiapoque e Clevelândia, no estado do Amapá, depois Caiena, na Guiana Francesa, e Belém do Pará. Na volta, São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió e Salvador.

A diversidade de cenários e costumes faz Juscelino meditar sobre o milagre da unidade brasileira, em contraste com a fragmentação acontecida no antigo império espanhol. Mas, no campo socioeconômico, preocupa-se com as populações deserdadas, perdidas nos desvãos do território imenso, sem vínculo efetivo com o Rio de Janeiro. A desigualdade, a vastidão de espaços vazios, o arquipélago regional brasileiro. É a semente da ideia de interligar todo o Brasil por extensa rede de estradas.

No regresso ao Rio, encontra um quadro político confuso. Já se discute a sucessão presidencial, mas ainda sem candidatos. Em Minas, as diferentes lideranças tentam costurar um acordo. Mas, por enquanto, nenhum avanço importante. Tudo devagar, arrastado, contrariando seu temperamento.

De maio a julho de 1948, viaja aos Estados Unidos e Canadá, experiência a que dá grande peso em sua compreensão, visão e convicções político-administrativas. Volta convencido de que o único modo de obter pleno desenvolvimento do país é mediante industrialização intensa e diversificada.

Ao voltar, concentra forças na unificação do PSD mineiro. O sonho de ocupar o Palácio da Liberdade continua na cabeça e no coração. Prega a união, articula, concilia, propõe, concerta, conversa com todos, exorta os dissidentes a retornar. Argumenta que é hora de entendimento, de começar conversações eleitorais, inclusive sobre a sucessão do presidente da República e do governador de Minas, em 3 de outubro de 1950. Consegue progressos importantes. No meio de 1949, os partidos mineiros, exceto o PTB, tentam

uma reconciliação partidária. Juscelino representa o PSD. É o chamado Acordo Mineiro.

Entregue a Dutra, o acordo mostra-se inviável. Mas ajuda na renúncia de Nereu Ramos à presidência do partido. Substituto: outra vez a felpuda raposa Benedito Valadares.

Em 18 de abril de 1950, a UDN lança a candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes. Em 15 de maio, o PSD indica o mineiro Cristiano Machado. Em julho, o PTB aprova a candidatura do quase imbatível Getúlio Vargas, praticamente anulando as chances dos demais.

## Disputa em família

No PSD mineiro, após a sedimentação política, duas correntes fortes competem pela indicação do candidato a governador: a de Bias Fortes e a de Juscelino. Luta renhida, mas sem traumas. O partido marchará unido. Bias tinha o apoio político do presidente Dutra, trunfo forte. Mas Juscelino foi ao Palácio do Catete e, habilmente, conseguiu convencer o velho militar a deixar a política de Minas a cargo dos mineiros. Audácia, competência, sorte. Em seguida, entendeu-se também com o Partido Republicano,

de Arthur Bernardes, lenda viva. Este indicou o candidato a vice, o médico Clóvis Salgado da Gama. Será parceiro leal e ponto de apoio seguro, um amigo. Do vaqueiro Manuel Nardi (1904-1997), o Manuelzão, aos 92 anos, personagem de carne e osso do melhor de Guimarães Rosa e sábio do povo: “Salvo o presidente Arthur da Silva Bernardes, todo político é duvidoso”.[52]

Com a concordância dos dois postulantes, o assunto acaba entregue à poderosa comissão executiva do partido. Ela marca a reunião decisiva para 20 de julho de 1950. Ambiente de discrição, reserva, cautela. Tanta, que não se sabe quem votou em quem. Mistérios do velho PSD.

Tancredo Neves, em 1983: “Até hoje é um sigilo. Não se sabe quem votou em Juscelino, nem quem votou em Bias Fortes. O fato é que o Juscelino ganhou por um voto, se não me falha a memória”.[53]

O apoio de Valadares foi fundamental. Dizem que, ao optar entre Bias e Juscelino, ele considerou primeiro os próprios interesses. Concluiu que, com Juscelino, teria mais espaço e controle político. Afinal, ele lhe devia o lançamento na carreira política, comungavam longa história de amizade, tinham laços indiretos de família. Como visto, seu genro e

querido amigo João de Lima Pádua é primo de Sarah Kubitschek e de Francisco Negrão de Lima. Uma avaliação equivocada da velha e manhosa raposa-chefe do PSD. Ao entrar no Palácio da Liberdade, caneta na mão, Juscelino passará a ser o principal nome e referência do PSD mineiro. Mais: por força de sua história, carisma, feitos e peso político de Minas, já começaria como candidato potencial a presidente da República. Uma liderança emergente, democrática, vigorosa, incontrolável, moderna. Tinha 48 anos.

Também em 20 de julho de 1950, a UDN oficializa a indicação de Gabriel Passos, concunhado de Juscelino, casado com Amélia, irmã de Sarah. Ninguém sabia quem iria ser governador, mas todo o mundo sabia o nome da sogra dele: dona Luisinha. Coisas de Minas.

Apenas dois meses de campanha, muita correria. Juscelino tem o apoio do PR, do Partido Trabalhista Nacional, do Partido Social Progressista, do Partido Social Trabalhista e do Partido Operário Trabalhista. Galvaniza o eleitorado com o compromisso de modernizar a administração e balançar Minas com enorme salto qualitativo e quantitativo nas áreas de energia e transportes, binômio-síntese de suas

prioridades de ação. Com grandes projetos industriais, investimentos em educação, saúde, apoio à agropecuária. A imprensa pergunta com que dinheiro, se não havia recursos para nada. Resposta: “Quando um governador está determinado a realizar uma obra, não deve procurar os recursos nos cofres públicos, mas no interior da sua própria cabeça”. *Instinto kubitschekiano?*

Para ele, as realizações efetivamente produtivas independem de dinheiro em caixa. Explicava: “Os grandes projetos, as obras grandiosas, as iniciativas verdadeiramente revolucionárias são justamente aqueles que extravasam da área das necessidades rotineiras e vão buscar no futuro sua motivação”.[54]

Não aprovava o nacionalismo radical e muito menos o socialismo. Não fazia restrições ideológicas à presença estrangeira no financiamento, implantação e gestão de empreendimentos de interesse do desenvolvimento mineiro.

Tempo exíguo, o candidato prioriza concentrações nos centros regionais estratégicos do Triângulo, Oeste e Sul de Minas, Norte, Metalúrgica e Zona da Mata. Visita 168 cidades em sessenta dias. Abertas as urnas, obteve 32% mais votos do que Gabriel Passos. Paulo Pinheiro Chagas:

“Juscelino era muito simpático, muito risonho, muito agradável, falava muito bem, bom orador e chamado de Pé de Valsa até pelos adversários. Dançava até de madrugada. Entrava em um baile e dançava sem parar, desde as 10 da noite até 5 da manhã. Era de uma popularidade muito grande. Candidatou-se ao governo de Minas pela oposição e ganhou do Gabriel Passos. É verdade que ele teve uma coligação formada por PSD, PTB e Partido Republicano. Esses três partidos elegeram o Juscelino governador. O vice-governador era o Clóvis Salgado, do PR.”<sup>[55]</sup>

A visão de Tancredo Neves é semelhante:

“Foi o PSD que fez de Juscelino candidato a sucessor de Milton Campos. Mas foi certamente o seu carisma, a sua flama, o seu calor humano, sua extraordinária capacidade de comunicar-se que fez com que o partido de oposição em Minas voltasse ao governo.”<sup>[56]</sup>

O candidato presidencial Vargas percorre o país, leva multidões à praça pública. Fala dos humildes, prega revisão do salário mínimo, ataca o capital estrangeiro, compromete-se com reformas sociais, inquieta os mais abastados, desperta preocupação e até a ira de oponentes políticos.

Mas faz sucesso. Bate o pessedista Cristiano Machado e o udenista Eduardo Gomes por larga margem de votos.

Tancredo Neves considerava essa vitória varguista admirável. Para ele, Getúlio derrotou todas as câmaras municipais do Brasil, todos os prefeitos, a maioria das assembleias legislativas, a maioria da Câmara dos Deputados e do Senado, a má vontade das Forças Armadas e toda a grande imprensa falada e escrita do Brasil.

Em 2 de janeiro de 1951, Juscelino vai ao presidente eleito, na Fazenda Itu, no Rio Grande do Sul. Ouve de Vargas: “O meu dever moral impõe-me uma inarredável atitude: governar rigorosamente dentro da Constituição”. Juscelino sintetiza as colossais dificuldades e desafios que vai enfrentar em Minas. Vargas, peremptório: “Pode contar comigo”.

Volta felicíssimo a Belo Horizonte. Está selado o pacto democrático com o novo presidente. Tem a palavra de Vargas de que fará tudo o que for possível para transformar em realidade os projetos prioritários exequíveis que apresentar.

O apoio firme do presidente terá peso decisivo na realização do programa administrativo e dos sonhos

políticos do diamantinense. Juscelino:

“Ele cumpriu até o fim o seu juramento. Essa lembrança me veio ao espírito quando, anos depois, junto do seu ataúde no Palácio do Catete, pude rememorar a correção com que ele respeitara a Constituição, cumprindo o seu mandato rigorosamente de acordo com o sistema democrático.”<sup>[57]</sup>

Visão e grandeza, sonho e glória: o menino pobre de Diamantina voa cada vez mais alto. Como as grandes águias representadas em bronze no alto do Palácio do Catete, Presidência da República. Destino?

## CAPÍTULO 9

# Governando Minas

“Desejava que minha mãe sentisse, através das aclamações com que era saudado, que não tinham sido inúteis as privações por que ela tinha passado nem os sacrifícios que havia feito para transformar em alguém o filho querido, que andava descalço em Diamantina.”

Transmissão do cargo de governador, Belo Horizonte, tarde de 31 de janeiro de 1951, Palácio da Liberdade. Ambiente de entusiasmo, expectativa, esperança. Juscelino chega em carro escoltado por lanceiros da cavalaria da Polícia Militar. No saguão, encontra-se com a mãe, dona Júlia, 78 anos, Sarah, as meninas Márcia e Maria Estela, a irmã Naná, o cunhado Júlio Soares, as tias paternas

Conceição e Emilinha. Dá a mão a dona Júlia, sobem a escada.

No salão nobre, animada multidão quervê-lo, tocá-lo, abraçá-lo. Mas ainda não é a hora. O antecessor, Milton Campos, o recebe gentilmente e passa a ler breve e belo discurso. Agradece, acompanha Campos até a saída. Abraçam-se, despedem-se. Volta apressado, para receber os cumprimentos. Longa fila. Só dona Júlia, reservada e tímida, não aparece. Às 7 da noite, terminada a cerimônia, vai encontrá-la de pé, numa sala lateral, afastada da agitação. “Ela odiava as cerimônias ruidosas, os apertos de mão frenéticos, os abraços exaltados.” Olhava admirada o teto dourado, os bronzes dos móveis, os tapetes orientais. Lágrimas nos olhos, ela vence a dificuldade de expressar sentimentos, abraça e beija Juscelino, dizendo: “Que Deus o abençoe, meu filho!”.

O coração sensível do menino Nonô deve ter disparado de emoção no peito do governador.

Milton Campos e Juscelino ganharam curioso paralelo do também mineiro Paulo Pinheiro Chagas (1906-1983), médico e advogado, ministro da Saúde do presidente João Goulart -

o Jango - em 1963, escritor, estrela da UDN e depois também do PSD:

"Milton diria que a Minas só é útil o que é moral. Juscelino antes diria que tudo é moral, se é útil a Minas. Milton, jurista, afirmaria 'meu governo é mais da lei que dos homens'. Juscelino, médico, subverteria a fórmula para 'meu governo é menos da lei que do povo'. Milton, uma hipótese, bela como um sonho. Juscelino, uma tese, rude como a realidade. Milton, um sentimento; Juscelino, um programa".

Eram assim. Milton: conservador, austero, sereno, discreto, grave, comedido, essencialmente intelectual, cabeça de jurista. Juscelino: sociável, extrovertido, inquieto, trepidante, alegre, otimista, inovador, ousado, visionário, sonhador, pragmático, essencialmente homem de ação, cabeça de político e megaempreendedor público. Muito diferentes, mas democratas autênticos, comprometidos com Minas e o Brasil.

Milton tentou um governo de recuperação. Sóbrio, prudente, administrou correta e racionalmente. Seu pioneiro Plano de Recuperação Econômica é marco importante. Também a retomada de algumas prioridades do tempo de

Benedito Valadares e Israel Pinheiro, como a eletrificação estadual e a industrialização. Homem da lei, do equilíbrio, do bom senso. É famosa sua pergunta aos que lhe propuseram embarcar uma tropa bem armada rumo a Divinópolis, a fim de acabar com justa, tensa e preocupante greve de ferroviários da Rede Mineira de Viação, motivada por pagamentos atrasados: “Não é melhor mandarmos o trem pagador?”.

Do saudoso e admirável historiador mineiro Francisco Iglésias: “Desde o começo do governo em Minas, Juscelino pensava em ser o sucessor de Vargas”.[58]

O presente e o futuro chegam ao poder, a alegria também. No discurso de posse, na Assembleia Legislativa, Juscelino deixa bem claro a que veio: modernização e desenvolvimento. Destaca a gravidade do problema social, que “cresceu e transbordou, tudo destruindo e tornando caducos os sistemas políticos mais tradicionais”. Mostra que a solução passa pela urgente modernização de Minas. Analisando a base econômica estadual, enfatiza que ainda se acha na “civilização da lenha”. Diz e repete que é hora e vez de multiplicar a produção de energia e de rasgar estradas por Minas inteira, desencadeando a

industrialização, abrindo caminhos para a integração e o desenvolvimento. Memórias de Juscelino:

“Ninguém mais do que eu tinha necessidade do apoio do governo federal. Iria construir usinas e estradas. Fundar indústrias. Incentivar e modernizar a agricultura, fornecendo adubos e implementos agrícolas aos fazendeiros. Elevar a taxa de escolaridade do ridículo nível de 200 mil (sic) alunos para 1 milhão, o que iria exigir mais escolas e mais professoras. Teria de resolver, com urgência, a normalização do pagamento do funcionalismo, atrasado de muitos meses.”<sup>[59]</sup>

Havia montanhas de tijolos para assentar e muitas catedrais para construir.

## Bênção de Vargas

No encontro na Fazenda Itu, o presidente havia assegurado apoio para itens cruciais do programa administrativo de Minas: a) devolução da Rede Mineira de Viação à União; b) aval do Banco do Brasil nos empréstimos externos feitos pelo estado; c) asfaltamento da rodovia Juiz de Fora- Belo Horizonte; d) encaminhamento de correntes

de imigrantes, de forma a estimular a agricultura; e) dotar o estado de uma grande siderúrgica, a fim de dissipar o ressentimento gerado pela instalação da grande usina de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro, apesar de todo o minério de ferro por ela consumido ser mineiro.

Ressentimento profundo, de aço. A ideia de implantar grandes siderurgias em Minas vinha desde o governo de Arthur Bernardes, iniciado em 7 de setembro de 1918. Muitos anos depois, no início dos anos 1970, em aula sobre a localização de projetos industriais, o irreverente e brilhante economista mineiro Fernando Antonio Roquette Reis (1931-1983) ironizou: “A usina da CSN foi para o estado do Rio porque o interventor fluminense, Amaral Peixoto, era genro do Getúlio, que não tinha outra filha para casar com o nosso Benedito Valadares”.

## Governo é equipe

Juscelino se cerca de assessores de confiança e de intelectuais mineiros. Monta o secretariado a partir de indicações dos partidos que sustentaram sua candidatura. Mas não abre mão de cota pessoal em áreas estratégicas.

Assim, entrega a Secretaria de Finanças ao amigo do peito José Maria Alkmim. Precisava ter a chave do cofre em mãos confiáveis. A base de ação seria o binômio energia e transportes. Para comandar a área energética, convoca Lucas Lopes, que já o assessorava desde a Constituinte, engenheiro brilhante, ex-diretor da Companhia Vale do São Francisco. Para o Departamento de Estradas de Rodagem, fundamental ao sonhado salto rodoviário, recruta o experiente engenheiro Celso Murta, responsável pela construção de grande parte da rodovia Rio-Bahia. Executivos dinâmicos, de comprovada competência e experiência, supervisionados pelo próprio governador. Prioridade para investimentos em infraestrutura. Minas era extremamente carente de energia e rodovias.

“Não existia em todo o estado um só parque industrial concebido segundo um planejamento técnico capaz de realizar a transformação da sua matéria-prima abundante numa fonte sempre crescente de bens de consumo. As cidades, quase sempre com luz precária e não dispondo - com raras exceções - de energia nem para acionar um simples torno de marceneiro, viviam isoladas umas das outras, pela inexistência de estradas pavimentadas. Minas Gerais vivia reclinada

em berço esplêndido. Quando me candidatei à governadoria, ao fazer um levantamento das necessidades do estado, fui, de surpresa em surpresa, constatando sua assustadora parada no tempo.”<sup>[60]</sup>

Demais secretários de estado: Pedro Braga, Interior; Tristão da Cunha, Agricultura; José Esteves Rodrigues, Viação e Obras Públicas; Mário Hugo Ladeira, Saúde; Murilo Rubião, Casa Civil; Odilon Behrens, Educação; Nélio Cerqueira Gonçalves, Polícia Militar; Affonso Heliodoro dos Santos, Gabinete Militar.<sup>[61]</sup>

Alkmim era então muito próximo de Juscelino. Ladino, hábil, astuto, espirituoso. A ele são atribuídos alguns dos melhores causos políticos mineiros. Até alguns de tempos bem anteriores ao dele. Juscelino se deliciava com suas histórias. Como neste diálogo com a cantora lírica Lia Salgado, mulher do vice-governador Clóvis Salgado:

- Há quanto tempo, Lia! Como você está jovem, esbelta, bonita!

- Obrigada, doutor Alkmim. Mas já sou avó.

- Eu sei. Mas é avó por merecimento, não por antiguidade.

E num episódio do final dos anos 1920. Jovem telegrafista, Alkmim estudava advocacia. Muito brilho, pouca sombra: fonzinho, pequenino, metro e sessenta e pouco, muito pouco. Certo dia, Juscelino o apresenta a uma garota linda, alta, de formas perfeitas. Brota doida paixão. Ele se derrete, ela fecha a guarda. Agrada, elogia, presenteia, suspira, gême, carrega água na peneira. Nada. Mesmo assim, ele escancara o jogo, propõe namoro. Ela:

- Vê se te enxerga, Zé Maria! Cresça e apareça!

- Crescer eu não garanto, não.

Alkmim sabia utilizar o humor e o bom humor como instrumentos da arte política. E também no dia a dia da vida. Um casal amigo começou uma discussão feroz. Gritaria, acusações, ofensas, emoções à flor da pele. Alkmin quietinho e caladinho. A mulher saiu pisando duro, chorando e resmungando. O marido, ainda bravo:

- Por que você não me ajudou, Zé Maria?

- Porque em briga de casal ninguém deve entrar.

Principalmente o marido.

Ainda a equipe. Havia também assessores especiais, da confiança do governador, como os escritores Murilo Rubião,

Cristiano Martins, Alphonsus Guimaraens Filho, Affonso Ávila, Rui Mourão, Autran Dourado, Fábio Lucas, Cristiano Martins. Ou os jovens José Sette Câmara, Divino Ramos, Geraldo Carneiro, Renato Azeredo e Carlos Murilo Felício dos Santos, este seu primo.

Sangue e sonhos novos no governo de Minas. Juscelino revoluciona a administração estadual. Espana as teias de aranha, quebra tabus, moderniza tudo. Começa pelo próprio Palácio da Liberdade, velho e gasto, “não dispondo de um gabinete com o conforto indispensável ao exercício das funções de governador”. Instala-se provisoriamente na Secretaria do Interior, manda reformá-lo.

Não se submete às velhas rotinas. Dirá: “A tradição na política mineira era que a eleição para governador representava um prêmio, e não um posto de sacrifício”. Levantava-se antes das 6, ligava para a mãe, pedia a bênção. Começava a trabalhar por volta das 7 e seguia em frente. Fazia reuniões com a equipe em horários não convencionais, inclusive à noite e nos fins de semana. Usava intensamente o telefone, o que muitos, como o próprio presidente Vargas, ainda consideravam uma temeridade. Pôs o avião no dia a dia do governador. Voava

muito por todo o estado. Primeiro, num pequenino Bonanza, depois noutro igual e, mais tarde, num Beech-bi, em que fez instalar mesa de trabalho. Esse avião era também conhecido por Mata 7, porque tinha capacidade para sete pessoas e fama de cair fácil.

Juscelino nem cogitava dos riscos de voar. Metera na cabeça que não morreria de acidente aéreo. *Instinto kubitschekiano?* Fazia contatos em todas as regiões, inspecionava obras, motivava os executores, cobrava prazos e qualidade. Ganhou o apelido de Governador a Jato. Mas, depois de almoçar, costumava dormir por 10 ou 15 minutos. Um velho hábito. Acordava refeito, animadíssimo.

Governo Kubitschek: mudança de mentalidade, de escala de ação, de postura, de modelo de gestão, de prioridades e objetivos, de método de governo. Juscelino:

“Concebi, pois, um plano, desdobrado em duas etapas: a) eletrificação e estradas; e b) industrialização. A carência crônica de energia emperrava, em todas as regiões, as condições propícias, bastante numerosas, à propulsão industrial. A situação era dramática, e nenhum programa de desenvolvimento poderia ter êxito se não se corrigissem, com urgência, essas deficiências, através

de uma rápida ampliação da faixa de aproveitamento do potencial disponível no estado.”<sup>[62]</sup>

Como? Mediante incentivo à iniciativa privada, política tarifária de estímulo a novas inversões e estabelecimento de um fundo de eletrificação por intermédio de uma taxa vinculada. Imaginação, coragem, objetividade.

“É de estradas que precisamos primeiramente, basicamente, fundamentalmente.” E o dinheiro para o ambicioso e caro programa rodoviário? Conta em suas memórias que, pouco a pouco, descobriu os caminhos. Não ficou preso somente ao magro orçamento do DER. Recorreu ao governo federal, estimulou o setor privado. Concluiu que não deveria realizar contratos pequenos, porque os empreiteiros não conseguiram caucioná-los nos bancos. E o vulto das obras impunha utilização de máquinas caras, em vez das ferramentas simples e carroças puxadas a burro, que levavam anos para abrir um simples corte numa colina geologicamente mais resistente. Tudo do tempo do chamado regime manual.

Em certo dia de abril de 1951, voando de Belo Horizonte a Varginha no monomotor Bonanza, teve um estalo:

promover um sistema de concorrência capaz de cobrir, mediante execução integrada, a rede de estradas programada, as dezesseis estradas-tronco. Estabelecer um consórcio de firmas para executá-las. Os pagamentos seriam feitos em promissórias, com vencimentos distribuídos por várias datas, em prazos sempre longos, de até oito anos. Juscelino busca recursos na própria imaginação, no governo federal, no setor privado, em agências de financiamento nacionais e do exterior, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Eximbank, a Impex-Paris, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Fundo Rodoviário Nacional. Projetos e programas identificados, corria atrás de investidores e financiadores. Administração realmente inovadora, revolucionária. Mudança de mentalidade, de prioridades e objetivos, de escala, de tecnologia. De Juscelino, 25 anos depois:

“O problema era o binômio energia e transportes. O pessoal do PSD vinha me dizer: ‘Governador, o que nos interessa é a nomeação da professora, do delegado, porque isso é que dá prestígio ao político.’

Eu dizia: ‘Vamos mudar essa mentalidade, vocês vão ver que as coisas serão outras com o desenvolvimento’. Eu choquei muita gente. Deputados vinham me perguntar qual a importância de se construir uma central elétrica no norte de Minas, se o município dele era no sul. Eu explicava que essa central iria favorecer o município dele, porque melhoraria todo o estado, mas precisaria ter calma, eu não poderia tirar Minas da pobreza com um decreto. No final do governo, todos já tinham aceitado. O binômio energia e transportes foi uma arma poderosa na minha campanha à Presidência da República.”<sup>[63]</sup>

Bons programas e projetos estratégicos saem do papel. O vasto potencial de desenvolvimento mineiro é mobilizado. O crescimento acelerado da geração e distribuição de energia elétrica e a expansão da malha rodoviária abrem novas perspectivas. Melhoram a vida do povo, integram as grandes regiões, induzem o fortalecimento e a diversificação da economia, puxam a industrialização.

## Conquistas e resultados

É assim que o governo prepara e opera o setor público para reduzir obstáculos e induzir o desenvolvimento. Cria as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), *holding* que comanda a eletrificação acelerada. O poder energético triplica, com ampliação e construção de hidrelétricas. Evolui de 200 mil para 605 mil quilowatts. A meta de fazer 2.000 quilômetros de boas estradas é superada em 50%. São concluídas dezesseis estradas-tronco, totalizando 3.087 quilômetros, integrando as grandes regiões, facilitando o acesso aos estados vizinhos, impulsionando o progresso. O número de crianças matriculadas no ensino primário passa de 650 mil, em 1951, para 1,1 milhão, em 1955. São construídas 137 escolas, 160 novos centros de saúde, 251 pontes, dezenas de campos de pouso para aviões de médio porte, totalizando 75 no final do governo.

O salto energético facilita a industrialização. Sempre com o apoio de Vargas, Juscelino atrai e viabiliza a implantação da emblemática Companhia Siderúrgica Mannesmann, poderoso complexo industrial de capital alemão, na cidade industrial de Contagem, vizinha de Belo Horizonte. Seu consumo inicial de energia elétrica equivalia a mais de um quarto de toda a capacidade instalada de

1951. Funda a Fertisa, empresa de mineração e agricultura. E também a Frigoríficos de Minas Gerais (Frimisa), em Santa Luzia, para apoiar a pecuária bovina e suína. E outras empresas públicas ou de capital misto, todas envolvidas com o equacionamento e avanço do desenvolvimento estadual. Também vitaliza e intensifica o apoio às atividades culturais.

Minas realiza um choque de desenvolvimento e modernização. Prioriza o caminho da industrialização, sem esquecer a agropecuária, a mineração e outras vocações.

A associação de Juscelino aos espetaculares resultados e realizações na prefeitura de Belo Horizonte e no governo mineiro vai ajudá-lo na renhida disputa da Presidência da República. Contará também com o capital político herdado do mito Vargas, inclusive do PTB. Seu nome é identificado com a democracia e o desenvolvimento, num contexto de maior autonomia política nacional.

Torna-se o continuador do esforço varguista de progresso. O candidato do desenvolvimento, da democracia, da renovação, da modernização e da esperança. Mas, para os adversários políticos radicais e a parte das Forças Armadas antagetulista, também crescente e preocupante

ameaça. Pela frente, quase uma aventura. Emoções fortes e terríveis riscos políticos.

## CAPÍTULO 10

# Presidente da República

Início de 1954. Juscelino, em pré-campanha, vai a todos os estados em que já havia chance de conseguir apoios e alianças. Por último, em novembro, foi à Goiânia do governador Juca Ludovico, entusiasta da transferência da capital do Rio de Janeiro para Goiás. Ali voltará em 18 de janeiro de 1955. Dele, em suas memórias: “Depois dessas viagens, não havia metralhadora que impedisse minha candidatura”.

Já o presidente Vargas não teve paz. Foi perturbado e hostilizado todo o tempo por agressiva oposição. Desde antes da eleição. Um exemplo? No jornal *Tribuna da Imprensa* de 1º de junho de 1950, o adversário Carlos

Lacerda, de grande projeção junto à opinião pública, talentoso e ambicioso demolidor político udenista, pregava: “O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

Elegeu-se democraticamente, mas os adversários radicais não se conformavam com seu retorno ao centro do palco político. Tempo de guerra fria, de permanente disposição intervencionista de parte das Forças Armadas brasileiras, de guerra ideológica entre esquerda e direita, de radicalização e fanatismo. O golpe está latente há muito tempo. O clima político-militar é pesado, ameaçador. No Rio de Janeiro, capital da República, centro nervoso das decisões nacionais, o presidente governa quase acuado, vulnerável à perigosa e poderosa concentração local de forças militares e opositores civis.

Desde a posse de Vargas brotam suspeitas, boatos e temores de instauração de regime de exceção. O presidente não seria capaz de preservar a ordem constitucional e de resistir ao comunismo. Aos adversários, portanto, parecia legítimo articular sua queda. Antecipar-se a suposto golpe

dele. Clima emocional, de desconfiança. Ataques frequentes, radicalização, impossibilidade de diálogo civilizado e construtivo. Joram denúncias de escândalos, favorecimento de empresas jornalísticas, como a *Última Hora*, do jornalista Samuel Wainer. Instaura-se uma comissão parlamentar de inquérito. Acusações de corrupção atingem a família do presidente. Em junho de 1953, Vargas nomeia Tancredo Neves para o Ministério da Justiça, em substituição ao também mineiro Francisco Negrão de Lima, primo de Sarah Kubitschek. Mais um elo forte com Juscelino. Até hoje não se sabe se foi opção do próprio Vargas, agradecido pela atuação do jovem deputado na manutenção de importante voto presidencial, ou se foi por indicação de Juscelino. Tancredo, cuja irmã, Mariana, era cunhada de um primo de Vargas, Ernesto Dornelles, dizia que nunca verificou isso. “Juscelino concordou e talvez tenha sugerido o meu nome para ministro da Justiça. Nunca me ocorreu investigar esse fato.” Mistérios pessedistas.

Fala-se em Minas de um encontro entre o presidente e o governador Juscelino para escolher o substituto de Negrão de Lima, em junho de 1953. Assim: Vargas pega a lista de deputados federais, em ordem alfabética. Lê o primeiro

nome em voz alta. Juscelino interrompe, sorrindo: “Vamos direto à letra T, presidente. Sei que o senhor prefere o Tancredo e estou de acordo”. Satisfeito, Getúlio deu uma gargalhada.

Lá fora, a crise política crescia, cada vez mais ameaçadora, principalmente pela crescente inquietação de lideranças das Forças Armadas.

## Da vida para a história

A um ano do final do governo, adversários civis e militares pedem abertamente a saída de Vargas. Situação gravíssima, aprofundada por um desastroso atentado contra o deputado Carlos Lacerda, que teria sido alvejado com um tiro no pé, na madrugada de 5 de agosto de 1954, na Rua Tonelero, em Copacabana. Do episódio resultou a morte do major Rubens Florentino Vaz, da Aeronáutica, que o acompanhava e protegia. Surgem sinais de possível envolvimento da guarda pessoal de Vargas nesse crime político. Fato de gravidade superior, que põe em xeque o próprio presidente e seu governo. O desfecho dramático da

sucessão de acontecimentos subsequentes terá efeito determinante no destino político de Juscelino.

Inquérito Policial Militar para apuração do crime, instaurado pela Aeronáutica, presidido pelo coronel João Adil de Oliveira, na Base Aérea do Galeão, com poderes extraordinários e forte viés antipresidencial, aponta a saída de Getúlio. É a chamada “República do Galeão”. Na Câmara dos Deputados, o expoente udenista Afonso Arinos de Melo Franco exige a renúncia:

“Tenha a coragem de perceber que seu governo é hoje um estuário de lama e de sangue; observe que os porões de seu palácio chegam a ser um vasculhadouro da sociedade. Eu lhe solicito, homem, em nome do que há de mais alto no coração do meu povo: tenha a coragem de ser um desses homens, não permanecendo no governo se não for digno de exercê-lo.”

Clima de guerra iminente. Na *Tribuna da Imprensa* de 9 de agosto de 1954, Carlos Lacerda afirma que Vargas não é mais o chefe legítimo do governo. Momento terrível. O presidente está acuado. Quase só, precisa de compreensão e ajuda, de provas de consideração e solidariedade.

Juscelino percebe isso e o convida para presidir a inauguração da Siderúrgica Mannesmann, em 12 de agosto de 1954. A usina já nasce como marco e referência da industrialização mineira, um dos orgulhos do governador. O presidente reluta, preocupado com a crise político-militar. Juscelino argumenta que ele precisa sair do Rio, respirar outros ares, deixar o olho do furacão. Getúlio consente.

Será sua última viagem. É esplendidamente recebido e bem tratado. Na Mannesmann, participa de sua última solenidade pública. E profere o derradeiro discurso. Sua alma e sua cabeça estavam saturadas de apreensão e indignação. Denunciou “a campanha de mentiras e calúnias de que sou vítima”. Defendeu energicamente a legalidade, que considerava ameaçada. E enfatizou que, como presidente, lhe cabia preservar e defender o princípio da legalidade constitucional que representava. Palavras firmes, enérgicas. Sente-se bem, resolve adiar a volta para o dia seguinte. Hospeda-se no Palácio das Mangabeiras. Retorna ao Rio na manhã seguinte. O ministro Tancredo Neves o espera no Aeroporto Santos Dumont. As coisas haviam se agravado. Getúlio, sempre formal:

- O que o senhor sugere?

- Eu, se fosse o senhor, presidente, abria agora a luta pela sucessão. Lançava a sucessão na rua. Acho que a saída agora é essa.

Ainda Tancredo:

“Nesse dia ele falou comigo: ‘Olha, o Kubitschek está muito forte em Minas. Ele vai ser um candidato. Vamos conduzir então a coisa em nome dele. Mas com muito cuidado, para o Aranha [ministro Osvaldo Aranha] não ficar magoado’. O Aranha naquela ocasião estava bem apalavrado com a UDN. O gabinete da UDN era o gabinete dele. Eles não saíam de lá, todo o estado-maior da UDN. Seria o acordo PTB-UDN em torno do Aranha. (...) Eu não tive nem como fazer a articulação, nem como chamar algumas lideranças mais representativas para colocar o problema.”

Mas por que Vargas se fixou no nome de Juscelino?

Tancredo:

“Ele ficou muito impressionado com a força do Juscelino em Minas na ocasião, com a popularidade dele. E o Juscelino, quando queria ser amável, era genial. Ele cercou o presidente de todas as atenções, de todo o carinho, todo o afeto, numa hora difícil, não é? Ele deu ao presidente a última demonstração de

solidariedade, de apreço e de estima que o presidente teve como homem público.”<sup>[64]</sup>

Juscelino, desenvolvimentista pragmático, homem de ação, não tinha valores políticos plenamente compatíveis com o nacionalismo varguista. Mas identificava-se totalmente com ele no compromisso democrático e na convicção da essencialidade do desenvolvimento econômico e da integração nacional. Havia também a amizade e a lealdade pessoal, várias vezes demonstradas, e a gratidão pelo decidido apoio do presidente ao governo mineiro. E ainda um trunfo fortíssimo, que agradava muito à pragmática alma política de Vargas: Juscelino mostrava forte potencial eleitoral. Assim, mesmo não tendo o exato perfil para ser o herdeiro ideológico, era ótimo herdeiro eleitoral.

O apoio de Vargas, apesar de toda a crise, teria peso fundamental no jogo e no sonho presidencial de Juscelino. Aval forte, capaz de dar maior robustez e viabilidade política à concretização da candidatura, ameaçada por outras lideranças pessedistas.

Rio de Janeiro: ambiente cada vez mais tenso, instabilidade, sentimento de desagregação do poder, de

golpe em progressão. Em 22 de agosto, os brigadeiros aprovam proposta de Eduardo Gomes no sentido de comunicar ao presidente que deve deixar o cargo. A alta oficialidade da Marinha apoia. Indisciplina, desafio ao chefe supremo das Forças Armadas. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Mascarenhas de Moraes, leva o recado.

Getúlio reage dramaticamente: “Querem me escorraçar daqui, como se eu fosse um criminoso. Não pratiquei nenhum crime. Portanto, não aceito essa imposição. Daqui só saio morto. Estou muito velho para ser desmoralizado e já não tenho razões para temer a morte.”[65]

Em 23 de agosto, sai um manifesto de generais pela renúncia. Alguns signatários: Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa, Humberto de Alencar Castello Branco, Henrique Lott. No Congresso, à tarde, João Café Filho, presidente do Senado e vice-presidente da República, que muitos ainda consideravam leal a Vargas, crava profundo e doloroso espinho: em estranho e surpreendente discurso, sugere a renúncia simultânea do presidente e do vice-presidente da República (ele próprio), assumindo o governo o deputado Carlos Luz, presidente da Câmara. Para

Tancredo, evidência de que Café estava com os conspiradores.

Rio, Palácio do Catete. Em tensa reunião do presidente com o ministério para exame do quadro político, na madrugada de 24 de agosto de 1954, muitas surpresas. Na agenda, a crise, o impasse, o que fazer. Getúlio deve licenciar-se ou resistir? E a hipótese de renúncia? As palavras do ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, considerado herói da Força Expedicionária Brasileira (FEB), causam espanto. Acusa e chama de traidores os generais golpistas, mas conclui assim, dirigindo-se ao presidente: “Se V. Exa. me der ordem, eu irei realmente aplacar esse movimento de insubordinação. Mas não quero assumir a responsabilidade pelo sangue que vier a ser derramado. Esta será de V. Exa.” Mal-estar, espanto. Transferência de responsabilidade funcional?

É a vez de Tancredo Neves, ministro da Justiça, fiel ao presidente e a seu projeto de nação. Propõe resistência com as tropas fiéis e até com as pessoas ali presentes que queiram correr o risco do presidente. Direto ao general Zenóbio da Costa, em voz pausada e firme: “Poucos

homens, general, têm a oportunidade de morrer por uma grande causa. Por que não aproveitamos esta?”.[66]

O ministro Osvaldo Aranha, das Relações Exteriores, e Alzira Vargas, filha de Getúlio, também pedem a resistência a qualquer custo, assim como o general Caiado de Castro. Mas prevalece a ideia da licença. Getúlio encerra a reunião assim: “Eu decidi entrar em licença. Recomendo aos meus ministros militares que mantenham a ordem. Na hipótese de não ser mantida a ordem, tomarei a providência que me parecer mais adequada.”

Tancredo lavra nota da reunião, mostra a Osvaldo Aranha.

Transcrição:

“Deliberou o presidente Vargas, com integral solidariedade dos seus ministros, entrar em licença, passando o governo a seu substituto legal, desde que seja mantida a ordem, respeitados os poderes constituídos e honrados os compromissos solenemente assumidos perante a nação pelos oficiais-generais das nossas Forças Armadas. Em caso contrário, persistirá inabalável no seu propósito de defender as prerrogativas constitucionais com o sacrifício, se necessário, da própria vida.”

Os dois e Alzira vão ao quarto andar. Querem submeter o texto ao presidente. Tancredo estranhou: “Ele não demonstrou qualquer interesse pela nota, o que causou uma certa espécie, porque o presidente sempre foi muito atento no que diz respeito a documentos. Ele nunca deixou de ler, e ler com o maior cuidado, todos os documentos que lhe eram levados ou que eram submetidos à sua consideração ou à sua assinatura”. Apenas perguntou quem a havia redigido. E autorizou a divulgação. Estaria Vargas profundamente deprimido? Já teria optado pelo suicídio?

Conforme Tancredo, que permaneceu no Catete, o general Zenóbio da Costa, ministro da Guerra, levou a nota aos generais que o aguardavam no prédio do Ministério da Guerra. Como constava que o presidente entrara em licença, indagam se reassumiria depois. Resposta do ministro Zenóbio: “A licença é *pro forma*. O presidente não terá mais condições de voltar.” O general Armando de Moraes Âncora, diretor do Departamento Federal de Segurança Pública, presente a esse encontro, segue para o Catete. Encontra Tancredo e o general Caiado de Castro, chefe do Gabinete Militar, que tomavam juntos o café da manhã. Reporta o que viu e ouviu. Caiado manda chamar

Benjamim Vargas, irmão do presidente, conta o acontecido. Benjamim vai a Getúlio, passa as informações e volta a Tancredo e Caiado. Quer conversar sobre os desdobramentos do episódio. Passa um pouco de 8 horas. Tancredo Neves:

“Nesse momento, nós ouvimos o estampido de um tiro e de imediato entrou em nossa sala [no Palácio do Catete, Rio de Janeiro] o coronel Dornelles, Hélio Dornelles, que estava servindo de ajudante de ordens do presidente naquele dia, já dizendo: ‘O presidente suicidou-se’. Então subimos imediatamente pelo elevador interno e chegamos ao quarto em que estava o presidente. Ele estava realmente com meio corpo para fora da cama, um borbulhão de sangue saindo pelo coração. Segurou ainda a minha mão, quando Alzira e eu colocamos o seu corpo no leito. Procuramos acomodá-lo para lhe dar mais conforto, e ele, ainda vivo, lançou um olhar assim... circunvagante, procurando alguém, até que, em certo momento, ele identificou Alzira e nela se fixou e aí ele morreu. Esse é sem dúvida o instante de maior emoção da minha vida pública.”<sup>[67]</sup>

Último grande lance do estrategista político. Um trágico e bem-sucedido contragolpe. O tiro no coração vira a crise.

Morre, mas vence. O povo, que já aprovava a deposição, volta-se contra os algozes do líder. Quase heróis do movimento antagetulista, como Carlos Lacerda, viram vilões.

Fato histórico de primeira grandeza, que muda a vida política brasileira. Sua força e seu significado mobilizam o sentimento e a vontade popular, obrigando os golpistas a recuar. E também induzem e facilitam a recomposição das forças getulistas. O sacrifício e o sangue contribuem para manter seu nome e seus feitos na lembrança do povo, dos seguidores, aliados, adversários e inimigos. Como referência, personagem forte, estadista e mito político. Como herói e mártir da história política. Até na literatura de cordel:

“Jesus Cristo, pelo povo  
Padeceu morte e paixão.  
Getúlio foi outro Cristo,  
Varou o seu coração  
Com uma bala sublime  
Para salvar a nação!”<sup>[68]</sup>

Sobre a mesinha de cabeceira, num envelope branco, o genro Ernani do Amaral Peixoto encontra a carta que vai se tornar seu testamento político. Em tom patético, mas

afirmativo, contém acusações aos adversários. Denuncia os grupos financeiros internacionais e seus agentes, pinta dramaticamente a tragédia. Influenciará a política brasileira por muitos anos. Trechos:

“Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue; (...) Mas esse povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém. (...) Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.”

Divulgada a bomba pelo rádio, lida e relida a carta-testamento, o país sofre e chora a perda do líder. O povo sai às ruas nas grandes cidades. Ambiente de luto, mas também de indignação. No Rio, as sedes dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* são atacadas. Multidões avançam contra a embaixada americana, a Standard Oil e a Light. São contidas a tiros. Em São Paulo, greve de operários, ataque à sede dos *Diários Associados*. Há cenas semelhantes em Belo Horizonte e outras capitais.

O cortejo fúnebre rumo ao Aeroporto Santos Dumont reúne a maior multidão já vista no Rio de Janeiro. Forte

emoção, inconformismo, raiva, revolta. Há tentativa de depredação de instalações da Aeronáutica.

O corpo de Vargas é sepultado no túmulo da família, em São Borja. O Brasil sofre. João Goulart, Osvaldo Aranha e Tancredo Neves proferem discursos carentes, arrebatadores, profundos.

Do cemitério, os três seguem para a fazenda de Goulart. A morte do presidente tinha mudado o quadro político. Mas os conspiradores continuavam ativos. Novos cenários, clima de instabilidade. Precisam analisar a situação. Conversam, decidem pela construção de aliança do PSD e do PTB e lançamento da candidatura de Juscelino à Presidência da República. Uma frente partidária, já visando à eleição. Jango seria o vice.

Juscelino foi o único governador que compareceu ao velório de Vargas, no Palácio do Catete. Chegou na madrugada do dia 25 de agosto de 1954. Novamente Tancredo Neves:

“Dizem que a camisa ensanguentada de Lincoln fez sete presidentes da República nos Estados Unidos. O suicídio do Getúlio fez fatalmente o Juscelino. Eu acho que o suicídio teve realmente como consequência a

eleição do Juscelino. Mas o suicídio também adiou 64. Se não fosse o suicídio de Vargas, 54 já teria sido 64. Você verifica: as lideranças de 64 são as mesmas lideranças de 54. Com os mesmos objetivos. Sessenta e quatro foi uma revolução de direita, uma revolução conservadora, uma revolução nitidamente pró-americana, feita inclusive com a participação deles, americanos, que já tinham participado em 54. Para mim, esse é o aspecto mais importante do suicídio de Vargas.”<sup>[69]</sup>

O vice-presidente João Café Filho presta juramento e toma posse num auditório quase vazio. Abre-se novo período político, marcado por instabilidade, manobras políticas, conspirações e tentativa de golpe.

## Sucesso do sucesso

Nada faz mais sucesso do que o próprio sucesso. O estilo inovador e as grandes realizações em Minas firmam nacionalmente o nome de Juscelino. Imagem de administrador competente, moderno, criativo, e que cumpre o que promete. “Nunca deixei uma obra pela metade. O que projeto, faço.” Impõe-se como político hábil, simpático,

carismático, de extraordinária capacidade de comunicação com o povo. O Brasil todo sabe de seu sonho presidencial. Tem todas as credenciais e apreciável chance de vitória. Mas a luta vai ser dura, inclusive dentro do seu PSD. Alguns dos principais líderes nacionais continuavam aspirando ao Palácio do Catete. Do ex-ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e ex-governador de Minas, Rondon Pacheco, em 28 de julho de 2010:

“O Juscelino foi lançado presidente porque teve muita iniciativa. Os cardeais do PSD eram todos candidatos. Nereu Ramos era candidato, Benedito Valadares e Amaral Peixoto, presidente do partido, também. Mas o Juscelino conquistou a área moça, a área jovem. Ele era mesmo fascinante. Foi uma eleição muito equilibrada, dividida. Ele fez aliança com o João Goulart, com o PTB.”<sup>[70]</sup>

Correto. Em 3 de outubro de 1954, eleições legislativas. O PSD passa de 112 para 114 cadeiras, o PTB de 51 para 56, e a UDN perde dez: cai de 84 para 74. O final de 1954 não tem monotonia política. Muita pressão, muitas jogadas, muito blefe, dissimulações, ambições e temores à solta. Juscelino:

“Eu tinha uma ideia bem nítida das dificuldades que iria enfrentar. No plano estadual, havia o problema da minha própria sucessão, já que o vice-governador, Clóvis Salgado, não era do PSD, mas do PR. E, no cenário nacional, as perspectivas ainda eram mais sombrias. A hostilidade de Café Filho ao meu nome, havendo extravasado os círculos oficiais, já se infiltrava nas fileiras do próprio PSD, gerando focos de resistência no diretório nacional. Pernambuco, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul estavam contra e, pouco depois, Benedito Valadares, impressionado com a atitude dos militares, deixou-se dominar, igualmente, pela ideia da inviabilidade da minha candidatura. Contribuiu para esse seu comportamento a divulgação de um diálogo, exato ou não, travado entre o general Juarez Távora e o governador Jânio Quadros.”

Valadares tinha fama de ter medo do poder militar. Se é verdade, certamente multiplicou esse sentimento depois da crise nacional e do suicídio do amigo e protetor Getúlio Vargas. Juscelino conta que, depois de tomar conhecimento do tal diálogo entre Jânio e o general Távora, ele passou a trabalhar contra sua candidatura. Em conversas ao pé do ouvido, confidenciava, como se se tratasse de informação privilegiada, que ela seria uma afronta às Forças Armadas.

Dizia que era um enorme risco para o PSD. Usava até esta pérola da política mineira: “O Juscelino quer bancar o Tiradentes com o pescoço dos outros”.

Síntese do que tanto assustou Benedito e alguns outros: em encontro com Jânio, numa fazenda paulista, o general Juarez Távora, ligado à UDN, chefe da Casa Militar do presidente Café Filho, teria declarado que as Forças Armadas haviam vetado o nome de Juscelino para a Presidência da República. Em decorrência, coordenava-se uma candidatura única, de pacificação nacional. Jânio:

“– Mas, general, e se, apesar do voto militar, Juscelino sair candidato?

– O PSD não terá coragem de indicá-lo.

– Mas, general, e se, apesar de tudo, ele for indicado?

– Se for indicado, não concorrerá às eleições.

– E se concorrer às eleições e sair vitorioso?

– Não tomará posse”.<sup>[71]</sup>

Ainda o final de 1954, Belo Horizonte. Juscelino é pré-candidato forte a presidente da República pelo PSD e pelo PTB, sonho agora ameaçado pela estranha ideia de uma candidatura de união nacional. Tentam cooptá-lo, bate o pé.

Sabe que o verdadeiro objetivo é tirá-lo do páreo. Numa noite linda, céu coalhado de estrelas, o também mineiro José Aparecido de Oliveira, jovem articulador político da UDN, é enviado ao Palácio das Mangabeiras para tentar convencê-lo a desistir. São bons amigos, conversam à vontade. Prosa longa, boa, agradável. Só que, bem à mineira, mal tangenciam o tema. Na porta de saída, a hora da verdade. Juscelino põe a mão direita no ombro de Aparecido e aponta o firmamento:

- Não adianta, Zé. Está escrito nas estrelas.

O brilho de alguma estrela lhe terá lembrado a profecia do pai no dia de seu nascimento?

Místico e supersticioso, JK contava outro episódio que teria acontecido no mesmo Palácio das Mangabeiras, também no final de 1954. Estava à vontade, repousando no dormitório do andar superior, numa tarde de sábado, quando avisaram que um frade barbudo esperava por ele na sala da entrada principal, no andar térreo. Admirou-se. Não marcara compromisso, não esperava ninguém. Falha do ceremonial? Compõe-se e desce a escada encaracolada. Gentil, cumprimenta o visitante, como se o esperasse. O frade nada pede. Apenas sugere que persevere em seus

propósitos humanitários e se prepare bem, pois vai ser presidente da República. Ergue-se, dá-lhe a bênção e vai embora. Perplexo, Juscelino quis saber mais sobre a estranha visita. Como o religioso conseguiu chegar à sala principal? A única entrada é pela portaria, chefiada pelo atento e disciplinado cabo Lucas e soldados da Polícia Militar. Verificam tudo, vasculham a área inteira. Ninguém viu nem sombra do frade ou de qualquer outro visitante. Mistério.

A exemplo de Napoleão Bonaparte, Juscelino dizia que política é destino. Talvez acreditasse também na profecia do bom e feliz João César, seu pai, em 12 de setembro de 1902. Ou seria no *instinto kubitschekiano*?

A maioria dos pessedistas opta por candidatura própria. Líderes nacionais importantes, como o jovem Ulysses Guimarães, fazem declarações favoráveis à de Juscelino. O nome vai se impondo no partido, presidido por Amaral Peixoto, quase sem divergências. Uma delas é Benedito Valadares, ainda presidente do PSD mineiro. Fora do partido, há opositores de peso. Como o presidente Café Filho, parte dos militares antagetulistas, a UDN. Juscelino via as resistências e ameaças como fruto da ação de grupos de

radicais udenistas que, em face de qualquer dificuldade, invocavam o nome das Forças Armadas. Achava que tinha numerosos amigos entre os militares e que a maioria absoluta das Forças Armadas só se preocupava com seus assuntos específicos, alheia às competições partidárias. Etevino Lins, de Pernambuco, tentou lançar uma solução acima dos partidos: a chapa Ju-Ju, Juarez para presidente e Juscelino para vice, prontamente rejeitada.

Em 25 de novembro de 1954, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, o Diretório Central do PSD, depois de debates candentes, indica Juscelino: 123 votos, com 36 abstenções. Em discurso vibrante, ele agradece, pede apoio aos brasileiros de boa vontade, defende a obediência à Constituição e a luta pelo desenvolvimento nacional, acena com uma era de prosperidade.

A aliança com o PTB, com João Goulart como vice, é formalizada no começo de dezembro de 1954. Vem também o PR de Arthur Bernardes e Clóvis Salgado.

Juscelino mergulha na campanha. Trabalha sem parar. Faz nova maratona de visitas aos estados, a bordo de um DC-3 alugado pelo partido. Preocupa-se com as urnas e também em se preparar para a gestão presidencial. Presta

atenção nos movimentos dos conspiradores. Considera o presidente Café Filho faccioso. Em discurso de saudação ao povo brasileiro pela chegada de 1955, reafirma que não abandonará a liça, que invectivas e calúnias não o farão recuar. E acrescenta a frase que considera a definição de sua própria personalidade:

- Deus poupou-me o sentimento do medo!

A mensagem ecoou forte pelo país.

No começo de janeiro, retoma as viagens. As tentativas de intimidação continuam. Atrita com Café Filho, a quem vê como tutelado da UDN e que não para de articular a tal candidatura de união nacional. Fala-se em ameaça às instituições e até em revanchismo, pelo acontecido a Vargas e a seu governo. As pressões não cessam nem durante a convenção nacional do PSD, realizada no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, na noite de 10 de fevereiro de 1955. Comparece grande multidão. Votação consagradora: 1.646, contra 276 abstenções. Trecho do discurso de agradecimento de Juscelino:

“Em face de Deus, diante de vós, meus amigos e correligionários, que fostes exemplo de fidelidade ao compromisso assumido, diante do nosso país, de

todos os brasileiros, favoráveis a mim ou adversários, solenemente, como a situação requer e permite, juro e prometo que não guardarei rancores do que sofri, das ofensas, das injustiças que tive de suportar, e que aspiro a trabalhar, de agora em diante, pela paz política, pela união profunda e viva da nacionalidade, pela elevação do nível dessa campanha, por um amplo, generoso e sincero entendimento geral. Que Deus me assista e proteja, para que não desminta a vossa confiança.”

## Adeus a Minas

Candidatura oficializada, hora de acelerar e aprofundar a campanha. Mas tinha primeiro de concluir a gestão em Minas e equacionar a própria sucessão. Consegue viabilizar a indicação de José Francisco Bias Fortes, que vencerá as eleições. Descompatibiliza-se em 31 de março de 1955, passando o cargo a Clóvis Salgado. Da sacada do Palácio da Liberdade, olha a Praça da Liberdade. Vê um mar de gente e centenas de faixas e bandeiras. O Liberdade é invadido aos gritos de “Viva o futuro presidente da República!”. É o adeus do povo. Juscelino discursa, emocionado. Fragmentos:

“Agradeço principalmente ao povo mineiro o incentivo e o apoio que me tem dispensado. Desse povo recebi, com a sua confiança, o maior prêmio que me poderia esperar pelo meu esforço - a justa reparação de muitas injustiças sofridas e o estímulo para enfrentar luta ainda bem mais renhida. É amparado pelo calor da alma popular e por ele reconfortado que sinto o despertar de novas forças em meu ser - forças que me tornam apto a desprezar a traição e a enfrentar os traidores, a olhar de frente, impávido, os que ameaçam o meu direito e o direito do meu partido de ter candidato. Não serão a felonía, a maldade, a baixeza, as brutalidades e as intimidações que me arrancarão das mãos a bandeira da Lei e da Democracia, que conduzo com perfeita humildade de espírito. Essa humildade, porém, não significa timidez, temor dos perigos que me aguardam no caminho. É, antes de tudo, preito de reverência à grande missão e à alta dignidade que repousam nos meus ombros.”<sup>[72]</sup>

Orgulhoso das conquistas e resultados, Juscelino destacou em discurso de prestação de contas aos mineiros, no início de 1955: “Não guardei a moeda que me destes, meus coestaduanos, escondida no fundo da terra, nem a atirei fora; na medida em que me foi permitido, fi-la render e multiplicar-se.”<sup>[73]</sup>

Os olhos atentos de médico o ajudaram a diagnosticar e avaliar a própria gestão:

“No governo de Minas, alargaram-se substancialmente os horizontes. Os elementos com os quais jogava eram regiões inteiras, e cada uma delas apresentava uma urdidura diferente de soluções por ser encontradas. E, acima das exigências locais, teria de considerar o estado como um todo - um organismo, de veias já esclerosadas, de deficiente circulação sanguínea, com largas faixas de entorpecimento social, exigindo regeneração dos semimortos tecidos.”<sup>[74]</sup>

Presidência à vista. Está perto de fazer cumprir a profecia do pai, João César de Oliveira, em 12 de setembro de 1902.

## Rumo ao Catete

Tem à disposição o DC-3 de prefixo PP-ANY, pintado de azul e branco, com acomodações para dezesseis pessoas, equipado com duas camas, mesa para máquinas de escrever, material administrativo, estantes de livros. Um apartamento-escritório aéreo, em dois compartimentos.

Conta com seis meses para apresentar-se e discutir suas ideias e propostas. Garantir compromisso absoluto com a democracia e o desenvolvimento. O binômio energia e transportes, a conquista do interior, a industrialização. Falar de seus sonhos e de sua confiança no povo e no país. Tarefa nobre, mas estafante. Decide fazer o primeiro comício bem no coração do Brasil.

Jataí, sertão goiano, 4 de abril de 1955, 10 da manhã. Forte ronco no céu. O homem está chegando. O PP-ANY fura as nuvens, circula, prepara-se e embica direto e reto para a pista de terra do campo de aviação. Pouso-manteiga: desliza suavemente, perseguido por caudaloso rio de poeira. Manobra, aproxima-se, para. A porta se abre. Um passageiro soridente acena com entusiasmo. É Juscelino. Aplausos, cumprimentos, seguem para a pracinha do comício, que reuniu a maior multidão da história jataiense: mais de mil pessoas. Quando a comitiva chega ao palanque, cai um toró. Corre-corre, dispersão, alguém se lembra do galpão da oficina mecânica. Uns duzentos correm para lá. Juscelino também. De terno e gravata, ponta do lenço aparecendo no bolsinho do paletó, sobe na carroceria de surrado caminhão Bedford e dispara discurso quase hipnótico.

Desenvolvimento, transformação do Brasil, fim da miséria, empregos, democracia, cumprimento fiel das leis e da Constituição. Deixa o povo à vontade, não fala de cima para baixo, sorri muito. Passa alegria, espontaneidade, bom humor, simplicidade.

No final, pede que perguntuem o que quiserem. Silêncio. Repete, insiste. Nada. De repente, um rapaz franzino, de pé bem próximo do caminhão, se anima. É o Toniquinho da Farmácia, Antonio Soares Neto, solteiro, inspetor de seguros, 28 anos. Junta toda a coragem e, voz embargada, pergunta se, caso eleito, o candidato mudaria a capital para o Planalto Central, como previsto na Constituição. Juscelino para, aparenta surpresa, reflete teatralmente alguns segundos e dispara:

- Cumprirei na íntegra a Constituição. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede do governo e construirei a nova capital.

Euforia, palmas, gritos de entusiasmo. Era o que todos queriam saber. O sonho maior de Goiás e de quase todo o Brasil profundo.

Por que o primeiro comício no quase vazio goiano, de complicado acesso e escassos eleitores? Por que não Belo

Horizonte, Rio, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre ou outra cidade grande? Há quem acredite que foi por ser Jataí o município proporcionalmente mais pessedista do país. Outros, que Juscelino quis prestigiar o amigo Serafim de Carvalho, chefe pessedista local, seu colega de curso de medicina em Minas. Com boa vontade e ingenuidade, até poderia ser. Mas nas Minas do manhoso e pragmático PSD de José Maria Alkmim, todo o mundo sabe que, em política, a versão vale mais do que o fato. Juscelino quis começar no coração do Brasil porque era o ambiente e o palco adequados para anunciar a construção da nova capital e a interiorização do progresso, com ênfase em energia e transportes. A futura Brasília, centro irradiador de civilização, de desenvolvimento e da integração nacional, seria a meta-síntese de seu sonhado governo.

A decisão já estava tomada. O que houve em Jataí foi o anúncio do histórico compromisso do candidato. Mais: político hábil e pragmático, consciente da forte resistência à mudança da capital, principalmente no Rio, preferiu não tomar a iniciativa de revelá-la. Melhor fazê-lo perto do local previsto, “surpreendido” por justa e espontânea cobrança popular. Coisa fácil de combinar ou induzir. Solução

brilhante, engenhosa, politicamente mais palatável. Inclusive junto ao poder militar, guardião da Carta Magna e tão influente durante a guerra fria. Como um democrata, poderia se negar a cumprir o que a Constituição mandava e o povo cobrava?

Na verdade, chegou a Jataí sabendo de tudo. Desde o sonho mudancista dos Inconfidentes Mineiros, que queriam a capital em São João del-Rei, aos trabalhos finais da Comissão de Localização criada por decreto de Vargas de junho de 1953. Que esta acabara de receber o relatório técnico contratado com a empresa norte-americana Donald J. Belcher, que mapeara, analisara e avaliara cinco sítios mutuamente excludentes para sediar a nova capital, desenhados em cores diferentes. Que os membros da comissão estavam prestes a indicar qual deles seria escolhido. Que o governo de Goiás iria ao seu limite pela causa. Cinco meses antes, em visita de pré-campanha, havia tratado do assunto com o governador goiano Juca Ludovico, como revela, em outubro de 2010, o lúcido, lúpido e irrequieto coronel Affonso Heliodoro dos Santos, 93 anos, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito

Federal, subchefe da Casa Civil do presidente JK, guardião de suas memórias:

“No fim de 1954, ficamos em Goiás quase uma semana. Assuntando, falando de interiorização, integração nacional, capital no Planalto. Circulamos pelo interior, fomos até a ilha do Bananal visitar os índios. (...) Juscelino escolheu começar a campanha presidencial em Jataí e lá assumir o compromisso da construção e inauguração de Brasília de caso pensado. Ia fazê-la de qualquer jeito.”<sup>[75]</sup>

Em suas memórias, Juscelino conta que ouviu a mesma pergunta nas centenas de comícios seguintes. A ideia ajudou-o a fisgar apreciável apoio no interior, inclusive no Nordeste.

Brasília, ainda sem nome e endereço completo, já estava na cabeça, no coração e nos planos do visionário candidato. Mais uma vez o *instinto kubitschekiano*?

# JK

De novo o coronel Affonso Heliodoro:

“- É nessa época que Juscelino vira JK, mestre Heliodoro? - Sim. Foi ideia do Adolpho Bloch, dono da *Manchete*, muito amigo nosso. O Adolpho era encantado com o Juscelino. Na campanha para presidente, a gente mandava pregar propaganda eleitoral por toda parte, os adversários estragavam tudo, emporcalhavam, desrespeitavam o nome Kubitschek, uma coisa horrorosa. O Bloch então teve a inspiração de imprimir apenas as letras JK bem grandes, em cor, no centro de um papel circular de mais ou menos meio palmo de diâmetro. Colamos aquilo por toda banda, no Brasil inteiro. Nos carros, nos postes, árvores, muros, porteiras de fazendas, onde desse. Foi um sucesso. Logo entrou na imprensa. O Juscelino virou JK. Adorou. Passou a assinar JK.”<sup>[76]</sup>

Aprofunda-se a disputa de poder. As pressões contra JK crescem. Seu vice, o petebista João Goulart, aumenta ainda mais o receio e a ira dos antagetulistas contra a candidatura. Pesa a conveniente bandeira do anticomunismo, forte na guerra fria. No Rio, principal palco e caixa de ressonância do país, em 5 de agosto de 1955, primeiro ano do atentado da Rua Tonelero e da morte do major Vaz, o general Canrobert Pereira da Costa, em meio a oficiais reunidos no Clube Militar, condene abertamente o que chama de “pseudolegalidade” e de “falsidade democrática”, que

teriam frustrado a união nacional. Discurso e gesto claramente políticos, legalmente vedados aos militares.

Juscelino reage. Declara que a visão de país de Canrobert é irreal. Grupo de deputados vai ao presidente Café Filho e pede a prisão de Canrobert. Mas nada acontece. A UDN comanda várias manobras de interesse eleitoral. O debate do modelo de cédula eleitoral ganha as manchetes. Medo de fraude. Carlos Lacerda preconiza a adoção do sistema parlamentarista de governo, com um general no posto de primeiro-ministro. Aparece até a incrível Carta Brandi, que teria sido enviada ao então ministro João Goulart, em 1953, relatando entendimentos deste com o presidente argentino Juan Domingo Perón para implantação de uma república sindicalista no Brasil. Tratava também de contrabando de armas. O inquérito mostrou que era forjada.

A implicância udenista com Goulart era antiga. Por exemplo: quando ministro do Trabalho, circulou, no início de 1954, que pretendia aumentar em 100% o valor do salário mínimo. A UDN botou a boca no mundo. Parte da oficialidade militar também pressionou. Saiu o contundente Manifesto dos Coronéis, texto atribuído ao então coronel

Golbery do Couto e Silva. Em 22 de fevereiro de 1954, Goulart deixou o cargo.

Em setembro de 1955, parlamentares udenistas tentaram passar um projeto que transferia para o Congresso a eleição do presidente da República, caso nenhum dos candidatos conseguisse maioria absoluta. Perderam, mas não desistiram de atacar e prejudicar Juscelino.

JK era alvo prioritário. Um perigo, sobretudo para os que temiam não ganhar dele.

## Presidente JK

As eleições de 3 de outubro de 1955 ocorrem em clima de ordem. Juscelino vence com 3.077.411 votos, 36% do total. O general udenista Juarez Távora consegue 30% e o pessepista Ademar de Barros, 26%. Em último, o integralista Plínio Salgado, com 8%. Para vice, cuja votação era independente, o petebista João Goulart bate o udenista mineiro Milton Campos.

“Nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira, futuro presidente do Brasil!” Terá o presidente eleito se lembrado

do profético anúncio do pai, João César de Oliveira, em 12 de setembro de 1902?

Eleição tensa e extenuante, vitória apertada e contestada por adversários. Juscelino: “Fiz toda a campanha sob um clima de ameaças e, quando partia para uma das minhas viagens de propaganda eleitoral, nunca sabia se voltaria ainda candidato ou se estaria preso e condenado ao exílio”.[77]

Novamente Paulo Pinheiro Chagas:

“Diante desse resultado, a UDN, velha golpista, levantou a tese de que era preciso haver maioria absoluta para ser presidente da República, porque o Juscelino estava se elegendo com cerca de 1/3 dos votos. Então, levantou-se a bandeira da maioria absoluta. Mas isso era um golpe, pois a Constituição não exigia maioria absoluta para a eleição de presidente. Essa tentativa de golpe também se deu em 10 de novembro.”[78]

A eleição presidencial de 1955 empolgou também o Brasil profundo. Disputa renhida, palmo a palmo, em toda parte. Por exemplo: em Limoeiro, Pernambuco, quase saiu guerra entre as forças de Juarez, Ademar, Plínio Salgado e

Juscelino. O legendário coronel Chico Heráclio fechou firme com JK. Jogou pesado, radicalizou, passou pitos, esfregou a vitória na cara dos adversários. Dias depois, Juscelino se encontrou com ele no aeroporto de Recife. O escritor Marcos Vilaça, da Academia Brasileira de Letras, então adolescente, estava lá todo enfatotado, de paletó novo e camisa de linho branca. Não se esquece da alegria dos dois ao se abraçarem. JK: “Coronel, agora que eu sou presidente da República, o que o senhor quer de mim?”. “Nada, doutor Juscelino. Eu só quero é ver o senhor cuspindo de cima.”

Mas quase que JK não sobe. Mesmo democraticamente vitorioso, em eleições consideradas limpas, viverá novos perigos e grandes emoções.

## CAPÍTULO 11

# Golpe e contragolpe

A UDN tenta anular a vitória de Kubitschek na justiça. Alega ausência de maioria absoluta e ilegalidade dos votos comunistas. Não consegue. Carlos Lacerda e outros de seus radicais pregam abertamente um golpe militar. Apoiado pelo ministro da Guerra, general Teixeira Lott, o presidente Café Filho, em resposta ao Superior Tribunal Eleitoral, declara que os eleitos serão empossados.

No dia 1º de novembro de 1955, em discurso durante o sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, no cemitério do Caju, o coronel de exército Jurandir Bizarria Mamede incita os militares a impedir a posse. Chama o pleito de “farsa eleitoral”, prega uma solução

extraconstitucional para impedir a posse de Juscelino: “Os caídos de 1954 não voltarão ao poder”. O ministro Lott, preocupado com os regulamentos e a preservação da disciplina, da hierarquia e da legalidade, pede sua punição ao presidente Café Filho, já que Mamede é vinculado à Escola Superior de Guerra, subordinada diretamente à Presidência da República. A caldeira ferve. Dois dias depois, Café Filho se licencia, alegando doença. Interna-se na Clínica São Vicente, na Gávea, Rio de Janeiro. O afastamento é atribuído a suposto distúrbio cardiovascular, desordem nas coronárias. Mas o Barão de Itararé, em nome do bom humor carioca, corrige para desordem nas “coronelárias”.

Assume o mineiro Carlos Luz, presidente da Câmara, pessedista não simpático à candidatura de Juscelino, próximo dos udenistas que aceitavam um regime de exceção. Passada uma semana do discurso de Mamede, nada decidido. Lott se sente desprestigiado. Então, em 10 de novembro, o presidente o convoca ao Catete, deixando-o sozinho, por quase duas horas, na sala de espera. Situação humilhante. Luz está cuidando de substituí-lo pelo general Fiúza de Castro, já reformado. A democracia, a Constituição

e a vitória de Juscelino estão por um fio. O ato de nomeação de Fiúza é assinado.

O presidente Luz finalmente recebe Lott. Comunica a decisão. Lott não reage. Marca a transmissão do cargo para o dia seguinte. Em casa, na Avenida Maracanã, recebe a solidariedade, o estímulo e o apoio do general Odílio Denys, comandante da Zona Militar Leste. São vizinhos. Denys está reunido com outras lideranças militares. Quer a resistência, para evitar a indisciplina na força terrestre. Entende que o Exército foi humilhado, na pessoa e autoridade de seu ministro, e que há um golpe em progressão contra as instituições. Depoimento do general Ernesto Geisel, presidente da República no quinquênio 1974-1979:

“Quem articulou todo o movimento foi o Denys, que comandava o I Exército. Lott, em casa, não tinha pensado em golpe. O Denys foi convencê-lo, e o Lott acabou concordando. Naquela noite Golbery [Golbery do Couto e Silva, futura estrela do regime militar de 64] foi preso, juntamente com os oficiais que estavam no Palácio do Catete. Prenderam todos, inclusive o Juarez [general Juarez Távora]. Quando Lott pediu demissão, o ministro que tinha sido escolhido para o seu lugar era o Fiúza de Castro. Quis tomar posse naquele dia mesmo, mas o Lott disse: ‘Não! Vou

preparar os papéis, você vem tomar posse amanhã'. Naquela noite houve o golpe. Depois o Fiúza teve um encontro com o Lott e aí deu-se um diálogo muito interessante. Lott se desculpou por ter enganado o Fiúza naquela ocasião, ao que o Fiúza respondeu: 'Não, você me enganou toda a sua vida!'."<sup>[79]</sup>

Na madrugada de 11 de novembro de 1955, tanques e tropas de infantaria ocupam as ruas do Rio de Janeiro e das principais cidades do país. Os ministérios da Marinha e da Aeronáutica são cercados, o acesso à Base Aérea do Galeão, bloqueado. É o golpe preventivo de Lott, o 11 de Novembro. Trata-se, na verdade, de um contragolpe, porque garantiu a posse do presidente eleito e a normalidade. O bom humor do Barão de Itararé trocadilhou: "No Palácio do Catete, em 11 de novembro de 1955, faltava Café e Luz, mas tinha pão de Lott".

O presidente Carlos Luz se refugia no cruzador *Almirante Tamandaré*, comandado pelo almirante Pena Boto. Está acompanhado de alguns ministros de Estado, chefes militares, de Carlos Lacerda e outros parlamentares da UDN. Juscelino acompanha tudo de Belo Horizonte. Lá,

explicará muito depois, “dispunha de força para resistir a qualquer tentativa de esbulho da minha vitória nas urnas”.

Assume o poder Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, primeiro na ordem sucessória. No Rio, os juscelinistas José Maria Alkmim, Ovídio de Abreu e Tancredo Neves operam milagres de articulação, negociação e conciliação política. Com o Congresso, com o presidente Nereu Ramos, com Lott, e até com Carlos Luz, de quem depois obterão carta de renúncia à presidência da Câmara.

O Congresso aprova o impedimento de Luz e confirma a investidura de Nereu Ramos. Lott é mantido à frente do Ministério da Guerra. O *Tamandaré* zarpa rumo a Santos, em busca do apoio do governador paulista Jânio Quadros. Sonho de conseguir forças para reagir. Mas Jânio nem aparece. O cruzador volta ao Rio dois dias e meio depois. Todos desembarcam no Arsenal da Marinha. Ninguém sofre qualquer constrangimento. Lacerda asila-se na Embaixada de Cuba. Daí, seguirá para Nova York. Dele:

“Ao voltar o presidente Luz para o Rio, subiram a bordo do *Tamandaré* Juracy Magalhães e Afonso Arinos. Levaram a incumbência de me fazer aceitar a decisão da UDN de me fazer refugiar numa

embaixada, porque o governo dizia, oficialmente, pela boca do general Flores da Cunha, um dos arautos políticos do golpe, não se responsabilizar pela minha vida.”<sup>[80]</sup>

Café Filho, dizendo-se restabelecido, tenta reassumir. Novas escaramuças, novos problemas. A Câmara e o Senado aprovam seu impedimento definitivo, com fundamento na Constituição. Tendo em vista a permanência de manifestações golpistas, o presidente Nereu Ramos envia mensagem de decretação de estado de sítio ao Congresso, aprovada em 23 de novembro de 1955. Sai a crise, volta a tranquilidade. A posse de Juscelino está finalmente assegurada:

“Quando soube do impedimento de Café Filho, na manhã de 22 de novembro [de 1955], deixei o Palácio da Liberdade, onde havia passado a noite colado ao rádio, e segui para casa, a fim de repousar. Estava exausto, mas sereno. Tinha a consciência tranquila, mas não me iludia sobre as enormes responsabilidades que me pesavam nos ombros.”<sup>[81]</sup>

Em meio à crise política, JK enfrenta um sério problema familiar e arriscada viagem. Dona Luisinha Negrão Lemos,

sua sogra, é internada no Instituto do Câncer, em São Paulo. Marcam cirurgia para o dia 18 de novembro. Juscelino e a família decidem apoiá-la e confortá-la. “Numa especial demonstração do carinho pelo genro, ela havia saído de casa pela última vez para votar em mim. Fora, quase carregada, da residência à seção eleitoral.”

Dona Luisinha morre na sala de cirurgia. Figuras ilustres de São Paulo vêm confortar Juscelino. Inclusive o adversário Ademar de Barros, que, preocupado com o ambiente e com a imprevisibilidade do governador paulista Jânio Quadros, recomenda que saia imediatamente de São Paulo. O empresário Sebastião Paes de Almeida providencia um avião. Juscelino decola às 10 da noite para Belo Horizonte, sob péssimas condições de tempo. De Jânio, nenhum sinal. Nem mesmo um telegrama de pêsames.

## Equipe e viagem

Posse assegurada, alívio. Mas também enorme montanha de tarefas pela frente. Começa a estruturar o ministério. Reúne-se com Goulart em Belo Horizonte, acerta a nomeação dos petebistas Ernesto Dornelles e José Parsifal

Barroso para as pastas da Agricultura e do Trabalho, Indústria e Comércio, respectivamente. Está determinado a manter Lott no Ministério da Guerra.

Precisa mudar de ambiente, afastar-se um pouco da cena política interna. Deixar que as paixões esfriem. Estabelecer contato direto com chefes de governo e grandes empresários e investidores estrangeiros. Conhecê-los, falar do desenvolvimento brasileiro, dizer o que pretende, tentar atrair investimentos. Faz as malas e parte em 4 de janeiro de 1956. Leva poucos assessores. Entre outros, o economista e diplomata Roberto de Oliveira Campos. Roteiro: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Portugal, Espanha. Católico, fez questão de incluir o Vaticano, do papa Pio XII.

Viagem cansativa e proveitosa. Contatos promissores, expectativas de investimentos significativos no país, principalmente de empresas industriais. Nos Estados Unidos, com o presidente Eisenhower, deixa a semente fértil do que um dia será a Operação Pan-Americana. Quando Eisenhower abordou o problema da infiltração comunista na América Latina, Juscelino ponderou que a questão, antes de ser policial, estava relacionada à pobreza e à carência de

oportunidades. Que a solução passava por amplo programa de cooperação e reformas, tendo por objetivo o desenvolvimento. Isto é: o caminho para impedir a propagação do comunismo era o desenvolvimento.

Retorna ao Rio na manhã de 24 de janeiro de 1956. Tem uma semana para completar a formação da equipe e preparar-se para a posse e primeiros dias de gestão. Ainda faltam oito pastas para preencher. Manda Alkmim sondar Lott. O resultado é péssimo. Do rígido e franco Lott a Alkmim, depois de ouvi-lo atentamente por longo tempo: "Desejo que agradeça ao doutor Juscelino a gentileza do convite, mas infelizmente não poderei aceitá-lo. Trata-se de uma questão moral, doutor Alkmim, e, nesse terreno, não transijo. Agi, porque achei que aquele era o meu dever, e não para favorecer a quem quer que seja." O hábil e arguto Alkmim sai chocado e preocupado.

Juscelino relembra como conseguiu convencer Lott, em encontro reservado no apartamento do assessor Oswaldo Penido:

"Repeti que pretendia realizar um programa de grandes obras administrativas, mas como poderia executá-lo se tivesse a atenção tomada pelo problema

da manutenção da ordem? Um apelo do Brasil, que precisava de tranquilidade e ordem para progredir".

Lott pede 24 horas para consultar seus companheiros. Aceita. Juscelino confirma o amigo José Maria Alkmim para o estratégico Ministério da Fazenda. Assim, quatro dos onze ministérios estão resolvidos: Lott, ministro da Guerra; Alkmim, ministro da Fazenda; Ernesto Dornelles, ministro da Agricultura; José Parsifal Barroso, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Concentra-se agora na definição dos demais. Resolve logo: Marinha: almirante Antonio Alves Câmara Júnior; Aeronáutica: brigadeiro Vasco Alves Secco; Justiça: Nereu Ramos; Viação: almirante Lúcio Meira; Saúde: professor Maurício Campos de Medeiros; Exterior: embaixador José Carlos de Macedo Soares; Educação e Cultura: Clóvis Salgado da Gama. E os principais órgãos de assessoramento direto ao presidente: Gabinete Militar: general Nelson de Mello; Gabinete Civil: Álvaro de Barros Lins; Estado-Maior das Forças Armadas: general Anor Teixeira dos Santos; Consultoria-Geral da República: Antonio Gonçalves de Oliveira; e Departamento Administrativo do Serviço Público: Isnard Garcia de Freitas.

Quer começar com definições claras, dizer a que vem. Fixar a democracia e o desenvolvimento como fundamentos de tudo no seu governo, anunciar medidas objetivas.

Na cabeça, a essência do programa administrativo: criação de corporações mistas de capital estatal e particular para implantação de indústrias de base; adoção de política tarifária mais realista; equacionamento e solução da problemática dos transportes no país; reequipamento das ferrovias; valorização e apoio à Petrobras; adoção das medidas recomendadas pela Comissão Brasil-Estados Unidos; extensão do binômio energia e transportes, foco de seu programa de governo em Minas, a todo o território nacional; negociação de acordo internacional do café, incluindo produtores e consumidores; eliminação de dificuldades à inversão de capitais estrangeiros, criação de plano de industrialização de longo alcance, de modo a fazer o país enveredar definitivamente pela estrada larga do desenvolvimento.[82]

Havia assumido um compromisso superior ao possível: fazer o Brasil progredir cinquenta anos em cinco. Mesmo assim dispõe-se a honrá-lo, custe o que custar, mediante gestão inovadora e execução de audacioso Programa de

Metas, que incluirá a meta-síntese e integradora que muitos considerarão delirante: a construção de nova capital da República no coração do Brasil. Quer o país movido a utopia, esperança e ação. Os brasileiros com a sensação de estarem construindo algo de que se orgulhar. Algo grande, importante, bonito. Fazendo um país melhor e muito maior.

Um de seus trunfos é a sólida base parlamentar, decorrente da força da aliança PSD-PTB. Como vai liderar um governo de profundas mudanças, precisará muito de maioria na Câmara e no Senado.

Além das alegrias, excesso de atividade, tensões e expectativa da posse, uma sombra no coração e na cabeça: não abre mão de cem por cento de democracia no seu mandato. Nada de restrições à cidadania, à liberdade de expressão. Nada de censura à imprensa. Mas o país continua em estado de sítio. O que fazer?

## CAPÍTULO 12

# Anos Dourados

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1956, posse e transmissão de cargo. O dia amanhece nublado, cinzento. Mas há muito movimento nas ruas, alegria, esperança. Às 3 da tarde, no Palácio Tiradentes, em sessão conjunta da Câmara e do Senado, casa superlotada, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 53 anos, presta juramento e assina o termo de posse. Sai sob um trovão de palmas, segue para o Palácio do Catete. O presidente Nereu Ramos e seus ministros o recebem à porta. Vão para o salão nobre. Nereu faz rápido discurso e passa a faixa presidencial. JK agradece. Quase interminável fila de cumprimentos, multidão na rua, aclamações. Ele então

chama Sarah, dona Júlia, Márcia, Maria Estela, Naná e Júlio Soares e vai com eles à janela. Acena para o povo, sorri, transmite alegria, confiança. Volta e enfrenta a fila, feliz da vida. À noite, recepção no Palácio do Itamaraty.

## Democracia e desenvolvimento

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1956, 7 da manhã. O presidente chega apressado e sorridente ao Palácio do Catete. Minutos depois, reúne-se com os ministros militares e o da Justiça. Objetivo: acabar com o estado de sítio. Os ministros resistem. Argumentam que ainda há descontentamento nas Forças Armadas. Melhor deixar para depois. Além disso, explicam que a revogação da medida depende do Congresso. JK bate o pé:

\_ Governar sob estado de sítio, não o farei.

Impasse já nas primeiras horas de governo? Não, o ativo trazia a solução na cabeça: fulminar o estado de sítio com a liberdade de imprensa. Mostra, então, o comunicado oficial que, em seguida, manda a Agência Nacional distribuir:

“Por ordem do Sr. Presidente da República, fica, a partir de hoje, suspensa a censura aos órgãos de divulgação e publicidade (jornais, revistas, estações de rádio e televisão)”.

Ato emblemático de respeito à liberdade e à cidadania.

JK impôs-se um comportamento absolutamente democrático:

“O Brasil retornara às suas origens. Restabelecer-se a democracia. Daquele dia em diante, haveria liberdade para todos. Governaria de portas abertas e sem temer a crítica dos adversários. Este era o preço da democracia e estava disposto a pagá-lo para que o povo compreendesse que uma nova era se iniciara na vida do país.”

Logo depois, reunido com todo o ministério, sintetiza suas orientações, prioridades, diretrizes, objetivos. O essencial das políticas públicas. Pede muito trabalho. Vão todos participar de grande e longa maratona.

Anuncia a criação do Conselho de Desenvolvimento e lança o arrojado *Programa de Metas*, elaborado sob sua supervisão e coordenado por Lucas Lopes e Roberto de Oliveira Campos. Trata-se de políticas setoriais e

investimentos de infraestrutura, sobretudo em energia e transportes, priorizando também indústrias de base, alimentação e educação. Suas 31 metas estão assim desdobradas: *energia* (metas 1 a 5): energia elétrica e nuclear, carvão, produção e refino de petróleo; *transportes* (metas 6 a 12): construção e reequipamento de estradas de ferro, estradas de rodagem, marinha mercante, portos e barragens, transportes aéreos; *alimentação* (metas 13 a 18): trigo, matadouros, frigoríficos, mecanização, fertilizantes; *indústrias de base* (metas 19 a 29): borracha, exportação de ferro, veículos motorizados, construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico; *educação* (meta 30); e, finalmente, a construção de Brasília, meta-síntese.

O Programa de Metas é a retomada, em nova escala e abrangência, da estratégia varguista de governar para o desenvolvimento econômico e social. Baseou-se em trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Estudos Econômicos e de grupo de especialistas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).

A audácia de JK assustou para sempre o brilhante economista Roberto Campos, de formação conservadora. Ele conta que seu chefe adorou a versão final do Programa de Metas, mas, na última hora, tudo pronto e compatibilizado, “incluiu um coelho tirado da própria cartola: Brasília”. Chamou-a de meta-síntese. Por quê? Conforme Kubitschek, porque entrosava as outras metas com a nova realidade decorrente do deslocamento do eixo político e administrativo para o coração do país. Significava a ocupação e incorporação da vastidão interior ao processo de desenvolvimento. Integração e convergência. Portanto, meta-síntese.

É o programa de governo mais arrojado, completo e abrangente surgido até então. Não é um plano global de desenvolvimento. Trata-se de um conjunto articulado de programas e projetos setoriais prioritários, com fixação de metas a serem atingidas no horizonte de governo. Referência fundamental e plano de voo para atingir um objetivo impossível: fazer o Brasil avançar cinquenta anos em cinco.

Darcy Ribeiro: “Empossado na Presidência da República, JK promete fazer o Brasil saltar cinquenta anos em cinco.

Não o fez. Quem o faria? Mas fez mais do que qualquer outro para consolidar a democracia no plano político e promover o progresso econômico."

JK era entusiasta do Estado como indutor do desenvolvimento, em países na situação do Brasil. Como ator pioneiro e responsável por investimentos estratégicos de longo prazo de maturação e baixa taxa de retorno, que não atraíam o setor privado. Como mobilizador de capitais públicos e privados nacionais e externos para maximizar os investimentos. Devia agir pela abertura de caminhos e oportunidades viáveis ao setor produtivo. Era o desenvolvimento impulsionado pelo governo. A industrialização com o apoio de políticas estimulantes e investimentos públicos, principalmente em infraestrutura.

A execução do Programa de Metas vai escancarar novos espaços e oportunidades às empresas. Acelerará o processo de substituição de importações, facilitando a entrada de investimentos diretos estrangeiros, como os da implantação da indústria automobilística.

O empenho, o otimismo e a habilidade do presidente foram trunfos fundamentais para a realização das metas. Por exemplo: cumpriu os compromissos assumidos com os

partidos que o apoiaram. A maioria parlamentar era essencial à própria governabilidade. Principalmente em tempo de guerra fria e de focos de golpismo na ainda poderosa UDN. E também nas Forças Armadas, cuja lealdade era facilitada pela presença forte do general Teixeira Lott no Ministério da Guerra. JK cuidou bem delas, inclusive em termos de melhoria de equipamentos e de remuneração.

Apesar da quase milagrosa estabilidade conseguida em tempos difíceis, de guerra fria, os anos JK conheceram manifestações agressivas de opositores políticos, principalmente da UDN lacerdista, e de alguns militares. É o caso da Revolta de Jacareacanga, ensaio isolado de tentativa de golpe militar desencadeada em 11 de fevereiro de 1956 por oficiais da Aeronáutica, liderados pelo tenente-coronel Haroldo Veloso. Reflete tensões e ressentimentos do período anterior. Exigiam a deposição de JK. Convocavam o povo para lutar. Levaram armas e aviões para a base de Jacareacanga, no sul do Pará, à espera de adesões não efetivadas. Foi prontamente dominada pelo Ministério da Guerra. Por iniciativa do governo, concedeu-se anistia. JK: “Um governo forte se faz perdoando”. No início de

dezembro de 1959, outra frustrada rebelião de oficiais da Aeronáutica, quase repetição da anterior, novamente com a participação do coronel Veloso. É o episódio de Aragarças, Goiás. Durou menos de dois dias.

Outro episódio emblemático do estilo conciliador e criativo de JK é o da revolta dos estudantes, em maio de 1956, no Rio de Janeiro. Manifestações contra aumento do preço das passagens de bonde se alastraram, comprometendo a mobilidade urbana e criando sério problema de ordem pública. Veículos foram impedidos de circular. Houve pancadaria diante da sede da UNE, União Nacional dos Estudantes, na praia do Flamengo, cercada pelo Exército. A cidade virou um barril de pólvora. Juscelino convidou os principais líderes estudantis para uma reunião no Palácio do Catete. Recebeu todos com afabilidade, serviu cafezinho e água, sorriso brilhando no rosto, apesar de preocupado. Pediu ao presidente da UNE, Carlos Veloso de Oliveira, que sentasse na cadeira reservada ao presidente da República e avaliasse as responsabilidades e perigos do momento. “Se continuarem, eu serei deposto e vocês serão presos. É isso que querem?” E mais: “Carlos, me ajude a salvar o regime”. Os estudantes compreenderam,

encerraram o movimento, despediram-se em clima de paz e cordialidade.

Sensibilidade política, paciência, habilidade, respeito à cidadania, diálogo em vez de autoritarismo e violência. Era mesmo espantosa a vulnerabilidade da Presidência da República. Se JK ainda tinha alguma dúvida sobre transferir a capital para o coração do Brasil, deve ter acabado ali.

O sucesso do Programa de Metas ajudou na sustentação do governo. Sua execução induziu um crescimento acelerado, que contribuiu para a estabilidade política. Seu caráter setorial permitiu alcançar transformações importantes sem mudanças revolucionárias na estrutura econômica e social. A estrutura agrária permaneceu. Nada de reformas drásticas nem de intervenções capazes de abalar a estrutura social. As mudanças viriam do desenvolvimento e da modernização. Do crescimento e da diversificação da economia, da integração nacional. Muitos acreditavam, então, que o crescimento econômico acabaria resolvendo tudo, inclusive a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais. Nem mesmo a velha burocracia foi radicalmente mudada. JK optou pela organização de uma administração paralela,

constituída de grupos de trabalho e grupos executivos das políticas de interesse do Programa de Metas, caso, por exemplo, do poderoso Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

Gestão extraordinária a de JK. Tem a marca do dinamismo administrativo, criatividade, objetividade, otimismo e profusão de obras públicas relevantes. Muda a mentalidade e os rumos do país, desenha novo Brasil. Põe a prioridade do desenvolvimento na agenda nacional, atua de modo planejado, doma a forte instabilidade política anterior, pratica a democracia em todos os minutos de todo o mandato, eleva a autoestima do povo, o orgulho de ser brasileiro.

No quinquênio que começa em 1956, emerge um país diferente, muito maior e mais complexo. O referencial histórico do desenvolvimento pula para novo patamar, muda de escala. Crescimento acelerado e as transformações estruturais mais profundas e sólidas da história, industrialização e integração nacional. As políticas desenvolvimentistas espalham-se pelos estados, ganham a maior parte da população. Nasce o Brasil moderno.

Goste-se ou não de Kubitschek e de seu governo e de suas realizações, é imperioso reconhecer sua atuação, visão de futuro, grandeza na construção democrática do país. Um período de aceleração da história, de clareza de prioridades, objetivos e metas, de obtenção de resultados que surpreenderam o mundo. De mais e melhores oportunidades de emprego, elevação da renda pessoal, obras públicas notáveis, ocupação de novos espaços, avanço empresarial sem precedentes. Empurrou o país para o futuro. Fortaleceu a marcha para o interior, priorizou e acelerou a integração nacional.

A epopeia da construção da futurista Brasília no remoto sertão goiano correu mundo, despertou admiração.<sup>[i]</sup>

JK fez 225 viagens Rio-Brasília-Rio no biênio 1957-1958. Em média, uma a cada três dias. Esgotava a agenda no Rio, entrava num roncero DC-3 e voava 1.200 quilômetros para ver as obras. Olhava tudo, punha fogo em todos e voltava três ou quatro horas depois, de madrugada. Raramente pernoitava. Depois trocou o velho DC-3 por um Viscount, quadrimotor inglês. Dormia feito criança feliz durante os voos.

Em Brasília, houve de tudo. De luminosa inventividade e rigor técnico ao mais legítimo jeitinho brasileiro e improvisação. Da indefinição de recursos até o controle precário de gastos e acusações de corrupção. De onde saíram os recursos? Roberto de Oliveira Campos:

“No Programa de Metas, em que colaborei com o Lucas Lopes, não havia previsão para Brasília. Juscelino a construiu, então, principalmente com recursos dos institutos de previdência, que tinham naquela ocasião bastante caixa. Também obteve empréstimos estrangeiros, inclusive um do Eximbank, que foi viabilizado pessoalmente pelo presidente Eisenhower, como contribuição ao projeto. Outra fonte foram os créditos de fornecedores, que venderam os equipamentos, particularmente os importados. E muita emissão de moeda!”<sup>[83]</sup>

Segundo Kubitschek, as obras da cidade chegaram a absorver 60 mil trabalhadores em 1960. Quanto custaram nos anos JK? Ninguém sabe nem saberá. A escrita da NOVACAP, nos anos iniciais, nem livro-diário possuía. A contabilidade era falha, muitas vezes inexistente. Tempos de pioneirismo e improvisação. Uma estimativa grosseira, a partir de avaliação precária da época, atualizada para o final

de 2010, aponta para gastos da ordem de 130 bilhões de dólares.

Realização colossal, quase impossível. Principalmente se levadas em conta as demais obras do Programa de Metas, as dimensões acanhadas da economia brasileira, a população de 70 milhões (1960), a pobreza assustadora presente no campo e nas cidades. E também a agressividade e contundência de opositores poderosos, como Carlos Lacerda, demolidor político, que dizia e escrevia coisas assim:

“Aquele Juscelino não é de nada! Isso aí vai é desmoralizá-lo”; “Brasília será a maior ruína da história contemporânea”; “A diferença das outras é que nunca será habitada por ninguém, já que não ficará pronta”; “Brasília será, para JK, o que as pirâmides são para os faraós: seu túmulo”.

Ou o deputado e líder udenista Adauto Lúcio Cardoso, depois de visitar o gigantesco canteiro de obras de Brasília, em maio de 1959:

“É um desatino!”.

Ou, ainda, o engenheiro Gustavo Corção, influente pensador católico, colunista dos jornais *O Globo* e *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro:

“Brasília jamais terá energia elétrica ou telefonia. Nunca se comunicará com o restante do país.”

Além de ceticismo, ironias, acusações e pancadas políticas, brincadeiras que divertiam o próprio JK. Como neste diálogo da legendária dupla caipira Alvarenga e Ranchinho, sucesso da época:

- Se o mundo acabá, o que qui nós faz, cumpade Ranchinho?
- Aí nós vai pra Brasília.

JK considerava a construção da capital a mais dura batalha de sua vida pública: “Vivi naquele 21 de abril de 1960 as maiores emoções de minha vida. Afinal, naqueles últimos três anos, eu vivera, sonhara, comera e dormira em função de uma data: 21 de abril de 1960. Naquele dia, vivi, realmente, quase em êxtase.”[84]

Na missa solene, soluça, enxuga lágrimas que escorrem em abundância rosto abaixo. Da filha Maria Estela: “Só vi

meu pai chorar em duas ocasiões: a morte de familiares e a inauguração de Brasília.”[85]

Muitos choraram com ele. Perto, o vice-presidente João Goulart, vários religiosos e convidados olharam surpresos e comovidos. Os médicos Aloysio Salles e Carlos Teixeira observaram atentamente, preocupados. O presidente já não tinha tão bons antecedentes de saúde. Sofrera infarto no ano anterior, cuidadosamente ocultado do público. Mais: depois de breve e atrevido voo num supersônico da Força Aérea dos Estados Unidos, na cidade do Rio de Janeiro, sentira-se mal. Problemas circulatórios, três dias repousando no Palácio das Laranjeiras.

Seu governo também impôs uma profunda reforma administrativa, revolucionou a gestão pública federal. As metas setoriais e de infraestrutura foram alcançadas, a maior parte ultrapassadas. O país concretizou as hidrelétricas de Furnas e Três Marias, fez mais de 13 mil quilômetros de novas estradas e asfaltou cerca de 5.600 quilômetros de rodovias antigas. Construiu e equipou mais de 3.000 quilômetros de ferrovias. Multiplicou a produção interna de petróleo, impulsionou a siderurgia, com a criação da Usiminas e da Cosipa. Criou e deu instrumentos de ação

à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A média anual de crescimento da economia brasileira superou 10% reais no triênio 1958-1960.

JK soube aproveitar os ventos internacionais favoráveis, atraindo e estimulando investimentos, acelerando o processo de substituição de importações, cuja culminância foi a implantação da indústria automobilística, atraída pelo potencial do mercado interno, pela política de desenvolvimento e pelas facilidades oferecidas pelo governo.

O tamanho da economia aumentou quase 50% reais no quinquênio. Metade do máximo antes conseguido ao longo da história. O valor real da produção industrial cresceu 80%, destacando-se a siderurgia (100%), a mecânica (125%), eletricidade e comunicações (380%) e material de transporte (600%).<sup>[86]</sup>

Trecho de síntese do próprio JK, em discurso de 13 de julho de 1961, no Congresso Nacional:

“Quero apenas reafirmar que creio hoje, mais do que ontem, ter andado de acordo com a prudência e o supremo interesse da nacionalidade emitindo não dinheiros, mas 20 mil quilômetros de estradas, 320

mil veículos automotores; 1 milhão e 300 mil toneladas, a mais, de aço em lingotes; mais de 2 milhões de toneladas de cimento; emitindo volume incomparavelmente maior de petróleo, fertilizantes, metais não ferrosos, emitindo Furnas, Três Marias, a indústria pesada, a naval, a de tratores, a química de base; emitindo, enfim, a infraestrutura que delimita a época de nosso progresso lento, condicionado, do tipo colonial, marcando o início da era de nossa soberania econômica. Essas emissões foram o preço que pagamos para imprimir novo rumo ao Brasil e possibilitar a solidificação de sua unidade”.

Destaque-se o florescimento das artes. Esplendor na literatura, com gigantes como Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e João Guimarães Rosa. E também a diversidade e riqueza de manifestações e experiências nas artes plásticas e na música, no teatro, no cinema. O impacto da bossa nova. JK era chamado de Presidente Bossa Nova. A modernização da mídia, a afirmação do Cinema Novo e muito mais. Tempo de intensa fertilidade na área das ciências sociais. A força das mudanças, o ambiente de criatividade e otimismo, a efervescência política, tudo se projeta em pesquisas, teses e livros que tentam exprimir a realidade, discuti-la, influenciá-

la e até modificá-la. É o que acontece, por exemplo, no campo do nacionalismo e do desenvolvimento econômico. Por exemplo: é de 1960 o projeto de fundação da Universidade de Brasília, em modelo moderno, aberto e sistêmico, muito distinto do tradicional. Belo sonho, em torno das ideias dos educadores Anísio Spínola Teixeira e Darcy Ribeiro. Tempo até de conquistas esportivas inéditas, que encheram de orgulho o povo, como a do campeonato mundial de futebol de 1958, na Suécia.

Parecia mesmo a emergência de um admirável Brasil novo. Talvez nenhum outro governo tenha pensado tão grande a nação e feito mais pela preservação da liberdade e pela economia nacional. Prosperidade e liberdade tornaram-se marcas fortes do período, apesar da fragilidade da democracia e da velha disposição intervencionista de parte das Forças Armadas.

Clima de realizações e avanços, de demonstração cabal da competência nacional. Antes, punha-se em dúvida até a aptidão do operário brasileiro para fabricar automóveis, por exemplo. Os industriais também eram alvo de sólido ceticismo quanto à efetiva capacidade de produzir manufaturas mais complexas. Carros, por exemplo. Havia

frases assim: “Parece bom, mas é nacional”. Preconceitos e complexo de inferioridade começaram a ruir.

Tempo de afirmação do próprio governo, a começar do presidente. Trabalhava desde cedo até a noite, todos os dias. Não se poupava, pouco descansava, pouco dormia. Cuidava da administração, sem descuidar da política. Dele:

“O esforço despendido nos primeiros quatro anos minaram-me as energias, a ponto de, pela primeira vez em minha vida, haver passado o dia 31 de dezembro em um leito de enfermo [distúrbio circulatório]. Não me limitara a governar de um gabinete, mas percorrera o território nacional em todas as direções, sentindo de perto as necessidades e as deficiências do país. Minhas viagens dentro do Brasil equivaliam, até então, a 75 voltas ao mundo”.

[87]

Na área externa, o brilho não é o mesmo. A diretriz é tradicional, não há avanços importantes. O rastro mais luminoso é o da Operação Pan-Americana, idealizada pelo próprio JK, com a colaboração de Augusto Frederico Schmidt, e apresentada em 1958. Tentativa de viabilizar a participação substantiva dos Estados Unidos nos esforços de superação do subdesenvolvimento e da pobreza na América

Latina e Caribe. Em termos práticos, resultou em muito pouco durante o mandato de JK. Mas foi fundamental à criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em dezembro de 1959, e, no governo John Kennedy (1961-1963), da Aliança para o Progresso. A ação de política externa mais ecoante do quinquênio JK é o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em junho de 1959, imposta pela necessidade de garantir a continuidade da execução do Programa de Metas.

## Tentações continuistas

No início de 1959, o problema da sucessão presidencial já estava no palco. JK conta que reagiu a propostas continuistas:

“A ideia fora lançada pelo deputado Tancredo Neves numa entrevista concedida a um jornal de Belo Horizonte. Tancredo sugerira que a Constituição deveria ser alterada, de forma a permitir a minha reeleição. (...) O que Jango sugeriu-me foi o mesmo que havia dado origem à entrevista de Tancredo Neves: uma proposta de continuísmo, também, através de uma reforma constitucional. Jango, porém,

revelou-se mais explícito, dando a entender que já havia realizado entendimentos e que o assunto, para ser concretizado, dependia apenas da minha anuência. Explicou que via, com apreensão, o futuro do país. Em breve, abrir-se-ia o problema sucessório e as agitações teriam início. Segundo todas as probabilidades, os candidatos deveriam ser o general Lott, pelo situacionismo, e Jânio Quadros, pela oposição. Se Lott não fosse eleito, estaria aberta uma gravíssima crise no cenário político. Lott era militar e dispunha de incontestável prestígio no seio das Forças Armadas. Sua derrota eleitoral poderia ser interpretada como um acinte à classe e, em consequência, os tanques desceriam da Vila para impedir a posse de Jânio, incontestavelmente o favorito do pleito. A solução seria a minha candidatura. Afirmou, em seguida, que ele próprio se encarregaria de promover a aprovação da emenda constitucional, extirpando do corpo da nossa Carta Magna o dispositivo que vedava a reeleição, em prosseguimento a um mandato em exercício.”<sup>[88]</sup>

Nesse ponto, Jango saiu da sala. Voltou, em seguida, acompanhado do governador gaúcho Leonel Brizola. Aprofundou a argumentação, insistiu. E Brizola? “Brizola manteve-se com a maior discrição, apoiando a ideia, mas não se mostrando insistente.”

JK recusou. Queria manter a Constituição que jurara respeitar. Havia condições políticas para mudá-la. Mas não admitia sequer a analogia com o jogo absurdo dos golpistas de novembro de 1955. Ainda mais em benefício próprio. Questão de princípio. Mesmo assim, o movimento continuista começou a ganhar força, incomodando e agitando a indócil e ativa oposição. Desgaste tolo, já que o principal interessado não aceitava a ideia. Então, em entrevista ao jornalista político Carlos Castello Branco, Juscelino declarou:

“Têm procurado semear a desconfiança sobre os meus objetivos. Querem, com isso, atingir o presidente da República e dificultar, tornando suspeita, a transferência da capital. Vou sair daqui com a Constituição virgem. Cumprir todos os seus dispositivos, inclusive os que eram simples letras mortas, como o referente à mudança da sede do governo para o Planalto Central.”<sup>[89]</sup>

Era JK, Anos Dourados. Tudo em cor-de-rosa? Claro que não! Enormes benefícios e conquistas, mas também muito custo e sacrifício. Muita conta para pagar, desequilíbrios importantes. Como a escalada das despesas públicas

decorrente da concretização do Programa de Metas, especialmente com a construção de Brasília. Os investimentos maciços em energia e transportes e a sustentação da arrancada industrial.

Período de declínio das relações de troca com o exterior, pesadas compras forçadas de excedentes de café com emissão de papel-moeda, forte aumento da dívida e do déficit público federal, o pulo das despesas correntes, crédito fácil e farto concedido ao setor privado. Resultado: inflação em alta. Até hoje há quem simplifique tudo isso, atribuindo a elevação inflacionária apenas a Brasília.

Tancredo Neves viveu tudo de perto. Dele, em 1984:

“Coisa engraçada! O Getúlio tinha medo da inflação. Tinha uma consciência nítida do descalabro inflacionário. Já o Juscelino era um inflacionista convicto. Participava de uma emissão com volúpia (risos). Precisava de uma emissão para concluir uma barragem, para construir uma central elétrica ou uma grande estrada? Aquilo para ele era um banquete. Não obstante, ele deixou uma inflação de 25%, que não é nada comparada com essa de 200%. Mas, com aquela inflação de 20%, ele realmente fez os cinquenta anos em cinco.”<sup>[90]</sup>

O economista Roberto de Oliveira Campos, um dos formuladores do Programa de Metas, tornou-se crítico feroz do governo JK: “Juscelino era uma pilha de simpatia, mas o desenvolvimentismo dele acabou em bancarrota, e o Brasil estava cambialmente insolvente quando Jânio tomou posse”.

Como reage Kubitschek às críticas e críticos? O salto do déficit e da dívida pública, as dificuldades adicionais de balanço de pagamentos e o assanhamento da inflação não comprometem os avanços no campo do desenvolvimento? O preço não é alto demais? Trecho de pronunciamento dele no final de dezembro de 1960, um mês antes de transmitir o cargo:

“Outros governos poderão empreender a revalorização da moeda, com os aplausos e o apoio de toda a nação. Mas não poderiam fazê-lo, de forma alguma, se encontrassem o país atado a uma situação colonial, sem estradas, sem energia, sem obras de base. Não fecho os olhos à realidade. Conheço e reconheço que é um trabalho imenso o que desafia os nossos administradores e homens públicos. Sei que o pauperismo continua a afligir-nos, a danificar-nos. Sei que não foram extintas as fontes do sofrimento e da miséria, mas, ao mesmo tempo em que me dou conta

disso, dou-me conta também de que já não aceitamos um destino negativo. Se é verdade que certos brasileiros procuram defender ainda um ritmo meramente vegetativo para o progresso nacional, também existe um outro Brasil inconformado, combativo, pioneiro, inimigo do atraso, envergonhado com a posição secundária em que vivia.”<sup>[91]</sup>

O legado essencial de JK é um país muito maior e melhor, apesar da renitência do subdesenvolvimento. Opositores políticos e críticos, como Jânio Quadros, discordam. Só falam de corrupção, contas externas desarrumadas, dívida externa exagerada, estrangulamento cambial, finanças públicas desequilibradas, inflação. Mas, mesmo nas oposições, havia quem reconhecesse a gestão modernizante e desenvolvimentista, como o governador baiano Juracy Magalhães, estrela brilhante da UDN: “O governo do presidente Juscelino Kubitschek tem um ocaso que mais parece uma alvorada”.<sup>[92]</sup>

JK vai deixar o governo com a sensação de dever cumprido e imenso orgulho das mudanças e avanços nacionais do período:

“De fato, havia uma grande diferença entre o Brasil que eu encontrara em 1956 e o que deixava em 1961, ao concluir meu mandato. O país progredira, na realidade, cinquenta anos em apenas cinco. Além do mais, encontrara um país dividido pelo ódio, pelas dissensões internas e pelas rivalidades partidárias. As Forças Armadas estavam fragmentadas em grupos ou facções, que reciprocamente se hostilizavam; os estados viviam separados uns dos outros, por absoluta falta de comunicações, e o horizonte político apresentava-se toldado pelas nuvens negras do ‘golpismo’. O que eu deixava era um país em ordem, pacificado espiritualmente, próspero, confiante em si mesmo e cônscio do seu destino de grandeza. No terreno político, conseguira, igualmente, imprimir uma profunda transformação. Implantei e fiz funcionar uma perfeita democracia no país. Instituí a liberdade como símbolo do meu governo. E, assim fazendo, fortaleci as instituições, conscientizei as massas e tornei a nação politicamente adulta.”<sup>[93]</sup>

Palavras finais excessivamente otimistas. O Brasil nunca foi politicamente adulto. Será?

Jânio vem aí

Em 8 de novembro de 1959, Jânio Quadros, governador de São Paulo, torna-se candidato oficial da UDN. Duas semanas depois, renuncia. JK:

“Na área situacionista, o candidato que há muito se impunha era o general Teixeira Lott. Tinha o apoio do PSD, do PTB, do PR e do agrupamento político denominado Frente Parlamentar Nacionalista. Como candidato de oposição, insinuava-se Jânio Quadros, que vinha realizando uma política de conteúdo exclusivamente pessoal, desvinculada de qualquer compromisso partidário. Falava-se também em Ademar de Barros, então prefeito de São Paulo e veterano de pleitos presidenciais. O general Lott não era um pessedista. Ou melhor, não era político.”<sup>[94]</sup>

Juscelino chegou a cogitar de uma solução extrapartidária: a candidatura do udenista Juracy Magalhães, governador da Bahia. Conversou com ele, garantiu isenção presidencial e clima de integral liberdade. Quase deu certo. Mas Carlos Lacerda, principal líder udenista, talvez informado do que se passava, viajou a São Paulo e ofereceu apoio integral a Jânio Quadros.

Em 10 de dezembro de 1959, a UDN lança a candidatura do estranho, versátil e teatral Jânio Quadros.

Dois dias depois, o PSD indica o marechal Teixeira Lott. Exemplo de militar de carreira, ele se espanta com as manhas e artimanhas do jogo eleitoral.

Jânio empolga o país. Seu slogan - “Jânio vem aí” - é visto e ouvido por toda parte. Estava na camada mais humilde e em todas as classes. Apresenta-se com mensagem moralista, usa a vassoura como símbolo da “limpeza” que promete fazer para acabar com a corrupção. Passa a ideia de que chega para promover uma faxina ética e moral na vida pública brasileira. Ele baterá o pessepista paulista Ademar de Barros e o agora pessedista marechal Lott por larga margem nas eleições de 3 de outubro de 1960. Em números redondos: Jânio, 48% dos votos; Lott, 32%; Ademar, 20%.

Uma campanha esquisita, paradoxal. O duro, formal e enérgico marechal Lott, defensor da legalidade e da ordem, homem íntegro, leal, conservador e anticomunista é que traz o apoio das esquerdas. Um orador de recursos limitados, sem carisma, sem traquejo político e flexibilidade, com mensagem antiga.

Do outro lado, em meio às forças da direita, o enigmático Jânio Quadros, com mensagem ambígua, mas

predominantemente moderna. Fala em política externa independente, autodeterminação dos povos, austeridade e controle de gastos. Ataca JK e seu governo. Aplica vassouradas verbais até contra parte dos aliados: “Varrer os ratos, os ricos e os reacionários”. Comunicador talentoso, fareja o que o povo quer ouvir. Orador peculiar e brilhante, erudito, excelente ator político, impressiona o público com frases de efeito, riqueza de gestos. Figura insólita, desajeitada, meio histriônica, de cabelos desgrenhados, às vezes caspas nos ombros do paletó desengonçado, gravata torta, brigando com a lei da gravidade, palavreado e modo de falar únicos. Grande repertório de caretas, quase caricaturas de si mesmo. Mas sempre impactante, chamativo, midiático, inesquecível.

Carlos Heitor Cony: “Jânio não trouxera qualquer tipo de programa para o governo. Nunca saíra de seu ambiente provinciano estadual. Um mestre-escola com rígidas noções de hierarquia, disciplina, honestidade e austeridade. Mas servido por um tipo físico estupendamente popular. Uma mistura de Solon e Cantinflas, de Gladstone e Grouxo Marx: confiavam nele, mas não o amavam.”[95]

Perfil compacto de Jânio elaborado, em 1962, por seu amigo e colaborador Carlos Castilho Cabral, fundador do Movimento Popular Jânio Quadros:

“Nos botecos humildes da gente simples de Vila Maria era um deus; nos salões elegantes do Jardim América, o esperado, tanto para os patrões como para os criados. Para os pobres era a esperança; para os ricos, a segurança. Nos comícios, demagogo, desgrenhado; no governo, sincero, composto. Não fazia amigos, conquistava adeptos. Ídolo do povo, gênio do palanque, nadava na multidão, tinha horror a reuniões. Orador de fôlego, abominava ouvir discursos. Trato difícil, ríspido com os companheiros mais íntimos, retinha a todos com uma palavra carinhosa na hora da reação. Frio, calculista, parecia intempestivo, temperamental. Intérprete da vontade popular, tinha profundo desprezo pela opinião alheia. Improvisador, parecia só decidir após longo estudo. Apreensão fulminante, resposta demorada. Avesso à organização partidária, somava legendas. Destruía os partidos nas eleições, agasalhava-os no governo. Amava a solidão e jamais estava só. Imprevisto, imprevisível, estranho, introvertido, ávido de êxito, faminto do poder, cujas pompas desprezava.”<sup>[96]</sup>

Para muitos, um demagogo, um oportunista do poder. Mas era mais do que isso. Tancredo Neves, que o conheceu

bem e gostava dele, dizia que, se tivesse equilíbrio emocional, poderia ter se tornado um estadista, porque amava o país, tinha intuição e compreensão do processo político, visão de futuro, autoridade, carisma, sintonia com o povo. E era aplicado e corajoso. Sem dúvida uma personalidade complexa e fascinante. Um grande e desconcertante artista da arte política. Visão de JK:

“Jânio Quadros interpretou admiravelmente o papel de líder que as massas reclamavam. Era demagogo. Dispunha da sagacidade necessária para captar as oscilações do sentimento popular. E, sobretudo, projetava-se como uma espécie de ‘vingador’, surgido para realizar as aspirações do povo, sempre contrariadas pelas oligarquias tradicionais. Ele se tornara como que um intruso no cenário político. A UDN perfilara a contragosto sua candidatura. Nem programa administrativo ele apresentara, para definir o que seria o seu governo. Ao invés de programa, valera-se de um símbolo para impressionar o eleitorado – a vassoura – e escolhera um slogan que era uma obra-prima do esoterismo político, passível de todas as interpretações: ‘Jânio vem aí...’ Etribado num símbolo e num *slogan*, ele empolgara o país, tornando evidente que, após a revolução administrativa do meu governo e que despertara a consciência da nacionalidade, o povo já não se

conformava em fazer o papel de uma manada de carneiros, a ser manobrada por políticos profissionais.”<sup>[97]</sup>

Excessivo otimismo de JK quanto à consciência política do povo?

O vice de Jânio, o udenista mineiro Milton Campos, é derrotado pelo petebista João Goulart, vice de Lott. Hora e vez da descombinada e instável dupla Jan-Jan, Jânio e Jango. Difícil dar certo, em caso de turbulência mais forte.

Carlos Lacerda, maior crítico e adversário-inimigo político de JK, elege-se governador da Guanabara.

Tancredo Neves perde o governo de Minas para o udenista José de Magalhães Pinto, beneficiado por dissidência pessedista articulada por José Maria Alkmim, ex-ministro da Fazenda de Juscelino, dolorosamente exonerado no final de junho de 1958. Alkmim não assimilou a candidatura de seu principal rival no partido, Tancredo. Competição, ressentimento e frustração. No início da campanha, com ampla maioria nas pesquisas e expectativas, confiante no poderoso apoio do presidente JK, Tancredo considerava a eleição ganha.

Ele atribuiu a derrota ao excesso de confiança na vitória, à dissidência liderada por Alkmim e ao tímido e tênue apoio recebido de Juscelino. Uns entendem que JK teria agido assim porque Tancredo, no Palácio da Liberdade, poderia credenciar-se para disputar a Presidência da República em 1965. Virar seu concorrente. Mas parece mais plausível o constrangimento do presidente diante da postura fria e hostil do preterido e ressentido Alkmim, companheiro de vida inteira, marido de sua prima Das Dores, ministro da Fazenda que, às lágrimas, tinha dispensado. Política e sentimentalmente espremido entre seus dois parceiros e amigos pessoais, optou pela quase neutralidade.

Para JK, a virada da UDN em Minas deveu-se, sobretudo, ao fenômeno eleitoral Jânio Quadros, que teria atiçado e dinamizado a candidatura de Magalhães Pinto. Alkmim forma no governo Magalhães Pinto como secretário de Estado. Participa das articulações do golpe de 1964, de que Magalhães foi o principal líder civil.

Tancredo, aparentemente sem mágoa, dizia que, com ele no Palácio da Liberdade, JK não teria sido cassado, pois

não haveria o golpe de 64. Caprichos da vida e do destino.  
[98]

Para o bem e para o mal do Brasil, Jânio Quadros vem aí.

## Vendaval de insâncias

Em 30 de janeiro de 1961, véspera da solenidade de transmissão do cargo no Palácio do Planalto, JK soube que Jânio faria contundente discurso contra ele e seu governo. Preocupou-se mais ainda quando se lembrou de frase do discurso do senador Auro de Moura Andrade, vice-presidente do Senado, em rápida solenidade de despedida no Palácio do Planalto: “Vá tranquilo, presidente. Estaremos no Legislativo defendendo suas obras, sua honra pessoal e cada ato praticado por V. Exa. em benefício do Brasil”. Estranhou: haveria, então, ataques à sua honra pessoal?

A transmissão será irradiada e televisada. A boataria toma conta da Esplanada e da Praça dos Três Poderes. JK seria insultado diante do povo, dos convidados, do rádio e da televisão. Haveria referências a seu governo como “vendaval de insâncias” e “reinado de nepotismo”. O

discurso teria sido escrito pelo baiano Clemente Mariani, sogro de Sérgio Carlos Abruzzini Lacerda, filho mais velho de Carlos Lacerda.

Irritado, JK se prepara para o que der e vier. Manda recado ao sucessor, por intermédio do amigo comum Augusto Frederico Schmidt: “Schmidt, avise o Jânio que reagirei com um soco na cara dele, se me fizer desfeita durante a transmissão do cargo”.[99]

Tensão na Esplanada. Jânio era considerado emocionalmente instável, capaz de quase tudo em política. Definição do udenista Afonso Arinos de Melo Franco:

- Jânio é a UDN de porre.

Para os amigos, Juscelino gostou tanto de presidir a República que, antes mesmo de ir embora, já queria voltar, e parecia mais novo na saída do que na chegada. Em 31 de janeiro de 1961, aclamadíssimo por multidão na entrada do Palácio do Planalto, ele passa o cargo:

“Tenho neste momento, como razão maior de orgulho, poder entregar a V. Exa. o governo da República em condições muito diversas daquelas em que o recebi, no tocante à estabilidade do regime. Está consolidada,

entre nós, a democracia e estabelecida a paz que todos esperamos duradoura."

Tensão, apreensão. É a vez do imprevisível Jânio, que está entre JK e Jango, faixa presidencial no pescoço. Expectativa de tirar o fôlego, enorme preocupação. Alívio: ele opta por texto convencional, breve e elegante.

Mas à noite, em rede de rádio e televisão, bate forte. Bombardeia furiosamente JK e seu governo. Queixa-se de tudo, inclusive da dívida externa herdada e do tal vendaval de insâncias do discurso de Mariani, agora seu ministro da Fazenda. Pinta um quadro terrível, esbraveja, esmurra a mesa. Reclama que herdou uma dívida externa superior a 2 bilhões de dólares e inflação alta e renitente, por causa da irresponsabilidade do antecessor. Que a situação calamitosa impõe máxima austerdade e rigor à gestão econômico-financeira. Anuncia aperto de cintos. Prioridade ao reequilíbrio das finanças públicas. Diz que vai abrir inquéritos para punir os culpados. Como Juscelino, claro. Grande parte da classe média adora. Há um salvador meio estranho, investido de ampla autoridade, de fala esquisita, que se propõe desentortar o Brasil. Não tem propostas

claras, nem programa de governo nem metas. Mas, mesmo assim, é enfático na sua singular oratória, parecendo saber tudo o que precisa ser feito. Grande ator. O vocabulário e o modo peculiar de usar os verbos, estruturar as frases e pronunciá-las vão gerar amplo folclore político e também situações embaraçosas e até hilárias. Uma delas começa com visita a uma repartição dos Correios, no Rio de Janeiro. Muita gente, ambiente festivo. Jânio vê um funcionário uniformizado:

- O senhor é carteiro?
- Sou sim, senhor presidente.
- Gosta de sê-lo?
- Só nas cartas, presidente.

Outra, muito conhecida, ironiza sua insólita linguagem teatralizada e fama de paixão por bebidas:

- Por que o senhor bebe tanto uísque, doutor Jânio?
- Bebo porque líquido é. Sólido fosse, comê-lo-ia.

Juscelino:

“A popularidade de que desfrutava, mesmo no último mês do meu quinquênio, era uma realidade que incomodava a oposição e com a qual seus líderes não se conformavam. E, para prová-lo, basta citar um fato.

Antes mesmo de se cogitar da minha candidatura à senatária, alguns dirigentes da UDN já haviam concertado um programa cujo objetivo seria o de levar-me ao pelourinho. Nesse sentido, meu governo seria reexaminado tendo-se em vista denunciar à nação os ‘calamitosos erros que eu havia cometido’. (...) Não sou infalível, todos os meus atos suscetíveis de protestos devem ser revistos. Não tenho compromisso com o erro.”<sup>[100]</sup>

Ainda o 31 de janeiro de 1961. À noite, JK está a bordo de um quadrimotor da brasileira Panair, rumo a Paris, com Sarah, Márcia, Maria Estela, o médico Carlos Martins Teixeira e o embaixador Sette Câmara. Vem o comandante e o convida à cabine para escutar o discurso de Jânio pelo rádio. Bastaram algumas frases para desanimá-lo: “Jânio Quadros deblaterava, dando murros na mesa. Atacava-me desabridamente, lendo o discurso elaborado por Clemente Mariani”. Agradece aos pilotos, volta à poltrona, tenta dormir, incomodado com a realidade política ainda presente na América Latina.<sup>[101]</sup>

No desembarque em Orly, no gelado inverno parisiense, outra surpresa: a ausência de autoridades e diplomatas brasileiros. Única exceção: o embaixador junto à Unesco,

Paulo Carneiro. O medo de contrariar o voluntarioso Jânio Quadros e seu governo já atravessara o Atlântico. Evitavam JK. Ninguém queria se arriscar. Os ausentes não haviam mudado: continuavam com o governo. Sempre com o governo, qualquer um. No modo de ver deles, se alguém mudara e, portanto, tinha alguma culpa, era o próprio JK, que era chefe de governo e deixara de ser. Ou deixara de sê-lo, como diria o novo rei, Jânio da Silva Quadros. O mundo gira, a Lusitana roda.

O emocionante, tumultuado e meteórico governo Jânio Quadros agredirá e perseguirá implacavelmente JK e sua gestão. Quase sete meses de insinuações, acusações, calúnias, ameaças, inquéritos. Tratam de incriminá-lo em irregularidades administrativas. Tentativa feroz de destruir o mito vivo, afastando-o do caminho presidencial do líder udenista Carlos Lacerda. Acordo político?

Jânio valoriza ao máximo os militares, entregando-lhes comissões de inquérito criadas em função do discurso moralizador. Despreza o Congresso, a que se refere como “Clube dos Ocosos”.

Roberto Campos registrou passagem reveladora do estilo Jânio Quadros. Convidado para encontro com ele no

Palácio da Alvorada, em horário inesperado, 6h45 da manhã, para opinar sobre política cambial, ouve espantado: “O povo não gosta de amar. O povo gosta de odiar. Onde estão os inimigos?”[102]

Essa visão terá pesado na má vontade e perseguição a Juscelino nos meses seguintes? Que influência terá tido no bizarro, voluntarioso e corajoso presidente a ameaça de levar um soco na cara?

A verdade verdadeira é que o presidente Kubitschek entra na história como referência de democrata, desenvolvimentista, inovador e modernizador, principal responsável por realizações espetaculares. Apesar da época politicamente ameaçadora dentro e fora do país, neutralizou o golpismo. Rejeitou o continuísmo, presidiu eleições democráticas. Foi tolerante, não perseguiu ninguém, perdoou. Arauto do desenvolvimento, empreendedor público sem igual, otimismo contagiate, incutiu esperança e confiança nos brasileiros, aumentou sua autoestima. E comandou a execução, em ritmo acelerado, de Brasília, das estradas, das hidrelétricas, a implantação em disparada da indústria automobilística, das indústrias de base, naval e

outras, de todo o audacioso Programa de Metas. De Geraldo Mayrink, biógrafo de JK:

“O Brasil saltou dos automóveis de Juscelino para a vassoura de Jânio. A viagem freou o plano econômico dos cinquenta anos em cinco para uma estonteante marcha à ré, política, em apenas sete meses do governo seguinte. Ao passar a faixa que manteve com tanto suor, nem Juscelino nem o país sabiam que ela seria jogada no lixo da história em tão pouco tempo”.  
[103]

Sua confiança e alegria, o sorriso, o avião presidencial percorrendo o país, na fiscalização direta das obras. O uso da mídia para promover as ações de governo e prestar contas. JK tinha paciência, gosto e dom extraordinário para se comunicar com o povo. Foi o primeiro presidente a utilizar a televisão para mostrar e explicar o que estava fazendo e acontecendo.

De novo a palavra segura do historiador Francisco Iglésias:

“Com justeza se deu ao período de 1956 a 1961 o nome de Era JK, como se chamou Era Mauá o começo da segunda metade do século dezenove, quando se impõe a figura do empresário Irineu Evangelista de

Sousa, nobilitado com o título de visconde de Mauá. É razoável falar em Era JK, pois o período se distingue dos anteriores, por suas realizações. Decerto, ele deixou enorme dívida a ser paga, mas sacode o marasmo oficial; pode-se questionar a mudança da sede do governo, mas ninguém pode negar-lhe o mérito da operosidade e lucidez, bem como o da isenção, no encaminhamento sucessório, quase sempre feito de modo tendencioso pelo próprio presidente.”<sup>[104]</sup>

JK deixa a Presidência amado pelo povo, internacionalmente famoso e admirado, cidadão do mundo, dono de vasto capital político, pré-candidato pessedista a presidente da República nas eleições de outubro de 1965. A política deu-lhe também adversários e inimigos poderosos e perigosos, que queremvê-lo pelas costas e longe do poder.

Passado político luminoso, futuro de sombras?

## CAPÍTULO 13

# Hábitos e manias de JK

JK tinha cismas, costumes, comportamentos e gostos marcantes. Não parava quieto, decidia rápido, dormia pouquíssimo. Não deitava antes de meia-noite. Levantava antes das 6, ligava para dona Júlia, tomava a bênção, batia dois dedos de prosa. Depois, banho, geralmente de banheira. Não era incomum despachar no banheiro com assessores mais íntimos, como o coronel Affonso Heliodoro, conterrâneo, amigo de todas as horas. No Palácio das Laranjeiras, no Rio, havia um telefone ao lado da banheira. E também uma cadeira de barbeiro.

Gostava de comida de sal no café da manhã, como bifes fininhos, bem passados. Detestava ficar sozinho. Raramente

almoçava ou jantava com menos de dez pessoas. Dependendo do cardápio, pedia comida mineira. Às vezes dormia de 15 a 20 minutos depois do almoço. Se estava em casa, punha pijama, calçava chinelos. Fora, programava seu inseparável despertador de pulso, pedia licença, buscava um canto discreto, tirava o paletó, sentava ou deitava, fechava os olhos, dormia quase instantaneamente. Era o bastante para vencer o cansaço e recuperar a energia. Acordava novo em folha, refeito, animadíssimo.

Trabalhava satisfeito, feliz da vida. Divertia-se. Era comum ouvir sua gargalhada. O saudoso Carlos Castello Branco, gigante do jornalismo político, a descreveu como uma jovem, sadia e sonora explosão de alegria. Para ele, JK foi um rapaz que morreu aos 73 anos. Personalidade radiosa. Jovialidade, bom humor, coragem, dinamismo, simpatia, alegria de viver.

Livrava-se dos sapatos sempre que dava para disfarçar. Com os pés por baixo de mesa, por exemplo. Por isso, não gostava de sapatos com cadarços. Preferia os que podia botar e tirar facilmente, sem usar as mãos. Mesmo de terno e gravata, e até em ocasiões solenes. Criança, luxou o dedo

mínimo do pé direito. Tratamento mal feito, sequela definitiva. Sofria em caminhadas longas.

Ao vestir-se, gostava de ter todas as peças colocadas em sequência sobre a cama, cadeira e outros móveis: cueca, calça já com os suspensórios (não usava cinto), meias dobradas do avesso, camisa desabotoada (não gostava de abotoaduras), gravata, paletó, geralmente um lencinho de bolso, e, junto ao closet, o par de sapatos sem cadarços, sempre um ou dois números acima do normal, para não pressionar o frágil mindinho.

Era preocupado com a aparência. Penteava e repenteava o cabelo com frequência. Valorizava quase ao extremo a indumentária. Maior xodó: as gravatas. Tinha uma coleção enorme, adorava escolhê-las e comprá-las. Não abria mão de dar o laço, um caprichoso e comprido triângulo. Generoso em quase tudo, morria de ciúme delas. Não emprestava a ninguém. Nem em viagem. Superstição?

Quase obsessivo com pontualidade, olhava muito o relógio de pulso, que mantinha adiantado 5 minutos.

Embora pouco bebesse, tinha preferência pelo *champagne rosé*. Nas festas e recepções, aceitava uma ou outra dose de uísque, que raramente bebericava. Gostava

mesmo era de ficar sacudindo o copo e ouvindo o tilintar dos cubos de gelo. De vez em quando pedia um cigarro, que “fumava” apagado. Não acendia, brincava com ele nos lábios, jogava fora. Quando chegaram os de filtro, mordiscava a ponta várias vezes, descartava.

Sentia-se em casa a bordo de aviões. Conversava, despachava normalmente, dormia feito um bebê feliz. Não tinha medo: acreditava plamente que não morreria em acidente aéreo. Cometeu temeridades, arriscou-se. Enfrentou serenamente situações terríveis. Seus companheiros de voo às vezes ficavam em pânico. Como governador de Minas, voou, em média, 90 minutos por dia. Um exagero. Usava três aviões: dois monomotores Bonanza e um Beachcraft, bimotor. Predominavam visitas a municípios, frentes de trabalho e obras. Numa viagem a Mantena, na divisa com o Espírito Santo, faltou copiloto para o bimotor. JK mandou o experiente comandante João Milton Prates, da Aeronáutica, ex-combatente na Itália, decolar assim mesmo. Chegaram bem. As solenidades terminaram tarde, todos foram dormir. Menos o piloto. Ele não abriu mão de animadíssimo baile que varou a noite. Não pregou os olhos. No dia seguinte, às 7 da manhã, decolagem para Belo

Horizonte. Prates chega em cima da hora de decolar, zonzo de sono. Nem teve tempo de checar e aquecer o Beachcraft. Início de voo tranquilo, céu de brigadeiro. Juscelino recosta-se na poltrona e começa a ler. Geraldo Batista, camareiro improvisado como comissário, serve um cafezinho. De repente os dois motores pipocam. Param de funcionar. O avião começa a despencar. Geraldo Batista bate a cabeça no teto e cai de costas no corredor. Prates leva os manetes de comando para a frente, até o fundo. Nada. A queda continua. Desesperado, ele aciona uma alavanca à esquerda de sua cadeira. Os motores voltam a funcionar. Acelerados, como na decolagem. Sobem vertiginosamente. Todos se sentem esmagados contra as poltronas. Menos Geraldo, estirado no chão, a cabeça sangrando. O avião se estabiliza. Todos continuam apavorados. Menos Juscelino: “Prates, vá pilotar assim na pqp!” E voltou à leitura, como se nada tivesse acontecido.

No biênio 1957-58, visitava as obras de Brasília pelo menos duas vezes por semana. Verificar o andamento dos projetos, estimular a equipe, os empresários, os técnicos, os funcionários, os candangos. O avião entrou no dia a dia presidencial. Virou instrumento rotineiro de trabalho. JK

decolava do Rio depois do expediente e pousava no cerrado por volta de 11 da noite. Era mais que determinação. Era paixão. Percorria obras até de madrugada. Às vezes dormia em Brasília e partia bem cedo. Mas o mais comum era entrar de novo no avião e voltar ao Rio. Dormia tranquilamente a bordo. Primeiro, num surrado e seguro Douglas DC-3, num leito improvisado. Depois, com mais conforto, no quadrimotor turboélice Viscount, mais veloz, maior e mais espaçoso. Tinha uma cabine presidencial simples, com mesinha de trabalho, quatro cadeiras e também uma cama. Fez 225 viagens dessas naquele biênio. Mais de duas por semana. Deve ser recorde mundial de presidente da República.

Dançava bem, era um pé de valsa. Em campanhas eleitorais ou visitas, nas festas simples do interior, trocava sempre de par para prestigiar todas as moças. Adorava conviver com intelectuais e artistas, amava saraus, serenatas e serestas. Cantor animado, mas desafinado. Adorava a música popular brasileira, inclusive a nascente bossa nova. Amava música clássica. Privilegiava a convivência com intelectuais e artistas. Nunca se afastou

deles. Conhecia profundamente a natureza humana. Mais profundamente a feminina.

Um dia típico no Rio? Acordava cedo no Palácio das Laranjeiras e olhava os jornais. Às 6 horas, banho de banheira cuidadosamente arrumado pelo camareiro Geraldo Batista. Às vezes falava ao telefone durante o banho. Acordava ministros e outros auxiliares. Declaração do legendário economista Roberto de Oliveira Campos, que o assessorou: “Ele acordava cedíssimo, caçava os auxiliares todos e às 6, 7 horas da manhã estava telefonando para todo o mundo”.

Depois, café da manhã: bifes fininhos bem passados, leite, café, mel, pão, manteiga, quitandas. E, claro, queijo de minas. Por volta de 7h30 ia para o Palácio do Catete. Despachava com o chefe da Casa Civil, Álvaro Lins, com os subchefes José Sette Câmara, Josué Montello, Oswaldo Maia Penido e Affonso Heliodoro, além de assessores especiais, como o coronel Nélio Cerqueira Gonçalves e o jovem diplomata Paulo Tarso Flecha de Lima. Trabalho incessante até 1 da tarde. Ministros, empresários, políticos, jornalistas, diplomatas, assessores, muita gente de fora e de dentro. Um massacre. Breve pausa para o almoço. Comida da

Etelvina, a velha cozinheira de Sarah. Vinha do Laranjeiras, em marmita, e era simples. Exemplo: arroz, feijão, farinha de mandioca, quiabo, pequenos bifes, batatinha frita, alguma verdura, legumes. Igual à do menino de Diamantina, o Nonô da dona Júlia. Uma vez ou outra almoçava em casa. Sempre comida mineira. Como frango com quiabo, arroz, angu, salada. Ou galinha ao molho pardo, com quiabo e angu. Ou ainda lombo de porco com arroz, mandioca cozida ou frita, feijão-tropeiro com couve. E outras maravilhas da Etelvina. Inclusive macarronada, muita macarronada. Sobremesa? Prioridade para frutas de época. A preferida era jabuticaba, seguida por mexerica e manga. Ou então doces. Como goiabada cascão ou doce de leite com queijo de minas. À tarde, mais trabalho: audiências, despachos, visitas, reuniões, solenidades etc. Outro massacre. Às vezes ficava até 9 da noite. Quando não ia direto para Brasília ou outro lugar, voltava ao Laranjeiras: banho morno, jantar de comida mineira, discos na vitrola. Podia ser música clássica ou popular brasileira.

Assim governou Kubitschek, o Presidente Bossa Nova. Trabalho de manhã, tarde e noite; avesso a peias burocráticas, gostava de ver tudo de perto. Gabinete e

burocracia: irrequieto, detestava, atropelava. Sabia que era preciso. Política: muita; decisões: rápidas e firmes, às vezes lastreadas apenas no *instinto kubitschekiano*, espécie de intuição irresistível que trazia da infância. Viagens: quase diárias, sobretudo de avião. E o inesgotável envolvimento com a execução de projetos e obras. Muita ação. Inclusive de apoio ao setor privado. Ia pessoalmente aos cenários dos acontecimentos, acompanhava tudo de perto. Na mata amazônica, no planalto goiano, em São Paulo, Minas, Sul, Nordeste. Visitava, fiscalizava, motivava, cobrava, vibrava.

Como era o dia a dia carioca de JK no final da vida? Aspas para ele aos 73 anos, dois meses antes da morte:

“Meu dia começa bem cedo. Às 5 e meia da manhã já estou andando na praia. Ando quase 2.000 metros todos os dias, sempre no mesmo trajeto. Depois vou trabalhar. Tenho sempre compromisso para almoçar, passo a tarde escrevendo e lendo até as 6 horas, quando recebo meu professor de inglês, com quem tenho uma conversa diária para me manter em forma. Assisto ao jornal da tevê e depois vou jantar. Sempre tenho convites para jantar fora e até preciso limitar um pouco isso, porque toma muito tempo da gente. Nunca me deito antes de 1 hora”.[105]

## CAPÍTULO 14

# JK e as mulheres

E as moças? Há muitas histórias e lendas sobre JK e as mulheres. Aos 97 anos, lúcido e lúpido, o coronel Affonso Heliodoro, amigo íntimo de todas as horas, companheiro quase inseparável desde o governo de Minas (1951-1955), garante que há muito exagero e imaginação. Mas não nega o encantamento e entusiasmo do chefe:

“Ele não brincava em serviço. E admirava mesmo as mulheres! Era discreto, charmoso, elegante, respeitoso. Um cavalheiro. Agora, de lá pra cá, delas pra ele, a coisa era muito forte. Elas se encantavam. Homem famoso, alegre, simpático, fino, atraente, sedutor. Poderoso e vigoroso. Mulher adora isso. Algumas davam em cima. Nas vezes em que abrimos

o Palácio das Laranjeiras à visitação pública, cansei de ouvir mulher pedindo para sentar um pouquinho na cama dele. Sentir como era. Eu deixava. JK era um ímã.”<sup>[106]</sup>

Aos 88 anos, o amigo, extraordinário seresteiro e companheiro de aventuras César Prates, garantia:

“Ele não dava em cima de mulher de ninguém. Mulher é que vinha e dava em cima dele. Mas aí qualquer um vai, né? Inclusive nós aqui. Não aparece mais ninguém igual ao Juscelino, não. Levantava todo dia às 5 horas da manhã e acordava todo mundo. Que saudade do Nonô! Ninguém tinha mais intimidade com ele do que eu. Nem mais liberdade.”<sup>[107]</sup>

Adorava música, dança, festanças e seus desdobramentos. Mas tinha horror à vulgaridade. Seu lado boêmio e sua performance eram vigiados. Vida pessoal, também. Especialmente pelos poderosos e aguerridos udenistas, adversários implacáveis. Certa vez, em 1957, depois de visitar a Bienal de São Paulo, numa festa em Leme, altas horas, hóspede do casal Cicillo Matarazzo e Yolanda Penteado, presentes jornalistas, empresários e políticos de todos os naipes no salão, foi abordado por uma

desinibida garota, dessas premiadas pela natureza. Queria!, porque queria!, dançar com o presidente. Polidamente, resistiu à tentação. Ela, maliciosa: “Por causa da dona Sarah, presidente?”. “Não, minha filha. Por causa da dona UDN.”

JK não era de muito falar sobre mulheres. Quinze anos depois de deixar a Presidência da República, esclareceu:

“Mulheres famosas, bem, conheci algumas, mas, você sabe, um homem com liderança política não pode ter muita convivência nesse campo. Complica em vez de ajudar, dá margem a especulações na imprensa e tal. De modo que eu era até muito ceremonioso. Aliás, apesar desse negócio de Pé de Valsa, só dancei uma vez quando presidente da República. Foi quando veio ao Brasil a princesa Margareth, representando a rainha da Inglaterra. Ela me ofereceu um banquete na embaixada inglesa e, depois do jantar, me disse: ‘O senhor vai me dar a honra de dançar comigo’. Eu respondi que era a primeira vez que ia dançar como presidente da República. Afinal, ela era uma princesa. Aí dancei com ela e mais umas duas ou três.”<sup>[108]</sup>

Envolvimentos fortes? Sua história e seu diário pessoal mostram que entregou o coração pelo menos duas vezes. Primeiro, a Sarah, namorada, noiva, esposa, parceira

política e companheira de existência. A partir de setembro de 1958 e até a morte, também à bela Maria Lúcia Pedroso, caso de paixão sem volta.

## CAPÍTULO 15

# JK-65

Início de janeiro de 1961. O projeto político de reeleição de JK em 1965 já está no mundo político, nas manchetes e nas ruas. Tinha até *slogan*: “JK-65: cinco anos de agricultura para cinquenta de fartura”. Essa sinalização precoce incomoda profundamente os adversários e todos os pretendentes à presidência. Um pré-candidato idolatrado, quase impossível de ser batido, apresentando-se antes mesmo da posse do sucessor. O coronel Affonso Heliodoro coordenou essa pré-campanha, que já instalara escritórios no Rio, Belo Horizonte e São Paulo:

“– Coronel, por que vocês lançaram tão cedo a candidatura de JK às eleições de 1965? Jânio nem

havia tomado posse. – Não a lançamos. O movimento veio do povo, espontaneamente. Só começamos a trabalhar depois de passar o governo.”<sup>[109]</sup>

Nas últimas semanas de 1960, em Goiás, partidários de seis partidos – até da UDN! – se mobilizaram publicamente, em inédita frente única, para viabilizar a eleição de JK para o Senado. Demonstração de apreço e gratidão ao fundador de Brasília. Além disso, era interessante contar com um representante de peso nacional no presente e mais ainda no futuro. Poucos desacreditavam do sucesso do projeto JK-65. A popularidade e a aprovação de Juscelino no país eram imensas.<sup>[110]</sup>

Muito apoio goiano, muita votação potencial, mas não havia vaga. Conseguir a vaga envolveu uma operação complexa. JK teve de mobilizar meios para compensar pessoas prejudicadas pelo projeto. Só haveria eleição se o pessedista Taciano Gomes de Mello, médico potiguar que viera para a goiana Pires do Rio nos anos 20, eleito senador em 1958, renunciasse ao mandato. Mais ainda: seu suplente, Péricles Pedro da Silva, teria de concordar em não assumi-lo. Faltavam mais de cinco anos. A engenharia política de compensações deu certo. Abriu-se a vaga, o

Senado e a Justiça Eleitoral convocaram eleição para completar o mandato. JK se candidatou, tendo como suplente José Feliciano Ferreira.

"- E a candidatura ao Senado, por Goiás, coronel Affonso Heliodoro? O senhor chefiou parte da campanha, não é?

- Chefiei. Dei a partida, organizei tudo. O presidente queria estar perto de Brasília. Tinha rica experiência a oferecer ao Senado e enorme respeito pelo Congresso. Necessitava de uma tribuna alta. Precisava de condições para se defender. E também de status político para cuidar do projeto JK-65. Político sem mandato fica fragilizado. Havia também as ameaças do doido do Jânio, com acusações e investigações despropositadas, tanto que deram em nada. No Senado, haveria maior proteção e condições de esclarecer e rebater as sandices dele.

- Mas por que Goiás?

- Por opção do presidente. Pouco antes de deixar o Palácio do Planalto, os jornalistas perguntaram o que ele ia fazer. Respondeu: 'Quero ser fazendeiro em Goiás'. A repercussão foi enorme, os goianos adoraram. Recebemos carta do então senador maranhense Victorino Freire, grande amigo do presidente, comunicando que iria renunciar ao cargo para que o Juscelino pudesse se candidatar no seu lugar, pelo Maranhão. Uma coisa comovente. A ideia

da senatária vazou, empolgou Goiás, mas não havia vaga.

- Foi então que o senador Taciano Gomes de Mello cedeu o lugar. Renunciou ao mandato em 10 de janeiro de 1961. Dizem que ganhou cartório em Brasília.

- Ele renunciou, abrindo espaço para a candidatura do presidente. Foi complicado. O Taciano foi nomeado juiz do Tribunal de Contas de Brasília. Juscelino foi eleito em 4 de junho de 1961. Uma vitória apoteótica, consagradora.”<sup>[111]</sup>

Adorava Brasília, não desejava afastar-se da política, sonhava forte com o seu JK-65. A cadeira do Senado era ponto fundamental da construção dos alicerces do projeto. Refúgio, imunidade, voz. Sem ela, no envenenado ambiente vigente, ainda influenciado pelos reflexos da guerra fria e pela propensão ao golpismo de parte das Forças Armadas e de muitos udenistas, estaria muito vulnerável. Correria o risco, com a passagem do tempo, de ficar marginalizado. A política é cruel. Espaço vazio, espaço ocupado. Não há vácuo duradouro. Dizem em Minas que no caminho da porta da casa de político sem mandato a grama cresce depressa.

JK não demorou na Europa. Queria desencadear a campanha, precisava vigiar os movimentos de Jânio. Apesar

de considerado imbatível, mergulhou na eleição com entusiasmo quase infantil. Montou escritório em Goiânia, alugou um pequeno avião, visitou a maioria dos municípios. Discursou, negociou, plantou sementes políticas, deixou rastro de esperança. Dura maratona. Aconteceu quase tudo.

Instalou um escritório eleitoral em Goiânia, entregou a Affonso Heliodoro. Mas precisava de alguém confiável e familiarizado com a política goiana. Preferencialmente um articulador hábil e operativo. Indicaram o jornalista Eliézer Penna, ex-secretário estadual de Justiça, homem dinâmico e cativante. Corte para Goiânia, 8 de junho de 2010, diálogo com Penna, 85 anos:

“– Por que JK ao Senado por Goiás?

- Ah!, sem o mandato de presidente da República, ele precisava de outro. O Jânio veio como uma fera pra cima dele. No Senado, grande nome da República, grande orador, homem de muita projeção, ia botar um freio no Jânio. Apesar de que o Jânio era meio doido. O Juscelino era um sujeito dócil, muito liberal e compreensivo, cordial. Mas tinha muita coragem. Ele me contou que, se o Jânio tivesse faltado ao respeito na entrega do cargo, ia meter-lhe a mão na cara na frente de todo o mundo. E era homem pra isso! Foi oficial da Polícia Militar de Minas, participou da

Revolução de 1932. Um homem muito sério e responsável.

- Como foi a campanha?
- Foi água de morro abaixo! Fácil! O povo adorava o Juscelino.
- É verdade que furtaram o dinheiro dele num comício?
- Foi lá em Inhumas. Carregaram o JK na chegada e, quando ele meteu a mão no bolso depois, cadê o dinheiro?! (Risos.) Tinha uns 120 cruzeiros, tudo trocado. Dinheiro miúdo, pra dar uma gorjeta, essas coisas. Engraçado: nunca vi o Juscelino enfiar a mão no bolso. Lá em Caldas Novas ele molhou as mãos naquela água quente, e eu pensei: 'Agora ele põe as mãos nos bolsos para enxugar'. Que nada! Ele enxugou foi nos cabelos. Eta mineiro! (Risos.)
- Como vocês organizaram a campanha?
- Pegou fogo foi de março a 4 de junho de 61. Havia um escritório eleitoral em Goiânia. O Juscelino ficava no Hotel Bandeirantes, quinto andar. Levantava às 6 da manhã e começava a agitar todo o mundo. Decidia rápido e certo. E ele tinha uma turma que era de Minas. Além do coronel Affonso Heliodoro, me lembro do Fausto Fonseca, que cuidava do dinheiro. Fizemos uma lista dos municípios que considerávamos de visita obrigatória, seus problemas e aspirações. Eu preparava uma lista dos principais líderes de cada lugar pra ele conhecer e citar nos discursos. Fazia o

maior sucesso. Mandava carta assinada por ele para todos os líderes municipais, parlamentares, jornalistas, gente influente.

- Muita viagem? Naquela época, Goiás era maior ainda, pois incluía Tocantins.

- Viajamos de avião e de carro. Eram três ou quatro municípios por dia. Uma correria. Muita ação, muito movimento. Andamos muito, fomos às maiores cidades e às pequenas também. O homem não parava. Muita gente vinha a Goiânia para encontrá-lo. Era fácil trabalhar com ele. Muito doce, mas muito enérgico, afirmativo. Não tinha preguiça, estava sempre com pressa. Um líder natural. Você sabe: assessor sem apoio não vale nada. E ele apoiava a gente pra valer, valorizava. Tudo que precisávamos, era só telefonar e ele mandava na hora. Era impressionante.

- É verdade que JK não perdia o bom humor?

- Sempre alegre, animado, apressado. E tem outra coisa: vestia-se impecavelmente. Nunca vi ninguém igual. Elegante, tudo bem combinado, os sapatos sempre limpos e brilhantes. Quem engraxava era o Geraldo Ribeiro, motorista dele.”

Nas eleições de 4 de junho de 1961, JK venceu o destacado líder político Wagner Estelita Campos, do PDC,

apoiado pelo presidente Jânio Quadros. Obteve 84,5% dos votos.

Vai para o Senado, mas não tira os olhos das eleições de 3 de outubro de 1965, nem dos movimentos e ameaças vindas principalmente de Jânio e de seu tempestuoso governo. No discurso de posse no Senado, em 13 de julho de 1961, impressionou, marcou. Um trecho:

“Felizmente, a obediência aos comandos que nos impunham recesso, sonolência, perigosa passividade, não foi seguida, acatada, considerada justa e compreensível. E não só materialmente tocamos nos pontos críticos de nossa estrutura para fortificá-los, como recebemos e seguimos as inspirações de um novo espírito afirmativo, e nos deixamos contaminar pela ambição mais nobre, pelo sopro da revolução do desenvolvimento em que se contém o objetivo de libertar os brasileiros de uma pobreza crônica, pobreza que vem mantendo milhões de patrícios nossos, de homens como nós - os mais heroicos e os mais desamparados dos brasileiros -, numa sujeição total, numa trágica e inqualificável estagnação. Aqui estou, Sr. Presidente, para confessar a minha parte de culpa nessa revolução do nosso tempo, nessa insubmissão a cânones e preconceitos que impediam a marcha do Brasil para uma nova etapa de sua existência. (*Palmas. Muito bem.*) Sou réu confesso

dessa trama libertária. E foi por assim considerar-me que abandonei o repouso no estrangeiro e vim submeter-me ao julgamento dos meus concidadãos no pleito livre que se verificou em Goiás e me conferiu a honra de ser um dos senadores da República.”

Permanece no Senado até 8 de junho de 1964, quase três anos. Homem de ação, continua sem maior apetite pela atividade legislativa, pela tribuna, pelos acertos e jogos da rotina parlamentar. Mas faz política o tempo todo, dentro e principalmente fora do Congresso. Mergulha fundo no PSD, seu partido, participa de tudo, articula entendimentos, constrói alianças e apoios, sempre voltado para o retorno ao Palácio do Planalto. O JK-65 mantém ativos escritórios políticos em Brasília, Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Affonso Heliodoro dos Santos e outros auxiliares de confiança trabalham sem parar.

Kubitschek aceita o convite da Organização dos Estados Americanos (OEA) para participar da coordenação da Aliança para o Progresso, programa derivado da Operação Pan-Americana, por iniciativa do presidente John F. Kennedy, de quem era amigo.

# Forças terríveis

Em 25 de agosto de 1961, Jânio, alegando misteriosas “forças terríveis”, faz lacônica carta manuscrita ao Congresso Nacional, renunciando ao mandato presidencial. Decisão polêmica, ainda não cabalmente esclarecida. Muitos acreditam tratar-se de tentativa de golpe, aproveitando a circunstância de que o vice-presidente João Goulart, que visitava oficialmente a China comunista, provavelmente teria a posse vetada pelo poder militar. Jânio então voltaria nos ombros de seu exército de eleitores para chefiar um governo forte, acima do Congresso, instituição que desprezava. Outros creem que tudo não passou foi mesmo de tresloucado gesto ou até de efeito de consumo excessivo de bebida alcoólica.

Mas é fato que Jânio sonhava desvencilhar-se das críticas, pressões e limitações impostas a seu governo pelo Congresso, a que chamava de “Clube dos Ocosos”, como visto. Queria comandar um Executivo forte e sem peias. Governo forte, parlamento fraco. Seu final de agosto de 1961 foi de muita emoção e irritação. Primeiro, desentendeu-se com o demolidor político udenista Carlos

Lacerda. Este o acusou publicamente de preparar um golpe. Logo depois, tomou conhecimento de que o deputado federal pessedista Carlos Murilo Felício dos Santos, primo e confidente de JK, tinha em mão lista com número de assinaturas mais do que suficiente para instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o objetivo de verificar suposto golpismo presidencial. Epígrafe do requerimento:

“Os signatários deste resolvem determinar, na forma do art. 53 da Constituição, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de que, no prazo de 30 dias, investiguem a veracidade dos fatos revelados pelo governador Carlos Lacerda em programa de televisão, na noite de 24 de agosto, no Rio de Janeiro. Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1961”.

Para o combativo e mercurial Jânio, um desaforo é também um perigo. Todos sabem como uma CPI começa, mas ninguém sabe como acaba. Temores ocultos, frustrado golpe branco, maluquice ou álcool demais, o certo é que Jânio não pôde voltar. As lideranças militares realmente vetaram a investidura de Jango. Viam nela a volta do getulismo e até a ameaça de uma república sindicalista. Instala-se uma crise político-militar. Assume interinamente o

presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli. Forças fortes contra e a favor da legalidade, clima de quase guerra civil. Diante do impasse, recorrem a Tancredo Neves e a outros líderes políticos. Negocia-se, então, a troca do presidencialismo pelo parlamentarismo. Jango tomaria posse, mas não governaria. Um arranjo palatável para as Forças Armadas.

Relutante, Jango absorve a solução. Na manga, um trunfo: a emenda constitucional do parlamentarismo previa sua confirmação em plebiscito.

Torna-se presidente da República, chefe de Estado, papel semelhante ao da rainha da Inglaterra. Quem comanda o governo é o primeiro-ministro Tancredo Neves, chefe do gabinete parlamentarista formado em 8 de setembro de 1961. Além de desestabilizar politicamente o país, quase jogá-lo numa ditadura militar ou mesmo guerra civil, o tresloucado gesto janista também custou caro à economia, particularmente às finanças públicas. Palavra para Carlos Lacerda, consogro de Clemente Mariani, ministro da Fazenda de Jânio, que certamente exagerou:

“Clemente Mariani me contou e repetiu outro dia que durante os quase trinta dias (sic) que durou a crise da renúncia do Jânio, para manter o Brasil vivo, quer dizer, o Brasil em condições de produzir e trabalhar, teve que emitir mais dinheiro do que nos cinco anos do quinquênio de Juscelino”.<sup>[112]</sup>

## Parlamentarismo à brasileira

Como agiu e reagiu o senador JK? Ele estava no Rio. Assim que tomou conhecimento da renúncia, mobilizou todas as forças e influência junto a deputados e senadores para que ela fosse aceita sem perda de tempo, empossando-se o vice-presidente João Goulart. Queria Jânio longe do Palácio do Planalto. Ao telefone, articulou-se com os deputados José Maria Alkmim, Carlos Murilo Felício dos Santos e outros pessedistas e não pessedistas de sua confiança. Trocou ideias e informações, deu orientações, disparou uma sucessão de telefonemas, desencadeou contatos. Sugeriu a Mazzilli que tomasse posse imediatamente. No dia 26, um sábado, voou num táxi aéreo para Brasília. Precisava estar no coração da crise, ajudar a debelá-la. Era gravíssima. Perigo palpável de golpe e

ditadura militar, ameaça de guerra fratricida. Lutou pelo respeito à Constituição. Mas perdeu para o parlamentarismo apoiado pelos militares e até pelo PSD. Uma saída incompatível com o seu projeto presidencial. Seu consolo foi ver o fiel amigo Tancredo Neves na chefia do governo, como primeiro-ministro.

E João Goulart? Apesar de engolir o regime de gabinete, ele sabe que foi lesado. Volta então suas forças para o restabelecimento do presidencialismo e antecipação do plebiscito. JK trabalha intensamente no mesmo sentido. Por convicção e para ressuscitar o JK-65. Outros cardeais presidencialistas de vários partidos fazem o mesmo. É nítido que o país não quer o parlamentarismo.

Tempo de instabilidade política, intensa guerra ideológica, longa e grave recessão econômica, inflação em alta. Isso enfraquece os sucessivos gabinetes e o próprio regime. Finalmente, em 6 de janeiro de 1963, realiza-se o plebiscito: o povo quer presidencialismo ou parlamentarismo? Vitória esmagadora do presidencialismo: mais de 75% dos votos válidos.

# Jango no comando

Goulart finalmente toma as rédeas do poder. Mas a instabilidade permanece. A governabilidade é cada vez mais precária, a crise econômico-financeira e política, mais profunda. Forças conservadoras temem uma tentativa de implantação de república sindicalista, preocupam-se com as reformas de base anunciadas, alarmam-se com rumores de mudança constitucional para permitir a reeleição do presidente. Esquerda e direita temem o golpe. Forças militares e civis conspiram sem parar. O golpe vem aí. Refrão cantado nas manifestações de rua do movimento Marcha da Família com Deus pela Liberdade: “Um, dois, três, Brizola no xadrez!/Se tiver lugar,/põe também o João Goulart”. Alguns episódios colocam em xeque a hierarquia e a disciplina militar. Série de greves paralisa o país, no todo ou em parte, irritando e assustando a maioria do povo.

Goulart tem contra si parte expressiva das Forças Armadas e do empresariado, grandes parcelas da classe média, poderosas lideranças políticas e os governos mais influentes da comunidade internacional, como o do presidente Lyndon Johnson, dos Estados Unidos.

É em meio a esse ambiente de tensão que os partidos começam a cuidar publicamente da sucessão presidencial. O PSD aprova sem dificuldades a candidatura de JK. Em discurso na convenção realizada em Brasília, em 21 de março de 1964, ele reafirmou que seu futuro governo daria prioridade à agricultura. “A reforma agrária está hoje incorporada ao contexto das plataformas autenticamente democráticas. Com seu duplo caráter social e econômico, é inevitável”. Prometeu realizar as mudanças de forma gradual, a fim de evitar traumas à nação. Disse que a reforma agrária deveria ser acompanhada de um estatuto do trabalhador rural capaz de assegurar seus direitos básicos e permitir sua fixação à terra de modo produtivo e justo. Apresentou um programa de noventa metas, concentrado na questão social.

## Golpe e ditadura

Madrugada de terça-feira, 31 de março de 1964. A caldeira militar, que esquentava havia décadas e quase estourara em agosto de 1954 e novembro de 1955, explode espetacularmente. O golpe eclode prematuramente em Juiz

de Fora, Minas Gerais. Antecipa-o o afoito diamantinense Olympio Mourão Filho, promovido a general pelo conterrâneo JK, em maio de 1958, contra a vontade do marechal Lott, seu ministro da Guerra. Cansado de esperar, assustado e revoltado com as alianças de Jango, o discurso pelas reformas de base, as manobras políticas e a ameaça à disciplina e à hierarquia militar, Mourão acende o estopim: põe tropas do Exército nas ruas, com destino ao Rio de Janeiro. Objetivo: a deposição do presidente da República.

A propagação é fulminante. A maioria dos comandos militares adere. Setores civis significativos apoiam. Também governadores, como José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais; Carlos Lacerda, da Guanabara; e Ademar de Barros, de São Paulo, todos presidenciáveis. Partidos políticos, como o PSD de JK e a UDN, empresários, lideranças religiosas. O golpe tem a simpatia e o apoio do governo norte-americano, que teme - e não admite - novo país socialista na estratégica América Latina. Tropas sediadas em São Paulo também se movem para o Rio, já pontilhado de soldados e equipamentos militares, inclusive da Polícia Militar. O movimento deitara raízes pelo país e não era apenas castrense.

É o acerto de contas com o getulismo. De Tancredo Neves, esta pérola: “O golpe de 64 é o Estado Novo da UDN.” E também: “A Revolução de 64 teve um espírito anti-Vargas, anti-Getúlio”.<sup>[113]</sup>

No Palácio das Laranjeiras, no Rio, ainda em 31 de março de 1964, Goulart avalia a situação. Sente o poder esvair-se rapidamente. Por volta de 4 da tarde, devolve a ligação do aflito JK. Pede que venha vê-lo. Sem demora, JK chega, acompanhado de Affonso Heliodoro. Na entrada, encontram o general Peri Constant Bevilacqua, que acabara de conversar com Jango. Está desalentado. JK é levado ao quarto de Goulart. “Sentou numa cama, eu sentei noutra, e ele começou a falar”. Jango diz que o movimento será prontamente debelado. JK discorda. “Você está errado, Jango, ou volta atrás ou não terá salvação.” Fala no aprofundamento da crise, na progressão do movimento golpista. Sugere imediato manifesto à nação de repúdio ao comunismo; anúncio de novo ministério, de perfil mais conservador; perdão aos militares sublevados, em nome da conciliação e da paz; punição dos marinheiros que haviam desafiado a hierarquia militar, em protesto contra a prisão

de diretores de sua associação, menos de uma semana antes.[114]

Goulart ouviu atentamente, mas não aceitou. Argumentou que não tinha volta, não podia abandonar qualquer das forças políticas que o sustentavam. Via na proposta demonstração de fraqueza, além de considerá-la ineficaz diante da situação. Não acreditava que houvesse espaço para acordo, e menos ainda para panos quentes. Ao contrário, tentava agir militarmente. Fazia contatos, conferia e avaliava esquemas de apoio. Mas acabou se convencendo da debilidade de seu apregoado dispositivo militar e da ineficácia operacional das forças sindicais. Os insurgentes controlavam o sistema de comunicações, prejudicando a articulação das forças governistas, frustrando sua ação unificada. Era o fim.

As Forças Armadas tomam e controlam o poder em nome da salvação da democracia, da ordem, do fim da baderna, do combate à subversão e à corrupção. Praticamente sem tiros e sem resistência. Em todo o país, muita expectativa, perplexidade, tensão e medo. Entre os rebeldes e simpatizantes, alívio e esperança. O general Arthur da Costa e Silva é a referência central mais visível do

poder real nesse momento. Unanimidade? Não. É erro grosseiro, mas comum, olhar as Forças Armadas como se fossem um bloco monolítico, homogêneo, sem disputas de poder, sem conflitos e contradições internas.

Rio de Janeiro, domingo, 5 de abril de 1964. Lideranças militares e civis do movimento, depois de longas reuniões, iniciadas no dia anterior, acertam com o general Costa e Silva a indicação do general Humberto de Alencar Castello Branco para presidente.

Brasília, 9 de abril de 1964. Sai o primeiro ato institucional, que desencadeia o processo de organização de nova ordem jurídica. Ele sobrepõe o Executivo aos demais poderes; marca a eleição presidencial indireta para 11 de abril de 1964, permitida a candidatura de oficiais da ativa das Forças Armadas; autoriza a cassação de mandatos parlamentares e a suspensão de direitos políticos; e define outras providências que desfiguram a Constituição de 1946.

É o início de longa e sofrida agonia do poder civil. Saem a democracia representativa e o populismo, entram o regime militar e o autoritarismo. Perdem sobretudo os políticos e organizações de esquerda, os poderes Legislativo e Judiciário, a classe operária, os camponeses, a maioria

estudantil. Ganham mais poder os militares, políticos profissionais que os apoiam, a tecnoburocracia estatal, os empresários, as forças de segurança e repressão. Os militares serão a instância final do processo decisório, do jogo de poder. Mas a burocracia técnica terá papel relevante.

## JK e a palavra de Castello Branco

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1964. São caprichosos os caminhos da política. No apartamento do deputado pessedista catarinense Joaquim Fiúza Ramos, na Rua Constant Ramos, em Copacabana, às 9 da noite, o general Castello Branco, candidato escolhido pelas Forças Armadas, vai ao encontro de lideranças e estrelas do PSD. Ele precisa do partido para “legalizar e legitimar” seu mandato em votação no Congresso. Os pessedistas querem a garantia de respeito à Constituição e à agenda eleitoral. Ernani do Amaral Peixoto, presidente do partido, Francisco Negrão de Lima, José Maria Alkmim, Joaquim Ramos, Martins Rodrigues e o senador e candidato a presidente JK. Também presentes

Augusto Frederico Schmidt, Affonso Heliodoro dos Santos e Ladislao, o Lalau, secretário particular de Amaral Peixoto.

Reunião fundamental para o partido. Mas Kubitschek está apressado. Quando fala, é lacônico e pouco brilha. Concentra-se na garantia de eleições diretas para presidente em 3 de outubro de 1965. Olha seguidamente o relógio. Parece ansioso, aflito para sair. No fundo, não aceita a afronta à Constituição que ajudara a fazer, a quebra da normalidade, a intervenção militar, ainda que temporária e enfeitada por discurso democrático. Conhece os militares, conhece o poder militar. Foi oficial da Polícia Militar de Minas, serviu no front da Guerra Paulista, em 1932. Conhece também os principais líderes civis, quase todos velhos golpistas da UDN. Viveu no olho do furacão as crises políticas recentes do país. Mesmo assim, nem cogita da hipótese de um longo período ditatorial. Para ele, ali está apenas um general que vai completar o mandato de João Goulart. Um general de passado legalista, simpático à UDN, carente de apoio político. Tanto que veio pedi-lo.

Castello se mostra receptivo às colocações. Mas não esconde a contrariedade com os modos de Juscelino. Dá o troco. Refere-se a ele apenas como “senador”. Não como

“presidente”, título que normalmente acompanha os ex-ocupantes do cargo. Kubitschek está cada vez mais indócil, irrequieto, contando os minutos. Castello não se contém. Irônico, diz-lhe que não se prenda, já que parece ter outro compromisso. Juscelino não se dá por achado. Despede-se polidamente e vai embora. Afinal, o acerto está feito: Castello garantiu que vai respeitar a Constituição e as eleições presidenciais diretas do ano seguinte, e o PSD assegurou-lhe os votos que queria. E mais: o pessedista José Maria Alkmim será seu vice-presidente.

Fica a impressão de que JK viu Castello ainda com os olhos do presidente da República que o promovera em maio de 1958, contrariando avaliação e conselho do marechal Lott, seu ministro da Guerra. Não enxergou na reunião o todo-poderoso general-presidente, de fato. Castello fez o contrário: viu o senador do PSD, não o ex-presidente.

Mais de uma década depois, em 18 de novembro de 1975, JK anotará no seu diário:

“Almoço na casa do Renato Archer com Foster Dulles (brasilianista). Discutimos entrevista do (presidente) Castello Branco quando o interpelamos sobre as garantias que daria ao candidato e que depois ele

traiu, cassando o meu mandato. Luís Viana (biógrafo de Castello) contou diferente.”

Para Carlos Heitor Cony, foi nesse encontro com Castello que JK cometeu o seu maior erro político e pessoal:

“Os próprios militares lançaram alguns nomes, entre os quais o do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, que, como membro do PSD, já havia votado na convenção de seu partido escolhendo JK como candidato para a próxima eleição. (...) Castello ouviu as condições impostas por JK e respondeu que dava sua palavra de honra, pessoal e militar, de que respeitaria o calendário eleitoral e faria o Brasil retornar brevemente ao primado da democracia. (...) Se JK, com o seu prestígio dentro e fora de seu partido, com a condição de ex-presidente e candidato a um novo mandato presidencial, tivesse articulado o nome de Dutra, a história teria sido diferente. Dutra aceitaria completar o mandato que se extinguia, não tinha projetos pessoais, já exercera o poder, admirava JK e nunca deixara de ser um fiel soldado do PSD.”<sup>[115]</sup>

Brasília, 11 de abril de 1964. Previamente desfalcado de quarenta parlamentares que tiveram seus mandatos cassados pelo novo regime, o Congresso, em votação nominal, elege o marechal Humberto de Alencar Castello

Branco para completar o mandato de Goulart. Ele obtém 361 votos. Há 72 abstenções, três votos para o general Juarez Távora e dois para o marechal Eurico Gaspar Dutra, que não eram candidatos. Alkmim é eleito vice-presidente.

Castello Branco não teve o voto do deputado federal pessedista Tancredo Neves, seu amigo pessoal de longa data. Para Tancredo, que se absteve, tratava-se de questão de princípio. Não aceitava exceção à democracia. Conta-se que na manhã do dia da eleição, 11 de abril de 1964, JK, eleitor de Castello, mobilizou rico arsenal de argumentos e delicadas pressões para demover o amigo e correligionário. Tudo inútil. Finalmente, fez pitoresco apelo: “Mas, Tancredo, por favor, o Castello é um militar diferente. É um intelectual como você. Já leu centenas de livros.” Tancredo: “É verdade, Juscelino. Mas ele leu os livros errados.”

Na posse, Castello Branco exalta a democracia, compromete-se com ela:

“Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. (...) Nossa vocação é a liberdade

democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias.”

## CAPÍTULO 16

# Cassado e perseguido

Tancredo Neves contava que o presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969), homem franco e direto, em visita a Belo Horizonte, hóspede do governador Israel Pinheiro no Palácio das Mangabeiras, acordou muito cedo e foi tomar o café da manhã sozinho. Avisada, dona Coracy, mulher de Israel, correu para fazer-lhe companhia. Amiga e admiradora de JK, não se conteve:

- Presidente, admiro o saudoso marechal Castello Branco, mas não consigo perdoá-lo pela cassação do Juscelino.
- Pois a senhora pode tratar de perdoá-lo, porque quem cassou o Juscelino fui eu.

A exclusão de JK era exigida desde o início do golpe pelo general Costa e Silva, já visando à sucessão de Castello, e pelos seguidores de Carlos Lacerda, também obcecado pela Presidência da República. JK ao amigo Adolpho Bloch, muitos anos depois:

- Essa revolução foi feita contra João Goulart. Mas 72 horas depois ela se voltou contra mim![116]

Corte para o Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010, diálogo com Rondon Pacheco, ministro-chefe da Casa Civil do presidente Costa e Silva:

- Por que cassaram o senador JK?  
- Eles achavam que a eleição do Juscelino revogaria a Revolução. E ele era invencível naquela hora.[117]

As cassações eram apreciadas pelo Conselho de Segurança Nacional, chefiado pelo presidente da República, integrado pelos ministros. Todos podiam propô-las. Seguia-se um parecer da Secretaria do Conselho. Mas quem dava a palavra final era mesmo o chefe do governo. A manobra contra JK, um dos piores e mais baixos momentos de toda a ditadura, foi motivada por interesses políticos. É mudando casuisticamente as regras do jogo político-eleitoral e excluindo o imbatível adversário potencial que Costa e Silva

conseguirá construir sua candidatura única em 3 de outubro de 1966. Depoimento do general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar de Castello Branco (1964-1967) e presidente da República (1974-1979):

“A cassação do Juscelino foi mais difícil. Juscelino era candidato a presidente da República. Aliás, Lacerda também era. Foi ao Castello comunicar que era candidato pela UDN, e o Castello lhe disse: ‘Está bem. Mas a sua candidatura vai ficar ao sol e ao sereno...’ Ficou esperando, não é? Quanto à cassação do Juscelino, sua origem foi a seguinte. Tínhamos ido a São Paulo [26 de maio de 1964] para o encerramento da campanha do Assis Chateaubriand ‘Dê ouro para o Brasil’. De tarde, tomamos o avião para voltar. Castello já estava no avião, eu esperando, quando o Costa e Silva chegou esbaforido e foi dizendo: ‘Seu Castello, temos que cassar o Juscelino’. Castello disse: ‘Se você acha que o Juscelino deve ser cassado, você propõe a cassação.’ A maneira como o Costa e Silva se comportou, falando em alta voz e tratando desse assunto naquele local, me chocou. Se ele achava que era fundamental cassar o Juscelino, deveria falar com o Castello numa hora mais apropriada. Castello ficou numa situação difícil. Na verdade, acho que ele não queria cassar o Juscelino. Mas o Costa e Silva fez a proposta, e o Castello mandou estudá-la, convocou especialistas da área do imposto de renda para

examinar as declarações do Juscelino. (...) Sua atuação em 1961, aconselhando o Jango a vir tomar posse do governo, fazia dele um adversário da revolução.”<sup>[118]</sup>

Além do projeto pessoal de poder, pular do Ministério da Guerra para o Palácio do Planalto, o que terá provocado tanta dedicação e pressa do linha-dura Costa e Silva em acabar com a vida política do senador Juscelino? O antigelulismo deve ter tido seu peso, claro. O golpe preventivo de Lott, em 11 de novembro de 1955, que impôs militarmente a vitória obtida por JK nas urnas, ainda doía em grande parte dos golpistas militares e civis que fizeram 1964. Geisel menciona o apoio à posse de Jango em 1961. Mas o que terá irritado tanto Costa e Silva, exatamente naquele momento, a ponto de pedir a cabeça de JK de forma tão escancarada e inconveniente, constrangendo o presidente da República diante de muitos, inclusive do governador paulista Ademar de Barros? Castello Branco, no avião: “Costa, você não deveria ter falado sobre aquilo na frente do Ademar, ele é um boquirroto”.<sup>[119]</sup>

O que acendeu o curto pavio do quase tosco e decidido ministro foi certamente a contundente nota à nação

distribuída por JK no dia anterior, 25 de maio de 1964. Uma encarada frontal nos donos do poder. Tirou a questão dos bastidores e jogou para a opinião pública e o centro do palco político. E, certamente o pior aos olhos de Costa e Silva, mostrou que não iria desistir da candidatura:

“Venho suportando em silêncio, com o pensamento voltado para a consolidação das instituições democráticas, a atoarda crescente de um esquema de calúnias e difamações montado contra mim por meus adversários políticos. Em face dessa onda de agravos, sinto-me no dever de dirigir-me à nação. Repito o que já disse em outro momento difícil de minha vida: Deus poupou-me o sentimento do medo. Exerço a compreensão dos pontos de vista e mesmo das paixões alheias, mas tenho um limite, que me é traçado pela obrigação de proteger e defender o meu conceito de homem e a minha honra pessoal. Como sei esperar que amainem as tempestades para prosseguir viagem, sei muito bem como e quando devo enfrentá-las. Espero em Deus que não cometa erro se afirmar, aos brasileiros democratas e aos homens de boa-fé de todos os quadrantes do país, que chegou a hora de fazer face aos que, mais do que a mim, querem amesquinhar na minha pessoa as tradições democráticas do povo brasileiro e o próprio renome do Brasil. Chegou a hora de dizer que não recuarei em hipótese alguma. Não me intimidarei. Não

deixarei de lutar, como um homem cuja força repousa apenas na identificação com os ideais de ponderável parte da opinião nacional.”

JK sobe o tom na parte final. Parece ter escolhido o tudo ou nada. Altivez e coragem ou visão equivocada do momento político? Talvez tenha pesado na avaliação o fato de ter promovido Castello Branco em 1958, votado nele para presidente da República menos de três meses antes, e fazer parte da base parlamentar do governo. E ainda, talvez o principal, o sentimento de inocência e a sensação de injustiça ao receber ameaças. Final do manifesto:

“O processo terrorista que escolheram os meus adversários políticos não é indicado para obter de mim qualquer renúncia. Pelo terror não me levarão a uma desistência, negação ou covardia. Quem exerceu a Presidência da República governando seu país com justiça exemplar, trabalho e perseverança sabe que o dever lhe impõe continuar a conduzir a sua vida sem capitulações e hesitações vergonhosas. Sempre respeitei sem discrepância todos os que me fizeram oposição. Governei com aguçado sentido de que o Brasil não me pertencia. Presidi as eleições como um juiz e passei por fim o cargo ao meu sucessor, que era também o candidato oposicionista e meu adversário.

Se há algo que definiu, do ponto de vista político, a minha presidência, foi a fidelidade ao regime, a lealdade com que defendi as instituições e resguardei a paz da família brasileira. Lutei sem descanso, sem interrupção, pela independência econômica desta nação. Com o desenvolvimento, evitei que medrasse no meu período de governo a subversão comunista. E, quando a infiltração extremista ameaçava o nosso continente, impulsionei o pan-americanismo, lançando a Operação Pan-Americana, e cultivei todas as amizades tradicionais externas do Brasil. Essa preservação das normas democráticas e dos princípios cristãos do povo brasileiro continuará sendo a constante da minha vida pública. Poderão os meus adversários políticos, pela violência, confundir alguns espíritos menos avisados, mas jamais conseguirão anular o que realizei e apagar o meu passado. Meu julgamento, o povo já o fez, e estou certo de que está desejoso de fazê-lo novamente ao primeiro ensejo. É só por isso que se movem contra mim os meus detratores. Não procuram eles atingir apenas um candidato, mas golpear o próprio regime democrático. Fique certa, entretanto, a nação, de que não deixarei acusações sem resposta. E de que saberei, de uma ou de outra maneira, cumprir o meu dever.”<sup>[120]</sup>

Ainda em 26 de maio de 1964, à noite, já no Rio de Janeiro, em cadeia nacional de rádio e televisão, Costa e

Silva dá dura entrevista. Rebate JK, diz que o povo levantou-se contra o comunismo, compara-o ao cassado e eLivros João Goulart. E o ameaça quase explicitamente. Fragmentos:

“Levantando-se contra a iminente e total comunização do país, o povo brasileiro exerceu direito que é inerente a todos os povos, no sentido de assegurar sua sobrevivência cultural dentro dos padrões que lhe são marcados. (...) O pronunciamento do sr. Juscelino Kubitschek, pela violência de linguagem e mesmo certo sentido de desafio, para mim, parece-se muito com aquele discurso do sr. João Goulart, no dia 30, em que ele... Não direi mais nada. Já disse tudo.”<sup>[121]</sup>

Tudo mesmo. O discurso citado é o de 30 de março de 1964, no Rio, véspera do golpe, na desastrosa reunião do presidente Goulart com os sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, na contramão da hierarquia e da disciplina militar. O recado é claro. Basta lembrar o acontecido com Jango. O senador JK está a um passo de se tornar a próxima vítima da truculência política. Sua única esperança é o constrangimento e cartesianismo de Castello Branco. Que ele negue. Se não por justiça, pelos antecedentes e pelo

estrago no conceito do governo e do país. Afinal, sabia que Kubitschek não era comunista e não tinha prova de corrupção.

Em 28 de maio de 1964, em encontro com Amaral Peixoto, presidente do PSD, Castello o tranquiliza quanto a qualquer punição a JK. Mas, três dias depois, ao recebê-lo e ao deputado Joaquim Ramos, em jantar restrito no Palácio da Alvorada, evita abordar o assunto. Só ao despedir-se sinaliza: “Nos próximos dias vou tomar uma decisão muito importante. Em atenção ao senhor, quero deixar claro que só serei levado a isso pelos interesses nacionais. Nenhuma pressão terá efeito sobre mim. Se achar conveniente para o país, vou fazer.”[122]

Amaral teme por Juscelino, pede detalhes. Castello muda de assunto. É que o general Ernesto Geisel, chefe de seu Gabinete Militar, havia recebido do general Jayme Portella de Mello, chefe de gabinete do ministro Costa e Silva, em mão, um envelope pardo, lacrado. Geisel quebrou o lacre, correu os olhos pelo cartapácio, balançou negativamente a cabeça, disparou alguns comentários. Portella: “Portador não merece paulada”. Conteúdo: o dossiê contra JK, em que teriam trabalhado cerca de sessenta

oficiais, devassando sua vida pública e particular. Acusações de enriquecimento ilícito, importação ilegal de automóvel para Sarah, farra com dinheiro público na construção de Brasília, compra de feijão podre pelo governo, dinheiro em troca de apoio de comunistas na eleição para o Senado, e muito mais. Até a ficha médica de prosaica cirurgia de apendicite realizada havia décadas, no Hospital São Lucas, em Belo Horizonte, que, na verdade, ocultaria o tratamento de um tiro no braço do então jovem Juscelino. Suposições, acusações sem prova.

Castello examina o documento, convoca Costa e Silva ao Palácio do Planalto. Momento tenso. O ministro diz que, diante das evidências relatadas no dossiê, não abre mão da cassação. Castello lembra a péssima repercussão internacional, que iriam chamá-los de ditadores botocudos, de comandantes de república bananeira. Mas Costa não cede. Fala que depois de terem derrubado um governo, não seriam pudores como aqueles que iriam levar tudo por água abaixo. Não podiam entregar o país de mão beijada aos adversários e inimigos. Para ele, a candidatura de Kubitschek representava os interesses contrarrevolucionários. Se eleito, voltariam a mandar no

país os janguistas, os comunistas, todos os esquerdistas. JK era, portanto, uma espécie de maior inimigo não declarado da Revolução de 1964. Era imperioso afastá-lo, para consolidá-la. Muito comum no meio castrense ver o adversário político como inimigo. A política como guerra.

Além de bater o pé, Costa e Silva cobrou informações de Castello sobre seu encontro político com JK dias depois do golpe, no apartamento do deputado Joaquim Ramos. Terminada a reunião, Castello avalia friamente a conveniência de atender a linha-dura militar e grupos lacerdistas. Ou então de poupar JK, evitando a perda de importante apoio de pessedistas e enfraquecimento da base parlamentar de seu governo, o que poderia obrigá-lo a novas e desgastantes medidas de exceção. Havia também a repercussão negativa dentro e fora do Brasil. “Com que cara vou passar para a história?”, preocupava-se. Não cassar significa desprestigiar companheiros de farda, inclusive o ministro da Guerra, abrindo espaço para reduzir a coesão do movimento ou então para torná-lo progressivamente mais rígido. Sopera tecnicamente pontos negativos e positivos. Tudo a sangue frio.

A frieza do presidente Castello Branco ao aplicar a pena de morte política ao seu benfeitor JK impressiona. Conduz a execução com gélida e cortante indiferença. Bem ao contrário do próprio JK, que, em maio de 1958, rejeitara o conselho de seu ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, promovendo Castello a general de divisão, salvando-o da reserva. O coronel Affonso Heliodoro dos Santos, então subchefe da Casa Civil de JK, testemunhou tudo:

“- As promoções nas Forças Armadas são periódicas. Quando o militar atinge determinado tempo no posto, é promovido ou transferido compulsoriamente para a reserva. Castello não foi para a reserva porque o presidente o moveu. O Juscelino estava na cabeceira da mesa, o Lott à esquerda dele e eu, em pé, do outro lado. O Lott foi lendo a lista de promoções. Quando chegou no Castello disse, palavras textuais:

‘- Presidente, eu não promoveria o Castello, porque ele é lacerdista. Vai nos dar muito trabalho.

- E como militar?

- Como militar é irrepreensível, presidente. Participou da guerra, foi condecorado, tem todos os cursos, estudou fora do Brasil, é inteligente.

- O direito que ele tem de ser lacerdista, eu tenho de não o ser. Se ele é um bom militar, vamos promovê-lo.'

- Houve alguma outra promoção polêmica?

- Houve! A do maluco do Mourão, que depois disparou o golpe de 64 lá de Juiz de Fora. Ele era de Diamantina, nosso conterrâneo. Quando chegou no nome dele, o Lott disse: 'Eu não promoveria o Mourão, porque ele é louco'.

- E o Juscelino?

- Ele conhecia o Mourão desde menino. Não discordou do Lott. Achou graça e disse, ainda rindo: 'Mas, meu caro ministro, essa promoção é a única chance de o Brasil ter um general de Diamantina'. Infelizmente, deu no que deu. O general Mourão começou essa doideira de 64 e o general Castello traiu, cassou e perseguiu o Juscelino, arruinou a vida dele e prejudicou o Brasil. Naquele dia, Juscelino assinou sua futura sentença de morte política."<sup>[123]</sup>

O empenho de JK em promover o general de brigada Castello Branco costuma ser atribuído à educada insistência do amigo Francisco Negrão de Lima, primo de Sarah e então prefeito do Distrito Federal. Ainda o coronel Affonso Heliodoro:

“O general Castello Branco tinha bom relacionamento com pessoas ligadas a JK, como Augusto Frederico Schmidt, Joaquim Ramos, Amaral Peixoto, José Maria Alkmim e principalmente com o Negrão de Lima, seu amigo desde jovem, na passagem por Belo Horizonte. O Castello casou-se em Minas com Argentina Vianna, de família tradicional. Era considerado por Negrão, Schmidt e outros um amigo de Juscelino.”<sup>[124]</sup>

De novo junho de 1964. Frase atribuída a Ernesto Geisel: “Castello Branco é o mecânico dessa geringonça, ele sabe que se apertar demais o parafuso espana a rosca”. E não era só o dossiê contra JK. Havia dezenas de outros processos para decidir.<sup>[125]</sup>

Intensifica-se renitente rumor de que a sorte de Juscelino Kubitschek já foi decidida. O processo estaria sobre a mesa do presidente da República, carimbado e assinado.

Roberto Campos, então ministro do Planejamento, diz nas memórias que foi a cassação mais traumática. Que Costa e Silva a pediu, apoiado por lacerdistas e interpretando exigências da linha-dura, os revolucionários radicais que o ministro da Justiça, Milton Campos, chamava de “fervorosos”, em contraste com os “moderados”, ditos da linha Sorbonne, como o próprio Castello Branco e

Golbery do Couto e Silva. Os da linha-dura não se conformavam com a sobrevivência política de JK:

"A proposta do Costa e Silva fora apresentada em 3 de junho de 1964, justificada como sendo destinada a 'Prevenir manobras políticas já suficientemente delineadas no sentido de se interromper o processo de restauração, na órbita do governo nacional, dos princípios morais e políticos'. (...) Cheguei em casa emocionalmente arrasado. Li cuidadosamente a documentação. Certamente Juscelino não poderia ser chamado de 'subversivo'. Concluíra democraticamente seu governo e satisfizera ao requisito fundamental do estadista democrático - administrar pacificamente os conflitos. As acusações de corrupção eram variadas. (...) A base documental me pareceu insatisfatória para a gravidade da pena. (...) Reconhecia a irresponsabilidade financeira da parte final do governo, pois tivera no governo Quadros de participar das operações de saneamento cambial. (...) Voltando ao palácio, restituí a Castello o processo, com meu parecer negativo. Castello leu-o, desapontado. E acrescentei - Compreendo perfeitamente que, à luz da gravidade da situação, o senhor queira unanimidade no gabinete. Infelizmente não a posso dar. Meu cargo está à sua disposição. Castello lançou-me um olhar seco e triste, e limitou-se a dizer: - O senhor votou de acordo com sua consciência. Continue no cargo. Mas seu voto deve

ficar confidencial. O ministério deve assumir responsabilidade coletiva.”<sup>[126]</sup>

## O mais belo discurso

Novamente Brasília, 3 de junho de 1964. JK reúne-se com amigos no apartamento oficial que ocupa na Super Quadra Sul 208. Tem de optar entre um discurso forte no Senado e o silêncio. Entre a certeza de que a cassação e a perda de direitos são inevitáveis e um improvável milagre político de última hora do seu jeitoso e pragmático PSD.

O texto está pronto. Todos leem e opinam. O velho amigo Israel Pinheiro, sempre franco e prático, posiciona-se contra. Considera o pronunciamento imprudente e intempestivo. O senador arenista Filinto Müller, do estado do Mato Grosso, também. Acha que não haverá cassação. Sarah sugere que o marido vá em frente. “Se ele não o fizer agora, não terá condições de olhar-se no espelho depois.” O primo e confidente Carlos Murilo Felício dos Santos e o amigo Renato Azeredo, deputados federais pelo PSD mineiro, fecham com Sarah. Juscelino, reunido no pequeno

escritório com Amaral Peixoto e Joaquim Ramos, não tem dúvida alguma. Vai à tribuna, e seja o que Deus quiser.

Ninguém esperava que o regime militar fosse durar mais de vinte anos. No horizonte político, brilhava a eleição direta para presidente em 3 de outubro de 1965, garantida pela palavra do próprio presidente Castello Branco, inclusive no discurso de posse (“Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966.”). Carlos Murilo, em 2 de novembro de 2010: “Se o Juscelino não falasse naquele dia, não falaria mais.”[127]

É o último discurso do senador JK. Da filha Maria Estela:

“Foi para Brasília com minha mãe e, no plenário do Senado, pronunciou aquele que considero um dos mais lindos discursos de sua vida. Voltou para o Rio na mesma madrugada. Reuniu a família e alguns amigos mais íntimos e, juntos, ficamos esperando a sentença.”[128]

Afirmativo, vigoroso, altivo. Desabafo, ruptura, despedida e comovente declaração de amor e fidelidade à democracia e ao Brasil. Mas, no Palácio do Planalto, será

chamado de insolente. Apesar do plenário cheio, é ouvido em absoluto silêncio. Tão gritante e significativo que o jornalista Carlos Chagas o chamou de “silêncio covarde”. Vários parlamentares olhavam para o chão e pareciam contar os segundos que faltavam. Pusilanimidade, sim, mas principalmente interesses, claro. Trechos:

“Na previsão de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos, que implicaria na cassação do meu direito de cidadão, julgo de meu dever dirigir, desta tribuna, algumas palavras à nação brasileira. Faço-o agora para que, se o ato de violência vier a consumar-se, não me veja eu privado do dever de denunciar o atentado que na minha pessoa vão sofrer as instituições livres. Não me é lícito perder uma oportunidade que não me pertence, mas pertence a tudo o que represento nesta hora. Julgo, sem jactância, ser este um dos mais altos momentos da minha vida pública. Comparo-o ao instante em que recebi a faixa presidencial, depois de uma luta sem tréguas contra forças de toda ordem, inclusive as da calúnia, que em vão tentaram deter a vontade do povo brasileiro. Naquela ocasião assumi, perante a minha própria consciência, a determinação de não me deixar guiar por ressentimentos ou por mágoas, por mais justas que fossem. Meu voto aqui já serviu para eleger o atual presidente da República, em cujo

espírito democrático confiei, mas meu sacrifício, exigido pelo ódio e pela incompreensão, servirá para ajudar, numa nova luta em favor da paz e da dignidade do povo brasileiro. Muito mais do que a mim, cassam os direitos políticos do Brasil. Sei que nesta terra brasileira as tiranias não duram.”<sup>[129]</sup>

Conclui, agradece, encontra Sarah no corredor central, caminham para a saída. Apenas o senador Gilberto Marinho e o deputado Celso Machado acompanham os dois até o carro em que o fiel motorista, Geraldo Ribeiro, os aguarda.

Começa a “Operação Fuga”, coordenada por Affonso Heliodoro. JK corre o risco de ser preso. Vão para o Hospital Sarah Kubitschek, situado a pouco mais de 1 quilômetro do Congresso. Um batalhão de jornalistas os segue. Querem mais informações, saber dos próximos passos e do futuro do senador. Carlos Teixeira, médico de JK, vai até eles. Explica que se trata de visita de cortesia. O senador não está doente, apenas cansado e tenso. Falaria no dia seguinte. Aparentemente aceitam, mas ficam por ali.

De repente, os jornalistas veem o carro de JK deixando rapidamente o hospital, rumo ao Eixão Norte. Logo saem em disparada atrás dele. Conseguem alcançá-lo depois do balão

da Granja do Torto, mais de 20 quilômetros à frente. Sinalizam, o carro para, saem dois passageiros: os deputados Carlos Murilo e Renato Azeredo. Vencida a perplexidade, todos concluem que JK deve ter voltado ao apartamento para descansar. Manobra de despistamento bem planejada e bem executada.

JK, Sarah, Carlos Teixeira e Geraldo Ribeiro já vão longe na estrada para o Rio de Janeiro. Minutos depois, todas as saídas rodoviárias de Brasília foram controladas por soldados, e também o aeroporto. Não se sabe se para deter JK ou apenas para acompanhar seus movimentos. A cassação era agora certeza absoluta. O discurso tinha sido um soco na cara da ditadura. JK continuará sendo visto como desafeto pelos radicais das Forças Armadas até a morte. Em alguns casos, até mesmo depois.

Em Belo Horizonte, na madrugada de 4 de junho, recebem o apoio de João Luís Soares, Miltonilo Braga e Adelchi Ziller. De manhã, pegam o trecho Belo Horizonte-Rio. Aí são monitorados pelos coronéis Antonio João e Nélio Cerqueira, pelo doutor José Henriques Soares, pelo coronel Affonso Heliodoro dos Santos e pelo general Jordão. Depois de Juiz de Fora, um susto. Geraldo Ribeiro não vê ou não

reconhece o valente fusquinha claro que os esperava na margem da estrada, conforme combinado. Passa direto e reto. Affonso sai disparado atrás, consegue aproximar-se alguns quilômetros depois. Buzina e acena desesperadamente. Geraldo conclui que estão sendo perseguidos pelas forças da ditadura e afunda o pé no acelerador. A situação só é esclarecida muito adiante, quando Geraldo finalmente se lembra do fusquinha. Para. Encontram-se, abraçam-se, dobram-se de rir. Principalmente Juscelino, aliviado.

Perto do Rio, Sarah passa para outro carro, segue para seu apartamento na Avenida Vieira Souto, em Ipanema. Juscelino vai para a Embaixada da Colômbia, na Avenida Ruy Barbosa. Em frente, pessoas estranhas. Seriam policiais? Preferem não arriscar. JK entra no prédio vizinho, pula o muro. O embaixador Dario Botezo o recebe cordialmente. Fazem contato com a Embaixada da Espanha, localizada no primeiro andar do prédio em que mora JK, em Ipanema. Receptividade total. Vai para lá. Daí, evidentemente, tem acesso ao próprio apartamento, no segundo andar.

De novo o depoimento do general Ernesto Geisel:

“No fim o Castello resolveu cassá-lo. Nessa cassação o Juarez [Távora] não votou. Absteve-se sob o argumento de que tinha sido o candidato competidor do Juscelino na eleição para presidente da República. Roberto Campos também não votou, porque tinha sido auxiliar do Juscelino. E aí deu-se a cassação. Creio que foi a mais difícil para o governo e lhe custou parte do apoio do PSD. Mas foi devida principalmente à obsessão do Juscelino de voltar à Presidência da República, desde a época em que saiu do governo, em janeiro de 1961. Obsessão que o dominou até sua morte. Idêntica obsessão foi a do Lacerda, levando-o, inclusive, a romper com o Castello, que tinha sido e ainda era, no começo de seu governo, um lacerdista.”<sup>[130]</sup>

Ernani do Amaral Peixoto, presidente do PSD, lembrou-se do recado do presidente depois do jantar no Alvorada, uma semana antes. Nas memórias, conta como via o presidente Castello Branco: “Eu considerava o Castello um homem com certas qualidades. Mas o seu mal, a meu ver, era ser um pouco vaidoso. Um pouco não, muito vaidoso. E não queria confessar certa fraqueza militar. Foi o Costa e Silva que o manteve no governo.<sup>[131]</sup>

Em 8 de junho de 1964, às 7 e meia da noite, no Palácio do Planalto, José Wamberto, secretário de imprensa do

presidente Castello Branco, entrega aos jornalistas nota lacônica. Estão cassados os mandatos e direitos políticos de JK, nove deputados estaduais e mais 39 pessoas.

Juscelino soube da notícia em seu apartamento da Avenida Vieira Souto, em Ipanema, no Rio de Janeiro, agora vigiado dia e noite por soldados da Polícia Militar. Maria Estela Kubitschek:

“A sentença veio no dia 8 de junho, através do programa *A Voz do Brasil*, às 7 horas da noite. A casa ficou repleta de pessoas que tinham vindo abraçá-lo e prestar-lhe solidariedade. A praia em frente ao prédio onde morava ficou intransitável com a multidão - fosse de anônimos, fosse de famosos - que queria publicamente expressar seu carinho àquele que tanto fez pelo Brasil. Juntamente com Rodrigo e Márcia, e com a ajuda do sorriso inocente de Jussarah [netinha de JK], tudo fazíamos para tentar diminuir a tristeza que víamos em papai e mamãe pela injustiça praticada contra ele através daquele ato.”<sup>[132]</sup>

Em meio a familiares e amigos, Juscelino leu e distribuiu a seguinte declaração:

“Não se arredará a luta em favor da democracia. Esse ato não marcará o fim do arbítrio. O vendaval de

insâncias arrastará na sua violenta arrancada mesmo os meus mais rancorosos desafetos. Um por um, eles sentirão os efeitos da tirania que ajudaram a instalar no poder."

Para o então líder da linha-dura militar, Costa e Silva, a remoção do maior obstáculo político a seu projeto de poder. Para JK, a perda do mandato parlamentar, dos direitos políticos, da vida pública e da quase certeza do retorno à Presidência da República, do exercício diário da paixão política. O exílio, a interminável sensação de injustiça, a progressiva deterioração da saúde, perigosos e profundos mergulhos em depressão, esvaziamento patrimonial, a separação forçada de amigos e amigas, a dor imensa de viver involuntariamente fora do Brasil.

A notícia corre o mundo. Cinco embaixadas oferecem asilo político. No Brasil, o conforto de alguns amigos, o afastamento revelador de muitos outros, milhares de mensagens de solidariedade. Seguindo sua intuição e sugestão quase unânime, JK decide exilar-se. Não terá paz nem clima para viver no Brasil sem mandato, sem direitos políticos, perseguido por interrogatórios e aprofundamento da grosseira devassa de sua vida pública e pessoal.

Na tarde de 13 de junho de 1964, sábado, Sarah e Juscelino seguem para o Aeroporto do Galeão no carro da Embaixada da Espanha. Chegam discretamente, mas encontram ruidosa multidão - estimada pela imprensa em 5.000 pessoas - que canta o hino nacional, aplaude e dá vivas a JK. Oficiais da Aeronáutica, alguns de arma na mão, tentam conter a animada manifestação. Não conseguem. Há luta física de um major com Alberto Sued, irmão do colunista social Ibrahim Sued. Maria Estela, grávida, é derrubada com um empurrão. Juscelino é levado nos ombros do povo até a área de embarque. Declara:

"Deixo o Brasil porque essa é a melhor forma de expressar o meu protesto contra a violência de que fui vítima e, ainda, porque não subsistem neste instante, no país, as condições mínimas que me permitam prosseguir na luta de que jamais desertei, pela preservação das instituições democráticas."

Despede-se de todos. O último aperto de mão é o de Tancredo Neves. Embarcam, o avião da Ibéria manobra e segue para a cabeceira da pista. Alívio geral, seguido de enorme susto: o avião não decola, volta. Sarah passa ao marido uma pequena pistola que trazia escondida na bolsa.

A porta se abre, encostam a escada, entra um passageiro que não conseguira embarcar por causa do tumulto. Ufa! Decolam para Madri, primeira escala de 976 dias de exílio. Carlos Heitor Cony: “O dia 14 de junho de 1964 é apenas o primeiro de um exílio que ele saberá suportar com tristeza e dignidade.”[133]

Da Espanha, pela Radional, envia o seguinte telegrama ao amigo do peito Affonso Heliodoro: “Deus te pague. Juscelino.”

Pode o peixe vivo viver fora da água fria?

## CAPÍTULO 17

# Exílio, amor e dor

Tancredo Neves, no Congresso Nacional, em plena ditadura, sobre a solidão e o sofrimento de JK:

“As ameaças do terror não o amedrontaram. Mas, no exílio, ele se entibiou e sofreu. A saudade da pátria distante e o temor de que não pudesse mais revê-la angustiavam-no e penetravam no seu coração como uma agonia.”

O exílio magoa o corpo e a alma de Juscelino. Dura de 13 de junho de 1964 até 9 de abril de 1967. Não queria viver fora. Era obcecado pelo Brasil, tinha planos e sonhos na cabeça e no coração. Sobrava amor ao país, morria aos poucos de saudade e dor. Texto de fevereiro de 1966:

“No exílio, privado de tudo, rodeado apenas pela solidão que persegue o homem condenado a não voltar ao seu país, eles ainda continuam atirando as setas envenenadas de um ódio que amesquinha o Brasil. A minha passagem pelo Rio foi uma mistura de glória e de sofrimento. Quando não havia mais uma gota no cálice da amargura, puseram-me no avião e, de novo, me mandaram para a solidão deste segundo exílio.”

Viver na Europa não o consolava. Faltava-lhe o deslumbramento de colonizado, o complexo de vira-lata identificado por Nelson Rodrigues, infelizmente ainda tão comum entre brasileiros. Como presidente, afastara-se apenas duas vezes do país. Ambas a trabalho. A primeira, de 19 a 27 de julho de 1956, em visita oficial ao Panamá, e a última, de 5 a 11 de novembro de 1960, em viagem à Argentina, Uruguai e Chile.

Mora em Paris, Lisboa e Nova York. Não se acostuma, não fica à vontade. Sonha com o Brasil, sente falta de quase tudo. Não suporta e não sabe ficar muito tempo longe das raízes, de seu meio e de sua gente. Peixe fora d'água. Saudade da família, dos amigos e das amigas. De ter com

quem conversar sem a necessidade de explicar tudo. Conversar com quem sabe e entende de que está falando.

Saudade de Maria Lúcia Pedroso, do Rio, poderoso relacionamento, paixão da maturidade, a quem escreve com frequência. O envolvimento começou em um jantar em Copacabana no aniversário de 56 anos do presidente, 12 de setembro de 1958. Linda, olhos castanhos, magra, miúda, loiríssima, discreta, gestos suaves, fala mansa, 33 anos mais nova que ele, mulher do médico e antigo deputado José Pedroso. Nascera invencível amor clandestino. No diário de JK há 338 referências a ela, sob codinomes como Audiência, Constantino e Espanhol. Maria Lúcia é personagem essencial. JK, que tinha olhos apertados, às vezes se chama de Japonês. Trechos de texto brilhante e bombástico, publicado sobre o casal e o diário, em maio de 1997:

“O amor escondido começou num jantar em Copacabana, quando JK comemorou seus 56 anos. O deputado José Pedroso, líder do PSD, o partido do presidente, compareceu acompanhado da mulher, Lúcia, uma beleza esguia e irresistível em seus 23 anos. Lendário pé de valsa, charmoso, Juscelino passou quase toda a noite dançando com Lúcia. No

último bolero, JK sussurrou um convite para um chá no Palácio do Catete. O encontro aconteceu doze dias depois. Nunca mais se separariam. Nem o medo do escândalo, o ciúme, o câncer e a impotência afastaram os amantes. (...) Maria Lúcia Pedroso é uma senhora elegante, de gestos suaves e fala pausada, e aparenta ter menos que os seus 62 anos. (...) Calma e segura, tem aquele traço decisivo da elegância: economia de palavras ao falar de si mesma. Ela reluta, negaceia, muda de tema quando se quer saber de seu passado, de assuntos íntimos. Lentamente, começa a contar. Fala pouco, e seus olhos castanhos ficam cheios d'água. Lúcia é uma pérola oculta na História do Brasil. Durante quase dezoito anos, ela teve um romance secreto com Juscelino Kubitschek."

Secreto, mas não o tempo todo. A partir de 1968, a terra tremeu:

"Quando soube do caso, em 1968, de revolver na mão, José Pedroso [marido de Lúcia] ameaçou matar os dois. Mais calmo, procurou Sarah Kubitschek, a mulher de Juscelino, a quem contou o que sabia. Mas, depois, Pedroso aceitou. Os dois continuaram vivendo sob o mesmo teto, mas dormiam em quartos separados. (...) José Pedroso era casado pela segunda vez, tinha vinte anos a mais do que Maria Lúcia e morreu em 1980, quatro anos depois de JK. (...) Viúva, dois filhos, cinco netos, Lúcia guarda as 10.000

páginas de cartas que Juscelino lhe escreveu durante os quase mil dias em que esteve no exílio. São confissões, relatos íntimos e declarações de amor, que costuma ler quando fica sozinha.”<sup>[134]</sup>

De JK, em cartas para ela: “É um sentimento definitivo, eterno e imutável. Não há remédio, não há solução. Para que sofrer mais? (...) São 5 horas da manhã. Não consigo dormir. Está lançada a sorte. Mande dizer: sim ou não.”

Dela, muitos anos depois: “Ele foi o grande amor da minha vida”.<sup>[135]</sup>

Da escritora Maria Adelaide Amaral, que pesquisou fundo a vida e a obra de JK:

“Todos querem ser JK. (...) Quanto à vida amorosa de JK, não creio que ela tivesse aberto feridas históricas. Quem as abriu, dilacerantes, foi a ditadura. A paixão por uma mulher é manifestação maior do homem JK.”<sup>[136]</sup>

## A dor do exílio

Em 30 de junho de 1964, em Lisboa, grande alegria: o casamento da filha Márcia com o empresário Baldomero Barbará Neto. O casal lhe dará duas netas. Foi uma bela

festa, mas JK sofria muito com o exílio. Desde o primeiro dia. Diálogo dele com o escritor Josué Montello, seu antigo assessor, amigo íntimo, em Paris:

- Em que está pensando, presidente?

- Na volta ao Brasil. Sei que estou em Paris, gosto daqui. Tudo isto é lindo, civilizado, mas não aguento ficar aqui. Morro de tédio. Ou Deus me leva ou eu vou ao encontro d'Ele, confiado na Sua misericórdia.

Perigoso desterro, perigosíssimo. JK não descartava o autoextermínio. Falou nisso outras vezes. Dante (1265-1321): “Sentirás o amargor, à boca cheia,/ do pão de estranhos, e quão dura é a via/ de subir e descer a escada alheia”.

Ainda Montello: “Em Paris, durante o tempo em que lá estive a lhe fazer companhia, Kubitschek não tinha motorista. Ele mesmo dirigia o seu velho carro. Vinha buscar-me na Rue Chambiges, no meu hotel, para levar-me ao seu escritório, na rua Paul Doumer.”[137]

Homem do mundo, chofer de pequeno e surrado Simca claro, paralama dianteiro esquerdo amassado. Dizem que no começo, destreinado, dirigia mal. Depois melhorou um pouco. Só um pouco. O amigo Olavo Drummond estava com

ele quando estacionou mal o carro na Place Vendôme, centro de Paris. Do nada, sai um guarda alto, empertigado, com boné tipo De Gaulle, e exige a carteira de motorista. Espanta-se: “Senhor Kubitschek?! Parente do presidente Kubitschek, do Brasil?” “Sou o ex-presidente Juscelino Kubitschek”. O guarda bate continência, devolve a carteira, pede as chaves, liga o motor, manobra, põe o carro no lugar certo. “Aqui, o senhor, mesmo eLivros, continua sendo o presidente, como sei que o é também para o povo do Brasil.” JK agradece, afasta-se um pouquinho, vira de costas, põe a mão no ombro de Olavo e chora de soluçar.

Faz conferências, escreve cartas, lê muito, convive com amigos, trabalha no seu escritório da Avenue Paul Doumer, 39-Bis, onde é bastante procurado por outros políticos brasileiros cassados, jornalistas de muitos países, estudantes, até turistas.

De Carlos Heitor Cony, que conviveu de perto com ele: “No exílio, ganhara o suficiente para se manter lá fora, inicialmente com as conferências que pronunciava em universidades e centros de estudo da América ou da Europa. Mais tarde, com participações em firmas que construíam casas e hotéis.”[138]

Apesar das acusações de ter acumulado enorme riqueza ilícita, até de possuir a sétima fortuna do mundo, leva vida sem exageros. Em Paris, por exemplo, mora num apartamento pequeno, no Boulevard Lannes, 65, terceiro andar, em frente ao Bois de Boulogne. Dois quartos com banheiro, sala de jantar conjugada com pequeno living, um corredor, cozinha. O único luxo é a ótima cozinheira portuguesa, que parece enviada pelos deuses. Até pelo nome: Diamantina. Affonso Heliodoro visitou-o três vezes, hospedou-se com o amigo:

“O presidente dava suspiros tão sentidos, tão profundos, que parecia que os pulmões iam sair junto. Aquilo me cortava o coração. Uma injustiça brutal com o maior estadista do país e homem de bem. Um dia lhe disse que, para continuar assim, era melhor voltar ao Brasil, mesmo que fosse para sermos enforcados pelos radicais na Praça dos Três Poderes”.

Nos primeiros tempos, JK ainda tenta ter esperança de breve retorno do Brasil ao leito democrático. Mas ela vai desaparecendo diante das notícias repletas de autoritarismo, casuismos, atos institucionais, truculência. Relativa liberdade de imprensa é uma das últimas válvulas

democráticas não completamente fechadas. Mas evidencia-se a certeza de que as lideranças militares dominantes se afastam cada vez mais da liberdade. E não pretendem devolver o poder aos civis tão cedo.

## Volta ao Brasil ou tiro no peito

Em 3 de outubro de 1965, eleições diretas de governadores de onze estados. Forte expectativa de vitória de seus velhos amigos e colaboradores Israel Pinheiro e Negrão de Lima em Minas e na Guanabara, respectivamente. JK reage com euforia. Faz avaliação completamente equivocada. Vê na voz das urnas sinal de normalização. Sonhara muito tempo com aquele 3 de outubro de 1965. Todo o tempo da campanha JK-65, abortada pelo arbítrio em 8 de junho de 1964. Vem uma vontade invencível de voltar para casa. E, talvez maior ainda, de deixar logo a França. Já não se sentia à vontade nem seguro em Paris. Programa-se para chegar no dia seguinte ao da eleição para não ser acusado de tentar influenciá-la. Ignora conselhos e ponderações dos amigos e,

acompanhado de Sarah, voa de Paris para o Rio de Janeiro, desembarcando no Aeroporto do Galeão. Palavras de JK:

“Foi uma razão mais forte do que a razão. Eu estava engasgado pelo exílio. Fiz as malas sem esquecer as recomendações dos amigos que me pediam prudência, que ficasse mais uns dias em Paris, esperando o desenrolar dos acontecimentos. Mas eu vivia um drama pessoal. A possibilidade de passar um novo inverno no exílio era apavorante. Eu nunca sentira o terror antes. Em nenhuma situação de minha vida fui assaltado por esse sentimento, que é pior do que o medo, mais devastador do que o pânico. Era o terror, mesmo. A alternativa, que tinha então, era voltar ou ficar - e, se ficasse, dificilmente eu dominaria esse terror que se apoderara de mim. Sou um homem de fé, católico praticante. Dei provas, inúmeras vezes, de coragem pessoal e moral. Mas naquele momento eu não teria forças para vencer o drama que vivia. Era voltar ao Brasil ou meter uma bala no peito.”<sup>[139]</sup>

Ao pé da escada acoplada ao avião, na manhã de 4 de outubro de 1965, recebe de um oficial da Aeronáutica intimação para comparecer às 8 horas da manhã seguinte ao quartel da PE (Polícia Especial do Exército), Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. O documento está assinado

pelo coronel Ferdinando Carvalho, encarregado de IPM sobre atividades comunistas no Brasil. Ato contínuo, uma segunda intimação, assinada pelo coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves: apresentar-se às 2 da tarde (apenas cinco horas depois) daquele mesmo dia para depoimento sobre as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

Recepção oficial assustadora, deselegante, ultrajante. Grosseira tentativa de intimidação e de humilhação, de tornar impraticável sua vida no Brasil, infernizá-la. De cansá-lo, extenuá-lo. Os inquéritos e as exposições vexatórias, em ambiente policial-militar, visavam também à desconstrução de sua esplêndida imagem pública, de líder popular amado e admirado. Apesar de anticomunista histórico, atribuíram-lhe ativismo de esquerda. As acusações e maldades haviam gerado cinco IPMs.

Trecho de antológico telegrama do lendário jurista Heráclito Fontoura Sobral Pinto ao presidente da República, marechal Castello Branco, datado de 5 de outubro de 1965:

“Denuncio a V. Exa., como Primeiro Magistrado da Nação, este procedimento intolerável: mal o ex-presidente da República desce as escadas do avião, é

imediatamente intimado por coronéis, seus antigos subordinados, a comparecer, nesse dia, cinco horas depois, ante um desses coronéis, para sofrer, durante horas, um interrogatório insignificante. Idêntica intimação recebe, nessa mesma ocasião, para comparecer às 8 horas do dia seguinte a outro interrogatório, que se prolonga por horas, também feito por outro coronel antigo subordinado seu. Na noite desse mesmo dia de retorno à pátria, o ex-presidente da República é novamente intimado para comparecer, na manhã de hoje, à presença deste segundo coronel, a fim de sofrer novo interrogatório insignificante e improcedente. Enquanto isso, o primeiro coronel divulga na imprensa matutina nota declarando que vai interrogar durante dez dias seguidos o ex-presidente da República, permitindo-se afirmar que o ex-chefe de Estado pode ser preso a seu requerimento pelo comandante do I Exército, o que representa atentado à Constituição Federal, afronta ao Supremo Tribunal Federal e desrespeito à prerrogativa do poder supremo da nação que a pessoa do ex-presidente possui, mesmo quando fora da função. Estou certo de que V. Exa., informado destes graves acontecimentos que ora denuncio, porá termo a tais arbítrios, que ferem e desprestigiam a autoridade do chefe supremo das Forças Armadas da nação. Queira aceitar as homenagens do seu compatriota esperançado, Sobral Pinto".

São reveladoras as insinuações do trecho final da resposta do presidente Castello Branco, assinada pelo ministro Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil:

“Quanto aos caprichos da roda da fortuna, que todos sabemos versátil, o Sr. Presidente da República, além de submeter-se à sua proverbial fiscalização, pede sempre a Deus que o ajude a não roubar o povo nem trair a segurança da nação”.

Além do jogo sórdido de poder, fica a impressão de que havia atores influentes que nutriam ódio pessoal por JK. Percebe-se que a vontade de prejudicá-lo e feri-lo não é menor do que a de simplesmente afastá-lo. Almas pequenas? Medo de sua força eleitoral? Inveja da celebidade, popularidade e prestígio? Do brilho e reconhecimento como governante? Ou terá sido por não se curvar nem abaixar a cabeça para o regime autoritário, mesmo sob alto risco e intenso sofrimento? Coisas do passado? Como presidente, terá contrariado interesses ou frustrado expectativas de que e de quem nem sabia? De algum coronel poderoso que, então, não chegou ao generalato? De alguém preterido em mais uma estrela?

Ainda o contragolpe liderado pelo marechal Henrique Lott, que derrotou golpistas fardados e não fardados, garantindo sua vitória eleitoral e posse? Ressentimentos antagetulistas? Terão transferido para o dinâmico, comunicativo, tolerante e audacioso JK o velho ódio ao petebismo, ao getulismo e a Getúlio? Tantas coisas! Tancredo Neves dizia que a bala que matou Getúlio elegeu Juscelino. Que o golpe de 1964 era o de 1954, adiado. E que a ditadura de 1964-85 era o Estado Novo da UDN. Inteligente, sábio.

Avaliação do historiador José Murilo de Carvalho, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras:

“Juscelino nada fez em sua vida pública com o propósito de antagonizar os militares. Nada em seu programa de metas era incompatível com a direita militar. Não era nacionalista, não era populista, não era comunista. Dos militares, só queria que o deixassem trabalhar em paz. O ódio que lhe tiveram foi vicário, tinha a ver com sua aliança com o PTB. E a manutenção desse ódio até sua morte só pode ter uma explicação: sentiam nele cheiro de povo. Juscelino poderia derrotá-los e a seus aliados civis em qualquer eleição livre. Pesquisas do Ibope, feitas na época, indicavam-no como favorito nas eleições

marcadas para 1965. Ele representava o voto popular decidindo eleições, a democracia em funcionamento. Povo, para seus inimigos militares e udenistas, significava populismo, comunismo, sindicalismo. Sujava a democracia.”<sup>[140]</sup>

Sobral Pinto aconselha JK a deixar o país, porque não teria condições de agir legalmente em caso de violência: “Não há mais tribunais, nem Justiça, nem leis no país”.

As urnas confirmam a vitória de Israel Pinheiro em Minas e de Negrão de Lima na Guanabara. Alta tensão no meio militar. Na Vila Militar, no Rio de Janeiro, lideranças mais radicais cogitam até da prisão de ambos e de JK. E mais: falam na destituição do presidente Castello Branco, que chega a ser chamado de molenga. A terra treme. Duros versus moderados. O ministro da Guerra, Costa e Silva, segue para lá. Convence os generais e comandantes de tropa a preservar Castello Branco e aceitar a posse de Israel e Negrão, em troca de mais poder e aprofundamento da ditadura. Momento decisivo da afirmação militar da candidatura de Costa e Silva à Presidência da República? Das memórias de Amaral Peixoto:

“Fui informado de que, logo depois das eleições de 65, o Costa e Silva foi a uma reunião na Vila Militar, e lá se falou abertamente na deposição do Castello. O Costa e Silva perguntou: ‘Mas substituí-lo por quem?’ Alguém respondeu: ‘Isso vamos ver na hora’. E ele voltou à carga: ‘Olhem o perigo! Não nos entenderemos e vamos nos dividir. Então, só há uma solução, que é o presidente Castello Branco ficar. Vamos ditar as condições para ele ficar’. E prepararam as linhas gerais do Ato Institucional nº 2. Daí o Castello ficar devendo sua presença no governo ao Costa e Silva daquele momento em diante.”<sup>[141]</sup>

De novo a chegada de JK, manhã de 4 de outubro. Ele é bastante cumprimentado e festejado na alfândega. Segue para seu apartamento na Avenida Vieira Souto, em Ipanema. Em frente ao prédio, vigiado por policiais militares, é aplaudido por alegre multidão, contrariando ainda mais os poderosos da linha-dura. Dentro de casa, a família e dezenas de amigos, como Negrão de Lima, Heráclito Sobral Pinto, Renato Azeredo, Oswaldo Maia Penido, Milton Reis, Victor Nunes Leal, Josué Montello, Joaquim Ramos, Geraldo Carneiro, Sette Câmara, Nélio Cerqueira Gonçalves, Affonso Heliodoro, Joffre Léllis, Fausto Fonseca, Antonio Reneé Andrade, José Henriques Soares, Cyro Kurtis.

# Caso de polícia

Início da tarde de 4 de outubro de 1965. Almoça comida mineira e sai às pressas. Vai à igreja de São Judas Tadeu, em Laranjeiras, cumprir promessa pela saúde da filha Márcia. Daí, direto ao primeiro depoimento, na Tijuca. O tal das 2 da tarde. Depois, mais de sessenta horas de IPMs em menos de quinze dias. Recebe assistência do jurista Sobral Pinto, não faltam a solidariedade e a presença de amigos queridos, como Tancredo Neves e Renato Azeredo. Mesmo assim, vive dias de suplício e sobressaltos. Havia também o desconforto físico, sentado horas a fio em bancos e cadeiras toscas. Incomodava-o a pobreza de conteúdo dos longos, insignificantes, inúteis e improcedentes interrogatórios, sempre carregados de suposições absurdas. A insistência impiedosa, desrespeitosa. Um homem de bem, pacifista, física e espiritualmente desarmado, ex-presidente da República, cidadão do mundo, mito vivo, democrata, ícone de tolerância, alegria e cordialidade, tratado como se fosse um criminoso, suspeito de corrupção, e até de subversão. Do jornalista e escritor Carlos Heitor Cony, que também

esteve preso e passou por experiências semelhantes durante a ditadura:

“Uma das finalidades desses inquéritos era intimidar, calar ou, simplesmente, chatear os depoentes. Sobretudo no caso de JK. Com variantes de temperamento, os encarregados de cada IPM o submeteram à tortura de suportar interrogatórios de sete, oito e até nove horas, como no caso do inquérito sobre o Partido Comunista, que tinha a presidi-lo o então coronel Ferdinando Carvalho, um dos poucos que se empolgou pelo assunto e se tornou expert em comunismo. (...) O IPM sobre o Partido Comunista produziu um calhamizo de 157 volumes e incriminou o óbvio: o Comitê Central e alguns comitês estaduais. A opinião do coronel sobre JK, em 1981, pode assim ser resumida: ‘Foi um brasileiro com as qualidades e os defeitos de nossa gente. Vítima dos acontecimentos e das tramas políticas de uma certa época da vida nacional’. Pelo IPM relativo ao PCB pode-se julgar, aproximadamente, os demais.”<sup>[142]</sup>

Nada é provado contra Juscelino. Ao contrário. Anos depois, o próprio regime militar reconhece sua inocência. Como o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente do ciclo militar (1979-1985), em julho de 1979. Saïd Farah, então ministro-chefe da Secretaria de

Comunicação Social da Presidência da República, relata o diálogo com ele no Palácio do Planalto:

"Ao sair de seu gabinete, o presidente me acompanha até a porta, como era seu hábito, e fala-me elogiosamente da operosidade de Juscelino e da sua clarividência em matéria de desenvolvimento social. Figueiredo menciona ainda a relativa pobreza de JK. Perguntei-lhe como sabia. Figueiredo respondeu-me que ele próprio fizera o inquérito sobre a vida passada de Juscelino e nada de sério encontrara a desabonar a honradez do ex-presidente da República. Não me contive e indaguei: 'Por que, então, foi cassado?' Respondeu-me Figueiredo com sua franqueza habitual: 'Porque Costa e Silva queria.' A cassação de Juscelino visava a impedir que ele viesse a concorrer à Presidência ou se mantivesse ativo politicamente, servindo como elemento polarizador dos que desejavam o poder restituído à sociedade civil!"<sup>[143]</sup>

Convertido em admirador de JK, Figueiredo vai ser decisivo na concretização de um sonho de Sarah e família: a construção do Memorial JK, em Brasília. Providenciará doação do terreno, apoiará tudo, afastará obstáculos políticos, inaugurará.

Volta a outubro de 1965 e aos IPMs. Exausto, JK comunica às autoridades que não mais comparecerá às torturantes sessões, por razões de saúde. Aloysio Salles, seu médico particular, atesta distúrbio circulatório, possivelmente causado pela tensão permanente da pressão e da opressão. Os donos do poder mandam uma junta médica militar avaliá-lo. Feitos os exames, confirma-se o diagnóstico do doutor Salles. Há risco de o problema evoluir para desfecho grave. Palavras do correto capitão-médico militar, no apartamento de JK: "Presidente, por mim eu não faria isso, o senhor sabe. Estou aqui cumprindo ordens". Dão a JK quinze dias para tratamento. Mas ele já não suporta mais tanta hostilidade, tortura psicológica, desrespeito, injustiça. Conclui que a normalidade política ainda é um sonho distante. Prefere voltar à dor sem fim do exílio em terras civilizadas. Recuperado da crise, parte no dia 9 de novembro de 1965.

No Aeroporto Kennedy, em Nova York, muitos jornalistas. Desabafa:

"Viajei para não ser preso. O que está se passando no Brasil é de grave importância para a América Latina. Os últimos decretos do governo, sobretudo o Ato

Institucional nº 2, liquidam toda a expressão democrática. Preciso pensar no que aconteceu. Meu exílio pode durar um mês ou vinte anos. Não saberei viver assim.”

A linha-dura deve ter tremido. Não de medo, mas de raiva. Os duros tinham arrancado de Castello Branco o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos e impôs o bipartidarismo, induzindo a criação da Arena e do MDB; estabeleceu eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República, via Congresso Nacional; permitiu ao governo legislar por decreto-lei sobre assuntos que considerasse relevantes para a segurança nacional; ampliou punições; fortaleceu a Justiça Militar, que passou a julgar civis envolvidos em crimes contra a segurança nacional; aumentou de onze para dezesseis o número de ministros do Supremo Tribunal Federal.

## Deuxième Bureau

Pior: também o governo francês não o deixou em paz. Sabe-se disso graças a revelações feitas em julho de 2010

por sua secretária em Paris, a pequenina, doce, fiel e corajosa brasileira Maria Alice Gomes Berengas.

Ela contou que JK era campanado pelo serviço de inteligência francês. Vivia preocupado, angustiado. Amargou dias de inferno na cidade que amava desde criança.

Paris, final de 1964, Rue Paul Doumer, 39, escritório de Juscelino Kubitschek de Oliveira, ex-presidente do Brasil, eLivros. Ele trabalha nos textos iniciais de suas memórias. Adora a França, mas está triste e decepcionado. Sabe que é espionado pelo governo do general Charles de Gaulle. Teme ser ouvido e gravado até na intimidade do trabalho e da vida particular. Veio em busca de liberdade, respeito, paz. Mas tem de se preocupar com espiões, microfones ocultos, grampos telefônicos, fotos traiçoeiras, violação de correspondência. Um suplício! Levanta-se, abre a janela, pega o rádio, liga, sintoniza, aumenta o som e diz: “Preciso contar algumas coisas, Maria Alice”.

Maria Alice é testemunha e vítima da intromissão francesa, que atribui ao *Deuxième Bureau*, serviço de inteligência. Delírios anticomunistas da guerra fria? Medo de conspiração? Conivência com a ditadura brasileira? O presidente De Gaulle visitou o Brasil em outubro de 1964,

prestigiando o governo do marechal Castello Branco, primeiro do ciclo militar.

Durante 46 anos, ela guardou segredo do que viu, ouviu e sofreu ao lado de JK e depois. “Aquilo era uma humilhação tremenda para ele, que acreditava na liberdade e tinha ideias muito elevadas.” Abriu a alma e a memória ao cineasta brasileiro Charles Cesconetto e à equipe de um filme-documentário franco-brasileiro sobre a vida de JK no exílio. Fragmentos: “Havia um prédio em frente, onde ficava um pessoal espiando a gente. Eram sempre os mesmos, com aquela discrição que utilizam, quando pensam que não estamos sabendo. Quando queríamos dizer alguma coisa mais particular, abríamos a janela e o presidente punha um rádio ao lado, tocando. Ficávamos olhando a paisagem e ele então dizia o que tinha de dizer”.

Maria Alice desativa o escritório, queima os arquivos. JK chega ao Rio logo depois das eleições de 3 de outubro de 1965, acompanhado da mulher, Sarah, e de Maria Alice. Confia na vitória de seus amigos Negrão de Lima e Israel Pinheiro, candidatos aos governos da Guanabara e de Minas, respectivamente. E, a partir daí, em ventos democráticos.

Grave erro de avaliação. Bem recebido pelo povo, é hostilizado pela ditadura. Policiado, perseguido e ameaçado, volta ao exílio no mês seguinte. Mas não mais na adorada França. Prefere os Estados Unidos e, mais tarde, Portugal. Maria Estela Kubitschek Lopes, em 25 de janeiro de 2011:

“Papai nunca falou que estava sendo vigiado pelo *Deuxième Bureau*. Acho que quis poupar a família de mais sofrimentos. (...) Tenho certeza de que esse foi o motivo pelo qual escolheu Nova York. Decepção com o governo do general De Gaulle, mas nunca com a França.”

E a fiel Maria Alice? Avisada por um parente militar de risco de prisão, corre à Embaixada da França. Tinha passaporte francês. Resultado: nenhum apoio e retenção do passaporte. Assustada, consegue ajuda para esconder-se no transatlântico *Federico C* e nele viajar. Chegando à França, é várias vezes interrogada. Pergunto, em 2 de março de 2011:

“– O que queriam saber, Maria Alice?

“– Coisas muito pessoais do presidente, sobre as quais eu não tinha nada a dizer. Quem o visitara, o que havia dito fulano ou beltrana. Eu dizia que não sabia,

que não prestava atenção. Incrível! Eu só havia visto isso em romances policiais.

- Ameaçaram você?

Ela conta que um oficial de olhos muito azuis ameaçou Nicole, sua única filha, de 9 anos. Assim: ‘Sei que sua filha, todos os dias, toma o ônibus para ir ao liceu. E um acidente pode acontecer’. Resposta: ‘Sim, senhor’. Desesperada, correu para casa, fez as malas, e levou a menina de carro, à noite, para a casa de uma irmã, em Portugal.

- Que mais, Maria Alice?

- Quando eu conseguia emprego, impediam minha contratação. Mas me ofereceram um posto na Unesco, em Paris, para eu dizer tudo. Para mim, era muito mais importante a lealdade ao presidente e aos amigos do que dar satisfação a essa gente. Depois de muito tempo, me deixaram em paz.”<sup>[144]</sup>

JK recebia todos que o procuravam. Inclusive figuras políticas gradas, como o ex-presidente argentino Peron, o socialista francês François Miterrand, o argelino Boumedienne. Ou líderes políticos brasileiros, como o pernambucano Miguel Arraes, então eLivros na efervescente Argélia, que também teve problemas com o governo De Gaulle:

"A França proibiu a minha entrada lá, através de uma portaria de expulsão de 19 de julho de 1965, que somente foi revogada em 26 de maio de 1975. Tenho a carta do ministro do Interior, R. Marcellin, ao deputado comunista francês Lucien Neuwirth, em 1973, explicando o porquê da proibição. Era coisa de gente da direita. O ministro escreveu a carta revelando que não podia rever a proibição de minha entrada na França. Havia uma pressão do Governo brasileiro nesse sentido.(...) Havia uma vigilância dos países sobre os eLivross. Várias vezes fui abordado pela polícia nos aeroportos."<sup>[145]</sup>

Prossigo meu diálogo com Maria Alice:

- Maria Alice, o presidente nunca foi envolvido em conspiração?

Ela, veemente:

- Nada!, nada! Ele dizia que revolução não é solução. Não admitia que se derramasse uma gota de sangue.

<sup>[146]</sup>

Aos 88 anos, ela mora num asilo, perto de Lisboa. Sente muita saudade de dona Sarah e de JK.

Texto de JK, ainda em Paris:

“Não há primavera nesta terra. As árvores estão verdes e as flores coloridas, mas o sol, que é propriedade comum dos homens, se esconde sempre atrás de nuvens carrancudas e hostis. Isso reflete na alma da gente e só convida a pensamentos que trazem o tom das nuvens, cor de *spleen*. ”<sup>[147]</sup>

Martirizante!

## Adeus a Naná

Juscelino retorna ao Brasil em 10 de junho de 1966, trazido pela morte da única e adorada irmã, Naná, no dia anterior. Tinha 65 anos. Problema pulmonar. Estava bem, sentada num sofá da sala de casa, conversando com uma prima, quando veio uma hemoptise fulminante. O irmão recebeu a notícia num voo de Lisboa para Nova York. Golpe profundo, terrível. Desceu discretamente no Rio de Janeiro, alugou um táxi aéreo, seguiu para Belo Horizonte. Chegou a tempo de assistir ao sepultamento. Por intervenção do amigo Adolpho Bloch e do ex-governador de Minas, José de Magalhães Pinto, o regime militar prometera não molestá-lo durante a visita, desde que ficasse longe da política.<sup>[ii]</sup>

Serafim Melo Jardim estava junto:

“Pela primeira vez vi Juscelino chorar. Um momento dramático, no qual se concentrou a tristeza pela perda e a angústia de um exílio que havia se tornado imenso pesadelo. No momento do enterro, a multidão, postada em frente ao casarão da Avenida Getúlio Vargas, batia palmas e gritava: ‘Volta, JK!’ No cemitério do Bonfim, novas manifestações populares, gritos, aplausos. Isso o preocupava. Sabia que as autoridades militares não viam com bons olhos.”<sup>[148]</sup>

Depois, na volta ao Rio, uma grande alegria e consolo. Visitar a filha Márcia e o genro Baldomero Barbará, conhecer a recém-nascida netinha Anna Christina, nome que escolhera pessoalmente, com enfática exigência de todas as consoantes. Ela tinha uma semana de vida. Nascera em 1º de junho de 1966. JK, emocionado, deslumbrava-se. Está duplamente feliz, porque Márcia enfrentara prolongados problemas de coluna. Mas está tudo bem. É avô pela terceira vez. Maria Estela e Rodrigo Lopes já lhe haviam dado João César e Jussarah. Mais tarde, virá Marta Maria, a caçula. Márcia e Baldomero terão uma segunda filha, Júlia. A

caçula de Márcia será Alejandra, de seu casamento com o notável bailarino norte-americano Fernando Bujones.

JK chora e ri, agradece a Deus. Descoberto e pressionado pela imprensa, evita declarações polêmicas. Parte sozinho para Nova York em 13 de junho de 1966. Sarah permanece com a filha e a bebezinha.

Em 3 de outubro de 1966, o marechal Costa e Silva, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), candidato único, é eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. Assumirá em 15 de março de 1967, data da promulgação da quinta Constituição Federal. Curioso: o vice-presidente é o admirado jurista e político mineiro Pedro Aleixo, expoente da velha UDN, compadre de JK, padrinho de batismo de seu filho caçula, Sérgio. Juscelino admirava mestre Aleixo, aconselhava-se com ele desde o início da vida pública. Coisas de Minas e do Brasil: dois amigos íntimos de JK, José Maria Alkmim e Pedro Aleixo, foram vices dos principais algozes dele, os marechais-presidentes Castello Branco e Costa e Silva.

## Frente Ampla

Tudo pela democracia! No começo de novembro de 1966, em Lisboa, JK recebe telefonema de outro algoz, Carlos Lacerda, que visitava Paris. Assunto: proposta de encontro para conversarem sobre a Frente Ampla, a situação e as perspectivas do Brasil. Quem diria: cumplicidade entre o maior líder da antiga UDN e o maior líder do antigo PSD, velhos inimigos. Mas não foi uma surpresa. Havia meses que pessoas a eles ligadas conversavam e articulavam a união de forças para antecipar o fim da ditadura. Renato Archer, Sandra Cavalcanti, Raul Brunini, Carlos Murilo Felício dos Santos e outros. Menos de um mês antes, na manhã de 27 de outubro de 1966, Lacerda lançara, na sede do seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, no Rio, diante de convidados e de uma multidão de jornalistas brasileiros e estrangeiros, o manifesto da Frente Ampla. Fragmentos:

“Representamos correntes de opinião que, juntas, reúnem a maioria do povo. Representamos, também, instituições que, perante a História, encarnamos pela mão do povo. Defendemos o voto e a lei, em função da ânsia de liberdade e do progresso social, cultural e econômico que caracteriza o Brasil moderno no mundo em mudança. (...) Pela união popular para

libertar, democratizar, modernizar e desenvolver o Brasil.”

De novo o telefonema. JK e Lacerda agendam o encontro para 19 de novembro de 1966, em Lisboa, na casa de um amigo, o senhor Neuvi. Sarah protesta: “Não, Juscelino. O encontro deve ser aqui em casa. Ele foi seu detrator a vida toda. Chegou a hora da retratação. É nossa vitória moral. A reunião será aqui em casa, e eu vou convocar toda a imprensa.”[149]

Promete e faz, autorizada pelo marido. Muito religiosa, escondeu uma medalha de Nossa Senhora de Fátima sob a poltrona destinada a Lacerda.

Do encontro sai a Declaração de Lisboa, redigida às pressas por Lacerda, com contribuições de JK, tudo em meio a uma multidão de jornalistas. Em síntese, afirma ser necessária uma política de paz e liberdade para a retomada do desenvolvimento. Eis o curioso relato de JK, em carta ao amigo Adolpho Bloch:

“A surpresa em Lisboa foi espetacular. Lacerda também goza de popularidade em Portugal. Os portugueses acharam uma delícia o acontecimento. Ao meio-dia e meia o meu apartamento estava cheio

de jornalistas. A sala de jantar, repleta. Tivemos de interromper a conversa para recebê-los. Obrigaram-nos a tirar fotos, abraçados. Havia alegria geral. Lacerda e eu, cercados por eles, parecíamos dois generais que houvessem assinado um tratado de paz depois de longa guerra. Saímos para almoçar no Tavares. A mesma estupefação: muitos portugueses não acreditavam no que viam. Depois voltamos ao meu apartamento. Lacerda redigiria uma nota. O assédio da imprensa impedia que fizéssemos um documento mais caprichado. Tiravam as laudas da mesa, à medida que Lacerda as escrevia, sem tempo para melhor correção. Poderíamos ter produzido um documento mais bem elaborado, mas foi impossível naquele ambiente. Sabíamos que aquele texto seria lido em quase todo o mundo livre. Sugerí alguns reparos, que Lacerda aceitou prontamente. Mais tarde, ele me diria que eu continuava um homem do PSD. Eu não podia nem queria aproveitar aquela oportunidade para ferir ninguém. Quando a reunião terminou, estávamos cansados, mas felizes. Comentei: ‘Jogamos a bomba. Esperemos, agora, pela explosão’.”<sup>[150]</sup>

Carlos Heitor Cony registra duas explosões. A primeira, imediata, deixou atônito o governo militar e preocupados, até mesmo insatisfeitos, lacerdistas e juscelinistas. A

segunda, em dezembro de 1968: a prisão de Lacerda e Juscelino.

Em 25 de setembro de 1967, adere à Frente o ex-presidente João Goulart, principal líder do antigo PTB, que chamava Lacerda de “assassino de Getúlio”. Depois do encontro, Lacerda escreveu que sua finalidade fora convencer os trabalhadores de que “não somos seus inimigos”. Dirá logo depois que agora está provado que nem Jango é comunista nem ele, Lacerda, homem da Embaixada dos Estados Unidos. Na volta ao Rio, bem-humorado, diz que Goulart não tem vontade de ser presidente e que JK, já começando a sentir a idade, pintando os cabelos, também não mostra muito interesse em voltar. Acrescenta acreditar que o presidente Costa e Silva acabará aceitando eleições diretas e, nesse caso, o senador paulista Carvalho Pinto e ele próprio, Lacerda, seriam os principais candidatos.

A união de JK, Lacerda e Jango não empolgou o povo. Foi rejeitada pelas bases. Além de surpreendente, confundiu o exército de eleitores. Não compreendiam, não aprovavam. Para o povo nem tudo é possível, mesmo em política. Mesmo assim, a Frente alarmou e irritou profundamente a linha-dura militar. Mais que tudo, pela participação de Jango.

Fragmentos de carta de JK a Carlos Lacerda, enviada de Nova York, em 7 de março de 1967:

“O que motivou o nosso movimento? A grave preocupação de ajudar a restabelecer no Brasil a paz política e o desenvolvimento, o que só seria possível através da restauração da democracia. Ainda temos que lutar algum tempo contra a incompreensão daqueles que consideram mais importante manter o país sob o regime em que está do que superar divergências pessoais para atingir a grande finalidade a que nos propusemos. Estou plenamente de acordo com a sua opinião. O movimento deve encaminhar-se para a formação de um partido. As nossas conversas em Lisboa, das quais participou a brilhante inteligência de Sandra Cavalcanti, nos indicaram o rumo que estamos seguindo. (...) Não fugirmos aos compromissos originais do pacto de Lisboa, isto é, estabelecer para a Frente Ampla a paz-democracia-desenvolvimento como legenda definitiva.”<sup>[151]</sup>

Chama a atenção a esperança em relação ao marechal Costa e Silva, seu carrasco político, que seria empossado na Presidência da República em 15 de março de 1967, portanto apenas oito dias depois dessa carta. Teria JK recebido alguma informação sobre eventual projeto de liberalização

política? Ou apenas sonhava mudanças em razão da presença do amigo e compadre Pedro Aleixo, democrata completo, na vice-presidência da República?

Ainda JK, na mesma carta: “As esperanças que cercam o novo presidente [marechal Costa e Silva] aumentam-lhe muito as responsabilidades. (...) Conservar, em torno do novo governo, um ambiente de simpatia que lhe permita superar as graves dificuldades que vai encontrar.”[152]

Mas, no ano seguinte, o agitado 1968, a ditadura vai se aprofundar. Em 5 de abril de 1968, o governo Costa e Silva, com singela portaria do ministro da Justiça, a 177, declara a Frente Ampla ilegal. É o melancólico final do belo, corajoso, intempestivo e restrito movimento. Seus líderes continuarão perseguidos pelo regime.

Renato Archer, um dos principais articuladores, depois ministro da Nova República (1985), via na Frente Ampla a semente da união política das oposições que empolgou o Brasil com o movimento das Diretas-já para presidente, no final de 1983 e primeiro quadrimestre de 1984. A mesma união que, em seguida, permitiria a eleição de Tancredo

Neves à Presidência da República, em 15 de janeiro de 1985, marco do fim da ditadura.

## CAPÍTULO 18

# Brasil para sempre

Em 9 de abril de 1967, vindo de Miami, JK volta de vez. Vem movido pela esperança na Frente Ampla e, sobretudo, por não mais suportar a vida em terra estrangeira. Desembarca discretamente no Galeão, acompanhado de Sarah, do genro Baldomero Barbará e da filha Márcia, esta em maca, recém-operada da coluna numa clínica de Houston, Texas. São recebidos por Maria Estela e o marido, Rodrigo Lopes.

Decidira que só morto deixaria involuntariamente o Brasil. Mesmo em situação de desigualdade, está determinado a enfrentar todos os processos da ditadura,

inclusive o de enriquecimento ilícito. Ir até o fim. Demonstrar a probidade de sua vida pública e pessoal.<sup>[153]</sup>

Juscelino sabia que se deixasse a Frente Ampla os processos seriam arquivados, conta Carlos Heitor Cony. Intimações chegavam quase todas as semanas a seu apartamento. Com a ajuda de advogados em Minas, Brasília e Rio, lutou bravamente até a véspera de completar 65 anos. Intimado pelo general Luiz Carlos Reis de Freitas a comparecer à Delegacia Regional da Polícia Federal “para prestar esclarecimentos no interesse da Justiça”, decidiu lançar um manifesto à nação, datado de 11 de setembro de 1967. Trechos:

“A nação é testemunha do meu comportamento em face à atual situação brasileira. Há cerca de três anos, venho sendo vítima de violências e perseguições armadas com o propósito de tentar justificar perante o povo a cassação dos meus direitos políticos. Fiel a uma tradição de equilíbrio e tolerância, que sempre pautou meus atos, suportei com grande sacrifício e humilhações incompatíveis pelo menos com o respeito que deve receber um ex-chefe de Estado. Enquanto vivi no exílio, razões não me faltaram para comentar a situação política do meu país. Não obstante, fiel a uma diretriz que a mim mesmo me impus, soube

dominar naturais ressentimentos, só mostrando os aspectos positivos do Brasil nas centenas de conferências que pronunciei nas universidades dos Estados Unidos e da Europa. Entendi que somente assim contribuiria para evitar pretextos de maiores provocações para o povo brasileiro. Só por isso compareci a todos os órgãos criados para investigar os atos de meu governo, da minha vida pública e até das minhas atividades particulares. (...) E aqui no Brasil, após meu regresso, sempre inspirado pelo desejo de contribuir para a paz, mantive-me em silêncio. Não vejo razões, assim, para que desencadeiem contra mim medidas vexatórias, que a minha posição de ex-chefe de Estado por si só repele. E desde que não querem respeitar essa condição, que pertence mais ao Brasil do que a mim mesmo, resolvi comparecer por deferência às autoridades. Mas, segundo me faculta a lei, decidi não responder às indagações que me fossem feitas. O silêncio é a única arma de protesto de que disponho."

À noite, decola para Nova York.

Trecho de depoimento do general Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar do presidente Castello Branco e presidente da República:

"Sabíamos que no governo do Juscelino tinha havido muita corrupção de auxiliares dele, mas não havia

muita coisa contra ele. Como governador de Minas, loteou e vendeu lotes na área da Pampulha, e muitos desses lotes foram comprados por ele ou pela sua mulher. Recebeu de presente do Stroessner uma casa no Paraguai, vizinha a Foz do Iguaçu. O apartamento em Ipanema, em que morava, tinha sido dado a ele pelo Paes de Almeida, que era o homem do ‘vidro plano’. Havia, assim, uma série de indícios, talvez não suficientes para uma cassação. Sua atuação em 1961, aconselhando o Jango a vir tomar posse do governo, fazia dele um adversário da revolução.”<sup>[154]</sup>

O patrimônio de JK e Sarah não é incompatível com a trajetória de vida de ambos. Nada de fortuna mítica. Mais próximo da classe média alta. Sempre viveu do seu trabalho. Primeiro como médico de sucesso, depois como ocupante dos mais altos cargos públicos. Como visto, Sarah vinha de família abastada. Trechos de entrevista de JK ao jornalista Luiz Fernando Mercadante, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1971:

“- E essa história de que o senhor é um dos homens mais ricos do mundo?

- Isso é uma infâmia. Quer ver meu imposto de renda? Minha declaração de bens? Pode ler tudo, ver tudo. Até hoje, o acervo dos meus bens não representa

mais que o normal da economia de qualquer indivíduo dotado de um mínimo de previdência.

- E dinheiro no exterior?

- É outra infâmia.”<sup>[155]</sup>

Curioso: pelas informações do presidente Geisel, havia consciênciā na cúpula militar de que a cassação e a suspensão dos direitos políticos se basearam em informações insuficientes. Condenação sem certeza e sem direito de defesa. Uma vida desrespeitada, estragada. Um luminoso passado político desprezado. Um futuro político promissor, um projeto presidencial quase assegurado, tudo autoritariamente ceifado. Uma execução política calculada e cruel. Crudelíssima. Atingiu JK, sua família, o povo brasileiro, a justiça e o futuro do país. Uma brutal rasteira da história no povo brasileiro, por intermédio dos radicais.

JK volta em 27 de outubro de 1967. É então oficialmente alertado de que está sujeito a confinamento de dois meses caso se envolva em atividades políticas.

Faltam ainda sete anos para que recupere os direitos políticos. E, assim mesmo, se o regime não criar novos casuismos. Afinal, está pressionado pelos ventos libertários

que sopram no mundo e inflamam a juventude, inclusive no Brasil.

Em maio de 1968, uma boa notícia: o Supremo Tribunal Federal nega o sequestro do apartamento da Avenida Vieira Souto, 206. Decisão unânime. Os juízes não viram provas nos volumosos autos. Apenas suposições, maledicência.

O período é politicamente tenso e difícil no Brasil. Mas o crescimento econômico é notável: média anual da ordem de 10% reais em 1968-1974. Quadro mundial favorável e política econômica estimulante fazem os indicadores de desempenho disparar. Começa o chamado “milagre econômico brasileiro”, que alcançará 1974.

Politicamente, o atípico ano de 1968 é cada vez mais nervoso. Época de contestações, de lutas libertárias da juventude, de questionamento de costumes, de protestos suaves e violentos. Na Europa, nos Estados Unidos, por toda parte. Revolucionários de esquerda sonham e apregoam seus lemas mundo afora. Um deles: “Criar um, dois, três, mil Vietnãs”. Reunida em Cuba, no ano anterior, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) optara por uma estratégia de ação revolucionária na região. No Brasil, crescem os confrontos diretos das forças de repressão com

estudantes, em grandes manifestações de rua, reivindicatórias e de contestação do regime. Ressurgem as greves operárias, combinando exigências salariais e ataques à ditadura. Avanço do processo, radicalização dos conflitos.

Grupos de esquerda aderem à luta armada. Atuam isoladamente, descoordenados. A opção pela guerrilha é o mais das vezes idealista. Mas sempre utópica, insensata, suicida. Um delírio: enfrentar o regime militar exatamente no campo da guerra, território profissional das Forças Armadas. Elas têm equipamentos de terra, mar e ar. Têm conhecimentos especializados, treinamento, meios. Têm a legislação autoritária. São incomparavelmente superiores do ponto de vista bélico. No caso, têm ainda as rédeas da nação e os suculentos frutos políticos decorrentes do desempenho brilhante da economia. Pior ainda: a guerrilha fortalece os militares radicais e suas teses, favorecendo a permanência e o aprofundamento do regime autoritário.

Aumenta a tensão interna com o crescimento das oposições, os protestos, grandes e desafiadoras passeatas de estudantes, ações pontuais de guerrilha urbana. É a ambiência adequada para a linha-dura militar, que controla

o poder, golpear dentro do golpe. Vez do sinistro Ato Institucional nº 5.

## AI-5

Em 2 de setembro de 1968, num apagado pinga-fogo da Câmara dos Deputados, o jovem deputado carioca Marcio Moreira Alves desanca recente invasão militar da Universidade de Brasília. Trecho: “Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?” O governo exige sua punição por ofensa às Forças Armadas. A questão vai ao Supremo Tribunal Federal e, em seguida, à Câmara, que, em 12 de dezembro de 1968, num clarão de altivez, nega licença para processá-lo.

É o pretexto que os radicais precisavam. “Ou a Revolução continua ou a Revolução se desagrega”, diz o marechal-presidente Costa e Silva no dia seguinte, sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, ao abrir, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a 43<sup>a</sup> reunião do Conselho de Segurança Nacional. Aparentemente a contragosto, pressionado pela linha-dura e pelas circunstâncias político-

militares, ele baixa o AI-5, após aprovação de todo o ministério.

Palavras de Costa e Silva anotadas por Olympio Mourão Filho, o açodado militar diamantinense que JK promoveu a general em maio de 1958, contrariando a opinião de seu ministro da Guerra, Teixeira Lott:

“Mourão, se você lesse o primeiro, cairia duro no chão, aqui. Era uma barbaridade. Fechava-se o Congresso, modificava-se o Judiciário, além de várias outras medidas de caráter nazista feroz. Recusei assiná-lo. O segundo era mais brando e, como quem toma um purgante ruim, assinei-o.”<sup>[156]</sup>

Poderoso veneno despejado goela abaixo dos brasileiros. Filho do radicalismo e da intolerância, chega com violência, censura, prisões a torto e a direito.

Obra-prima em matéria de prescrição de poderes discricionários, ele marca a culminância do arbítrio e da intolerância. Choca, agride, assusta, intimida, envergonha. É o golpe dentro do golpe, o enrijecimento do regime. O Congresso é fechado, os direitos civis comuns suspensos – inclusive o de *habeas corpus* –, a imprensa censurada, amordaçada. O presidente pode praticar soberanamente os

atos de governo que quiser. Até abrir ou fechar o Congresso e cassar mandatos e direitos políticos. Mais força, mais arbítrio.

Instrumento de constrangimento e limitação da liberdade, o AI-5 vai coagir, desfigurar e empobrecer ainda mais a representação política e o próprio Poder Judiciário. E também contribuir para exacerbar a atuação descontrolada da repressão política. Prender arbitrariamente ou manter prisioneiros sem acusação formal, por exemplo, o que prejudica ou impede o direito de defesa e favorece outras práticas lesivas aos direitos humanos, como sevícias, sequestros, desaparecimentos e mesmo mortes. Revolta, insegurança, inconformismo.

Apesar de sepultada, a Frente Amplia vira meta prioritária dos golpistas, tratada como caso policial. Frio acerto de contas.

JK, então com 66 anos, é preso por um grupo de oficiais no começo da noite dessa sexta-feira 13, na entrada do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Participaria da formatura em engenharia do filho de um amigo. Levado para o 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo-RJ, é depositado num cubículo, em que podia ser observado por um buraco

no teto. É tratado como inimigo. Fica incomunicável, isolado, sem direito de conversar até com os soldados, sem nada para ler ou ouvir, sem saber o que acontecia fora, sem acesso a telefone, nada. Não pode receber familiares nem advogado. Opressão, crueldade, desrespeito, insensibilidade, estupidez. Por quê? Sadismo? Intimidação política? Por vingança? Mas vingança de quê? Covardia? Um homem pacífico, indefeso, dominado, enfermo.

Sarah, assustada com tudo, temerosa da evolução do diabetes do marido, consegue furar o bloqueio. Por intermédio do engenheiro carioca Marcos Tito Tamoyo da Silva, filho de militar, reporta o quadro ao general Syzeno Sarmento, comandante do I Exército. JK dependia de remédios de uso contínuo e de controle médico semanal. Dá certo. Acompanhada do doutor Aloysio Salles, ela consegue levar os remédios ao inferno do marido. Leva também roupas, objetos de higiene pessoal, coisas essenciais. Salles examina o velho amigo. Em seguida, alerta o comandante militar para o risco que corre JK, devido ao seu estado de saúde e situação. Homem bom e sensível, descreve assim o cativeiro:

“Caminhei por uma parte desativada do quartel e fui encontrar o presidente no derradeiro alojamento, longe de tudo. Está num quarto infecto, com um catre, uma mesa e um sofá. O sofá, velho, caindo aos pedaços, com as molas à mostra, só tem lugar para uma pessoa, sem qualquer conforto. Prolongando o quarto, um cubículo, com uma privada sem tampa. Em vez de uma corrente para puxar a válvula da descarga, um arame grosso. Puxado o arame, a água desce, lavando o vaso, mas fica pingando ininterruptamente. O dia inteiro, a noite inteira. Quando me aproximei do quarto, vi Juscelino sentado à mesa, com as mãos nas têmporas, olhando um letreiro que tomava o espaço do muro fronteiro e que diz: ‘O ótimo é apenas bom para a artilharia’. Ao sentir meus passos, o presidente levantou a cabeça, mostrando o rosto deprimido, com fortes traços nas olheiras e vincos acentuados nos cantos da boca. Antes de levantar-se, apontou para o letreiro: ‘Já li aquela frase um milhão de vezes’. E ouvindo o pingo d’água: ‘É com essa cantiga que adormeço’.”

Nove dias de martírio, tentativa de humilhação, maldade. Depois, prisão domiciliar, sob rigoroso controle, guardas militares à porta. Em 9 de janeiro de 1969, atestado assinado por três médicos confirmou que o prisioneiro Juscelino Kubitschek de Oliveira era portador de

arteriosclerose coronariana, hipertensão arterial, diabetes, gota, infecção urinária recidivante pós-operatória, rotura traumática do tendão de Aquiles esquerdo (em período de imobilização após tratamento cirúrgico), síndrome de depressão psíquica. Havia risco de vida. Precisava tratar-se. Sarah apresenta novo pedido ao general Syzeno, este encaminha o assunto ao presidente Costa e Silva, que autoriza Juscelino a sair do país para tratamento.<sup>[157]</sup>

Carlos Lacerda foi preso no dia seguinte ao AI-5, em casa, na Praia do Flamengo, no Rio, e conduzido ao quartel da Polícia Militar da Rua Frei Caneca. Também tinha problemas de saúde. Entre outros, era pré-diabético, fazia dieta. Mesmo assim, fez greve de fome. Corria risco. Seu irmão Maurício conseguiu visitá-lo. Contou-lhe que a imprensa não dera nada sobre a greve de fome, que fazia um sol maravilhoso, as praias estavam cheias, o povo desocupado. Arrematou assim: “Carlos, você vai morrer estupidamente. Quer fazer Shakespeare na terra de Dercy Gonçalves.”

Lacerda foi libertado no dia 21 de dezembro de 1968.

Em 30 de dezembro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional suspendeu seus direitos políticos por dez anos. O

próprio presidente Costa e Silva apresentou as acusações. Disse que Lacerda organizara a Frente Ampla, salientando “sua ação destruidora da Revolução.”[158]

A partir do AI-5, grande número de jovens, especialmente estudantes, engajaram-se na luta armada, por eles vista como única alternativa de combate à ditadura. Muito idealismo, muita insensatez. Ou desespero? Luta fratricida, no contexto da guerra fria.

O AI-5 vigorou até 31 de dezembro de 1978. Dez anos e dezoito dias. Intimidou, feriu, atiçou a violência. Oprimiu a sociedade, puniu arbitrariamente mais de 1.600 pessoas. Políticos, militares, burocratas, professores, profissionais liberais, membros do Judiciário, sindicalistas, trabalhadores, estudantes. Cassou 113 mandatos de deputados federais e senadores, 190 de deputados estaduais, 38 de vereadores e trinta de prefeitos. E muito mais. Tancredo Neves:

- O AI-5 é o instrumento mais repressivo que já existiu na civilização dos povos cultos.

## Negócios de família

Faz tempo que as doenças prejudicam a atividade profissional e minam as finanças e a renda de JK. Muitas despesas, trabalhos remunerados intermitentes, redução do patrimônio, problemas financeiros. Nos três anos de exílio, conseguira rendimentos suficientes para sobreviver com dignidade. Vinham de conferências bem remuneradas em universidades e centros de estudos europeus e norte-americanos. Depois, em Portugal, da participação em firmas de construção de casas, apartamentos e hotéis. Definitivamente de volta ao Brasil, precisava de novo trabalho. Por razões econômicas e até de saúde. Não conseguia ficar ocioso. Precisava fazer coisas, muitas coisas. Ocupar-se da manhã até a noite. Era de sua natureza. Apesar das traições da saúde, ainda tinha bastante energia. Só se realizava completamente na ação.

Ainda em 1967, associado aos genros Baldomero Barbará, marido de Márcia, e Rodrigo Lopes, marido de Maria Estela, funda uma empresa financeira, a Desenvolvimento Nacional Sociedade Anônima (Denasa), sediada na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, no Rio de Janeiro. Assume com entusiasmo o papel de empresário. Não demora, a financeira vira banco de investimentos - o

Banco Denasa - e passa a funcionar na Rua da Alfândega, no centro do Rio.

O JK empresário é parecido com o da vida pública: inovador, moderno, disposto a correr riscos e a aceitar desafios. Um executivo, um empreendedor. Dele, em outubro de 1971:

“Que os homens de empresa abandonem os critérios tradicionais de gestão e se libertem do medo de perder o controle de suas organizações, analisando e assimilando as vantagens do conceito moderno de empresa. Essa é, a meu ver, a grande decisão que se espera do empresariado nacional, para que ele assuma a função que lhe foi reservada nesse programa de desenvolvimento autônomo e baseado em recursos internos. Que ele ocupe efetivamente o seu lugar, antes que o Estado o faça.”<sup>[159]</sup>

Decidiu deixar a Denasa ao saber da separação de Márcia e Barbará. Afastou-se definitivamente no final de 1975.

## Admirações de JK

Nessa época, em visita a Juscelino, no apartamento de Ipanema, o escritor José Cândido de Carvalho pediu-lhe que citasse as três principais personagens da história do desenvolvimento brasileiro. JK:

- Dom João VI, Mauá e Vargas.

E explicou: Dom João, pela visão do Brasil que nascia; Mauá, pelo empurrão para a frente que deu no país; e o presidente Vargas, pelo sentido social de sua atuação. Três figuras que viram o Brasil além do seu tempo e vidas. Um rei, um empresário e um estadista.

Em 23 de novembro de 1972, o escritor Vicente Guimarães, o Vovô Felício, quis saber quais figuras mais o impressionaram quando político. Respondeu que eram muitas, mas destacou John Kennedy, De Gaulle, Salazar (embora discordasse de sua filosofia), Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Osvaldo Aranha e André Malraux.

E a maior afeição na política? JK, em 1976:

“O político a quem mais me afeiçoei foi o Pedro Aleixo, embora tenhamos seguido rumos diferentes, ele na UDN e eu no PSD. Nós nos tornamos amigos, mas amigos mesmo, quando fui deputado, em 1935, e ele era o líder de nossa bancada e depois o presidente da

Câmara, em substituição a Antonio Carlos. A amizade continuou em Belo Horizonte e eu sou padrinho de um dos filhos dele, o Sérgio. Durante o Estado Novo, todos os dias ele vinha à minha casa ou ia à casa dele. Sempre tínhamos uma prosasinha depois do jantar. Era um homem de espírito puro, eu tinha profunda admiração por ele. Eu o tomei como um bom padrão político.”<sup>[160]</sup>

E um deputado admirável? Resposta na ponta da língua, também em 1976: “Ulysses Guimarães. Uma boa figura, rapaz inteligente, de compostura, tem a coragem dosada, sem exageros, um bom líder. Muito meu amigo, poderia ter sido um grande ministro no meu governo.”<sup>[161]</sup>

## Cirurgia e sequelas

De novo o triste janeiro de 1969. JK volta aos Estados Unidos à procura do médico em que confia. Precisa controlar o diabetes, um dos problemas de saúde que enfrenta aos 66 anos. Médico bom, remédio ruim.

Urologista e cirurgião renomado na juventude, o Kubitschek sexagenário recorria a doses de hormônios masculinos para atiçar o vigor da libido, o apetite sexual.

Isso não era incomum entre homens maduros. Não havia outro remédio. Usara, por exemplo, injeções de Testoviron, revigorante reforço de testosterona - a substância ativa - que melhorava a potência sexual e o aspecto físico.

Perigosa e traiçoeira maravilha. A reposição hormonal masculina tem alta correlação positiva com a aceleração do câncer de próstata e outros males. As indicações são restritas e exigem rigoroso controle médico-laboratorial.

No final de março de 1970, um susto. Diagnóstico de lesão de próstata, com indicação cirúrgica. É operado em Nova York, no New York Hospital. Três cirurgias seguidas, em apenas seis horas. As duas primeiras, por via endoscópica, evidenciaram a presença de células malignas. A última, extração total da próstata, foi uma tentativa radical de extirpar o câncer. Salva-lhe a saúde, mas deixa sequelas graves. Magoa seu corpo e sua alma. No nível de tecnologia e conhecimento médico-cirúrgico da época, implicava o fim da atividade sexual e incontinência urinária. Para o médico Juscelino Kubitschek, algo comprehensível. Para o homem JK, altivo e ativo, apaixonado pela vida, vocação de alegria, quase a morte. Fardo pesadíssimo. Mas seu espírito forte e criativo vai conviver dignamente com essa realidade e, o

mais das vezes, até sublimá-la. Fortalecer outras razões de viver, lutar contra a depressão, buscar novos caminhos.

José Bolivar Brant Drummond, formado em 1934, amigo íntimo de Kubitschek, era seu médico em Belo Horizonte. Acompanhou tudo:

“No caso dele, ficou evidenciado que podia ser feita radioterapia. Mas optaram pela cirurgia radical e foi um desastre. Ele ficou na mesa de operação de cerca das 10 da manhã até 4 da tarde. Além do risco que correu lá, na hora, ficou gravemente prejudicado, com incontinência urinária e outra sequela grave. Aquelas depressões que ele sofreu depois têm relação direta com tudo isso. (...) Ele tinha mais preocupação com a vida sexual do que com a saúde. Era um pouco indisciplinado nisso. Usava e abusava da reposição hormonal, que é uma faca de dois gumes. Desperta, mas de outro lado prejudica o organismo, especialmente a próstata. O uso de hormônio masculino apressou o surgimento da doença, estimulou o crescimento das células cancerosas. Avisei várias vezes. Mas não adiantava, ele tomava o remédio escondido.”<sup>[162]</sup>

Duras perdas, severa queda da qualidade de vida, saúde ainda ameaçada. Perigo de propagação do câncer,

mal de evolução quase sempre imprevisível. Como a maioria dos políticos de sua geração, JK detestava procurar médicos, tratar-se. E, apesar de médico, tinha horror de falar em suas doenças. Ainda o doutor Bolivar Drummond:

“Juscelino ficou curado. O câncer prostático dele foi opera-do no princípio. A operação era de hipertrófia prostática. Mas fizeram exames para verificar a verdadeira natureza da doença durante a cirurgia e aí apareceram células incidentais. Positivada a malignidade, optaram pela cirurgia radical. Ele não tinha metástase. Não houve metástase.”<sup>[163]</sup>

## Pane

Justiça se faça: a consolidação de Brasília como cidade e como capital federal deu-se no regime militar. Reconheceram a obra, mas não o fundador. Não permitiam nem que ele a visitasse. Em 1970, já no governo Médici, JK quase morreu por causa disso. Vinha de Minas a bordo de um monomotor Bonanza, com destino a Anápolis, em Goiás. Coincidência e azar: o aviãozinho entra em pane exatamente nas proximidades de Brasília. Pressão do óleo muito alta, superaquecimento. Pode pegar fogo, explodir ou

parar de funcionar. Apavorado, o piloto pede autorização para um pouso de emergência. A torre pergunta o prefixo. Atendida, indaga se o ex-presidente Juscelino Kubitschek está a bordo. O piloto confirma, a permissão é negada. Mandam buscar Luziânia, naquele momento a quase infinitos 60 quilômetros. O piloto insiste, apela, explica que a situação é de alto risco. Lembra que as normas internacionais garantem preferência de voo a aviões em pane. Não adianta. A ordem é seguir em frente. Uma eternidade de 15 minutos depois, o Bonanza aterriza em Luziânia. É o auge dos Anos de Chumbo. JK e o piloto não têm nem como reclamar. Apesar do susto, da mágoa e da perplexidade, os dois dão graças a Deus.

## Sempre-viva

Ano seguinte, 1º de maio de 1971, perda grave. Dona Júlia morre aos 98 anos, de infarto do miocárdio, em seus braços, em casa, em Belo Horizonte. Ele se ajoelha, debruça-se sobre ela e chora mais de 20 minutos. Ninguém consegue retirá-lo. Exausto, trêmulo, finalmente consente. Dor de perda, de amor, de gratidão, de admiração. JK:

“Para ela, nunca deixei de ser o Nonô, o menino de Diamantina que ela havia educado com amor, mas com severidade. A ascensão política do filho, embora lhe causasse orgulho, nunca teve força para alterar-lhe os hábitos de modéstia e simplicidade. Nunca se hospedou em palácio e jamais entrou num automóvel presidencial. No dia 1º de maio, ela fechou os olhos para sempre. Morreu tranquila e silenciosa, como sempre vivera. Assistíamos a um programa de televisão sobre Diamantina e, de súbito, ela se sentiu mal. Era o fim. Tive a oportunidade de estar presente, ao lado de meu cunhado Júlio Soares e de Sarah, e de poder segurar-lhe a mão quando a morte sobreveio. Um ramo de sempreviva - flor nativa no velho Tijuco - foi colocada em seu peito. Deixou a vida, pois, como teria desejado: levando consigo um símbolo da cidade em que nasceu e que tanto amou.”

Ele a chamava de anjo protetor.

## Como um fantasma

JK falava sério quando disse, ao deixar a Presidência da República, que queria ser fazendeiro em Goiás.

Carlos Heitor Cony: “Era ali que desejava viver o resto de seus dias, ali desejava morrer e ali ser enterrado: perto

de sua cidade.”<sup>[164]</sup>

Sexta-feira, 7 de janeiro de 1972, governo Médici, auge do regime autoritário. Por volta de meio-dia, um velho caminhão Ford, pintura desbotada, vindo de Luziânia, Goiás, roda sem pressa na BR-040, perto de Brasília. Pista molhada, muita chuva, visibilidade ruim. Ao lado do motorista, um maduro engenheiro agrônomo, está um irrequieto homem de uns setenta anos, magro, animadíssimo, de roupa cáqui, chapéu de palha na cabeça. Iam visitar uma fazenda próxima. Procuravam terras para comprar. Mas, num impulso, o passageiro resolve ir em frente, entrar em Brasília. Tem paixão pela cidade, está com saudade. Não a vê desde 3 de junho de 1964, mais de sete anos e meio.

Logo aparece, à direita, o Catetinho. Param, descem, andam em volta do palácio de tábuas quase perdido no cerrado, a 33 quilômetros do Palácio do Planalto. Um funcionário se espanta com aquele senhor lépido e falante, de chapéu, zanzando daquele jeito na chuva fina, explicando tudo ao motorista. Os dois pegam de novo a estrada. Cerca de 20 quilômetros depois, a cidade. O homem se sente como um súdito romano das Gálias que vê

pela primeira vez a Roma do primeiro século, com sua suntuosidade, palácios, centro do mundo civilizado. Mas o que ele enxerga agora são vastos espaços, muita luz e muito céu, muito verde na terra vermelha, arquitetura moderna e pouquíssima gente, quase ninguém, nas monumentais avenidas. Poucos pedestres, muitos carros. Pensa grande, talvez exagerado: “Brasília inexoravelmente se constituirá na sede da civilização latina no terceiro milênio. De Roma a Paris e à nossa capital, o rumo é um só.”

A chuva não para. Seguem para a Catedral, entram discretamente. Três beatas rezam junto ao altar. O homem repara em tudo, completamente deslumbrado. Não tinha visto a Catedral pronta. Sente-se como se, na Roma antiga, entrasse no Coliseu. Para ele, ela é o símbolo maior da grandiosidade de Brasília. Um marco de fé, antes de tudo. Senta-se. Demora na contemplação das grossas paredes de vidro e das estruturas de concreto. E, na paz daquele isolamento, rememora a própria vida. Pálpebras semicerradas, medita profundamente, avalia. Conclui que valeu a pena, apesar de tudo. Descem a Esplanada dos Ministérios, chegam à Praça dos Três Poderes. Param diante da entrada do Museu da Cidade. O homem arrepia-se ao ler

a frase gravada na parede externa, ao lado da cabeça em pedra-sabão do criador de Brasília, 1,4 metro de altura, de 1960, esculpida por José Pedrosa:

“Ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desbravou o sertão e ergueu Brasília com audácia, energia e confiança, a homenagem dos pioneiros que o ajudaram na grande aventura”.

O coração dispara. Olha para cima e para a direita. Lágrimas se misturam com as gotas da chuva em seu rosto. Passam em frente ao Palácio do Planalto, seguem para o Palácio da Alvorada. A chuva não dá trégua. Perto da guarita, o homem admira o vasto e plano gramado e, lá longe, ao fundo, a construção paradoxalmente simples e monumental tão criativamente arquitetada por Oscar Niemeyer. Harmoniosa, clara e suave, graciosa e diferente, parecendo levemente afastada do chão. As surpreendentes colunas, símbolo mais popular da cidade, quase logomarca. As paredes envidraçadas, a laje avançando além delas. Relembra o palácio por dentro. Os amplos salões, a biblioteca, os gabinetes, a intimidade residencial. Ao lado, a

delicada capelinha. Manobram, voltam, resolvem passar pela Avenida W-3.

Na saída, olha para trás. Conclui que Brasília está muito bonita. É tomado por uma sensação de paz e tranquilidade, apesar dos dissabores e sofrimentos que tem vivido. Vem um sentimento quase bíblico, como o do semeador que, do alto de um penhasco, observa a seara. Mas vem também a sensação de que visitara uma cidade-fantasma. Amplos espaços vazios, poucas pessoas na tarde chuvosa. Não reconheceria ninguém nem havia sido reconhecido. Como se fosse um fantasma numa cidade real.

Uma semana depois, o irrequieto senhor de chapéu de palha, Juscelino Kubitschek de Oliveira, afirmou o seguinte:

“Fui combatido aos limites da resistência humana, quando me propus trazer a capital para o planalto. Atacaram-me com rancor e não me pouparam os insultos mais pesados. Aí está o que ficou de tudo: a sede do mundo moderno. Muita coisa se fez depois de mim.”<sup>[iii]</sup>

Amava Brasília. Queria viver perto dela.

# Fazendinha JK

Em 1972, compra terras em Luziânia, cidade goiana a 70 quilômetros de Brasília, saída para Belo Horizonte e Rio. É o primeiro passo para a custosa e penosa formação da Fazendinha JK, de 308 alqueires goianos, de razoável potencial econômico, rica de água e de problemas.

Encomenda o projeto da casa ao amigo Oscar Niemeyer. Não quer coisa grande. Tem de ser moderna e simples. Situada a 16 quilômetros do centro de Luziânia, sediará muitas dores de cabeça ao urbaníssimo e inexperiente dono.

Dizem os amigos que JK não sabia distinguir abóbora de melancia, bode de cabra, nem mesmo uma qualidade de laranja de outra. No final de 1954, governador de Minas e presidenciável, foi a Recife almoçar com o governador Etevino Lins, no Palácio das Princesas. Três horas de tricô político depois, sai às pressas, de volta ao Aeroporto dos Guararapes. Está atrasado. Precisa tirar logo do chão o surrado bimotor Beachcraft do governo mineiro. Na chegada, dá de frente com Assis Chateaubriand, o rei da

imprensa brasileira, paraibano do mundo, que também vai para Belo Horizonte. Resolvem ir juntos.

Céu de brigadeiro, viagem tranquila. Bom de papo, Chateaubriand monopoliza JK. Coisas divertidas e também conversa séria. Brasil, eleições, um ou outro toque em interesses empresariais. Perto de Salvador, o jornalista pega no sono. Juscelino então pergunta ao coronel Affonso Heliodoro:

- Jegue é abóbora?
- Não, governador. Jegue é jumento. Abóbora é jerimum.
- Ah, então foi por isso que eu não achei graça nenhuma na piada do Chatô.

## Quatro trechos do Diário de JK:

*"Em 20 de setembro de 1974 - Minhas contas, verdadeira calamidade. Uma loucura de gastos. Fiquei abafadíssimo. Há momentos em que não comprehendo a minha vida. Luto com terríveis dificuldades financeiras, sofro com as injustiças e tenho de continuar vivendo. Para quê? Nossa Senhora que me ajude e tem ajudado.*

*Em 15 de novembro de 1974* - O 15 de novembro de 1974 [dia de eleições com resultados desfavoráveis ao regime] vai ficar na história do mundo como o desafio mais correto ocorrido num regime de força. Agradeço a Deus me ter concedido vida até hoje para assistir ao privilégio de um povo se erguer sem uma palavra violenta e deixar o mundo atônito com o gesto que praticou. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, todos votaram do mesmo modo, como se tivesse havido uma precisa e gigantesca combinação.

*Em 6 de dezembro de 1974* - A Fazenda JK está envenenando a minha vida. Não suporto as despesas. Continuo? As vibrações me incomodam.

*Em 31 de dezembro de 1974* - Terminei em setembro a casa da Fazendinha JK. Saio endividado de 74 por causa da Fazenda JK."

Um suplício. Mas, de qualquer modo, funciona como último refúgio do guerreiro. Naquela altura da trajetória, maior de setenta anos, parecia buscar sobretudo a paz. Concluída e equipada a casa, passa a cuidar mais de perto de suas terras. Divide o tempo com as atividades na Denasa.

Dedica-se inicialmente a prepará-la para a agricultura moderna e também para a pecuária. É lugar plano, bonito. A terra, ácida, exige correção. Cultivá-la requer custosa adubação e cuidados. Há colossais exércitos de formigas cabeçudas - aquelas grandes, equipadas com afiadíssima tesourinha de cortar plantas - e cupins, uma grande guerra. Muita cerca, currais, estradazinhas internas e barragens para fazer, eletrificar e um dia, quem sabe?, até telefone. JK faz questão de formar um grande pequeno lago, o maior ali possível. Adorava lagos, lagoas, rios, mar. Plantará milho, arroz, soja, feijão, batatainglesa, arroz, cana-de-açúcar, abóbora, horta, capim brachiaria. Produzirá, também, algum gado, um pouco de leite, hortaliças, aves e ovos para autoconsumo.

A partir do final de 1975, desvinculado da Denasa, concentra-se mais ainda na fazendinha. Passa a dar-lhe maior atenção e tempo. Tem problemas de relacionamento dentro de casa.

O invencível otimista Juscelino, mesmo mergulhado num redemoinho de investimentos agropecuários de minguada escala e raquítica taxa de retorno, esforça-se na primeira etapa de formação de um cafezal de 50 mil pés. Consegue

plantar 5.000. Apostava tudo no potencial do cerrado. Antes de Brasília e da interiorização do desenvolvimento, costumava chamá-lo de “maior deserto fértil do mundo”. Mas não verá a primeira safra de café, em 1977.

## De letra

Em 1964, no começo do exílio, alguns amigos íntimos se reuniram para examinar a situação de JK. Queriam identificar uma atividade profissional que lhe desse motivação, boa renda e condições de vida. Falaram em criação de empresa, escritório de representações comerciais e congêneres. Mas Adolpho Bloch, editor, discordou. Para ele, a melhor solução era que escrevesse suas memórias, fosse seu próprio biógrafo. O escritor Josué Montello apoiou e se dispôs a colaborar.

Desde então, Bloch passara a cobrar do amigo. Dizia que ele tinha um dever a cumprir com a história. Mas JK relutava. Temia que fossem vistas como ato narcisista. Mas acabou cedendo. Animou-se, arregaçou as mangas e iniciou o trabalho. Dele:

“Ao lhes dar começo, logo verifiquei que, no repassar de meu destino, subiam à tona de minha consciência as emoções de outrora, numa volta ao tempo perdido. E amigos, e companheiros, e seres queridos refluíam como poeira de ouro no raio de sol do fio das lembranças. Essa emoção do reencontro, só por si, valia o ato de recordar.”<sup>[165]</sup>

Montello e JK, em Paris, iniciam a redação dos primeiros textos. Trabalham duro, apoiados pela infatigável Maria Alice Gomes Berengas. No Rio, o jornalista Caio de Freitas, redator da revista *Manchete*, velho amigo de Juscelino, dedicará quase cinco anos ao levantamento das atividades públicas e da vida pessoal de JK, desde a infância. Com sua volta definitiva, em 9 de abril de 1967, o projeto ganha mais força. Adolpho Bloch prepara belo escritório para ele no Edifício *Manchete*, na Praia do Russel, no Rio de Janeiro. Põe à disposição do amigo todos os meios necessários à execução da pesquisa e do projeto. Bloch:

“E as páginas começaram a surgir às centenas. O presidente lia e relia os trechos. Quando recebia provas para a revisão, ficava feliz. Seu testemunho para a História estava certo, mas, à medida que revia os originais, ele se mostrava cada vez mais generoso

para com seus adversários. Muitas vezes me dizia: ‘Bloch, por que não perdoar essa gente?’”<sup>[166]</sup>

‘A edição final é de Carlos Heitor Cony, que esteve ao lado de JK durante sete anos, até a morte do ex-presidente. Ajudou a montar, editou o texto final.

Nasce *Meu caminho para Brasília*, em três volumes. Abrangem da infância de JK à passagem da Presidência da República a Jânio Quadros, em 31 de janeiro de 1961. Depois virá *Por que construí Brasília*, publicado em 1975. Todos pela Bloch Editores.

JK admirava Cony, confiava. Passou-lhe documentos, cartas, notas, apontamentos, depoimentos e observações. E conseguiu dele o compromisso de contar o período final de sua vida e obra, cumprido com a publicação do obrigatório *JK: memorial do exílio*, em 1982, igualmente pela Bloch Editores.

Nutria ambições literárias.

## Imortal em Minas

JK era leitor seletivo, apaixonado pelas letras. Tomara gosto ainda criança, influenciado pelo querido e sistemático avô materno, Augusto Elias Kubitschek.

Sempre cultivou o hábito de escrever. Gostava, era quase um vício. Parece que a escrita era sua trincheira e refúgio, espaço privativo de sua cabeça e seu coração. Talvez tenha sido um dos brasileiros que mais escreveu cartas. Do exílio, então, verdadeira avalanche epistolar. Não deixava ninguém sem resposta. Afável e generoso, expressava ternura e carinho. Queria que todos se sentissem especiais. E muitos eram mesmo. Da querida Naná, única irmã, até Tancredo Neves, amigo de todas as horas; do fiel motorista Geraldo Ribeiro ao antigo arquinimigo Carlos Lacerda; da bela Maria Lúcia Pedroso, grande amor final, a Dom Serafim Gomes Jardim, santo arcebispo de Diamantina. Centenas, talvez milhares de bilhetes e cartas pacientemente manuscritas. Vez ou outra, alguma datilografada. Impressiona o entusiasmo, a paixão e a dedicação de JK à pena.

Em fevereiro de 1974, candidata-se à cadeira nº 34 da Academia Mineira de Letras, que tem por patrono o inconfidente e poeta árcade Tomás Antonio Gonzaga. É a

sucessão do doce e boêmio Nilo Aparecida Pinto, bom poeta neossimbolista, amigo pessoal de JK. Entusiasmado, sem medo da ditadura, Vivaldi Moreira, presidente da instituição, abraça a candidatura. Resolve sondar pessoalmente os outros 38 acadêmicos. Só encontra resistência num famoso e aguerrido udenista histórico. Vivaldi:

- Você vai votar no Juscelino, não é? Ele tem todas as credenciais.

- Desculpe-me, Vivaldi, mas não voto em pessedista.

- Mas trata-se de eleição para a nossa academia, não de uma disputa política.

- Tem razão, conte comigo. Agora, se fosse cargo público, votava contra. Você não acha esse Juscelino um péssimo político?

- É... Menino descalço de Diamantina, órfão de pai aos três anos, criado por viúva pobre, e chegou a presidente da República...

Foi eleito, por unanimidade, em junho de 1974.

Anotação de JK no seu diário, em 3 de maio de 1975, dia de sua posse na AML, em Belo Horizonte: “Terei de falar na posse da academia, preciso manter um tom firme que impressione a assistência. Burilei o discurso quanto pude.

No bar, até 4h da manhã, comemorando a posse. Foi um cordão umbilical que estabeleci com a minha velha província.”

O cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta fez belo discurso de recepção. E JK também. Trecho:

“Este momento é dos mais altos em que já me vi alçado. Na viagem que inicio, não mais encontrarei a rasgarem a minha carne os espinhos que tanto me feriram só por ter porfiado em servir o Brasil e honrar a terra muito amada da minha Minas Gerais. A solenidade que ora vivemos tem para mim um toque mágico de reparação e de conforto”.

No meio de 1976, havia em nome de Juscelino na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, 22 títulos de obras impressas, totalizando 3.352 páginas. Desde discursos como prefeito de Belo Horizonte a recentes livros de memórias.<sup>[167]</sup>

Ficou mesmo muito feliz com o ingresso na Academia Mineira. É seu destaque no balanço de 1974, registrado no diário, em 31 de dezembro de 1974:

“Chegamos ao último dia. Se fizer um balanço, não houve acontecimentos dramáticos como nos anos

anteriores. O que não encontro dentro de mim é a chama de esperança que me aqueceu sempre em todos os tempos em minha vida. O fato mais importante deste ano foi a minha eleição para a Academia Mineira de Letras.”

## Danos e perdas

Junho de 1974 seria também o final da suspensão dos direitos políticos de Juscelino. A maldade fora formalizada em 8 de junho de 1964, no governo Castello Branco. JK, apesar de cansado de guerra e perseguições, alimentava, em alguns momentos, a esperança de retomada das atividades políticas. Era o início do governo Geisel, circulavam rumores de abertura política. Mas o que veio foi nova rasteira. A professora Maria Victoria de Mesquita Benevides conversou com ele nessa época, no Rio de Janeiro:

“Ele estava transtornado. Tinha acabado de saber que os militares haviam devolvido pela metade seus direitos políticos, cassados dez anos antes. Juscelino poderia votar, mas continuava inelegível. Foi um momento muito delicado, mas, como ele era um gentleman, me deu a maior atenção. Ficou fascinado

com o fato de que, pela primeira vez, alguém se preocupava em estudar seu governo. (...) Ele estava absolutamente convencido de que voltaria à política, que, afinal de contas, era o mais importante em sua vida. Juscelino era aquilo que Aristóteles chamava de um animal político, em um excelente sentido da expressão.”<sup>[168]</sup>

Dez anos de sofrimento e continuava excluído do exercício da política. Quase desesperador, sobretudo para ele, que desenvolvera uma tendência depressiva e acumulara assustador conjunto de perdas durante a ditadura: o mandato de senador por Goiás, os direitos políticos por dez anos, uma eleição presidencial quase certa em 3 de outubro de 1965, a liberdade de viver no Brasil, a única irmã e maior amiga, Naná; depois do AI-5, até mesmo a liberdade física; a adorada mãe, dona Júlia; o comando da Denasa, empresa que fundara e desenvolvera com os genros; grande parte do patrimônio e renda; a maioria dos que antes pareciam amigos; a harmonia conjugal; a vida sexual plena; a continência urinária; a saúde. E tudo isso, de perto ou de longe, vivendo e sofrendo intensamente a presença e as consequências da ditadura no Brasil.<sup>[169]</sup>

Em 1974, final gregoriano da suspensão dos direitos de JK, o clima político ainda era pesado feito chumbo. Imprensa censurada, Congresso fraco, eleições indiretas, o chicote do AI-5 ameaçando estalar a qualquer momento, o poder real em mãos militares. O ambiente exigia coragem, atenção e habilidade. Nada de bravatas ou provocações inconsequentes. Era preciso combater o autoritarismo com inteligência. Dentro e fora dele. Fazer política no Brasil era, de um lado, a adesão à ditadura ou então, de todos os outros lados, inclusive o de dentro, a arte de fazer tudo o que era possível pela democratização.

Anotação de JK no seu diário, em 8 de junho de 1974: “Cumpri os dez anos de miséria imposta a mim pela Revolução. Sou um ex-cassado. Fizemos uma sessão cívica, reli o discurso do dia da minha cassação. Bebemos uma garrafa de Presidente guardada há doze anos.”

Tempos realmente bicudos. No seu primeiro dia de ex-cassado, o hábil e espirituoso político mineiro José Aparecido de Oliveira – ligado ao udenista Magalhães Pinto e ao radicalmente janista Jânio Quadros, mas também amigo de JK – encontra-se, por acaso, com um jornalista amigo, em Copacabana:

- Como se sente com o fim da cassação, Aparecido?
- Dez anos mais velho.

## Única derrota eleitoral

Em outubro de 1975, estimulado por Josué Montello e outros admiradores, Juscelino se candidata à vaga deixada pelo amigo Ivan Lins na Academia Brasileira de Letras, cadeira nº 1. Cony:

“Bem verdade que não tinha obra literária que justificasse a pretensão, mas a academia, desde a sua fundação, em 1897, e seguindo o modelo da academia francesa, tinha abrigado pessoas ‘notáveis’ que se destacavam em outros setores que nada tinham a ver com a literatura, como o Barão do Rio Branco, Santos Dumont, Oswaldo Cruz e Getúlio Vargas - para citar os notáveis mais notáveis. Mas havia um clima favorável nos meios intelectuais, que reconheciam a necessidade de uma reparação ao ostracismo e às perseguições que JK vinha sofrendo. Contudo, logo se armou um esquema poderoso, que envolveria informalmente o próprio governo.”<sup>[170]</sup>

Nessa época, a ABL negociava o financiamento de uma instituição federal para a construção de prédio de 29 andares no terreno anexo ao de sua sede, doado pelo governo federal, na Avenida Presidente Wilson, no centro do Rio de Janeiro. Projeto importante: o edifício era essencial à independência financeira da academia. Conta Cony que a candidatura de JK, por ser ele político proscrito de projeção internacional, criou um problema: sua eleição poderia parecer um desafio ao governo militar. Assim, diversas correntes de dentro e de fora se uniram em torno da terceira tentativa do escritor goiano Bernardo Élis, de reconhecidos méritos literários.[171]

Mais de quatro meses envolvido na desgastante e constrangedora campanha. Frequentar a academia, visitar os 39 acadêmicos votantes, apresentar-se, expor-se, mostrar a obra. Tudo pela indispensável maioria absoluta. Faz parte do jogo, mas é embaraçoso. Verdade que JK teve a ajuda de vários acadêmicos, como Josué Montello e Jorge Amado. E também de amigos bem relacionados no meio. Um deles, Renato Archer, avisou que a maior dificuldade não seria o concorrente Élis, mas o governo militar. Se Juscelino vencesse, o financiamento para a construção do

prédio não se concretizaria. Duvidou: “Eles não vão me trocar por alguns blocos de concreto!”. E entrou fundo na guerra.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1975. Anotação-desabafo do acadêmico Josué Montello em seu diário:

“Manobra de Golbery, no Palácio do Planalto? Parece que sim. Golbery ainda não perdoou ao ex-presidente ter sido preterido por ele na carreira militar. E como ódio velho não cansa, parece que Golbery, além de não ter aplacado a sua desforra de bruxo astucioso, tem redobrado as conversas e iniciativas para não permitir, com os seus poderes de líder revolucionário, que Juscelino seja acadêmico. A águia estaria de olho no colibri. Vamos ver qual vai ser a reação da Academia.”

Montello, no mesmo dia, anotou a citação nominal de JK ao então ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República:

“De fato, é Golbery que está a se mexer contra mim. Mas estou sereno. Os votos que me foram prometidos me asseguram a vitória.”<sup>[172]</sup>

Frase famosa, atribuída a Golbery: “Fora do poder, não há salvação”.

Quando há disputa de verdade, a campanha eleitoral para a ABL é das mais difíceis e desgastantes. Ao final, empolgado, JK considerava a eleição resolvida. Tinha 21 votos apalavrados e mais dois praticamente garantidos, se houvesse mais de um escrutínio. As ilusões eleitorais são ainda maiores que as de amor. Trechos do seu diário:

*“6 de maio de 1975 - Parece-me que abri o caminho para a academia brasileira. Desejo sinceramente atingir esse último ponto na escalada. Preciso procurar o Austregésilo de Athayde.*

*21 de maio de 1975 - Fui à casa do Austregésilo de Athayde. Ele mostrou-se favorável à minha entrada para a academia, porém fulminou minha candidatura à próxima vaga. Alegou que já entraram três elementos que não pertencem ao literário.*

*10 de junho de 1975 - Jornal do Brasil agressivo. Por que quero entrar na academia? Porque fiz discursos. Mas os discursos foram escritos por Josué, Chico Barbosa, Álvaro, que já estão na academia. Nota grosseira, será coisa do Austregésilo?*

*16 de junho de 1975* – O Athayde alega que o governo emprestou 180 milhões à academia para a construção da sede e minha candidatura perturbará tudo. Sábado, disse quando me viu: ‘A sua experiência não lhe ensinou a respeitar as lideranças?’ A gente morre aprendendo, respondi.

*23 de junho de 1975* – Com o Plínio Salgado à casa do Reale e ele antecipou que votaria em mim. Caí para trás. Senti um relax delicioso. O voto do Reale completa os vinte de que preciso para ganhar por um voto. Deus e mamãe me ajudaram. Irei a Belo Horizonte rezar no seu túmulo. O cursilho valeu.

*26 de junho de 1975* – Deolindo me comunicou que votará em mim. A coluna JK se altera, 21x18.

*28 de julho de 1975* – Austregésilo diz agora: ‘A eleição de JK para a academia impedirá a presença do presidente da República em qualquer solenidade da instituição.’ Lá vai o discípulo de Assis Chateaubriand distribuindo peçonha contra mim.

*27 de agosto de 1975* – O Golbery advertiu o Adonias sobre a minha eleição, considerando-a nociva.

*2 de setembro de 1975* – Josué Montello contou que o Ney Braga telefonou-lhe de Brasília pedindo que se mantenha neutro no pleito da Academia. Quer dizer, o

governo esposa a candidatura de Bernardo, o comunista.”

Em 23 de outubro de 1975, na sede da ABL, a decisão. Primeiro escrutínio: empate de 19 a 19; segundo escrutínio: vitória de JK, mas faltou-lhe um voto para alcançar a maioria absoluta: 19 a 18; terceiro escrutínio: vitória de Bernardo Élis, por 20 a 18 votos, numa apuração que, conforme Cony, “foi suspeita de manipulação, com troca de cédulas no terceiro escrutínio”.

Explica: “Não houve acusação frontal de manipulação de envelopes, mas a suspeita de que, na pressa e na emoção do momento, o presidente Austregésilo de Athayde tivesse trocado as sobrecartas”.<sup>[173]</sup>

Em Minas, até hoje se discute se algum acadêmico mineiro ou pessedista traiu JK. Há três ou quatro nomes certos. Ou seja: não há certeza alguma.

Juscelino soube do resultado por telefonema de Josué Montello. Estava na casa da filha Maria Estela, cercado de amigos. Não passou recibo, não dramatizou. Disse apenas: “Perdi. Vamos virar essa página!”. Pediu música, convidou a filha para dançar.

Na verdade sentiu profundamente o golpe. Talvez nem tanto por ter sido a primeira derrota eleitoral de sua vida, mas pela perseguição do poder militar e, sobretudo, pela sucessão de perdas e sofrimentos sem fim que o mortificavam havia mais de uma década.

Dias depois aceitou o convite do presidente Austregésilo de Athayde para almoço num restaurante do centro do Rio. Mas evitou que a conversa abordasse a eleição. Na despedida, disse a Athayde: “Presidente, sou entendido em matéria de eleições. Quando se perde, não se deve perguntar por quê.” E foi embora.

Registrhou a deceção no seu diário, em 24 de outubro de 1975:

“Estou pulverizado por dentro. Pus muita fé na minha eleição. Desejava-a ardentemente, o prestígio que compensasse os imensos dissabores de 1964. Preciso levantar meu ânimo para não oferecer um espetáculo deprimente. Nunca imaginei que a derrota pudesse me ferir tanto.”

Elegante, cumprimentou Bernardo Élis pela vitória e compareceu à posse. Do acadêmico Evandro Lins e Silva:

“Foi um pleito renhido, e Bernardo proclamado vencedor. Só refiro esse episódio pela circunstância de Juscelino ter praticado gesto de fidalguia e delicadeza, que só enaltece a sua figura de homem civilizado, superior, sem ressentimento: compareceu à posse do antagonista, cumprimentou-o e foi ruidosamente aplaudido de pé.”<sup>[174]</sup>

Planejava candidatar-se novamente.

## CAPÍTULO 19

# A morte no asfalto

Luziânia, Fazendinha JK, início da noite de 7 de agosto de 1976, um sábado. O sossego é quebrado por surpreendente e ruidosa chegada de amigos e familiares. Ninguém era esperado. Logo após, é a vez de bando de jornalistas de televisão, rádio e jornal. O primo, amigo e confidente Carlos Murilo Felício dos Santos é o primeiro a abraçar JK. Um abraço diferente, de alívio e de alegria. Ele conta que rádios noticiam a morte do presidente, em desastre de automóvel, numa estrada de terra ali perto. JK reage com sonora gargalhada. Depois, como se quisesse esconjurar a própria morte desabafa:

- Eles estão querendo me matar. Sei que tem muita gente desejando isso. Mas não vai ser dessa vez que eles vão conseguir. Ainda vão ter de esperar mais algum tempo.

[175]

A casa enche. Muito movimento, barulho, animação. Parece festa. Gentil, bem-humorado, JK manda servir uísque e faz belo brinde à vida, emocionando todos. “A ocasião merece, não é? Afinal, eu acabei de ressuscitar!”.

Viveria mais quinze dias.

O mais jovial e feliz presidente do Brasil agora trazia a morte na cabeça. Aos 73 anos, quase 74, deprimia-se com frequência. Lutava com doenças graves, problemas conjugais, problemas financeiros, patrulhamento e perseguição política, sentimento de injustiça, às vezes solidão. Na virada para 1976 anotou no diário:

“Vimos nascer 1976. Sentia-me bem. Uma sensação de inutilização e de abandono dominava-me no instante supremo da mudança. O céu carregado de estrelas atraiu os meus olhos. O que procurava eu nos mundos infinitos que piscavam para mim? O que trará 76? Até a morte pode trazer.”

Comove o seu sentimento de inutilidade e de abandono, o pensamento perdido nas estrelas, o fatalismo que nelas vê escrito, a hipótese da própria morte no ano que chegava.

Seus meses de 1976 são dedicados sobretudo à fazendinha. Mas não mais por entusiasmo. Está cansado. Quer distância de problemas e do contencioso doméstico. Fragmento de texto do diário, em 8 de maio de 1976: “A atmosfera deixa-me deprimido, infeliz, com vontade de morrer”.

Em 18 de junho, rara alegria: recebe das mãos do presidente da União Brasileira de Escritores, Raimundo de Menezes, o consagrador troféu Juca Pato de intelectual do ano. Além de reconhecimento, talvez gentil tentativa de compensação pela inesperada derrota na ABL. Saudado pelo próprio Menezes, Menotti del Picchia, Hernâni Donato e Octavio Frias de Oliveira, emocionou-se quase às lágrimas:

“Vejo agora que, a despeito das dificuldades por que passamos, há sempre uma luz nova e de intenso brilho clareando os nossos horizontes. Não dei lições de otimismo à nossa pátria. Minha tarefa foi mais simples: fiz que o Brasil acreditasse em si mesmo.”

De novo as preocupações, contrariedades e solidão. A fazenda é antes fuga. Suga seus recursos, mata ilusões. Faltam-lhe raízes, costume, envolvimento, conhecimento, paixão estável pela roça, paciência. Ela não é desafio à altura da grandeza e dos sonhos dele. Há um rio de aborrecimentos. Desde pequenos furtos e pequenos fracassos até a negligência e o despreparo da mão de obra e o custo abusivo de tudo, quando é para ele. Talvez pensem que, além de fazendeiro inexperiente, é também um magnata. Um homem “podre de rico”, como se diz ali.

A casa moderna, projeto de Niemeyer, o laguinho artificial, a capela no alto do morro, a maneira refinada e urbana de falar, de comer, de se vestir. O modo esquisito de montar e andar a cavalo, tudo, mas tudo mesmo, denunciava seu arrivismo rural. E haja paciência, coitado! Alegria, mesmo, só quando a casa enchia de amigos.

Está fora de seu mundo. Sofre com o tédio, o isolamento intelectual e político, a distância do poder. Sente falta da convivência diária com os velhos amigos, da vida social intensa, das atividades culturais, da agitação da cidade grande. Tenta, mas não consegue empolgar-se com a vida rural. Não tem nem mesmo cacoete de fazendeiro. No

fundo, acha aquilo primitivo, triste, parado, sem graça. O violonista e cantor César Prates, seresteiro famoso, amigo íntimo, companheiro leal de sonhos, andanças e aventuras, presença frequente na fazendinha, explica:

“O Juscelino não era fazendeiro. Era dono de fazenda. Comprou pra poder vir a Brasília. Comprou barato. Não chega a 300 mil reais de hoje. Teve muita amolação, inclusive com um caseiro que roubava. Aquilo só deu aborrecimento. Chegava lá pensando em produzir e se distrair, mas só tinha aborrecimento. ‘Falta isso, falta aquilo, falta aquelloutro. Precisa disso, precisa daquilo’. Sumiam coisas.”<sup>[176]</sup>

Não combina mesmo com a roça. Aprecia sinceramente a natureza, mas pertence ao mundo urbano. Sua alma, suas motivações profundas e alegrias não são dali. Nunca foram. O local é escudo de privacidade, quase um esconderijo, proteção contra convivências desagradáveis, instrumento de liberdade de movimentos e antídoto de ócio profissional.

Só mesmo outro homem urbano que também experimentou anacronicamente a opção pela roça sabe como vivê-la sozinho pode doer na alma e no bolso. Suas fotografias montado a cavalo, apesar da ternura que

despertam, são estranhas, quase caricaturais. Coisa de estranho no ninho. Ele contou como era seu dia a dia na fazenda:

“Costumo passar o fim de semana numa fazendinha que tenho lá em Goiás, um lugar muito agradável, um sossego, céu muito estrelado, e eu fico lá à vontade, lendo muito. A minha vida é isso. Já não viajo muito, porque o que há de interessante no mundo eu já vi. Eu fiquei três anos e Livros e senti tanta saudade do Brasil que hoje, quando fico fora uma semana, sinto que estou perdendo tempo.”<sup>[177]</sup>

Luziânia, Goiás, final da tarde de 19 de agosto de 1976, quinta-feira. JK segue para Brasília. Hospeda-se com o primo Carlos Murilo Felício dos Santos, no Lago Sul. Ali tem roupas sempre bem cuidadas, guardadas num armário. Ternos, gravatas, camisas sociais, sapatos, tudo. Está desanimado e pensativo. A sensível Dea, mulher de Carlos Murilo, sobrinha de Israel Pinheiro, se assusta com a tristeza e as palavras do velho amigo:

“Já fiz tudo o que tinha a fazer. Sou um homem realizado. Brasília aí está. É uma obra que ficará para sempre. O povo me trata com carinho. Mas sou

realista. Meu tempo aqui na terra está acabando. Tenho o que de vida? Dois, três, cinco anos? Não gosto disso. A única coisa que eu queria agora era morrer. Não tenho temperamento para esperar as coisas. Meu último desejo, realmente, seria ver o Brasil retornar à normalidade democrática. Mas isso vai demorar muito e eu quero ir embora.”<sup>[178]</sup>

Acrescenta: “Democracia, neste país, só depois de minha morte”.<sup>[179]</sup>

A solidão de Juscelino impressiona mais ainda nessa viagem. O que muitos consideram o melhor presidente brasileiro está ali sozinho, carregando mala e dores. Desde a brutal cassação de 8 de junho de 1964 sua vida era uma provação constante do corpo e da alma.

Sonha com sossego, mas não sabe ficar sozinho. E todos os dias, ao acordar, é o cidadão Juscelino Kubitschek de Oliveira quem está só diante do fardo doido e doído do passado e do peso descomunal do futuro sem esperança, sem projeto político, sem as principais alegrias da vida. Sem graça. Nos últimos dias, nova preocupação. Sarah estava decidida a se desquitar. Comunicara essa disposição durante um jantar oferecido em seu apartamento, no Rio, a velhos amigos do casal, como Oswaldo Maia Penido, Aloysio

Salles, Affonso Heliodoro. Motivo: o relacionamento de Juscelino e Maria Lúcia Pedroso.

E agora? Sabe que, enquanto perdurar o atual estado de espírito, Sarah não vai ceder. Tem temperamento forte. É a natureza dela. Dizia-se casado com um tigre. Mas, nessa altura da vida, quase aos 74 anos, saúde fragilizada, ele considera a implosão formal do casamento um desastre desnecessário. Abre-se com Carlos Murilo. Acha péssimo para todos, inclusive para as filhas e respectivas famílias. Abalara-se com a separação de Márcia e Barbará um ano antes. Não quer incorporar a condição de desquitado à biografia de presidente da República, católico, antigo seminarista, filho da mestra Júlia. Era um valor muito forte na geração. No final de julho de 1976, na fazendinha, JK diz ao primo e amigo Ildeu de Oliveira que não vai mais voltar ao Rio de Janeiro. Assim: “Não passo mais do paralelo 20!”.  
[180]

O paralelo 20 é pouco depois de Belo Horizonte; Rio: 22°54'10".

Anotação enigmática no diário, em 14 de julho de 1976: “Sarah não queria que eu fosse ao Rio. Alega que uma criatura de Jacarepaguá não quer que eu vá ao Rio, um

compromisso de três meses para o lançamento do livro *O governo JK*. (...) Estou na Fazenda JK. Se puder, ficarei aqui até a morte."

Vida que vai. Problemas conjugais, pressão crescente, o tempo cada vez mais curto, um turbilhão emocional. Mesmo deprimido, sabe que tem de tomar uma atitude firme, agir. O casamento está em xeque. Médico, conhece a evolução das doenças. Atribui-se curto horizonte de vida. Apesar de ainda ter bastante energia, já perdeu quase tudo que ama fazer. No plano político, sabe que a democratização ainda demora. Que dificilmente sua saúde vai permitir que sobreviva à ditadura. Considera tímido e vagaroso o processo de liberalização desencadeado pelo governo Geisel. Percebe que o presidente não admite correr risco algum. E nada garante que a chamada "abertura lenta, gradual e segura" vá evoluir para a democracia.

E a questão conjugal? Está decidido. Vai tentar preservar formalmente intacto o coração do núcleo familiar. Por formação, religião, tradição, aparências, imagem, repercussões. E também, claro, por seu estado de saúde. Sente-se muito só. Recebe atenções, solidariedade, visitas.

Mas todos os amigos têm seus compromissos, afazeres, problemas. Detesta preocupá-los, incomodá-los.

O passo seguinte exigirá que ultrapasse discretamente o paralelo 20. Precisa ir ao Rio de Janeiro. Questões profissionais, e também uma conversa com Maria Lúcia Pedroso. Rompimento? Dificilmente. As raízes e os sentimentos são muito profundos. Conversar o quê, então? Talvez tudo. Trocar ideias, confidências, planos. Tentar encontrar uma saída. Quem sabe seria melhor aguardar o fim da tempestade? Tem certeza de que Sarah, no fundo da alma, até pela intensa religiosidade, também prefere preservar o casamento.

Novamente Brasília, noite de 19 de agosto de 1976. JK confia a Carlos Murilo que vai ao Rio encontrar-se com Maria Lúcia. Pretende fazê-lo logo depois de visitar São Paulo, onde vai proferir palestra no dia seguinte, sábado, no Clube Nacional. Convite de antigos conselheiros da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), que completa 25 anos. Haverá jantar para cinquenta pessoas, inclusive ex-governadores, como Carvalho Pinto, Laudo Natel e Lucas Nogueira Garcez, de São Paulo.

Mete as passagens aéreas Brasília-São Paulo-Brasília no bolso do paletó e termina de fazer a mala. Põe muita roupa, inclusive ternos. Depois conversa com Carlos Murilo até 2 da madrugada. Abre a alma. Diz que vai se fixar de vez na fazenda. Concentrar-se nela e num escritório em Brasília, no Edifício Oscar Niemeyer. Pretende ler bastante, ver bons filmes, novelas de televisão, viver o melhor possível, dentro de suas limitações. Segundo Carlos Murilo, contou também que aproveitaria a viagem para visitar a fazenda do amigo Renato Costa Lima, presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC) durante seu governo. É na região de Resende, estado do Rio de Janeiro. Quer conhecer sua criação de gado pardo-suíço. Planeja investir em pecuária leiteira.

Brasília, manhã de sexta-feira, 20 de agosto de 1976. JK segue para o aeroporto. O primo Ildeu de Oliveira, bom amigo, lhe dá assistência. No saguão, reúne-se ao senador André Franco Montoro e ao deputado federal Ulysses Guimarães, do MDB paulista, velho amigo. Cumprimenta também o senador José Sarney e Marly, sua mulher. Estão todos no mesmo voo, da Vasp. O mau tempo obriga o avião a pousar em Viracopos, em Campinas, atrasando em duas horas a chegada a São Paulo.

JK se hospeda na Casa da Manchete, no Jardim América, com o amigo Adolpho Bloch. Também presente outro amigo, o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony. Aí passa suas duas últimas noites. Em certos momentos, parece ansioso, estranho. Não é para menos. Muita pressa, muita pressão.

São Paulo, manhã de sábado, 21 de agosto de 1976. Por volta das 10 horas, o presidente liga para o motorista Geraldo Ribeiro, no Rio. Pede que venha buscá-lo em São Paulo no dia seguinte. Conforme a filha de Geraldo - a advogada Maria de Lourdes Ribeiro -, Juscelino explicou que precisava chegar incógnito ao Rio e que não iria demorar. Queria discrição, ninguém devia saber. Combinaram encontrar-se às 2 da tarde no quilômetro 2 da Via Dutra, num posto de gasolina. Nesse telefonema, sempre segundo Maria de Lourdes, Juscelino disse ao amigo que queria levá-lo para morar em Goiás. Rindo, Geraldo respondeu que preferia Belo Horizonte, quase a meio caminho entre o Rio e Brasília. Riram, divertiram-se. Coisa de velhos companheiros.

O presidente sai com Olavo Drummond, amigo pessoal, mineiro de Araxá, advogado, jornalista, homem público, procurador da República, poeta. Zanzam por São Paulo,

visitam livrarias. Almoça com Adolpho Bloch. Despedem-se, Adolpho viaja para o Rio.

À noite, faz a palestra no Clube Nacional, focada em desenvolvimento e democracia. É aplaudido, tratado com carinho e admiração. Foram bons momentos.

Domingo, 22 de agosto de 1976. JK toma o café da manhã na Manchete. Depois, mais andanças com Olavo Drummond. Vão à casa de Fábio Andrada, filho do presidente Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Não estava. Seguem então para a casa de Sebastião de Almeida Ribeiro. Conversa sobre projeto de plantação de flores na fazenda de Luziânia. Em seguida, à residência de Ademar de Barros Filho. JK quer visitar seu afilhado de batismo, de 14 anos. Ao sair, percebe fascinante cheiro de macarronada, velha paixão. Não resiste. Juntamente com Olavo, almoça com grande apetite e felicidade. Agradecem e saem.

Juscelino diz a Olavo: “Telefone do Rio assim que chegar. Se alguém ligar perguntando por mim, informe que voltei para Brasília.”[181]

Preocupação com Sarah? Detalhe: a fazendinha de Luziânia não tinha telefone. Despedem-se com um abraço.

JK entra no Alfa Romeo da Editora Bloch e segue para o quilômetro 2 da Via Dutra.

Cerca de quatro horas depois, Resende-RJ, quilômetro 165 da Via Dutra, sentido São Paulo-Rio. Desgovernado, o Chevrolet Opala 1970 cinza-metálico de Geraldo Ribeiro invade a pista contrária e é colhido pela carreta Scania-Vabis da cidade de Orleans, Santa Catarina, placa ZR 0938, conduzida por Ladislau Borges, de 47 anos, que vinha do Ceará com 30 toneladas de gesso. No reflexo, Ladislau golpeia o volante para a direita. Por uma fração de segundo não evita o choque. Quase esmagado, arrastado para fora da estrada, o carro vira um amontoado de ferros retorcidos, vidros espatifados, assentos destruídos e ensanguentados. JK e Geraldo morrem instantaneamente. A tragédia abala e comove o país.

O corpo de JK é autopsiado no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro na madrugada do dia seguinte, segunda-feira, 23 de agosto de 1976. Depois segue para a sede da Editora Bloch, na Praia do Russel, no Glória, onde é inicialmente velado. De manhã, mais de 3.000 pessoas, a pé, a família de JK de mãos dadas, à frente, acompanham o transporte do

caixão até o Aeroporto Santos Dumont. Daí seguirá para Brasília. Geraldo Ribeiro será enterrado em Belo Horizonte.

Ainda a manhã de 23 de agosto de 1976. O povo e os sinos de Diamantina choram o filho ilustre. Em Belo Horizonte, o governador Aureliano Chaves decreta luto de três dias. Em Brasília, o comércio fecha as portas. O Supremo Tribunal Federal hasteia a bandeira a meio pau. Também o Senado, por ordem de seu presidente, José de Magalhães Pinto, adversário político de Kubitschek. E embaixadas, algumas escolas, universidade, empresas.

No Palácio do Planalto, pouco depois de 9 horas, o presidente Ernesto Geisel recebe os ministros da Justiça, Armando Falcão, e do Exército, Sylvio Frota. Também presentes os ministros da Casa: Golbery do Couto e Silva, do Gabinete Civil; Hugo de Abreu, do Gabinete Militar; e João Baptista de Oliveira Figueiredo, do SNI. Que tratamento o governo deve dar a JK? Sugere luto oficial de três dias. Frota, linha-dura, discorda: “Sou contra qualquer homenagem do governo a esse homem. Era um contrarrevolucionário que foi cassado, punido pela Revolução. Posso informar a V. Exa. que a repercussão no Exército será negativa”. Via JK como inimigo, e não como

adversário. Geisel: “Eu sei, Frota, mas compreenda a posição do governo, que tem de ver o quadro geral. Honras militares, de modo algum. Também ponto facultativo, não. Mas luto oficial, devemos conceder.” Frota: “Presidente, não discuto suas ordens. Cumpro-as. Só quis dar-lhe uma opinião. Meu voto - repito - é contrário.” Poucos minutos depois de 1 da tarde a bandeira baixou a meio mastro.<sup>[182]</sup>

No dia seguinte, o *Diário Oficial da União* publicou o decreto de luto oficial. Quem mandava no governo Geisel era Ernesto Geisel.

A capital para pela segunda vez. A primeira tinha sido em 17 de janeiro de 1959, Juscelino à frente, para se despedir do herói Bernardo Sayão, morto em ação nas entradas da selva amazônica. Agora é o adeus ao próprio fundador.

É velado na catedral. O povo toma conta, vigia tudo. Há missa de corpo presente, seguida de colossal procissão. Cenas de arrepiar. No final da noite, mais de 100 mil pessoas, em silêncio tumular - às vezes quebrado por coral de milhares de vozes a entoar a canção *Peixe vivo*, o *Hino da Independência* e o *Hino Nacional* -, percorrem a pé o

longo percurso até o Campo da Esperança. O caixão segue à frente, sobre o caminhão do corpo de bombeiros.

Perto do cemitério, o povo pega o caixão e o leva, enquanto canta e chora. JK é sepultado às 23h40 de 23 de agosto de 1976 na Área Especial nº 1, Praça dos Pioneiros, ao lado do amigo Bernardo Sayão, parceiro de sonhos. Cinco anos depois, seus restos mortais serão transferidos para o Memorial JK, construído na parte mais alta do Eixo Monumental.

As comendas cassadas pela ditadura são devolvidas à família. Em 1980, o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo baixa decreto que revoga todas as punições impostas em governos anteriores. Completa-se a absolvição formal de JK por crimes não cometidos. A reabilitação moral e política oficial, ainda que tardia.

Em 1981, a 12 de setembro, dia do aniversário de Juscelino, com Sarah Kubitschek e família, o presidente Figueiredo e o governador do Distrito Federal, Aimé Alcebíades Lamaison, inauguram o Memorial JK, projetado por Oscar Niemeyer. Construído em dezessete meses, comprehende monumento, sala de pesquisa, museu,

biblioteca e mausoléu, para onde foram transladados os restos mortais do presidente.

Deve-se esse monumento e centro de cultura principalmente ao trabalho e perseverança de Sarah. Ela obteve o apoio do presidente Figueiredo e do governador Lamaison. Além de toda a família, mobilizou amigos e admiradores do marido. Como Adolpho Bloch, Oscar Niemeyer, Honório Peçanha, Olavo Drummond, Affonso Heliodoro, Victor Nunes Leal, Sérgio Gomes de Vasconcelos, Francisco Carneiro, Dario de Souza Clementino, Almir Francisco Gomes, Lindberg Aziz Cury, Newton Egydio Rossi, Roberto Wagner Monteiro e muitos outros.

A família vende a Fazendinha JK no início dos anos 1980, depois de muitos problemas, gastos e frustrante tentativa de preservá-la, mediante cultivo de hortigranjeiros, arroz e milho.

## CAPÍTULO 20

# Sombras e suspeitas

Conforme a perícia técnica oficial, o carro se desgovernou ao ser tocado na traseira esquerda pelo ônibus de passageiros de prefixo 3148 da Viação Cometa, de São Paulo, placa HX 2630, dirigido por Josias Nunes de Oliveira, 33 anos, paulista de Rancharia. Nasce o enigma da morte de Kubitschek. Acidente de estrada? Falha humana ou mecânica? Houve ou não o toque do ônibus? Crime político? Era o tempo da sinistra Operação Condor, organização secreta criada em 1974 por ditaduras dos países do Cone Sul para afastar lideranças políticas adversárias. E ainda havia radicais atuando nas chamadas forças de segurança do regime militar.

Josias conta que, no dia do acidente, fazia o trecho Rio-São Paulo com 33 passageiros. E que um Opala com capota de vime, que seguia cerca de 30 a 40 metros à frente, perdeu o controle na curva, atravessou a pista e foi atingido em cheio por uma carreta. Afirma:

“Não teve nenhuma explosão antes. Também, se alguém atirou no motorista, eu não vi, mas acredito que é muito difícil. Foi acidente mesmo. O duro que ele [JK] estava com a passagem de avião no bolso.”<sup>[183]</sup>

Diz que “a ficha caiu” quando percebeu quem estava no Opala. Foi ao abrir uma pasta estilo 007, com diversos documentos. Havia também três livros, um com dedicatória para Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ainda ele:

“Eu já tinha visto muito acidente, cheguei a ver desastre na Rio-Bahia com mais de vinte pessoas mortas. À época, não tinha essa coisa de Samu, resgate, ambulância. O pessoal pegava um pedaço do corpo e colocava no acostamento para os carros poderem passar.”<sup>[184]</sup>

A perícia responsabilizou Josias. Ele negou. Foi duas vezes julgado e absolvido. Principal testemunha, considerava-se vítima do episódio e do noticiário da época:

“Se eu fosse fraco, teria feito bobagem. É duro pagar sem dever.”<sup>[185]</sup>

Trecho da sentença do juiz Gilson Vitral Vitorino, de Resende-RJ, em 18 de agosto de 1977:

“A verdade é uma só: ninguém teve conhecimento do abalroamento do Opala pelo ônibus, nem mesmo o guarda rodoviário que compareceu ao local e que foi notificado da ocorrência pelo motorista do coletivo. Ninguém percebeu a ocorrência do fato questionado. Ninguém o comentou. E tal coisa seria impossível se tivesse ocorrido aquele choque.”<sup>[186]</sup>

A sentença destaca também que não houve preservação do local, que a pista não foi interditada, e que os peritos só chegaram horas depois. E ainda que, “por ordens superiores”, não foram anexadas ao laudo fotografias com o posicionamento dos corpos de Juscelino e Geraldo.<sup>[iv]</sup>

Josias permaneceu mais cinco anos na Cometa. Depois virou motorista de caminhão. Aposentou-se em 1996, aos 53 anos.

Para muitos, JK foi morto. Crime doloso. Tiro na cabeça do motorista Geraldo Ribeiro ou explosão de bomba no interior do carro ou sabotagem durante possível parada em hotel próximo. Sarah (1909-1996) e a filha Márcia (1943-2000) morreram acreditando em homicídio doloso. Em 1996, Serafim Melo Jardim, amigo e secretário particular de JK, com a colaboração do advogado Paulo Castelo Branco, de Brasília, tentou reacender a questão. Foram ao local, fizeram dezenas de contatos, reviraram os autos, formalizaram um pedido de reabertura. Conseguiram até a exumação do corpo do motorista Geraldo, em Belo Horizonte. O exame técnico não confirmou bala na cabeça. As investigações cessaram em 22 de agosto de 1996, data da prescrição.

Processo arquivado, mas não as dúvidas.

Do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, depois de apurar, discutir e muito refletir sobre o acidente:

“Eu entrevistei as pessoas que fizeram o levantamento da delegacia de Resende. E um dos técnicos me disse o seguinte: precisaria haver vinte computadores de última geração para programar um acidente daquele tipo. De maneira que é mesmo inofismável que houve o acidente. Mas aí há um paradoxo: os indícios de que houve um crime são maiores que as provas. Agora, um acidente em si não se justificaria, porque o que matou o Juscelino, na realidade, foi a carreta que vinha na outra pista.”<sup>[187]</sup>

Também dele, em abril de 2012:

“No depoimento prestado na Comissão Externa da Câmara dos Deputados, o ex-governador Miguel Arraes, que na ocasião do desastre estava na Argélia, bem informado dos movimentos políticos e militares nos países do Terceiro Mundo, declarou com indignação: ‘Não foram acidentes, mas atentados’.”<sup>[188]</sup>

Qual é a conclusão final de Cony? Trecho de entrevista concedida em setembro de 2012:

“– Tese de assassinato de Juscelino: você realmente acredita nisso?

– Os indícios são todos nesse sentido. Guilherme Romano, braço direito de Golbery [do Couto e Silva],

foi o primeiro a aparecer no local. O pouso onde ele parou pertencia a militares e JK vivia sendo seguido. A notícia da morte por acidente correu dias antes. E, em telegrama ao general [João Baptista] Figueiredo, o chefe da Dina, o SNI chileno, equipara Letelier, assassinado pela CIA, a JK, como ‘um problema para o Brasil’, num tempo em que o presidente Jimmy Carter ouviu de [Ernesto] Geisel que, antes da redemocratização, ainda estava em vias uma ‘limpeza de terreno’.”

O chefe da Dina (Dirección de Inteligencia Nacional) era o coronel Manuel Contreras Sepúlveda. É dele sugestiva carta-resposta ao ministro-chefe do SNI do governo Geisel, general João Baptista de Oliveira Figueiredo (presidente da República em 1979-85), em papel timbrado da Presidência da República do Chile (governo ditatorial de Augusto Pinochet), datada de 28 de agosto de 1975. Trechos:

“Compartilho sua preocupação com o possível triunfo do Partido Democrata americano nas próximas eleições presidenciais. Também temos conhecimento do reiterado apoio dos democratas a Kubitschek e Letelier que no futuro poderia influenciar seriamente a estabilidade do Cone Sul do nosso hemisfério. (...) O plano proposto pelo senhor para coordenar nossa ação contra certas autoridades eclesiásticas e

conhecidos políticos social-democratas e democrata-cristãos da América Latina e da Europa conta com o nosso decidido apoio.”

Essa carta foi divulgada em 1978 pelo jornalista norte-americano Jack Anderson, do *Washington Post*. O coronel Contreras cumpriu pena pelo envolvimento no assassinato do eLivros Orlando Letelier del Solar, ex-ministro das Relações Exteriores do governo Salvador Allende, acontecido numa rua de Washington em 21 de setembro de 1975. Um mês após a morte de JK. Letelier, de 44 anos, e sua assistente Ronni Moffitt morreram devido à explosão de bomba colocada sob o carro que ele dirigia.

De novo a entrevista de Cony:

– Sei que indícios não são provas, embora tenha ouvido o [ex-ministro do STF Cezar] Peluso dizer que existe a ‘prova indicial’. Miro Teixeira chegou a criar uma comissão para apurar as circunstâncias. Todos os depoentes afirmaram isso. O último foi Miguel Arraes, grande articulador da resistência à Operação Condor, que assim se pronunciou: ‘JK foi assassinado’.”<sup>[v]</sup>

Levando em conta os acontecimentos anteriores, as circunstâncias e a ambiência política, a conclusão de Cony é

que o conjunto de indícios que apontam para crime doloso é muito superior ao que sugere desastre comum de estrada. Para ele, a complexidade da mecânica e a dinâmica do acidente são extraordinárias. E são mesmo. Por melhor que fosse a programação, seria quase impossível executá-lo com perfeição. Basta lembrar que o Opala invadiu a pista oposta e foi colhido pela imprevista carreta no exato segundo fatal. Noutro, ela e carro teriam passado. O autoritarismo e a falta de transparência do tempo da ditadura contribuíram para robustecer dúvidas e suspeitas. Talvez para sempre. Fragmentos de entrevista de Carlos Heitor Cony, agora em 24 de agosto de 2012:

“- O senhor está convencido de que Juscelino Kubitschek morreu em um atentado?

- Às vezes, os indícios são maiores do que as provas. Num intervalo de sete ou oito meses morreram Jango [ex-presidente João Goulart], Carlos Lacerda e Juscelino. O próprio ex-presidente Ernesto Geisel mencionou ao colega Jimmy Carter [presidente dos Estados Unidos] que ia fazer ‘uma limpeza de terreno’ antes da abertura. Eles eram os principais líderes da oposição ao regime e tinham liderado a Frente Ampla.”<sup>[189]</sup>

Síntese das conclusões unanimemente aprovadas pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados de 2000-2001, composta por 22 parlamentares, de todos os partidos, destinada a esclarecer as circunstâncias da morte do presidente Juscelino Kubitschek:

“Não restam mais dúvidas de que a morte de Juscelino Kubitschek foi causada por um acidente automobilístico, sem qualquer resquício da consumação de um assassinato encomendado. (...) O ex-presidente Kubitschek era uma das vítimas potenciais da Operação Condor. (...) A Operação Condor constituiu uma aliança secreta entre os serviços de inteligência do Cone Sul, junto com a Central Intelligence Agency, norte-americana, com o objetivo de assassinar líderes políticos contrários aos regimes militares que existiam no Continente. (...) É verdade, sim, que Juscelino incomodava e ameaçava o poder dos ditadores. É verdade, sim, que o povo ansiava pela volta de Juscelino ao cenário político. Do mesmo modo, os fatos indicam que havia um complô para impedir que Juscelino retornasse ao poder. Aquele acidente antecipou o desejo de muitos. Entretanto, não há qualquer indício ou evidência, por menor que seja, que justifique a tese de assassinato.”

E mais:

“Ouvidas e analisadas as diversas correntes sobre o acidente que vitimou o ex-presidente Juscelino Kubitschek, esta Comissão pode, finalmente, emitir seu parecer conclusivo sobre o assunto, encerrando essa polêmica que, por muito tempo, pairou sobre a Nação. Os argumentos trazidos no sentido de que o acidente teria sido planejado por parte daqueles que intentavam eliminar JK padecem de fundamentos científicos. (...) Não há qualquer laudo, qualquer estudo técnico que possa comprovar a tese de assassinato. O argumento é, na verdade, emocional.”

Na essência, a Comissão ratificou as conclusões oficiais da época da ditadura: acidente comum, uma fatalidade. Descartou as opiniões e conclusões opostas de vários testemunhos que ouviu e debateu. Mas apresentou conclusões instigantes quanto aos temidos órgãos repressivos internos e à Operação Condor:

“Destarte, embasados na documentação obtida e nos depoimentos colhidos, fica patente a existência de uma conspiração, organizada pelos órgãos repressivos dos regimes militares da época, para eliminar fisicamente todo opositor potencial. Máxime aqueles com possibilidades, mesmo que longínquas, de retornar ao poder. Mais ainda, pode-se até afirmar que todo político com simpatia popular era visto como

uma ameaça e, portanto, passível de ser eliminado, pouco importando sua posição no espectro político. Ou seja, pode-se concluir que, do ponto de vista político, estava em andamento uma verdadeira guerra suja contra a democracia.”<sup>[190]</sup>

Iniciadas em julho de 2000, as investigações tomaram dez meses. Novas perícias, discussões prolongadas, simulação da viagem e do acidente. Mais de quarenta depoimentos colhidos, viagens a Washington, Santiago do Chile e Assunção, Paraguai. “Tivemos acesso a arquivos do terror naqueles países e obtivemos relatórios confidenciais do Departamento de Defesa dos Estados Unidos”, informa o presidente da Comissão, o então deputado federal Paulo Octávio Alves Pereira, casado com Anna Christina Kubitschek, neta de JK. (...) “O povo brasileiro dispõe de um documento impressionantemente farto em detalhes para fundamentar a certeza da fatalidade do acidente”, afirma.  
[191]

Contribuição relevante, mas insuficiente para afastar as velhas suspeitas e desconfianças. O problema vai além de incertezas e insuficiências técnicas. Talvez não haja base suficiente para certeza alguma. Há informações e testemunhos contraditórios. Há lacunas no velho processo.

Há indícios significativos de atentado. Mas não mais que indícios, até agora. Há juízos de valor, imaginação, certezas duvidosas. Questão complicada. Talvez pela grandeza do vulto envolvido, o mito nacional JK. Perícia questionável, questionada. Talvez pela opacidade dos procedimentos legais e técnicos do tempo da ditadura. Quem sabe, até por outras razões? O médico Guilherme Romano, morto em 22 de setembro de 1995, ligado a JK e, talvez mais ainda, ao general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República em 1976 (governo Geisel), era peremptório ao culpar o próprio JK:

“Não tenho dúvida. Posso até dizer a você: Juscelino precisava vir para um determinado encontro. Não quis aceitar condução de ninguém. Porque havia quem oferecesse condução a ele. Em quem é que ele tinha confiança? Em Geraldo, o seu motorista. Então, ligou para Geraldo: ‘Venha me buscar de qualquer maneira!’ E Geraldo – de chinelos, num carro velho que Juscelino tinha dado a ele – saiu do Rio para buscá-lo em São Paulo. Veio com pneus carecas, o carro arrebentado. Juscelino veio sentado, fazendo os seus diários. Era um pouco irresponsável, neste particular. Recebera um telefonema do amor. Veio para o Rio da maneira mais irregular possível: com

Geraldo, num carro velho, os pneus carecas, em alta velocidade. Tinha de morrer. Não havia jeito. Juscelino propiciou o desastre - esta é que é a verdade. Amava essa mulher, com quem pretendia ter um encontro. Infelizmente não teve. Vinha para o Rio quando houve o acidente. Acompanhei a perícia e a autópsia. Fui o único indivíduo que assistiu à autópsia de Juscelino no Instituto Médico Legal.”<sup>[192]</sup>

Carlos Murilo Felício dos Santos, primo, parceiro político e amigo íntimo do presidente Kubitschek descarta a hipótese de mero acidente de estrada. Um dos primeiros a saber da tragédia, acompanhou toda a evolução e desdobramentos. Ainda acompanha. Os contatos e informações eram muito difíceis no tempo da ditadura. Às vezes, perigosos. Depois ele mergulhou no exame do processo. Ficou assustado para sempre com as contradições, imprecisões e inconsistências que encontrou.

Ele dá peso superior ao objetivo de reunião reservada de que participou, em Brasília, no seu próprio escritório, cerca de três semanas antes da grande perda. Foi solicitada por um certo Rosalvo, veterano presidente de uma companhia de seguros de São Paulo, que já havia visitado a Fazendinha JK três vezes. Homem possivelmente

relacionado ao Serviço Nacional de Informações, queria agendar um encontro secreto de JK com dois generais ligados ao presidente Ernesto Geisel. Não revelou os nomes.

Carlos Heitor Cony:

“Juscelino ainda acreditava que ia desempenhar o papel que muito tempo depois coube a Tancredo Neves, de ser o civil que ia reconduzir o país à democracia.”<sup>[193]</sup>

O assunto seria novo envolvimento de JK na vida política? Seria o nascente projeto de abertura lenta, gradual e segura contestado por radicais interessados na permanência da ditadura? Por quê? Fascínio pelo poder, ideologia, fanatismo, conveniências pessoais ou não, certeza de impunidade. Marcaram o encontro para 25 de agosto de 1976, uma quarta-feira, à tarde. Mas a tragédia levou JK três dias antes. Carlos Murilo:

“JK tinha um encontro – do qual ninguém sabia, a não ser eu e o coronel Affonso Heliodoro – na fazendinha de Luziânia. (...) ‘Eu tenho um assunto sério para tratar – falou [o tal homem] olhando para os lados. O negócio é grave. Fui procurado por dois generais que são ligados ao Geisel, e eles querem ter uma conversa

com o presidente JK, na Fazendinha. Mas tem de ser em um dia de semana, de preferência à tarde, quando não houver ninguém lá. Nem eu posso ir, nem você. Ninguém pode testemunhar essa conversa.' (...) Eles queriam fazer o encontro imediatamente, mas as circunstâncias não permitiram. (...) Naquele momento, era comum que os diferentes grupos do governo militar e mesmo da comunidade de informações conspirassem e se vigiassem mutuamente. (...) Juscelino é, naquele momento, a liderança civil brasileira com mais credibilidade e contatos no exterior, incluindo os Estados Unidos."<sup>[194]</sup>

Do ex-governador Miguel Arraes sobre as mortes, em curto período, dos líderes políticos nacionais JK (agosto de 1976), João Goulart (novembro de 1976) e Carlos Lacerda (maio de 1977):

"Qual a razão para a eliminação deles? Era a abertura política. Havia um começo de discussão sobre a abertura. (...) O assassinato político é um negócio que existe. (...) Os americanos queriam a implantação de um certo grau de liberdade dentro desses países, porque não dá para conduzir o mundo apenas debaixo das botas dos soldados. (...) O perigo que havia, então, eram as pessoas com ascendência sobre o povo. Aberto o Brasil, apareceriam Juscelino, Jango e Carlos Lacerda. Todos reunidos em torno de Juscelino.

Quem seguraria? Todo mundo iria para Juscelino. A esquerda, o centro, a opinião pública. Ele foi um presidente importante. Não dava para soltar Juscelino sem o regime ter problemas, ainda mais ajudado por Jango e Lacerda. (...) Uma espécie de condição para a abertura política era eliminá-los. Foi uma medida preventiva contra os fatos. Nós iríamos para a abertura, e para se ter uma abertura sem muito perigo essas pessoas teriam de desaparecer. Porque, se abrem, quem era que segurava? (...) Era o que se passava na cabeça da extrema-direita do Cone Sul. O desaparecimento dessas pessoas foi uma condição para a abertura.”<sup>[195]</sup>

Parece que JK tinha visão igual ou muito semelhante. Frase dele: “Comigo vivo, eles não vão abrir nem uma fresta”.

Conclusão do sereno, realista e cauteloso Carlos Murilo:

“Estudando o processo inteiro e considerando tudo o que aconteceu antes, tenho certeza de que mataram o presidente Juscelino. Mas não posso acusar ninguém, porque não tenho as provas.”<sup>[196]</sup>

Certeza partilhada enfaticamente pelo irrequieto e lúcido coronel Affonso Heliodoro dos Santos, companheiro

de armas de JK, homem de confiança, amigo e companheiro até o fim, guardião de sua memória:

“Sei que assassinaram o presidente, mas não tenho provas. Eles não deixaram.”<sup>[197]</sup>

Sarah Kubitschek, viúva de JK, morta em 1996, não tinha dúvida alguma. Dela, em agosto de 1986:

“Precisaram matar, espezinhar, liquidar com o Juscelino, porque não conseguiram acabar com sua força, sua dignidade e seu carisma de grande líder.”<sup>[198]</sup>

Algumas certezas e muitas incertezas continuam vivas. A morte de JK ainda busca um final. Permanece sob sombras e suspeitas. E assim ficará na história, a menos que surjam provas cabais de homicídio doloso ou de acidente comum de estrada.

# Frases de JK

“Deus poupou-me o sentimento do medo.”

“Durante o meu governo, durante a minha vida, adotei uma filosofia básica: não tenho compromisso com o erro. Se errei, devo voltar atrás.”

“É muito difícil um homem sair de Diamantina, filho de uma viúva pobre, para chegar à Presidência da República.”

“Mamãe sempre dizia: ‘Jogue sempre com uma carta a menos’. E eu soube jogar. Na realidade, tudo o que sou, como cidadão, como brasileiro, como homem público, à minha mãe o devo.”

“Muita gente que não a conhece de perto se ilude com a Sarah, por vê-la assim, tão miudinha, tão sorridente, ninguém imagina a fortaleza que ela é. Uma rocha.”

“Nunca fui capaz de alimentar malquerenças e muito menos de cultivar ódio.”

“Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.”

“Preferi olhar o Brasil na dimensão de seu futuro e prepará-lo em tempo para o dia de amanhã.”

“O Brasil vai viver cinquenta anos em cinco.”

“Industrializar aceleradamente o país; transferir do exterior para o nosso território as bases do desenvolvimento autônomo; fazer da indústria manufatureira o centro dinâmico das atividades econômicas nacionais - isto resumia o meu propósito, a minha opção.”

“O que pretendi com as trinta metas e mais a meta-síntese - a construção de Brasília – foi dar um arranco no país, para que ele acordasse, pusesse em ação suas energias latentes,

compreendesse, enfim, que era uma nação e, como tal, deveria disputar seu lugar no cenário internacional.”

“Sempre soube o que queria. Sempre soube querer. E isso explica Brasília.”

“Depois de eleito, quando houve um movimento contra minha posse, redigi o decreto de criação de Brasília, pensando: podem me derrubar, mas pelo menos cumprir com minha palavra.”

“Hoje é o dia mais feliz da minha vida. O Congresso acaba de aprovar o projeto de construção de Brasília.”

“Brasília é a demonstração inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, triunfo de espírito pioneiro, prova de confiança na grandeza deste país, ruptura completa com a rotina e o compromisso.”

“A criação de Brasília, a interiorização do governo, foi um ato democrático e irretratável de ocupação efetiva do nosso vazio territorial.”

“Escolhi Brasília como o ponto alto de meu governo, porque estou convencido de que a nova capital representou um marco. Depois de sua construção, ninguém poderia duvidar de nossa capacidade técnica, do vigor de nossas indústrias nacionais ou da capacidade do trabalhador brasileiro. Brasília deixou atrás de si um passado de derrotismo e pessimismo e inaugurou uma nova era de autoconfiança e otimismo.”

“Nunca deixei uma obra pela metade. O que projeto, faço.”

“Os futuros intérpretes da civilização brasileira, ao analisar este período de nossa história, hão de deter-se com assombro ante a figura bronzeada desse titã anônimo que é o candango, herói obscuro e formidável da construção de Brasília.”

“Deixemos entregues ao esquecimento e ao juízo da história os que não compreenderam e não amaram esta obra [Brasília].”

“Tudo se transforma em alvorada nesta cidade que se abre para o amanhã.”

“Não queremos empréstimos que escravizam. Queremos investimentos. A nossa riqueza deve levar o suor do nosso trabalho.”

“Se o governo tem de ser exercido dentro das normas rígidas da economia, com desprezo da sensibilidade que só os políticos possuem, em vez de eleição para presidente da República, dever-se-ia fazer um concurso. O classificado em primeiro lugar ficaria com o comando.”

“Outros governos poderão empreender a revalorização da moeda, com os aplausos e o apoio de toda a nação. Mas não poderiam fazê-lo, de forma alguma, se encontrassem o país atado a uma situação colonial, sem estradas, sem energia, sem obras de base.”

“(Augusto Frederico) Schmidt, avise o Jânio que reagirei com um soco na cara dele, se me fizer desfeita durante a transmissão do cargo.”

“Ultrapassada a fase do meu governo, nova luta se desencadeou contra mim, dessa vez selvagem e sem quartel. Não quiseram matar em mim o homem público.

Foram além, tentando por todos os modos enterrar a minha honra dentro de um túmulo de calúnias.”

“Ressalto a honra que tenho em pertencer ao corpo legislativo de meu país. Sem parlamento não há democracia, não há liberdade.”

“A política parece que circula no sangue da gente, impregnando todos os tecidos.”

“Se há algo que posso louvar em mim mesmo é o fato de ter me mantido o mesmo homem, antes, durante e depois do poder.”

“Charme tem importância decisiva na vida política de um homem. As urnas são severas, as multidões exigentes e o eleitorado impaciente.”

“Mulheres famosas, bem, conheci algumas, mas, você sabe, um homem com liderança política não pode ter muita convivência nesse campo. Complica em vez de ajudar, dá margem a especulações na imprensa e tal. De modo que eu era até muito cerimonioso.”

“Sou visceralmente democrata. Para mim, a liberdade é algo fundamental.”

“Não suporto o comunismo.”

“Não tenho medo da impressão que possa causar repetindo e reafirmando que a batalha do desenvolvimento nacional é a própria luta pela sobrevivência.”

“Não comprehendo que uma nação possa viver apenas de estradas e pontes. Há uma coisa mais sutil, superior, que são as garantias constitucionais, as liberdades individuais.”

“O perdão é a marca da grandeza, sobretudo quando se tem em vista um objetivo mais alto.”

“Não aprendi a odiar.”

“Volto-me com piedade para os executores de minha liberdade política, porque sei quão frágeis são as tentativas de um regime de força no cenário tradicional da democracia brasileira.”

“A glória do meu governo foi manter o regime democrático apesar de tudo, apesar de todas as tentativas, todos os esforços para derrubá-lo. Em quarenta anos de vida republicana, fui o único governo civil que começou e terminou no dia marcado pela Constituição.”

“A justiça de Deus, no meu caso, tenho-a comigo, na intimidade de minha fé.”

“Se houvesse caminho aberto, eu voltaria mesmo a pé para o Brasil.”

“Era voltar ao Brasil ou meter uma bala no peito.”

“Não há primavera nesta terra [Paris]. As árvores estão verdes e as flores coloridas. Mas o sol, que é propriedade comum, se esconde sempre atrás de nuvens carrancudas e hostis. Isso reflete na alma da gente e só convida a pensamentos que trazem o tom das nuvens, cor de *spleen*.”

“Só quem atravessou o deserto sabe o quanto vale uma pétala d’água.”

“Faço hoje, incrivelmente, 72 anos. Sinto-me espiritualmente com a idade de 30. Nenhuma ferrugem na alma nem na vontade. As decepções, os sofrimentos da revolução não conseguiram quebrar a fibra íntima. Sinto-me ainda capaz de grandes aventuras, tais como Brasília. Compreendo os homens.”

“Se tivesse recursos que me permitissem uma vida sem o atropelo em que vivo, ia me dedicar a estudar e a leituras.”

“Se não tivesse feito Brasília rapidamente, ela nunca teria saído do papel.”

“Brasília, nestes anos tempestuosos que o destino me impôs, deprimia-me quando aí, por uma circunstância ou outra, tive de estar. Estou com a sensação de que Brasília não é mais minha. Não é como uma filha que se casa. É diferente. É pior.”

“O que se ouve é o grito de guerra da juventude rebelada contra uma sociedade injusta, arcaica, anacrônica e, sobretudo, repressora.”

“Creio na vitória final e inexorável do Brasil como nação.”

“Reivindico para mim a inclusão da palavra desenvolvimento no vocabulário político brasileiro.”

“Ninguém pode ter outro interesse se não o de que se consolide o regime de liberdade.”

“É inútil fechar os olhos à realidade. Se o fizermos, a realidade abrirá nossas pálpebras e nos imporá a sua presença.”

“Eu estou morrendo de tédio, sem saber o que faça de mim. Não sou banqueiro - e dirijo um banco. Não sou comerciante - e tenho de comprar e vender. Sou político - e a política me mandou embora.”

“Meu sonho é viver e morrer em um país em liberdade.”

“Não aceito o julgamento dos que agora me julgam. Aceito o julgamento do povo, pois só nele reconheço o juiz de minhas ações.”

“Sou conciliador por natureza.”

“Sou um moderado e só por isso consegui superar todas as paixões.”

“Sei que nestas terras brasileiras as tiranias não duram; que somos uma nação penetrada pelo espírito de justiça.”

“Comigo vivo, eles não vão abrir nem uma fresta.”

“Mas não é apenas no plano material que eu creio em nosso país. Creio também na generosidade, no amor à liberdade, no natural respeito à pessoa humana que distinguem a nossa alma coletiva, que caracterizam a personalidade brasileira.”

“O silêncio é a única arma de protesto de que disponho.”

“Numa hora de desalento e desânimo, em que a situação do país nos coloca nas pontas deste dilema: progredir ou perecer - orgulho-me de ter desfraldado em nossa pátria a bandeira do desenvolvimento nacional, na mais perfeita vigência do regime democrático.”

“A democracia não vive na aparência. A prática é que lhe compõe autenticidade.”

“Fui ao cemitério falar com mamãe.”

[Em 20 de setembro de 1974] “Minhas contas, verdadeira calamidade. Uma loucura de gastos. Fiquei abafadíssimo. Há momentos em que não comprehendo a minha vida. Luto com terríveis dificuldades financeiras, sofro com as injustiças e tenho de continuar vivendo. Para quê? Nossa Senhora que me ajude e tem ajudado.”

“O que trará 1976? Até a morte pode trazer.”

“Como valeu a pena!”

“Estou na Fazenda JK. Se puder, ficarei aqui até a morte.”

“Vamos à residência do conde [Chiquinho] Matarazzo, na Paulista, onde fico hospedado. Palácio italiano. Penso no absurdo da minha vida: menino da Rua São Francisco, numa casa sem banheiro, agora [agosto de 1976] hóspede de um grande palácio em São Paulo.”

[Ao amigo Olavo Drummond, em São Paulo, 22 de agosto de 1976, partindo para a viagem fatal] “Telefono do Rio assim que chegar.”

# Frases sobre JK

“Nasceu Juscelino Kubitschek de Oliveira!, futuro presidente do Brasil!”

*João César de Oliveira, pai de JK, caixeiro-viajante, em 12 de setembro de 1902, dia do nascimento do filho*

“O Juscelino quer bancar o Tiradentes com o pescoço dos outros.”

*Atribuída a Benedito Valadares Ribeiro, governador de Minas, senador da República, responsável pela inserção de JK na vida política, depois seu rival*

“JK é o poeta da obra pública.”

*João Guimarães Rosa, escritor, médico, diplomata*

“Brasília é uma construção como as de Guimarães Rosa. O que Rosa fez com as palavras Juscelino fez com as formas, no meio do deserto.”

*Afonso Arinos de Melo Franco, jurista, professor, escritor, homem público*

“Deus estava de muito bom humor quando reuniu JK, Israel Pinheiro, Niemeyer e Lucio Costa para fazer Brasília.”

*[Do ateu] Darcy Ribeiro, antropólogo, educador, homem público, escritor*

“Fora sua simpatia radiosa, seu espírito sempre alerta, sua alegria sadia, seu zelo pelos estudos, seu prodigioso coração - outros predicados não distinguiam aquele menino, vindo da casinha de porta e três janelas da Rua São Francisco, na Diamantina, dos outros meninos de sua turma.”

*Pedro Nava, escritor, médico, colega de faculdade de JK*

“Um desses raros homens que sabem fazer a História. O futuro é que lhe dará a dimensão de estadista.”

*Afonso Arinos de Melo Franco, jurista, professor, escritor, homem público*

“Só mesmo Nonô seria capaz de realizar tudo isto.”

*Júlia Kubitschek, mãe de JK, na inauguração de Brasília*

“O seu governo tem um ocaso que parece uma alvorada!”

*Juracy Magalhães, homem público, governador da Bahia,*

*adversário político de JK*

“Ele foi para a atividade pública o que Mauá representou para as atividades empresariais. Politicamente, ele está aberto a controvérsias. Como realizador dinâmico, ele foi uma figura inquestionável.”

*Gilberto Freyre, sociólogo, professor, escritor*

“Juscelino, coitado, Deus o tenha em boa guarda, mas era uma calamidade.”

*Eugenio Gudin, engenheiro, economista, homem público*

“Ele se portava bem. Era mais alto do que eu esperava, um homem pálido com grandes e proeminentes olhos. Falava com clareza e entusiasmo.”

*John Dos Passos, escritor norte-americano*

“Havia, assim, uma série de indícios, talvez não suficientes para uma cassação. Sua atuação em 1961, aconselhando o Jango a vir tomar posse do governo, fazia dele um adversário da revolução.”

*General Ernesto Geisel, presidente da República (1974-1979), chefe do Gabinete Militar do governo Castello*

*Branco, o presidente que cassou o mandato de senador e os direitos políticos de JK*

“Seu Castello, temos que cassar o Juscelino.”

*Marechal Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra do governo Castello Branco*

“Acho que o Juscelino leva ao entusiasmo pelo amor; à admiração pela afeição.”

*Afonso Arinos de Melo Franco, jurista, professor, escritor, homem público*

“O que Juscelino mais conseguiu, e daí o seu triunfo, foi canalizar, burilar, comandar, com amor e alegria, argúcia e pertinácia, parcelas vivas dos anseios nacionais.”

*Teotônio Brandão Vilela, empresário, homem público, parlamentar*

“Mais do que todas as suas grandes obras, o que o presidente Juscelino Kubitschek realizou foi a mudança de mentalidade do Brasil.”

*José Sarney, homem público, escritor, ex-presidente da República*

“Nunca perdeu tempo em miúdas faxinas de ódio ou ressentimento. Construiu uma cidade e mudou o jeito deste país. É lendário e histórico. É JK.”

*José Cândido de Carvalho, escritor*

“Era um homem preocupado com o desenvolvimento econômico. Nunca entrei no gabinete do presidente JK sem o ver ao telefone, aos gritos, cobrando a conclusão de uma ponte, a conclusão de uma estrada, a conclusão de uma grande universidade, de uma grande realização de desenvolvimento. (...) Ele realmente fez os cinquenta anos em cinco.”

*Tancredo de Almeida Neves, jurista, homem público, parlamentar, presidente da República*

“O Juscelino, quando queria ser amável, era genial.”

*Tancredo Neves*

“Tenho visto muitos homens públicos compararem-se a Juscelino, mas ele foi único. Ele era o povo brasileiro, de tal maneira o assimilava em seu sofrimento, em sua

inteligência, em sua esperança.”

*Aécio Neves, economista, homem público*

“Quem não quiser ser amigo de Juscelino deve ficar a pelo menos seis léguas de distância dele. O homem é uma pilha de simpatia humana.”

*San Tiago Dantas, jurista, parlamentar, homem público*

“Nenhum desses governos foi tão cheio de consequências quanto o seu. A construção de Brasília e a Conquista do Oeste desviaram completamente o curso de nossa história e deram-lhe perspectivas até hoje não completamente avaliadas. E o admirável em Juscelino é que ele se conservou na ascensão, na glória, na queda e na adversidade dentro das mesmas qualidades de endurância, brandura, tolerância, alegria e bondade que tinham habitado o menino.”

*Pedro Nava, escritor, médico, colega de faculdade de medicina de JK*

“JK foi um homem que fez coisas importantes, um homem doce.”

*Tom Jobim, músico, compositor*

“Empossado na Presidência da República, JK promete fazer o Brasil saltar cinquenta anos em cinco. Não o fez. Quem o faria? Mas fez mais que qualquer outro para consolidar a democracia no plano político e promover o progresso econômico.”

*Darcy Ribeiro, antropólogo, educador, homem público, escritor*

“O Presidente da aventura, o primeiro presidente e descobridor do Grande Brasil.”

*Augusto Frederico Schmidt, poeta, escritor, empresário, homem público*

[Trecho de telegrama ao presidente da República, marechal Castello Branco, em 5 de outubro de 1965:] “A roda da fortuna é caprichosa. Amanhã, V. Exa. poderá sofrer atentados e desrespeitos iguais ao que está sofrendo, neste instante, o criador de Brasília e o construtor da Belém-Brasília, esteios e portadores da civilização ao território

interior, até então abandonado e esquecido.”

*Heráclito Fontoura Sobral Pinto, jurista*

“Homem excepcional, incapaz de uma perseguição, de uma violência, de uma vingança. Perdoava as pessoas, anistiava os culpados e detratores. Mas depois foi por eles perseguido de forma cruel, por inveja e despeito. Lançassem as urnas eleitorais e ele teria voltado à Presidência com a consagração de todo o povo brasileiro.”

*Heráclito Fontoura Sobral Pinto, jurista*

“A partir de Juscelino, surge um novo brasileiro. Aí é que está o importante, o monumental, o eterno na obra do presidente. Ele potencializou o homem do Brasil.”

*Nelson Rodrigues, jornalista, escritor, dramaturgo*

“É uma felicidade ser jovem neste país, presidente.”

*Fidel Castro, líder da revolução cubana, Brasília, 1959*

“Ninguém mais antipresidencial. Ele trouxe a gargalhada para a Presidência. Os outros presidentes têm sempre a rigidez de quem ouve o Hino Nacional. Cada qual se

comporta como se fosse a estátua de si mesmo."

*Nelson Rodrigues, jornalista, escritor, dramaturgo*

"Alegre como uma janela aberta."

*Paulo Pinheiro Chagas, médico, advogado, homem público, escritor*

"Ele não dava em cima de mulher de ninguém. Mulher é que vinha e dava em cima dele."

*César Prates, violonista, cantor e seresteiro, amigo de JK*

"Todos querem ser JK."

*Maria Adelaide Amaral, escritora, autora da minissérie JK*

"Quanto à vida amorosa de JK, não creio que ela tivesse aberto feridas históricas. Quem as abriu, dilacerantes, foi a ditadura. A paixão por uma mulher é manifestação maior do homem JK. (...) Ele não era assediador, deselegante como o Jânio Quadros."

*Maria Adelaide Amaral, escritora, autora da minissérie JK*

"Queixamo-nos do presidente por querer mudar a capital numa época inoportuna, com métodos inoportunos, para um

lugar estupidamente inoportuno e em prazo culposamente inoportuno. (...) Aquela terra é tão árida e inóspita que o lago de Brasília jamais encherá. A água será toda sugada para o subsolo.”

*Gustavo Corção, engenheiro, pensador católico, escritor*

“Guardo a impressão de ter visto nascer um monstro cujo coração e pulmões funcionavam artificialmente, graças a processos de um custo mirabolante. Em todo caso, se Brasília sobrevive, a especulação vai se apossar dela.”

*Simone de Beauvoir, escritora francesa*

“Vim diretamente de Ouro Preto a Brasília. Que jornada dramática através do tempo e da História! Uma jornada do ontem para o amanhã, do acabado ao que está para começar, de conquistas antigas às novas promessas.”

*Aldous Huxley, escritor inglês, autor do clássico Admirável mundo novo*

“Como o senhor conseguiu construir esta cidade em pleno regime democrático, presidente?”

*André Malraux, político e escritor francês, ministro da Cultura da França*

“Brasília é o fracasso do mais espetacular sucesso do mundo. Brasília é uma estrela espatifada. Estou abismada. É linda e nua.”

*Clarice Lispector, escritora*

“É fora de dúvida que a estrutura econômica do país se modificou profundamente e que o desenvolvimento passou a figurar como a mais prioritária das preocupações do governo.”

*Mario Henrique Simonsen, engenheiro, economista, professor, homem público*

“Havia a sensação de que o triunfo pertencia a todos.”

*José Honório Rodrigues, historiador*

“Juscelino Kubitschek é mais o começo do que o fim de um período.”

*José Honório Rodrigues, historiador*

“A arrancada do desenvolvimento, a industrialização através da substituição de importações, com entrada de capital estrangeiro. O sonho de Juscelino motivou a criação de Brasília, numa perspectiva de integração nacional. Tudo num contexto democrático, com os partidos funcionando, a imprensa livre. E ele foi extremamente criticado.”

*Maria Victoria de Mesquita Benevides, cientista política, educadora*

“A única realidade nacional é o perfil de Juscelino Kubitschek atarefado numa obra que ninguém lhe pode negar: a de providenciar botas de sete léguas para um gigante caminhar.”

*Assis Chateaubriand, jornalista, empresário, empreendedor, homem público, escritor*

“O homem Juscelino, paradoxalmente extrovertido e tímido, sensível, inquieto, de uma invulgar e brilhante loquacidade, emérito pé de valsa e incomparável mestre de obras. Juscelino, este personagem esfuziante e entusiasta que, após ter sido covardemente abatido pela ditadura militar, transformou-se num ser amargo, deprimido, que somente

na companhia de alguns amigos (e principalmente amigas) mais íntimos reencontrava um pouco da alegria, do entusiasmo, do incurável otimismo e da vontade de fazer que foram sempre as características mais marcantes do seu caráter.”

*Joel Silveira, jornalista, escritor*

“JK sofreu tentativas de golpe, foi acusado de muitas coisas e chamado de ladrão. Depois de morto, foi reconhecido como um dos melhores presidentes do Brasil. Quero ser reconhecido em vida.”

*Luiz Inácio Lula da Silva, homem público, ex-presidente da República*

“O presidente Juscelino deve ser visto como o profeta que começou a preparar o Brasil para o século vinte e um.”

*Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, professor, homem público, ex-presidente da República*

“No poder ou fora dele, acostumei-me avê-lo cheio de entusiasmo e determinação, preocupado permanentemente com seus planos, a pensar neste país que ele tanto amou e

tanto engrandeceu.”

*Oscar Niemeyer, arquiteto, um dos fundadores de Brasília*

“Tenho oitenta anos. Privei com ele nos tempos áureos. Nunca vi um homem morrer tão infeliz.”

*Guilherme Romano, médico que recolheu o diário de JK após o acidente fatal*

“É mesmo insofismável que houve o acidente. Mas aí há um paradoxo: os indícios de que houve um crime são maiores que as provas.”

*Carlos Heitor Cony, jornalista, escritor*

“Ele passou a ser visto como o oposto da ditadura, dos desmandos, do anti-Brasil, dos militares que assaltaram e empolgaram o poder, estabelecendo a tortura monstruosa e a espantosa corrupção.”

*Jorge Amado, escritor*

“Fala-se muito, hoje [1980], em governos militares ditatoriais no Brasil. Quem foi mais ditatorial no Brasil que Juscelino, no modo de criar Brasília? Ele agiu como um faraó: chamou dois arquitetos, aliás ilustres, e disse: vocês

vão levantar uma capital e eu dou carta branca a vocês. Ora, uma cidade não podia ser levantada por dois arquitetos, estéticos, como os admiráveis Niemeyer e Lucio Costa. Mas foi o que ele fez, quando o que era necessário era convocar geógrafos, ecologistas, cientistas sociais, educadores, artistas, para darem opinião sobre essa futura capital.”

*Gilberto Freyre, sociólogo, escritor, homem público*

“Nos sete anos de trabalho em Brasília, guardo do presidente Juscelino Kubitschek apenas a lembrança de um homem cheio de entusiasmo, desejoso de fazer qualquer coisa importante para este país.”

*Oscar Niemeyer, arquiteto, um dos fundadores de Brasília*

“O presidente Kubitschek era um homem tomado, naquela época, de amor passional por Brasília. Brasília tornou-se, para ele, uma espécie de amante-mulher.”

*Gilberto Freyre, sociólogo, escritor, homem público*

“Aquele Juscelino não é de nada! Isso aí vai é desmoralizá-lo.”

*Carlos Lacerda, jornalista, escritor e homem público, adversário e inimigo de JK, em 1956, sobre a construção de Brasília*

“Brasília é o mais caro monumento à insensatez e incompetência erigido até os dias de hoje.”

*Carlos Lacerda, jornalista, escritor e homem público, adversário e inimigo de JK*

“Não sei como o Juscelino ainda quer isso aqui...”

*João Goulart, presidente da República, na tarde de 31 de março de 1964, dia do golpe militar que o depôs*

“Daqui a dois mil anos, o único brasileiro a ser lembrado pelos seus compatriotas.”

*Clóvis Salgado, médico, homem público*

[No exílio, em Paris] “O presidente dava suspiros tão sentidos, tão profundos, que parecia que os pulmões iam sair junto.”

*Affonso Heliodoro dos Santos, conterrâneo, amigo, assessor, homem de confiança, confidente, guardião fiel da memória de JK*

“Havia um prédio em frente, onde ficava um pessoal espiando a gente. Eram sempre os mesmos, com aquela discrição que utilizam quando pensam que não estamos sabendo. Quando queríamos dizer alguma coisa mais particular, abríamos a janela e o presidente punha um rádio ao lado, tocando. (...) Aquilo era uma humilhação tremenda para ele, que acreditava na liberdade e tinha ideias muito elevadas.”

*Maria Alice Gomes Berengas, secretária de JK em Paris, no exílio*

“A marca mais forte de sua grandeza foi a imaginação. Era corajoso e ao mesmo tempo humilde. Pois esse homem cioso de seu destino, compenetrado daquilo que considerava uma espécie de missão, era humilde de coração.”

*Carlos Lacerda, jornalista, escritor, homem público, amigo e aliado político de JK, em agosto de 1976*

“Com imensa dor, tive a confirmação logo em seguida: perdera um irmão, um amigo. E o Brasil perdia um

estadista.”

*Walther Moreira Salles, empresário, homem público*

“Foi um golpe para mim. Como se eu tivesse perdido um irmão. Nós nos conhecemos há treze anos e, desde então, no encontramos nas minhas inúmeras viagens ao Brasil. Acaba de morrer uma grande personalidade e estou profundamente sentido.”

*Alberto Sabin, cientista, médico, benfeitor da humanidade*

“Se fosse paulista, queria uma estátua de Juscelino em todas as cidades. Afinal, ele foi o criador da São Paulo moderna.”

*Walther Moreira Salles, empresário, homem público*

“O homem de visão do Brasil. Uma das personagens políticas mais ricas dos últimos tempos, um homem que fez coisas impressionantes.”

*The New York Times, editorial de 25 de agosto de 1976*

“JK era uma pilha de simpatia, mas o desenvolvimentismo dele acabou em bancarrota e o Brasil estava cambialmente insolvente quando Jânio tomou posse.”

*Roberto de Oliveira Campos, economista, diplomata, homem público*

“[A cassação] foi devida principalmente à obsessão do Juscelino de voltar à Presidência da República, desde a época em que saiu do governo, em janeiro de 1961.”

*Ernesto Geisel, presidente da República*

“Tanto pedi a Deus que esse homem não morresse no meu governo!”

*General Ernesto Geisel, presidente da República, Palácio do Planalto, 23 de agosto de 1976*

“Sou contra qualquer homenagem do governo a esse homem. Era um contrarrevolucionário que foi cassado, punido pela Revolução. Posso informar a V. Exa. que a repercussão no Exército será negativa.”

*General Sylvio Frota, ministro do Exército do governo Geisel, Palácio do Planalto, 23 de agosto de 1976*

“Eu sei, Frota, mas compreenda a posição do governo, que tem de ver o quadro geral. Honras militares, de modo algum. Também ponto facultativo, não. Mas luto oficial,

devemos conceder.”

*General Ernesto Geisel, presidente da República, Palácio do Planalto, 23 de agosto de 1976*

“O presidente Figueiredo respondeu-me que ele próprio fizera o inquérito sobre a vida passada de Juscelino e nada de sério encontrara a desabonar a honradez do ex-presidente da República.”

*Saïd Farah, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (governo Figueiredo)*

“Presidente da República, cumpriu o que prometera: convocou o futuro para o seu mandato e, em cinco anos, construiu o que exigiria meio século.”

*Márcia Kubitschek, filha de JK, deputada federal, vice-governadora de Brasília*

“Meu avô era um homem digno, determinado, que não alimentava ódio, mesmo dos seus mais implacáveis adversários.”

*Anna Christina Kubitschek Pereira, neta de JK*

“Como pode o peixe vivo/ Viver fora d’água fria?/ Como pode o peixe vivo/ Viver fora d’água fria?/ Como poderei viver,/ Como poderei viver,/ Sem a tua, sem a tua,/ Sem a tua companhia?”

*Voz do povo, carregando o caixão de JK nas ruas e praças do Rio de Janeiro e de Brasília, chorando e cantando para o líder morto*

“Nos seus instantes mais altos, ele foi capaz de ousar na escolha dos caminhos abertos.”

*Antonio Delfim Netto, economista, professor, homem público*

“Acho que o presidente será julgado quando se sedimentarem essas paixões pelo bem e pelos erros que ele praticou. Mas com certeza é mais fácil que ele seja julgado pela igreja de Deus, porque a igreja dos homens não perdoa o êxito alheio. E raramente pode perdoar aqueles que são os primeiros da sua geração, como ele foi.”

*Jarbas Passarinho, militar, homem público, escritor*

“Pobre menino descalço de Diamantina que hoje pertence à História do Brasil. Agora você pertence à eternidade de uma nação. E à saudade de todos nós.”

*Adolpho Bloch, editor, empresário, amigo de JK*

“Juscelino só sonhou o que sonhou, viveu o que viveu, construiu o que construiu e sofreu o que sofreu, porque ousou se levantar contra as forças que sempre conspiraram contra a democracia, o desenvolvimento nacional, a progressão social do nosso povo e o fortalecimento da nossa nação diante das outras nações.”

*Carlos Murilo Felício dos Santos, advogado, homem público, primo, amigo e confidente de JK*

“Um verdadeiro mestre da habilidade, ele soube contornar crises político-militares e mediar o confronto ideológico que ameaçava a normalidade democrática do país, tendo sempre como meta a legalidade institucional.”

*Geraldo Mayrink, jornalista, biógrafo de JK*

“Em 1976, alguns órgãos, contrários à abertura promovida pelo presidente Geisel, buscavam soluções extralegais.”

*Armando Falcão, político, ministro do governo JK e do governo Geisel*

“As cinco lições de Juscelino: pioneirismo na luta pelo desenvolvimento do Brasil, democracia, diálogo, entusiasmo e confiança em seus empreendimentos, tolerância e respeito para com os adversários.”

*André Franco Montoro, advogado, professor, homem público*

“Foi um cidadão que, acima de tudo, amou a vida pública e a grandeza do Brasil.”

*Ulysses Guimarães, advogado, homem público, presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988*

“Ele foi o grande amor da minha vida.”

*Maria Lúcia Pedroso, caso de paixão sem volta*

“Soube ser o mais querido e soube ser o mais injustiçado.”

*Nelson Carneiro, parlamentar, homem público*

“Tinha a visão de um estadista e o dinamismo de um moço.”

*Francisco Negrão de Lima, diplomata, homem público*

“Se o povo quer levar o Juscelino, deverá fazê-lo.”

*Sarah Kubitschek, no sepultamento do marido*

“JK não cuidou apenas do expediente, mas transformou com o seu talento o país e criou com a sua generosidade um paradigma no exercício da gestão pública da sociedade brasileira difícil de imitar, que faz com que, ao se olhar o seu túmulo mal fechado, ele pareça sob o signo da História, aos seus conterrâneos, ainda maior do que vivo.”

*Celso Lafer, educador, professor universitário, homem público, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras*

“Não existe mais nunca no mundo um outro homem pra fazer o que ele fez.”

*José Alves de Oliveira, o Seu Zé, candango pioneiro, cearense*

“Um rapaz que morreu aos 73 anos.”

*Carlos Castello Branco, jornalista político, escritor*

“Eu amava apaixonadamente esse homem!”

*Sarah Kubitschek, mulher de JK*

“Ele não acabou. Explodiu, como uma estrela, e a luz das estrelas mortas fica brilhando no céu muito tempo depois que elas se extinguem. Sua vida teve visão e dimensão.

*Visão de Brasília. Dimensão do Brasil.”*

*Afonso Arinos de Melo Franco, jurista, professor, escritor, homem público*

“A Comissão atingiu plenamente seus objetivos. (...) O povo brasileiro dispõe de um documento impressionantemente farto em detalhes para fundamentar a certeza da fatalidade do acidente.”

*Paulo Octávio Alves Pereira, casado com Anna Christina Kubitschek Pereira, neta do presidente Juscelino Kubitschek. Empresário, homem público, presidente, em 2000-2001, da Comissão Externa da Câmara dos Deputados Destinada a Esclarecer em que Circunstância Ocorreu a Morte do Presidente Juscelino Kubitschek*

“Precisaram matar, espezinhar, liquidar com Juscelino, porque não conseguiram acabar com sua força, sua dignidade e seu carisma de grande líder.”

*Sarah Kubitschek, viúva do presidente Juscelino Kubitschek*

“Sei que assassinaram o presidente Juscelino, mas não tenho provas.”

*Affonso Heliodoro dos Santos, conterrâneo, amigo, assessor, homem de confiança, confidente, guardião fiel da memória de JK*

“Tenho certeza de que mataram o presidente.”

*Carlos Murilo Felício dos Santos, advogado, homem público, primo, amigo e confidente de JK*

“JK foi assassinado.”

*Miguel Arraes, líder político, governador de Pernambuco, e Livros político, deputado federal*

“A morte de JK ainda busca um final.”

*Ronaldo Costa Couto, autor deste livro*

# Cronologia Juscelino Kubitschek de Oliveira

**1830** Vindo de Trebon, Tchecoslováquia, então parte do Império Austro-húngaro, chega ao antigo Tijuco (depois Diamantina) o imigrante Jan Nepomuscky Kubitschek, marceneiro, descendente de ciganos, bisavô materno de Juscelino. Casa-se com Teresa Maria de Jesus.

**1872** Nascimento do pai, João César de Oliveira, filho de Teófilo Gomes de Oliveira e Eufrosina Leonardo Ribeiro.

**1873** Nascimento da mãe, Júlia Kubitschek, filha de Augusto Elias Kubitschek e Maria Joaquina Coelho.

**1902** 12 de setembro: nasce Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Nonô, filho caçula de João César de Oliveira e Júlia Kubitschek.

**1905** Morre João César de Oliveira, de tuberculose, em Diamantina.

**1914** Juscelino consegue matrícula no Seminário de Diamantina, dos padres lazaristas, único ginásio da cidade.

**1919** É aprovado em 19º lugar em concurso para telegrafista dos Correios, em Belo Horizonte.

**1921** Em maio, é nomeado telegrafista-auxiliar dos Correios, em Belo Horizonte. Trabalha à noite. Permanece no emprego até completar o curso de medicina.

**1922** Início do curso de medicina.

**1926** Numa festa benficiente, conhece Sarah Luísa Gomes Lemos, belo-horizontina de 1908, de tradicional e abastada família mineira, filha de Luisinha Negrão Lemos e do deputado Jayme Gomes de Souza Lemos.

**1927** 17 de dezembro: forma-se em medicina.

**1928** É nomeado professor-assistente da Faculdade de Medicina. Divide consultório médico com Júlio Soares, marido de sua irmã Naná. Trabalha na Santa Casa de

Misericórdia de Belo Horizonte e no Hospital São Lucas. Leciona.

**1930** Abril: segue para Paris, onde realiza curso avançado de teoria e prática de urologia, sua especialidade médica. Retorna no final do ano, reassume suas atividades, monta consultório.

**1931** Ingressa na Força Pública de Minas Gerais, como oficial-médico. 30 de dezembro: casa-se com Sarah Luísa Gomes Lemos, no Rio de Janeiro.

**1932** Serve em Passa Quatro-MG, como capitão-médico da Força Pública de Minas Gerais, durante a Revolução Constitucionalista. Conhece e torna-se amigo de Benedito Valadares Ribeiro, então chefe de polícia. Aproxima-se também do coronel Eurico Gaspar Dutra, do Exército, futuro presidente da República (1946-1951).

**1933** Dezembro: é nomeado chefe da Secretaria de Governo do interventor federal em Minas, Benedito Valadares, político de confiança do presidente Getúlio Vargas.

**1934** Elege-se deputado federal pelo Partido Progressista. Tem atuação parlamentar discreta, mas forte liderança política em Diamantina e região.

**1937** 10 de novembro: golpe de estado do presidente Vargas, nascimento do Estado Novo, ditadura. Perde o mandato de deputado federal, volta a Belo Horizonte e à medicina.

**1940** 16 de abril: é nomeado prefeito de Belo Horizonte pelo interventor Benedito Valadares. Comanda gestão renovadora e modernizante, que multiplica a escala de atuação da prefeitura. Transforma a cidade num canteiro de obras. O povo o apelida de Prefeito Furacão. Cria novos bairros, asfalta e calça ruas e praças, completa a extensa Avenida do Contorno, implanta o moderno conjunto arquitetônico da Pampulha, considerado por Oscar Niemeyer uma espécie de começo de Brasília antes de Brasília.

**1943** 22 de outubro: nasce Márcia Kubitschek, primeira filha.

**1945** Com a deposição do presidente Vargas, em 29 de outubro, deixa a prefeitura de Belo Horizonte. Participa, em Minas, da fundação do Partido Social Democrático, de que se torna secretário-geral. Elege-se deputado federal constituinte em 2 de dezembro.

**1946** Assume o mandato de deputado federal. Estabelece-se no Rio de Janeiro. 21 de maio: em seu primeiro discurso na Constituinte, pede a mudança da capital para o interior. Não se destaca no Legislativo, mas desenvolve intensa atividade política em nível nacional e em Minas.

**1947** Adoção de Maria Estela, de 4 anos.

**1950** 3 de outubro: candidato do PSD, é eleito governador de Minas, derrotando seu concunhado Gabriel Passos. Getúlio Vargas volta ao Palácio do Catete pelo voto.

**1951** 31 de janeiro: assume o governo de Minas Gerais. Lança o binômio energia e transportes, foco principal de seu programa de ação. Início de governo criativo, dinâmico e moderno. Tempo de grandes conquistas e avanços.

Revaciona a administração estadual, projetando nacionalmente seu nome.

**1954** Manhã de 24 de agosto: suicídio do presidente Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro. 25 de novembro: é indicado candidato a presidente da República pelo diretório central do PSD.

**1955** 10 de fevereiro: a Convenção Nacional do PSD homologa sua candidatura à Presidência da República. 3 de outubro: aliado ao PTB, com João Goulart como vice-presidente, elege-se presidente da República, com 36% dos votos. Adversários tentam anular a eleição, golpear. 11 de novembro: sua posse é assegurada por contragolpe liderado pelo ministro da Guerra, general Henrique Lott, que depõe o presidente interino Carlos Luz e impede que o titular, João Café Filho, que se declarara impedido por doença, reassuma o cargo.

**1956** 31 de janeiro: assume a Presidência da República. 1º de fevereiro: reúne o ministério, acaba com a censura à imprensa. Pede ao Congresso Nacional o fim do estado de

sítio. Lança audacioso Programa de Metas: trinta setoriais e a construção de Brasília, meta especial e síntese. É o primeiro passo de gestão revolucionária, que se destaca pelo pleno exercício da democracia, promoção do desenvolvimento e modernização do país. Crescimento acelerado da economia, interiorização e integração nacional, construção de Brasília, industrialização, ampliação e fortalecimento da infraestrutura econômica e social, florescimento das artes, efervescência cultural, elevação da autoestima dos brasileiros. 11 de fevereiro: oficiais da Aeronáutica se rebelam, tomando a base aérea de Jacareacanga. A revolta é controlada e sufocada em dezoito dias. 19 de setembro: sanção da Lei 2.874, que dispõe sobre a transferência da capital e criação da NOVACAP, Companhia Urbanizadora da Nova Capital, presidida por Israel Pinheiro da Silva. 2 de outubro: primeira viagem presidencial ao local da construção de Brasília. 10 de novembro: inauguração do Catetinho, palácio presidencial de tábuas no cerrado brasiliense, projetado por Niemeyer e construído em dez dias.

**1957** Construção acelerada de Brasília. Março: aprovação do Plano Piloto, do arquiteto Lucio Costa. 1º de outubro: lei fixa a transferência da capital para 21 de abril de 1960.

**1958** Programa de Metas em acelerada execução em todo o país. JK idealiza e lança a Operação Pan-Americana, tentativa de viabilizar o apoio substantivo dos Estados Unidos aos esforços de superação do subdesenvolvimento e da pobreza na América Latina e Caribe. Em termos práticos, resultou na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em dezembro de 1959, e da Aliança para o Progresso, no governo John Kennedy (1961-1963).

**1959** 17 de junho: o governo rompe com o Fundo Monetário Internacional, por recusar exigências para financiamento incompatíveis com os investimentos do Programa de Metas. 3 de dezembro: nova revolta na Aeronáutica. Oficiais tomam a base de Aragarças, em Goiás. Dura dois dias. 15 de dezembro: a Lei 3.692 cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

**1960** Fevereiro: visita do presidente americano Dwight Eisenhower. 21 de abril: inauguração de Brasília, nova capital da República. Kubitschek apoia a candidatura presidencial de seu ministro da Guerra, marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, derrotado por Jânio Quadros em 3 de outubro. Perde também em Minas Gerais: José de Magalhães Pinto, da UDN, bate o pessedista Tancredo de Almeida Neves.

**1961** 31 de janeiro: passagem do poder a Jânio Quadros. 4 de junho: elege-se senador por Goiás. 25 de agosto: renúncia do presidente Jânio Quadros. 7 de setembro: posse do presidente João Goulart. 8 de setembro: é formado o primeiro gabinete parlamentarista, chefiado por Tancredo Neves.

**1963** 6 de janeiro: um plebiscito aprova a volta do sistema presidencialista de governo.

**1964** 21 de março: é indicado candidato a presidente da República, em Convenção Nacional do PSD. 31 de março: golpe militar depõe o presidente João Goulart e instaura um

regime autoritário. 11 de abril: vota no marechal Humberto de Alencar Castello Branco para presidente da República e em José Maria Alkmim para vice-presidente, em eleição indireta, pelo Congresso. 3 de junho: faz belo, inflamado e contundente discurso no Senado em defesa da democracia. 8 de junho: o governo militar cassa-lhe o mandato de senador e suspende seus direitos políticos por dez anos. 14 de junho: primeiro de 976 dias de exílio na Europa e nos Estados Unidos.

**1965** 3 de outubro: seus amigos e antigos colaboradores Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro da Silva vencem as eleições para governador da Guanabara e de Minas Gerais, respectivamente. 4 de outubro: chega ao Brasil e é hostilizado pelo poder militar. É submetido a massacrantes interrogatórios policiais. 9 de novembro: volta ao exílio.

**1966** 10 de junho: chega ao Brasil para participar dos funerais de Maria da Conceição, a Naná, sua única irmã e maior amiga, morta no dia anterior, aos 65 anos. 3 de outubro: eleição indireta do marechal Arthur da Costa e Silva para a Presidência da República. 19 de novembro:

participante da Frente Ampla, movimento pela redemocratização do Brasil, assina com Carlos Lacerda a Declaração de Lisboa, pela paz, liberdade e retomada do desenvolvimento brasileiro.

**1967** 15 de março: posse do presidente Costa e Silva. 9 de abril: retorna definitivamente ao Brasil. Funda e dirige, com os genros Baldomero Barbará Neto e Rodrigo Lopes, a organização Desenvolvimento Nacional Sociedade Anônima (Denasa).

**1968** Sexta-feira, 13 de dezembro, AI-5: é preso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e depositado num cubículo do 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo-RJ.

**1969** 9 de janeiro: médicos atestam várias doenças e informam-lhe que se encontra em risco de vida. Autorizado pelo presidente Arthur da Costa e Silva, viaja aos Estados Unidos para tratamento de saúde.

**1970** Mais problemas de saúde. Extrai a próstata em hospital de Nova York.

**1971** 1º de maio: dona Júlia Kubitschek, a adorada mãe, morre em seus braços, em Belo Horizonte, aos 98 anos.

**1972** Compra 308 alqueires de cerrado bruto em Luziânia-GO, perto de Brasília, para formar a Fazendinha JK.

**1974** Publica *Meu caminho para Brasília*, livro de memórias. Fevereiro: candidata-se à cadeira nº 34 da Academia Mineira de Letras. Junho: é eleito membro da Academia Mineira de Letras.

**1975** 3 de maio: posse na Academia Mineira de Letras. 23 de outubro: perde eleição para a Academia Brasileira de Letras, por dois votos. Segundo semestre: perturba-se e sofre com problemas conjugais e a separação da filha Márcia e Baldomero Barbará. Deixa a Denasa, dedica-se crescentemente à Fazendinha JK.

**1976** 18 de junho: recebe da União Brasileira de Escritores o troféu Juca Pato, por ter sido escolhido intelectual do ano. 7 de agosto: rádios divulgam sua morte em acidente automobilístico numa estrada de terra próxima à Fazendinha JK, em Luziânia, Goiás. 22 de agosto: morre em nebuloso e

polêmico desastre de carro no quilômetro 165 da Via Dutra, município de Resende-RJ. Noite de 23 de agosto: é sepultado no Campo da Esperança, em Brasília, ao lado do amigo Bernardo Sayão Carvalho Araújo, morto em janeiro de 1959.

**1979** Início da construção do Memorial JK, projeto de Oscar Niemeyer, no ponto mais alto de Brasília.

**1980** O governo federal devolve suas comendas oficiais à família e declara nulos todos os processos punitivos contra ele.

**1981** Brasília, 12 de setembro, data em que completaria 79 anos: inauguração do Memorial JK, monumento e centro de cultura que, desde então, guarda seus restos mortais.

**1985** 15 de janeiro: o oposicionista Tancredo Neves é eleito presidente da República, marco do fim da ditadura. 15 de março: o vice-presidente José Sarney é empossado na Presidência da República, em virtude do impedimento de Tancredo Neves, por razões de saúde. 21 de abril: morte de Tancredo Neves, efetivação de Sarney na Presidência.

**1987** 7 de dezembro: a Unesco, em sessão solene, realizada em Paris, declara Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade.

# Caderno iconográfico

Crédito das fotos

FOTOS: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 23,  
26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38 e 42.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO  
FEDERAL / IHG - DF

FOTOS: 5, 11, 15, 21, 22, 24, 25, 28, 36, 40 e 41.  
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL / APDF

FOTO: 39.

MEMORIAL JK, BRASÍLIA

FOTOS: 18 e 19.

ACERVO ANNA PAOLA FRADE

FOTOS: 31 e 43.

ARQUIVO DO AUTOR

# Abreviaturas e siglas

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Academia Brasileira de Letras
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-5	Ato Institucional nº 5
AML	Academia Mineira de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BB	Banco do Brasil S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CPA	Conselho de Política Aduaneira
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Dasp	Departamento Administrativo do Serviço Público
Denasa	Desenvolvimento Nacional S.A.

DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DF	Distrito Federal
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional (Chile)
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOI-CODI	Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
EXIMBANK	Export-Import Bank
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGV	Fundação Getulio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
Frimisa	Frigoríficos de Minas Gerais
GEB	Guarda Especial de Brasília
GO	Goiás
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM	Inquérito Policial Militar
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
Op. cit.	Obra já citada
OPA	Operação Pan-Americana
Org.	Organizador
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PARA-SAR	1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Polícia Especial do Exército
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PR	Partido Republicano

PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido de Representação Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RJ	Rio de Janeiro
RM	Região Militar
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SNI	Serviço Nacional de Informações
SP	São Paulo
SQS	Super Quadra Sul
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICAMP	Universidade de Campinas
USAID	United States Agency for International Development

USIMINAS

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

USP

Universidade de São Paulo

VASP

Viação Aérea São Paulo

# Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário histórico-geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Kléber; MANSUR, Gilberto. Juscelino Kubitschek. *Status*, São Paulo, n. 18, jan. 1976.

ALMINO, João. *Cidade livre*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010.

ALVES, Henrique L. *Juscelino Kubitschek: o construtor de Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1983.

ARAÚJO, Fernando. *Juscelino Kubitschek: o médico*. Belo Horizonte: Gráf. Líthera Maciel, 2000.

ARAÚJO, Léa Sayão Carvalho. *Meu pai, Bernardo Sayão*. 5. ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

BADARÓ, Murilo Paulino. *José Maria Alkmim: uma biografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1977.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

\_\_\_\_\_. Os anos de Juscelino. In: QUADROS, Jânio da Silva; MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Ed., 1967. cap. 7.

BELOCH, Israel; FAGUNDES, Laura Reis (coord.). *Brasil, Brasília e os brasileiros*. Rio de Janeiro: Memória Brasil; Brasília-DF: Fund. João Pinheiro, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Depoimento de JK ao CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1976.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

BRANCO, Carlos Castello. *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

BRANCO, Paulo Castelo. *A morte de JK*. Brasília: Diadorim, 1997.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão externa destinada a esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 22 de agosto de 1976, e acidente rodoviário ocorrido na rodovia Presidente Dutra, quilômetro 165, no município de Resende. *Relatório final*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. São Paulo: Folha de S.Paulo; Publifolha; RS: Zero Hora, 1997.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A política externa do governo Kubitschek*. Brasília: Thesaurus, 1996.

CAMARGO, Aspásia et al. *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CAMPOS, Manoel França. *Brasília: terceiro marco*. Rio de Janeiro: São José, 1960.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fund. Assis Chateaubriand, 1999.

CARONE, Edgar. *A República liberal: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1985.

CARPEAUX, Otto Maria. *A batalha da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *A renúncia de Jânio*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Revan, 2000.

\_\_\_\_\_. *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CASTELO BRANCO, Paulo. *A morte de JK*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

CATALDO, Beth et alii. *Brasília aos 50 anos: que cidade é essa?* Brasília: Tema Editorial, 2010.

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. *JK desperta BH (1940-1945): a capital de Minas Gerais na trilha da modernização*. Belo Horizonte: Annablume Ed., 2010.

CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque. A história contada por jornais e jornalistas: 1808-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *113 dias de angústia*. Porto Alegre: L&PM, 2. ed., 1979.

\_\_\_\_\_. *A guerra das estrelas*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHAGAS, Carmo. *Política: arte de Minas*. São Paulo: Carthago & Forte, 1994.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1977.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

\_\_\_\_\_. JK: *como nasce uma estrela*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

\_\_\_\_\_. JK: *memorial do exílio*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1982.

\_\_\_\_\_. *Quem matou Vargas*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.

\_\_\_\_\_. JK e a ditadura. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012.

CONY, Carlos Heitor; LEE, Anna. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2003.

CORRÊA, Marcos Sá. *Oscar Niemeyer*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

\_\_\_\_\_. Brasília revisitada. In: BRASIL. DISTRITO FEDERAL. Leis etc. Decreto nº 10.829, de 1987. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, n. 194, 1987. Anexo I.

COSTA, Maria Elisa (org.). *Com a palavra, Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

COSTA, Virgílio. *Apresentação de Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal, 2009.

COTRIM, Márcio. *O outro lado do concreto armado*. Brasília: Thesaurus, 1987.

COUTO, Ronaldo Costa. *Tancredo vivo: casos e acaso*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1995.

\_\_\_\_\_. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

\_\_\_\_\_. A saga da construção de Brasília. *Veja*, São Paulo, n. especial: 50 anos - o nascimento de uma nação, nov. 2009.

\_\_\_\_\_. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2010.

\_\_\_\_\_. *Juscelino Kubitschek*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; Senado Federal, Edições Técnicas, 2011.

COUTO, Sóter. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1894.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. *Dossiê Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal.* Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1985.

DENYS, Odylo. *Ciclo revolucionário brasileiro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul.* São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DOURADO, Autran. *Gaiola aberta: tempos de JK e Schmidt.* Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DULLES, John W. F. *Castello Branco: o presidente reformador.* Brasília: EdUnB, 1983.

\_\_\_\_\_. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

\_\_\_\_\_. *Geisel: do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

\_\_\_\_\_. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

FERREIRA, Argemiro. Confissões de JK: entrevista. *Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 375, 3 set. 1976.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

FORMIGA, Marcone. *Resumo da ópera: jornalismo, entrevistas*. Brasília: Dom Quixote-Verano, 1996.

FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1968.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GEISEL, Ernesto. *Ernesto Geisel: [depóimento ao CPDOC]*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

GIKOVATE, Moisés. *Brasília: uma realização em marcha*. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

GONÇALVES, Nélio Cerqueira. *J Kasos e Kasos sem J.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

GUDIN, Eugênio. *Para um Brasil melhor.* Rio de Janeiro: Apec Ed., 1969.

GUERRA, Jacinto. *JK: triunfo e exílio.* Brasília: Thesaurus, 2005.

GUIMARAENS, Cêça. *Lucio Costa.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

GUIMARÃES, Vicente. *Nonô: o menino de Diamantina.* Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1976.

GUTEMBERG, Luiz. *Ulysses Guimarães: Perfis Parlamentares.* Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.

HAYDT, Humberto. *JK: mitos e metas.* Rio de Janeiro: Ed. Gráf. Lagunilla, 1963.

HIPÓLITO, Lúcia. *O PSD de Minas Gerais: um estilo de política.* In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro.* Rio de

Janeiro: CPDOC-FGV, 2001. v. 5, p. 4394.

\_\_\_\_\_. *PSD de raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IGLÉSIAS, Francisco. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JARDIM, Serafim; TEIXEIRA, Bruna (coord). *Onde está a verdade?: depoimento aos jornalistas mineiros Luiz Carlos Bernardes e Orlando Marques Pinto Leite*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *De Nonô a JK: a história do menino que transformou o Brasil.* Diamantina, MG: Casa de Juscelino; Governo de Minas, 2010.

KOIFMAN, Fábio (org.). *Presidentes do Brasil.* São Paulo: Cultura, 2002.

KUBITSCHÉK DE OLIVEIRA, Juscelino. *A marcha do amanhecer.* São Paulo: Bestseller, 1962.

\_\_\_\_\_. *Cinquenta anos em cinco.* Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978. (*Meu caminho para Brasília*, v. 3).

\_\_\_\_\_. Diário: 450 páginas de anotações manuscritas pessoais do período novembro de 1973 a agosto de 1976.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento.* Belo Horizonte: Liv. O. Nicolai, 1955.

\_\_\_\_\_. *A escalada política.* Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1976. (*Meu caminho para Brasília*, v. 2).

\_\_\_\_\_. *A experiência da humildade*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1974. (*Meu caminho para Brasília*, v. 1).

\_\_\_\_\_. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000.

KUBITSCHÉK LOPES, Maria Estela. *Simples e princesa*. São Paulo: Arx, 2006.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Minhas cartas e as dos outros*. Brasília: EdUnB, 2005.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. *Paradoxos e possibilidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Ed., 2005.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LIMA, Valentina da Rocha; RAMOS, Plínio de Abreu. *Tancredo fala de Getúlio*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

LISPECTOR, Clarice. *Para não esquecer: crônicas*. São Paulo: Siciliano, 1992.

\_\_\_\_\_. *De corpo inteiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República do Catete*. Petrópolis: Vozes, 1989.

LUZ, Clemente. *Invenção da cidade*. Brasília: Ebrasa, 1967.

MALRAUX, André. *Discours au Brésil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

MARTINS, Kao. *Rouco de tanto ouvir: as tramas de Benedito*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 1992.

MAYRINK, Geraldo. *Juscelino*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MELO FILHO, Murilo. *Testemunho político*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1997.

MENDONÇA, E. Roberto. *JK: cidadão do Brasil*, perfil do estadista. Brasília: [S.n.], 2002.

MERCADANTE, Luiz Fernando. *20 perfis e uma entrevista*. São Paulo: Siciliano, 1994.

MIRANDA, Wander Melo. *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

MONTELLO, Josué. *Diário da noite iluminada: 1977-1985*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Juscelino Kubitschek de minhas recordações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MORAES, José. *Juscelino: o homem, a candidatura, a campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

MOREIRA, Neiva. *Brasília: hora zero*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

MOREIRA, Pedro Rogério Couto. *Bela noite para voar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teotônio Vilela*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1996. p. 28.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Juscelino Kubitschek: audácia, energia, confiança*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988.

NERY, Sebastião. *Grandes pecados da imprensa*. São Paulo: Geração Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. *A nuvem: o que ficou do que passou*. São Paulo: Geração Ed., 2009.

NETO, Geneton Moraes. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1997.

NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Tancredo de Almeida. *Tancredo Neves: sua palavra na História [discursos]*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1988.

NIEMEYER SOARES FILHO, Oscar Ribeiro de Almeida de. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961.

\_\_\_\_\_. *Meu sósia e eu*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

\_\_\_\_\_. *As curvas do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

\_\_\_\_\_. *Diante do nada*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

\_\_\_\_\_. *Minha arquitetura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Teixeira de (org.). *Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo*. Belo Horizonte: Mercado Comum, 2008.

OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *O Congresso em meio século*. Brasília: Plenarium, 2005.

ORICO, Osvaldo. *Brasil: capital Brasília*. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1961.

\_\_\_\_\_. *Confissões do exílio*: JK. Rio de Janeiro: F. Alves Ed., 1977.

PAVIANI, Aldo (coord.). *Brasília: ideologia e realidades, espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985.

PENNA, José Oswaldo Meira. *Quando mudam as capitais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

PERALVA, Osvaldo. *Brasília: patrimônio da humanidade, um relatório*. Brasília: MinC, 1988.

PINHEIRO NETO, João. *Juscelino: uma história de amor*. Rio de Janeiro: Mauad, 1994.

PRATES, César. *Do Catetinho ao Alvorada*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

QUADROS, Jânio; MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do povo brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores, 1967.

QUATRO anos no governo de Minas Gerais: 1951-1955, síntese das realizações do governador Juscelino Kubitschek

de Oliveira. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. pp. 383-388.

PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

RAMOS, Plínio de Abreu. *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

REIS, Milton. *A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mestiço é que é bom*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

RIEDINGER, Edward Anthony. *Como se faz um presidente: a campanha de JK*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SANTAYANA, Mauro (org.). *A política como razão: as ideias e o tempo de Tancredo Neves*. Belo Horizonte: Autêntica Ed.; Fund. Tancredo Neves, 2010.

\_\_\_\_\_. *Tancredo: o verbo republicano*. Belo Horizonte: Autêntica Ed.; Fund. Tancredo Neves, 2010.

SANTOS, Affonso Heliodoro dos. *JK: exemplo e desafio*. Brasília: Thesaurus, 2005.

\_\_\_\_\_. *JK: de Diamantina ao Memorial*. Brasília: Thesaurus, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Memorial JK: um monumento e centro de cultura*. Brasília: Verano, 1996.

SANTOS, Carlos Murilo Felício dos. *Momentos decisivos: JK contra o golpismo no Brasil*. Belo Horizonte: Cultural Rona-Editora, 2012.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 6. ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1998.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. 4. ed. Brasília: Linha Gráf. Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. *O militante da esperança e a história de Brasília*. Brasília: Ed. Brasília, 2004.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Desenvolvimento e democracia: 1956-1960*. São Paulo: Ed. IstoÉ, 1998. (Coleção História da República Brasileira).

SILVEIRA, Joel. *A feijoada que derrubou o governo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

SIMÕES, Josanne Guerra. *Sirênico canto*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

TAMANINI, Lourenço Fernando. *Memória da construção*.  
Brasília: Royal Court, 1994.

TEIXEIRA, Ib. *O custo-Brasília. Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 5, p. 25-30, maio de 1996.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou interior?* Brasília: Thesaurus, 1978. (Coleção Memória do Brasil; v. 5).

VASCONCELOS, José Adirson de. *Conhecendo e compreendendo Brasília*. Brasília: [S.n.], 1969.

VAZ, Alisson Mascarenhas. *Israel: uma vida para a história*. Rio de Janeiro: Vale do Rio Doce, 1996.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

VIANA FILHO, Luiz. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: Bibliex; J. Olympio, 1975.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil*. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.

WALTERS, Vernon A. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.

WERNECK, Humberto. *Juscelino Kubitschek: o tocador de sonhos*. São Paulo: Fund. Odebrecht, 2002.

## Outras fontes

### Revistas

*Carta Capital*, São Paulo.

*Conjuntura Econômica* (FGV), Rio de Janeiro.

*Época*, São Paulo.

*IstoÉ*, São Paulo.

*Manchete*, Rio de Janeiro.

*O Cruzeiro*, Rio de Janeiro.

*Revista Brasília* (Novacap), Brasília.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal*, Brasília.

*Rio Magazine*, Rio de Janeiro.

*UnB Revista* (UnB), Brasília.

*Veja*, São Paulo.

*Visão*, São Paulo.

## Jornais

*Brasília em Dia*, Brasília.

*Correio Braziliense*, Brasília.

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro.

*Diário da Assembleia*, Rio de Janeiro.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro.

*Folha de S.Paulo*, São Paulo.

*Gazeta Mercantil*, São Paulo.

*Hoje em Dia*, Belo Horizonte.

*Jornal da Comunidade*, Brasília.

*Jornal de Brasília*, Brasília.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro.

*Le Monde*, Paris.

*O Estado de Minas*, Belo Horizonte.

*O Estado de S. Paulo*, São Paulo.

*O Globo*, Rio de Janeiro.

*Pasquim*, Rio de Janeiro.

*The New York Times*.

*Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro.

*Última Hora*, Rio de Janeiro.

*Washington Post*, Washington-DC.

# Índice onomástico

## A

- Abreu, Hugo de 212  
Abreu, Ovídio de 94  
Aleixo, Pedro 22, 37, 174, 177, 187  
Aleixo, Sérgio 174, 177  
Alencar, Miguel Arraes de 172, 216, 217, 218, 222, 245  
Alkmim, José Maria 22, 23, 37, 42, 50, 54, 66, 67, 87, 94, 96,  
116, 136, 140, 142, 141, 150, 174, 250  
Allende, Salvador 217  
Almeida, José Américo de 38, 40  
Almeida, Sebastião Paes de 95, 179  
Alvarenga e Ranchinho 105  
Alves, Joaquim Victorino Portella Ferreira 163  
Alves, Marcio Moreira 182  
Amado, Jorge 200, 239  
Amaral, Maria Adelaide 160, 236  
Amparo, Maria do 14  
Âncora, Armando de Moraes 77  
Anderson, Jack 217  
Andrade, Antonio Carlos Ribeiro de 37, 187, 211  
Andrade, Fábio 211  
Andrade, Antonio Reneé 167

Andrade, Auro de Moura 117  
Andrade, Carlos Drummond de 22, 107  
Aranha, Osvaldo 75, 77, 79, 187  
Araújo, José Oswaldo de 43, 45  
Archer, Renato 141, 174, 177, 200  
Aristóteles 198  
Arraes de Alencar, Miguel Ver Alencar, Miguel Arraes de Assunção, Zacarias de 30  
Athayde, Austregésilo de 201, 202, 203  
Ávila, Affonso 67  
Azeredo, Renato de Alencar 67, 152, 153, 166, 167

## **B**

Balena, Alfredo 23  
Barão de Itararé 92, 93  
Barão do Rio Branco 200  
Barbará Neto, Baldomero 160, 173, 178, 186, 208, 251, 252  
Barbosa, Francisco de Assis 15, 27, 30, 202  
Barcelos, Cristóvão 29  
Barros, Ademar de 90, 91, 95, 113, 138, 145  
Barros Filho, Ademar de 211  
Barroso, José Parsifal 95, 96  
Batista, Geraldo 123, 124  
Beauvoir, Simone de 236  
Behrens, Odilon 23, 66  
Benevides, Maria Victoria de Mesquita 20, 50, 198, 237

Beraldo, João Tavares Correia 48, 53  
Berengas, Maria Alice Gomes 170, 171, 172, 195, 240  
Bernardes, Arthur da Silva 37, 39, 59, 65, 83  
Bevilacqua, Peri Constant 138  
Bloch, Adolpho 89, 143, 173, 175, 195, 196, 210, 211, 213,  
242  
Bonaparte, Napoleão 83  
Borges, Ladislau 10, 211  
Botezo, Dario 154  
Boto, Pena 93  
Boumedienne 172  
Braga, Miltonilo 154  
Braga, Ney 202  
Braga, Odilon 37  
Braga, Pedro 66  
Braga, Rubem 41  
Branco, Paulo Castelo 215  
Brandão, Wellington 50  
Brizola, Leonel 109, 137  
Brunini, Raul 174  
Bujones, Fernando 173

## C

Cabral, Carlos Castilho 114  
Café Filho, João 76, 80, 81, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 94, 95,  
249

Câmara, José Sette 67, 119, 125, 167  
Câmara Júnior, Antonio Alves 97  
Campos, Francisco 31, 41  
Campos, Milton Soares 22, 56, 57, 61, 63, 64, 90, 116, 150  
Campos, Roberto de Oliveira 95, 100, 101, 104, 111, 120,  
125, 150, 155, 241  
Campos, Wagner Estelita 133  
Canedo, Pio 56  
Cantinflas 114  
Capanema, Gustavo 26, 31, 50  
Cardoso, Adauto Lúcio 22, 105  
Cardoso, Fernando Henrique 238  
Carneiro, Francisco 213  
Carneiro, Geraldo 67, 167  
Carneiro, Nelson 243  
Carneiro, Paulo 119  
Carter, Jimmy 216, 218  
Carvalho, Daniel de 37, 54  
Carvalho, Ferdinando 163, 167  
Carvalho, José Candido de 186, 234  
Carvalho, José Murilo de 165  
Carvalho, Serafim de 87  
Casasant, Mario 22  
Castello Branco, Carlos 110, 122, 244  
Castello Branco, Humberto de Alencar 76, 139, 140, 141,  
142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152,

- 154, 155, 163, 164, 166, 169, 170, 174, 179, 198, 233, 235, 250
- Castro, Caiado de 77, 78
- Castro, Fidel 235
- Castro, Fiúza de 92, 93
- Cavalcanti, Sandra 174, 177
- Cerqueira, Nélio. Ver Gonçalves, Nélio Cerqueira
- Cesconetto, Charles 170
- Chagas, Carlos 152, 192
- Chagas, Paulo Pinheiro 61, 63, 90, 236
- Chateaubriand Bandeira de Melo, Assis 38, 144, 193, 202, 237
- Chaves, Aureliano 212
- Chevassu, Maurice 24
- Clarice Lispector 237, 266
- Clementino, Dario de Souza 213
- Coelho, Maria Joaquina 13, 246
- Cony, Carlos Heitor 114, 141, 157, 161, 167, 176, 178, 190, 196, 200, 203, 210, 215, 216, 217, 218, 221, 238
- Contreras Sepúlveda, Manuel 216, 217
- Corção, Gustavo 105, 236
- Costa, Canrobert Pereira da 76, 89, 92
- Costa, Lucio 232, 239, 249
- Costa e Silva, Arthur da 139, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 166, 168, 174, 176, 177, 182, 184, 185, 233, 251

Costa, Zenóbio da 76, 77  
Couto, Cosme do 18  
Couto, Francisco Assis 5  
Couto, João Lúcio 5  
Couto e Silva, Golbery do 90, 93, 150, 201, 202, 212, 216, 217, 220  
Couto, Ronaldo Costa 245  
Cruz, Oswaldo 200  
Cunha, Flores da 94  
Cunha, Tristão da 66  
Cury, Lindberg Aziz 213

## D

Dantas, San Tiago 9, 234  
Dante 161  
Das Dores 22, 116  
De Gaulle, Charles 161, 170, 171, 172, 187  
Delfim Netto, Antonio. Ver Netto, Antonio Delfim Denys, Odílio 93  
Diamantina (cozinheira) 162  
Diniz, Júlio 19  
Dom João VI 186  
Donato, Hernâni 206  
Dornelles, Ernesto 30, 31, 52, 73, 95, 96  
Dornelles, Hélio 78  
Dos Passos, John 233

Dourado, Autran 67  
Drummond, José Bolivar Brant 188, 189  
Drummond, Olavo 161, 211, 213, 231  
Duarte, João Hipólito 17  
Duarte, Rita Flávia 17  
Dulles, Foster 141  
Dumas, Alexandre 13, 19  
Dumont, Alberto Santos 200  
Dutra, Eurico Gaspar 27, 30, 48, 49, 51, 52, 55, 56, 59, 141, 142, 147  
Dutra, Pedro 50

## **E**

Eisenhower, Dwight D. 96, 250  
Élis, Bernardo 200, 203, 204  
Etelvina (cozinheira) 125

## **F**

Falcão, Armando 212, 243  
Farah, Saïd 168, 242  
Ferraz, Haroldo 215  
Ferreira, José Feliciano 130  
Figueiredo, João Baptista de Oliveira 168, 212, 213, 216, 217, 242  
Filho, Adonias 202  
Fleming, Alexander 14  
Fonseca, Fausto 132, 167

Fonseca, Olinto 43  
Fonseca Filho, Olinto da 50  
Fortes, José Francisco Bias 54, 56, 85  
Franco, Afonso Arinos de Melo 9, 10, 74, 94, 117, 232, 233, 244  
Franco, Virgílio Alvim de Melo 31, 37  
Freire, Victorino 130  
Freitas, Caio de 195  
Freitas, Isnard Garcia de 97  
Freitas, Luiz Carlos Reis de 178  
Freyre, Gilberto 233, 239  
Frieiro, Eduardo 43, 47  
Frieiro, Noêmia 43  
Frota, Sylvio 212, 241

## **G**

Gama, Clóvis Salgado da 59, 61, 67, 81, 83, 85, 97, 240  
Garcez, Lucas Nogueira 210  
Geisel, Ernesto 93, 144, 148, 150, 154, 179, 180, 198, 209, 212, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 233, 241, 243  
Generosa, Augusta 17  
Gladstone 114  
Góis 41  
Gomes, Almir Francisco 213  
Gomes, Eduardo 48, 52, 59, 61, 76  
Gonçalves, Dercy 185

- Gonçalves, Nélio Cerqueira 66, 125, 154, 167  
Gonzaga, Tomás Antonio 197  
Goulart, João Belchior Marques (Jango) 63, 79, 81, 83, 89, 90, 95, 106, 109, 116, 118, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 176, 179, 218, 222, 223, 233, 239, 249, 250  
Gudin, Eugenio 233  
Guerra, Joubert 39, 40  
Guignard, Alberto da Veiga 47  
Guillaume, Louise 20  
Guimaraens Filho, Alphonsus 67  
Guimarães, Ulysses Silveira 5, 83, 187, 210, 243  
Guimarães, Vicente (Vovô Felício) 18, 187  
Gusmán Júnior, João 52

## H

- Heliodoro, Affonso. Ver Santos, Affonso Heliodoro dos  
Henrique, João 50  
Heráclio, Chico 91  
Hilário 17, 19  
Hipócrates 24  
Hitler 44  
Huxley, Aldous 237

## I

- Iglésias, Francisco 64, 120  
irmã Maria 28

## J

- Jardim, Serafim Gomes 197  
Jardim, Serafim Melo 173, 215  
Jesus, Teresa Maria de 13, 246  
João, Antonio 154  
Jobim, Antonio Carlos (Tom Jobim) 235  
Johnson, Lyndon 137  
Jordão 154  
Jordão. Ver Ramos, Rodrigo Octávio Jordão

## K

- Kennedy, John Fitzgerald 108, 134, 187, 249  
Kobal, Alfredo 28  
Kubitschek, Augusto Elias 11, 13, 17, 19, 196, 246  
Kubitschek, Jan Nepomuscky 13, 246  
Kubitschek, João Nepomuceno 13, 14  
Kubitschek, Júlia 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 63, 99, 122, 125, 190, 199, 209, 232, 246, 251  
Kubitschek, Márcia 25, 54, 63, 99, 119, 155, 160, 167, 173, 178, 186, 208, 215, 242, 248, 252  
Kubitschek, Sarah Luísa Lemos 23, 24, 25, 26, 30, 33, 38, 40, 42, 60, 63, 73, 99, 119, 125, 128, 150, 152, 153, 154, 156, 157, 160, 162, 168, 170, 172, 174, 175, 178, 180, 183, 184, 190, 208, 209, 211, 213, 215, 223, 225, 244, 245, 246, 247  
Kubitschek Barbará, Júlia 173  
Kubitschek Bujones, Alejandra 173

- Kubitschek de Oliveira, Eufrosina 11
- Kubitschek de Oliveira, Maria da Conceição 11, 15, 17, 20, 23, 24, 25, 40, 63, 99, 173, 196, 199, 246, 247, 251
- Kubitschek Lopes, João César 173
- Kubitschek Lopes, Jussarah 155, 173
- Kubitschek Lopes, Maria Estela 25, 63, 99, 106, 119, 152, 155, 156, 171, 178, 203, 248
- Kubitschek Lopes, Marta Maria 173
- Kubitschek Pereira, Anna Christina 173, 220, 242, 244
- Kurtis, Cyro 167

## L

- Lacerda, Carlos Frederico Werneck de 72, 73, 74, 78, 89, 92, 93, 94, 105, 113, 116, 117, 119, 134, 135, 138, 143, 144, 174, 175, 176, 184, 185, 197, 218, 222, 223, 239, 240, 251
- Lacerda, Maurício 184
- Lacerda, Sérgio Carlos Abruzzini 117
- Ladeira, Mário Hugo 66
- Ladislao 140
- Lafer, Celso 244
- Lamaison, Aimé Alcebíades 213
- Leal, Victor Nunes 167, 213
- Leite, Sérgio de Souza 215
- Léllis, Joffre 166, 167
- Lemos, Amélia Gomes 60
- Lemos, Jayme Gomes de Souza 23, 247

- Lemos, Luisinha Negrão 23, 60, 95, 247
- Letelier del Solar, Orlando 216, 217
- Libanio, Joaquim 50
- Lima, Francisco Negrão de 22, 30, 37, 38, 60, 73, 140, 150, 162, 166, 170, 244, 250
- Lima, Noraldino 50
- Lima, Octacílio Negrão de 22
- Lima, Paulo Tarso Flecha de 125
- Lima, Renato Costa 210
- Lincoln, Abraham 42
- Linhares, José 52
- Lins, Álvaro de Barros 97, 125
- Lins, Etelvino 83, 193
- Lins, Ivan Monteiro de Barros 200
- Lispector, Clarice 237
- Lopes, Lucas 54, 55, 66, 100, 104
- Lopes, Rodrigo 155, 173, 178, 186, 251
- Lott, Henrique Batista Duffles Teixeira 76, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 109, 113, 116, 138, 141, 144, 149, 150, 165, 182, 249, 250
- Lucas, cabo 83
- Lucas, Fábio 67
- Ludovico, Juca 72, 88
- Lula da Silva, Luiz Inácio 238
- Luz, Carlos Coimbra da 50, 56, 76, 92, 93, 94, 249

## M

- Machado, Álvaro Matta 20
- Machado, Celso 37, 50, 153
- Machado, Cristiano 48, 50, 59, 61
- Maciel, Olegário 25, 29, 30, 31
- Magalhães, Agamenon 48
- Magalhães, Dario de Almeida 22
- Magalhães, Juracy 94, 112, 113, 233
- Malraux, André 187, 237
- Mamede, Jurandir Bizarria 92
- Manuelzão. Ver Nardi, Manuel
- Marcellin, R. 172
- Margareth, princesa 128
- Mariani, Clemente 117, 118, 119, 135
- Marinho, Gilberto 153
- Martins, Cristiano 67
- Marx, Grouxo 114
- Marx, Roberto Burle 47
- Matarazzo, Ciccillo 128
- Matarazzo, Francisco 231
- Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, visconde de 121, 186, 233
- Mayrink, Geraldo 120, 243
- Mazzilli, Paschoal Ranieri 135, 136
- Medeiros, Maurício Campos de 97
- Médici, Emilio Garrastazu 190
- Meira, Lúcio 97

- Mello, Jayme Portella de 148  
Mello, Nelson de 97  
Mello, Taciano Gomes de 129, 130  
Melo Neto, João Cabral de 107  
Meneses, José Raimundo Teles de 15  
Menezes, Raimundo de 206  
Mercadante, Luiz Fernando 180  
Mesquita, Duque de 50  
Miterrand, François 172  
Moffitt, Ronni 217  
Molière 20  
Monteiro, Roberto Wagner 213  
Montello, Josué 125, 160, 161, 167, 195, 200, 201, 202, 203  
Montoro, André Franco 210, 243  
Morais, Mascarenhas de 76  
Moreira, Vivaldi 197  
Motta, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos 197  
Moura, Nelson Ribeiro de 215  
Mourão, Júlio 39  
Mourão, Rui 67  
Mourão Filho, Olympio 39, 138, 149, 150, 182  
Müller, Filinto 152  
Murta, Celso 66

## N

Naná. Ver Kubitschek de Oliveira, Maria da Conceição

- Nardi, Manuel 59
- Natel, Laudo 210
- Nava, Pedro 22, 232, 234
- Netto, Antonio Delfim 242
- Neves, Aécio 234
- Neves, Tancredo de Almeida 49, 50, 51, 52, 57, 59, 61, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 94, 109, 110, 115, 116, 135, 136, 138, 142, 143, 157, 158, 165, 167, 177, 185, 196, 222, 234, 250, 252
- Neuwirth, Lucien 172
- Niemeyer Soares, Oscar Ribeiro de Almeida de 46, 47, 192, 193, 206, 213, 232

## O

- Oliveira, Antonio Gonçalves de 97
- Oliveira, Armando de Sales 38
- Oliveira, Carlos Veloso de 102
- Oliveira, Conceição 63
- Oliveira, Emilinha 63
- Oliveira, Eufrozino de 23, 24
- Oliveira, Ildeu de 5, 209, 210
- Oliveira, João Adil de 74
- Oliveira, João César de 11, 12, 14, 15, 18, 83, 86, 90, 232, 246
- Oliveira, José Alves de 244
- Oliveira, José Aparecido de 82, 199
- Oliveira, Josias Nunes de 214, 215

Oliveira, Nísio Batista de 52  
Oliveira, Octavio Frias de 206  
Oliveira, Teófilo Gomes de 12, 246

## P

Pacheco, Rondon 54, 55, 81, 143  
Pádua, João de Lima 30, 60  
Pádua, Lucia Ribeiro 30  
Passarinho, Jarbas Gonçalves 242  
Passos, Gabriel de Resende 22, 25, 37, 60, 61, 248  
Peçanha, Honório 213  
Pedrosa, José 191  
Pedroso, José 159, 160  
Pedroso, Maria Lúcia 128, 159, 197, 208, 209, 243  
Peixoto, Ernani do Amaral 65, 79, 81, 83, 140, 147, 150,  
152, 155, 166  
Peluso, Cezar 217  
Penido, Oswaldo Maia 96, 125, 166, 208  
Penna, Eliézer 131  
Penteado, Yolanda 128  
Pereira, Francisco Rodrigues 50  
Pereira, Paulo Octávio Alves 220, 244  
Perón, Juan Domingo 89, 172  
Péroneille, Vicente 19  
Picchia, Menotti del 206  
Pinheiro, Coracy 143

Pinheiro da Silva, Israel 44, 48, 50, 54, 64, 104, 143, 151, 162, 166, 171, 208, 232, 249, 250

Pinochet, Augusto 217

Pinto, Carvalho 176, 210

Pinto, Heráclito Fontoura Sobral 163, 164, 166, 167, 235

Pinto, José de Magalhães 116, 138, 173, 199, 212, 250

Pinto, Nilo Aparecida 197

Pinto, Olavo Bilac 22

Pio XII, papa 96

Portinari, Cândido 25, 47

Prates, César 127, 207, 236

Prates, João Milton 123, 124

## **Q**

Quadros, Jânio da Silva 81, 82, 94, 95, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 151, 196, 199, 227, 236, 241, 250

## **R**

Racine 20

Ramos, Divino 67

Ramos, Joaquim Fiúza 140, 147, 148, 150, 152, 167

Ramos, Nereu 57, 59, 81, 94, 97, 99

Ramos, Rodrigo Octávio Jordão 154

Ramos, Saulo 5

Reale, Miguel 202

Reis, Fernando Antonio Roquette 5, 65

- Reis, Milton 167
- Renault, Abgar 22
- Ribeiro, Benedito Valadares 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 59, 60, 64, 65, 81, 82, 83, 232, 247
- Ribeiro, Darcy 101, 107, 232, 235
- Ribeiro, Eufrosina Leonardo 246
- Ribeiro, Geraldo 10, 45, 133, 153, 154, 197, 210, 211, 212, 215, 221
- Ribeiro, Maria de Lourdes 210
- Ribeiro, Odete 31
- Ribeiro, Sebastião de Almeida 211
- Rodrigues, José Esteves 66
- Rodrigues, José Honório 237
- Rodrigues, Martins 140
- Rodrigues, Nelson 158, 235, 236
- Romano, Guilherme 216, 220, 238
- Rosa, João Guimarães 9, 18, 47, 59, 107, 232
- Rosalvo 221
- Rossi, Newton Egydio 213
- Rubião, Murilo 66, 67

## **S**

- Sabin, Alberto 240
- Salazar 187
- Salgado, Clóvis. Ver Gama, Clóvis Salgado da Salgado, Lia  
67

Salgado, Plínio 90, 91, 202  
Salles, Aloysio 106, 169, 183, 208  
Salles, Walther Moreira 240, 241  
Santos, Affonso Heliodoro dos 66, 88, 89, 122, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 138, 140, 149, 150, 153, 154, 157, 162, 167, 193, 208, 213, 222, 223, 240, 245  
Santos, Anor Teixeira dos 97  
Santos, Carlos Murilo Felício dos 67, 134, 136, 152, 153, 174, 205, 207, 208, 209, 210, 221, 222, 223, 243, 245  
Santos, Dea 208  
Santos Dumont, *Ver* Dumont, Alberto Santos  
Sarmento, Syzeno 183, 184  
Sarney, José 210, 234, 252  
Sarney, Marly Macieira 210  
Sayão Carvalho Araújo, Bernardo 212, 213, 252  
Schmidt, Augusto Frederico 108, 117, 140, 150, 227, 235  
Scott, Walter 13  
Seabra, Rodrigues 50  
Secco, Vasco Alves 97  
Shakespeare, William 185  
Silva, Evandro Lins e 203  
Silva, Marcos Tito Tamoyo da 183  
Silva, Péricles Pedro da 129  
Silva, Rodolfo 20  
Silveira, Joel 238  
Simonsen, Mario Henrique 237

- Sipolis, Miguel Maria de 12  
Soares, João Luís 154  
Soares, José Carlos de Macedo 97  
Soares, José Henriques 154, 167  
Soares, Júlio 23, 24, 25, 63, 99, 190, 247  
Soares, Luiz Martins 37, 50  
Soares Neto, Antonio 87  
Solon 114  
Sousa, Irineu Evangelista de. Ver Mauá, Irineu Evangelista  
de Sousa, visconde de  
Sousa, Washington Luís Pereira de 25  
Souza, Elisardo Eulálio de 14  
Stroessner, Alfredo 179  
Sued, Alberto 156  
Sued, Ibrahim 156

## T

- Tavares, Pedro Laborne 53  
Távora, Juarez 76, 81, 82, 83, 90, 91, 93, 142, 154  
Teixeira, Anísio Spínola 107  
Teixeira, Carlos Martins 106, 119, 153, 154  
Teixeira, Miro 217  
Tiradentes 82, 232  
Toniquinho. Ver Soares Neto, Antonio

## V

- Vargas, Alzira 77, 78

- Vargas, Benjamim 78
- Vargas, Getúlio Dornelles 25, 27, 29, 31, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 61, 62, 64, 65, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 110, 138, 165, 176, 186, 200, 247, 248
- Vasconcelos, Sérgio Gomes de 213
- Vaz, Rubens Florentino 73, 89
- Veloso, Haroldo 102
- Viana, Baeta 24
- Viana, Fernando Melo 53
- Viana Filho, Luís 141, 164
- Vianna, Argentina 150
- Viegas, Augusto 50
- Vilaça, Marcos Vinicios 91
- Vilela, Teotônio Brandão 233
- Vitorino, Gilson Vitral 215
- Voltaire 20
- W**
- Wainer, Samuel 73
- Wamberto, José 155
- Z**
- Ziller, Adelchi 154
- Zola, Émile 13, 14

# Fontes e notas

<sup>1</sup> A menininha é a jornalista e historiadora Luciana Villas-Boas.

<sup>2</sup> Há outra versão, com o mesmo desfecho. Corte para Belo Horizonte, início de 1955. Juscelino é candidato a presidente da República.

O escritor e amigo Geraldo França de Lima indaga:  
“Vamos ganhar?”. Juscelino: “Pergunte ao Zino”. Zino é Eufrozino de Oliveira, tio de Juscelino, residente em Araguari, no Triângulo Mineiro, irmão de João César de Oliveira. Geraldo pergunta. Zino:  
“O Juscelino está eleito. É o destino”. E conta que, com o nascimento do filho, João César não pôde comparecer ao encontro marcado com um comprador de pedras. Mandou-lhe, então, o seguinte bilhete:  
“Não posso ir encontrar-me com você porque a Júlia deu à luz o futuro presidente da República. Diamantina, 12 de setembro de 1902. João César de Oliveira”.

- <sup>3</sup> Conforme o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony, amigo e biógrafo de JK, a data de nascimento é outra: “Tenho a certidão de nascimento: o ano correto é 1900”. Fonte: entrevista ao jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2012.
- <sup>4</sup> Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Depoimento de JK ao CPDOC*, op. cit., p. 1.
- <sup>5</sup> Francisco de Assis Barbosa, *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*, op. cit., p. 147.
- <sup>6</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, op. cit., p. 21.
- <sup>7</sup> Maria Victoria de Mesquita Benevides, Depoimento de JK ao CPDOC, op. cit., pp. 3 e 6.
- <sup>8</sup> Vicente Guimarães (Vovô Felício), *Nonô, o menino de Diamantina*, op. cit., pp. 89-91.
- <sup>9</sup> Maria Victoria de Mesquita Benevides, Depoimento de JK ao CPDOC, p. 9.
- <sup>10</sup> Idem, p. 11.

<sup>11</sup> Ibid., p. 12.

<sup>12</sup> Ibid., p. 12.

<sup>13</sup> Ibid., p. 14.

<sup>14</sup> Maria Estela Kubitschek Lopes, *Simples e princesa*, op. cit., p. 44.

<sup>15</sup> Francisco de Assis Barbosa. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*, op. cit., p. 357.

<sup>16</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, op. cit., pp. 168-169.

<sup>17</sup> Idem, p. 197.

<sup>18</sup> Ibid., p. 196.

<sup>19</sup> Plínio de Abreu Ramos, *O PSD mineiro*, op. cit., p. 160.

<sup>20</sup> Francisco de Assis Barbosa, *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*, op. cit., pp. 363-364.

<sup>21</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, op. cit., p. 212.

<sup>22</sup> Idem, p. 213.

<sup>23</sup> Ibid., p. 216.

<sup>24</sup> Ibid., p. 234.

<sup>25</sup> Ibid., p. 221.

<sup>26</sup> Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Depoimento de JK ao CPDOC*, op. cit., pp. 55-56.

<sup>27</sup> Idem, p. 66.

<sup>28</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, op. cit., pp. 247-248.

<sup>29</sup> Idem, pp. 240-241.

<sup>30</sup> Maria Victoria de Mesquita Benevides, *Depoimento de JK ao CPDOC*, op. cit., p. 73

<sup>31</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, op. cit., pp. 318-319.

<sup>32</sup> Idem, p. 349.

<sup>33</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., pp. 61- 62.

<sup>34</sup> Idem, p. 15.

<sup>35</sup> Ibid., p. 17.

<sup>36</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, op. cit., p. 355.

<sup>37</sup> Geraldo Mayrink, *Juscelino*, op. cit., p. 29.

<sup>38</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., p. 21

<sup>39</sup> Depoimento de Oscar Niemeyer ao autor, em 29 de dezembro de 1999.

<sup>40</sup> Plínio de Abreu Ramos, *O PSD mineiro*, op. cit., pp. 118-119.

<sup>41</sup> Revista *Fatos e Fotos Gente* nº 785. Brasília, 5 de setembro de 1976, p. 62.

<sup>42</sup> Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, op. cit., p. 113.

<sup>43</sup> Lúcia Hipólito, *O PSD de Minas Gerais: um estilo de política*, op. cit.

- <sup>44</sup> Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, op. cit., p. 122.
- <sup>45</sup> Idem, p. 109
- <sup>46</sup> Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, op. cit., p. 57.
- <sup>47</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, op. cit., p. 320.
- <sup>48</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., p. 121.
- <sup>49</sup> Depoimento de Rondon Pacheco ao autor. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010.
- <sup>50</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., p. 144.
- <sup>51</sup> Revista *Fatos e Fotos Gente* nº 785. Brasília, 5 de setembro de 1976, p. 62.
- <sup>52</sup> Entrevista de Manuelzão ao autor, Andrequicé, Minas Gerais, 1991.

- <sup>53</sup> Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, op. cit., p. 222.
- <sup>54</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., pp. 238-239.
- <sup>55</sup> Depoimento de Paulo Pinheiro Chagas ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 30 de março de 1977.
- <sup>56</sup> Revista *Fatos e Fotos Gente* nº 785. Brasília, 5 de setembro de 1976, p. 62.
- <sup>57</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., pp. 211 e 219.
- <sup>58</sup> Francisco Iglésias, *Trajetória política do Brasil*, 1995, op. cit., p. 269.
- <sup>59</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., pp. 218-219.
- <sup>60</sup> Idem, p. 223.
- <sup>61</sup> Memórias de Affonso Heliodoro dos Santos.

- <sup>62</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, pp. 226-228.
- <sup>63</sup> Revista *Status*, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 17.
- <sup>64</sup> Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, op. cit., pp. 41-45.
- <sup>65</sup> Boris Fausto, *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, op. cit., p. 189.
- <sup>66</sup> Mauro Santayana (org.), *A política como razão: as ideias e o tempo de Tancredo Neves*, op. cit., p. 1.
- <sup>67</sup> Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*, op. cit., pp. 277-278.
- <sup>68</sup> Marly Silva da Motta, *Teotônio Vilela*, op. cit., p. 28.
- <sup>69</sup> Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, op. cit., pp. 45 e 58.
- <sup>70</sup> Depoimento de Rondon Pacheco ao autor. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010.

- <sup>71</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., p. 318.
- <sup>72</sup> Idem, p. 365.
- <sup>73</sup> *Quatro anos no governo de Minas Gerais (1951-1955)*, op. cit., pp. 383-388.
- <sup>74</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., p. 364.
- <sup>75</sup> Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 10 de setembro de 2009.
- <sup>76</sup> Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 23 de outubro de 2010.
- <sup>77</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., pp. 462-463.
- <sup>78</sup> Depoimento de Paulo Pinheiro Chagas ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 30 de março de 1977.
- <sup>79</sup> Ernesto Geisel, *Ernesto Geisel* [depoimento ao CPDOC], op. cit., p. 121.

<sup>80</sup> Carlos Lacerda, *Minhas cartas e as dos outros*, op. cit., p. 153.

<sup>81</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., p. 455.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Depoimento de Roberto de Oliveira Campos ao autor. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1999.

<sup>84</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Por que construí Brasília*, op. cit., p. 300.

<sup>85</sup> Revista *IstoÉ*, edição nº 1.577, especial 12, dezembro de 1999, p. 11.

<sup>86</sup> Boris Fausto, *História concisa do Brasil*, op. cit., p. 236.

<sup>87</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Cinquenta anos em cinco*, op. cit., pp. 315-316.

<sup>88</sup> Idem, pp. 332-333.

<sup>89</sup> Ibid., p. 335.

<sup>90</sup> Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, op. cit., p. 47.

<sup>91</sup> Francisco de Assis Barbosa, *Os anos de Juscelino*, op. cit., p. 211.

<sup>92</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Cinquenta anos em cinco*, op. cit., p. 452.

<sup>93</sup> Idem, p. 453.

<sup>94</sup> Ibid., p. 284.

<sup>95</sup> Carlos Heitor Cony, *JK e a ditadura*, op. cit., p. 17.

<sup>96</sup> Idem, pp. 19 e 20.

<sup>97</sup> Ibid., pp. 410-411.

<sup>98</sup> Quando governador de Minas, Tancredo fez essa afirmação ao autor deste livro, então seu secretário de Planejamento, que a anotou.

<sup>99</sup> Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 24 de março de 2010.

<sup>100</sup> Idem, pp. 424-425.

<sup>101</sup> Ibid., p. 453.

<sup>102</sup> Roberto de Oliveira Campos, *A lanterna na popa: memórias*, op. cit., p. 387.

<sup>103</sup> Geraldo Mayrink, *Juscelino*, op. cit., p. 71.

<sup>104</sup> Francisco Iglésias, *Trajetória política do Brasil*, 1993, op. cit., pp. 269 e 273-274.

<sup>105</sup> Revista *Status*, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 12.

<sup>106</sup> Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 22 de maio de 2013.

<sup>107</sup> Depoimento de César Prates ao autor. Brasília, janeiro de 2001.

<sup>108</sup> Revista *Status*, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 12.

<sup>109</sup> Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 27 de outubro de 2010.

<sup>110</sup> Eliézer Penna, Goiânia, 23 de setembro de 2008.

<sup>111</sup> Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 27 de outubro de 2010.

<sup>112</sup> Carlos Lacerda, *Minhas cartas e as dos outros*, op. cit., p. 223.

<sup>113</sup> Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, op. cit., p. 59.

<sup>114</sup> Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 27 de outubro de 2010; Carlos Heitor Cony, JK: *memorial do exílio*, op. cit., pp. 67-68.

<sup>115</sup> Carlos Heitor Cony, JK: *como nasce uma estrela*, op. cit., pp. 129-130.

<sup>116</sup> Carlos Heitor Cony, JK e a *ditadura*, op. cit., p. 107.

<sup>117</sup> Depoimento de Rondon Pacheco ao autor. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2010.

<sup>118</sup> Ernesto Geisel, *Ernesto Geisel* [depoimento ao CPDOC], op. cit., pp. 177-178.

<sup>119</sup> Lira Neto, *Castello: a marcha para a ditadura*, op. cit., p. 286.

<sup>120</sup> *Folha de S.Paulo*, São Paulo, terça-feira, 26 de maio de 1964, p. 5.

<sup>121</sup> *Folha de S.Paulo*, São Paulo, quarta-feira, 27 de maio de 1964, p. 3.

<sup>122</sup> Aspásia Camargo et al., *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*, op. cit., pp. 476-477.

<sup>123</sup> Affonso Heliodoro dos Santos, *JK: exemplo e desafio*, op. cit., e depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor, em Brasília, 8 de setembro de 2010.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Lira Neto, *Castello: a marcha para a ditadura*, op. cit., pp. 285-289.

<sup>126</sup> Roberto de Oliveira Campos, *A lanterna na popa: memórias*, op. cit., pp. 726-727.

<sup>127</sup> Depoimento de Carlos Murilo Felício dos Santos ao autor. Brasília, 2 de novembro de 2010.

<sup>128</sup> Maria Estela Kubitschek Lopes, *Simples e princesa*, op. cit., p. 135.

<sup>129</sup> Affonso Heliodoro dos Santos, *JK: exemplo e desafio*, op. cit., pp. 189-191.

<sup>130</sup> Ernesto Geisel, *Ernesto Geisel* [depoimento ao CPDOC], op. cit., pp. 177-178.

<sup>131</sup> Aspásia Camargo et al., *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*, op. cit., p. 480.

<sup>132</sup> Maria Estela Kubitschek Lopes, *Simples e princesa*, op. cit., p. 135.

<sup>133</sup> Carlos Heitor Cony, *JK e a ditadura*, op. cit., p. 122.

<sup>134</sup> Revista *Veja*, edição nº 1495, 14 de maio de 1997. *Veja* contou as citações nas 450 páginas do diário de JK.

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> *Diário do Grande ABC*, 8 de janeiro de 2006, entrevista de Maria Adelaide Amaral, autora da minissérie *JK*, exibida pela TV Globo em 2006.

<sup>137</sup> Josué Montello, *O Juscelino de minhas recordações*, op. cit., pp. 240-241.

<sup>138</sup> Carlos Heitor Cony, *JK: memorial do exílio*, op. cit., p. 104.

<sup>139</sup> Idem, p. 98.

<sup>140</sup> Trecho de texto para livro inédito do jornalista mineiro A. Ponce de León sobre JK.

<sup>141</sup> Aspásia Camargo et al., *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*, op. cit., p. 480.

<sup>142</sup> Carlos Heitor Cony, JK: *memorial do exílio*, op. cit., pp. 106 e 141.

<sup>143</sup> Affonso Heliodoro dos Santos, JK: *exemplo e desafio*, op. cit., p. 200.

<sup>144</sup> Depoimento de Maria Alice Gomes Berengas ao autor. Lisboa, 2 de março de 2011.

<sup>145</sup> Entrevista ao *Jornal do Commercio*. Recife, 11 de março de 2001.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Documentário franco-brasileiro *JK no exílio*, op. cit.

<sup>148</sup> Serafim Jardim e Bruna Teixeira, *Onde está a verdade?* Depoimento aos jornalistas mineiros Luiz Carlos Bernardes e Orlando Marques Pinto Leite.

<sup>149</sup> Affonso Heliodoro dos Santos, JK: *exemplo e desafio*, op. cit., p. 217.

<sup>150</sup> Carlos Heitor Cony, JK: *memorial do exílio*, op. cit., pp. 120-121.

<sup>151</sup> Carlos Lacerda, *Minhas cartas e as dos outros*, op. cit., pp. 250-253.

<sup>152</sup> Idem.

<sup>153</sup> Carlos Heitor Cony, JK: *memorial do exílio*, op. cit., p. 128.

<sup>154</sup> Ernesto Geisel, *Ernesto Geisel* [depoimento ao CPDOC], op. cit., pp. 177-178.

<sup>155</sup> Luiz Fernando Mercadante, *20 perfis e uma entrevista*, op. cit., pp. 128-129.

<sup>156</sup> Mourão Filho, Olympio, *Memórias: a verdade de um revolucionário*. L & PM Editores Ltda., Porto Alegre, 6<sup>a</sup> edição, 1978.

<sup>157</sup> Carlos Heitor Cony, JK: *memorial do exílio*, op. cit., pp. 132-135.

<sup>158</sup> John W. F. Dulles, *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*, op. cit., p. 577.

<sup>159</sup> Carlos Heitor Cony, JK: *memorial do exílio*, op. cit., p. 142.

<sup>160</sup> Revista *Status*, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 12.

<sup>161</sup> Idem, p. 11.

<sup>162</sup> Depoimento do médico José Bolivar Brant Drummond ao autor. Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2001.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Carlos Heitor Cony, JK: *memorial do exílio*, op. cit., p. 141.

<sup>165</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A experiência da humildade*, op. cit., p. 9.

<sup>166</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, *A escalada política*, op. cit., orelha.

<sup>167</sup> Revista *Veja*, edição extra. São Paulo, 25 de agosto de 1976, p. 23.

<sup>168</sup> Revista *IstoÉ* nº 720. São Paulo, 18 de setembro de 2002.

<sup>169</sup> Trecho parcialmente baseado em Carlos Heitor Cony, JK: *memorial do exílio*, op. cit., p. xv.

<sup>170</sup> Carlos Heitor Cony, JK: *como nasce uma estrela*, op. cit., p. 143.

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil: as histórias por trás da História recente do país*. op. cit., p. 60.

<sup>173</sup> Idem, pp. 145-146.

<sup>174</sup> Evandro Lins e Silva, discurso de posse na Academia Brasileira de Letras.

<sup>175</sup> Carlos Murilo Felício dos Santos, *Momentos decisivos: JK contra o golpe no Brasil*, op. cit., p. 297.

<sup>176</sup> Depoimento de César Prates ao autor. Brasília, 30 de janeiro de 2001.

<sup>177</sup> Revista *Status*, São Paulo, 27 de maio de 1976, p. 12.

<sup>178</sup> Depoimento de Carlos Murilo Felício dos Santos ao autor. Brasília, 13 de janeiro de 2000.

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> Depoimento de Ildeu de Oliveira ao autor. Brasília, 19 de janeiro de 2001.

<sup>181</sup> Depoimento de Olavo Drummond ao autor. São Paulo, 21 de janeiro de 2000.

<sup>182</sup> Gaspari, Elio, *A ditadura encravada*, op. cit., pp. 303-311.

<sup>183</sup> Depoimento de Josias Nunes de Oliveira ao jornalista Daniel Camargos. *Correio Braziliense*, Brasília, 3 de junho de 2012, p. 6.

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> Ibid.

<sup>186</sup> *Correio Braziliense*, Brasília, 3 de junho de 2012, p. 9.

<sup>187</sup> Carlos Heitor Cony, entrevista à TV Record, exibida em 21 de janeiro de 2001.

<sup>188</sup> Carlos Heitor Cony, “Exílio e morte.” São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 20 de abril de 2012. Ver também, ainda de Cony, *JK e a ditadura*, op. cit., p. 231.

<sup>189</sup> Trecho de entrevista à revista *IstoÉ*, edição nº 2233, de 24 de agosto de 2012.

<sup>190</sup> Relatório final da Comissão Externa da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Geneton Moraes Neto, *Dossiê Brasil: as histórias por trás da História recente do país*, op. cit.

<sup>193</sup> Revista *IstoÉ*, edição nº 2233. São Paulo, 24 de agosto de 2012.

<sup>194</sup> Carlos Murilo Felício dos Santos, *Momentos decisivos: JK contra o golpismo no Brasil*, op. cit., pp. 301-302 e 314-315.

<sup>195</sup> Entrevista ao *Jornal do Commercio*. Recife, 11 de março de 2001, op. cit.

<sup>196</sup> Depoimento de Carlos Murilo Felício dos Santos ao autor. Brasília, 22 de maio de 2013.

<sup>197</sup> Depoimento de Affonso Heliodoro dos Santos ao autor. Brasília, 22 de maio de 2013.

<sup>198</sup>

Entrevista ao *Jornal do Brasil*, agosto de 1986.

i Curiosidade: JK precisava do duro e enérgico engenheiro Israel Pinheiro no comando da construção de Brasília. O problema é que ele e a família estavam muito bem e felizes no Rio. Era constrangedor tirá-lo de lá para morar no mato, mergulhar numa atrevida e penosa aventura. JK esteve com ele duas vezes e não conseguiu fazer o convite. O PSD mineiro resolveu ajudar. Preparou um voo só dos dois, de Belo Horizonte ao Rio, num pequeno avião. Decolaram da Pampulha, passaram Santos Dumont, Barbacena, Juiz de Fora, e nada. JK falava sobre política, governo, Minas, Diamantina, família, o tempo e o vento, mas não entrava no assunto. Quase pousando, o resumido Israel dispara: “Não precisa me convidar, Juscelino. Eu aceito.”

ii Magalhães Pinto e JK tinham bom relacionamento. A bela amizade com Adolpho Bloch, sem arranhões nem senões, sólida e fiel até o fim, foi consolidada depois da passagem de JK pelo poder. Uma raridade.

iii Texto baseado em “Brasília não vê JK chorar”, do jornalista Carlos Chagas, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 18 de janeiro de 1972, que reporta entrevista exclusiva de Juscelino em 17 de janeiro de 1972, por telefone. Chagas estava em Brasília e Juscelino na sede carioca do Banco Denasa. Ele carregava recorte da matéria em sua carteira de bolso.

iv Peritos que atuaram no dia da tragédia: Haroldo Ferraz e Nelson Ribeiro de Moura. No dia seguinte, uma surpresa: Ferraz foi substituído por Sérgio de Souza Leite.

v Entrevista de Carlos Heitor Cony ao jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2012. Ver também, do próprio Cony: *JK e a ditadura*, op. cit., p. 231.

Em 22 de agosto de 1976, o general Golbery do Couto e Silva era ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, ministro-chefe do Gabinete Militar. O general Ernesto Geisel era presidente da República. Miro Teixeira: deputado federal pelo Rio de Janeiro. Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, eLivros na Argélia depois do golpe de 1964, integrou uma rede internacional de informações confidenciais com o objetivo de garantir a vida de outros perseguidos políticos.



1

Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961).



2

João César de Oliveira, pai de JK, morreu de tuberculose aos 33 anos.



3

Juscelino e a irmã, Maria da Conceição, a Naná, amiga e confidente.



Juscelino, o Nonô (esq.), e seu futuro ministro da Fazenda, José Maria Alkmim, o Zé da Véia.



Presidente JK em visita à casa de porta e três janelas de sua infância, na rua São Francisco, Diamantina.



6

Belo Horizonte, dezembro de 1927: doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, formatura em medicina.



Belo Horizonte, dezembro de 1927: JK, o segundo, de pé, da direita para a esquerda, e demais formandos da Faculdade de Medicina.



Paris, 1930: JK, o segundo da última fila, da esquerda para a direita, e demais alunos do célebre urologista francês Maurice Chevassu.



Juscelino, primeiro à esquerda, capitão-médico na Revolução de 1932: "Via com angústia o sofrimento do povo que havia lutado sozinho por uma Constituição".



Passa Quatro-MG, Revolução de 1932: doutor Juscelino e sua equipe. “Muitos [combatentes] deixavam-se levar, inertes, os braços caídos e a fisionomia contraída pela dor. Alguns já se encontravam em agonia”.



11

Deputado federal Juscelino Kubitschek: mandato abortado em novembro de 1937 pelo Estado Novo varguista.



Belo Horizonte, 1943: Juscelino (de chapéu preto), o prefeito furacão, inspeciona obras da Pampulha. À direita dele, de gravata escura, o arquiteto Oscar Niemeyer.



Rio de Janeiro, 1946: o deputado federal constituinte Juscelino Kubitschek discursa em reunião do PSD.



14

Os velhos amigos Zé da Véia (José Maria Alkmim, ministro da Fazenda) e Nonô (presidente JK) no auge do poder.



15

Belo Horizonte, 12 de agosto de 1954. O governador Juscelino Kubitschek abraça Getúlio Vargas, presidente da República, que se mata doze dias depois, com tiro no peito.



16

Belo Horizonte, 1951: o governador Juscelino carregado por admiradores.



17

Jataí, Goiás, 4 de abril de 1955. Discursando da carroceria de velho caminhão, o candidato a presidente Juscelino anuncia compromisso de mudar a capital para o Planalto Central, caso se eleja.



JK e Sarah. “Ninguém imagina a fortaleza que ela é. Uma rocha.”



19

JK e as filhas Maria Estela e Márcia (de branco). Considerava Brasília sua terceira filha.



20

Rio de Janeiro, Palácio do Catete, 1º de fevereiro de 1956, primeira reunião ministerial: liberdade de imprensa, fim do estado de sítio, Conselho de Desenvolvimento e Programa de Metas.



Em 2 de outubro de 1956, o presidente JK visita o local da construção de Brasília: pés no chão, sonho na cabeça.



22

Fazenda do Gama, perto da futura capital, 2 de outubro de 1956. Olhando leitões e galinhas, JK, de terno e gravata, toma café de coador em canequinha esmaltada. A seu lado, o lendário engenheiro Bernardo Sayão, herói do Brasil profundo.



23

Primeira missa em Brasília, 3 de maio de 1957: toldo improvisado caiu logo depois.



24

Darcy Ribeiro, ateu: “Deus estava de muito bom humor quando reuniu JK, Israel Pinheiro, Niemeyer e Lúcio Costa para fazer Brasília”.



25

Brasília, abril de 1959, Fidel Castro a JK: “É uma felicidade ser jovem neste país.”



26

Praça dos Três Poderes, inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960: alegria dos candangos.



27

21 de abril de 1960, inauguração de Brasília: JK chora durante a missa.



Junho de 1961: JK é eleito senador por Goiás.



Brasília, Congresso Nacional, 3 de junho de 1964: contundente desabafo de JK contra a tirania, antecipando-se ao anúncio da cassação de seus direitos políticos e mandato de senador pela ditadura militar.



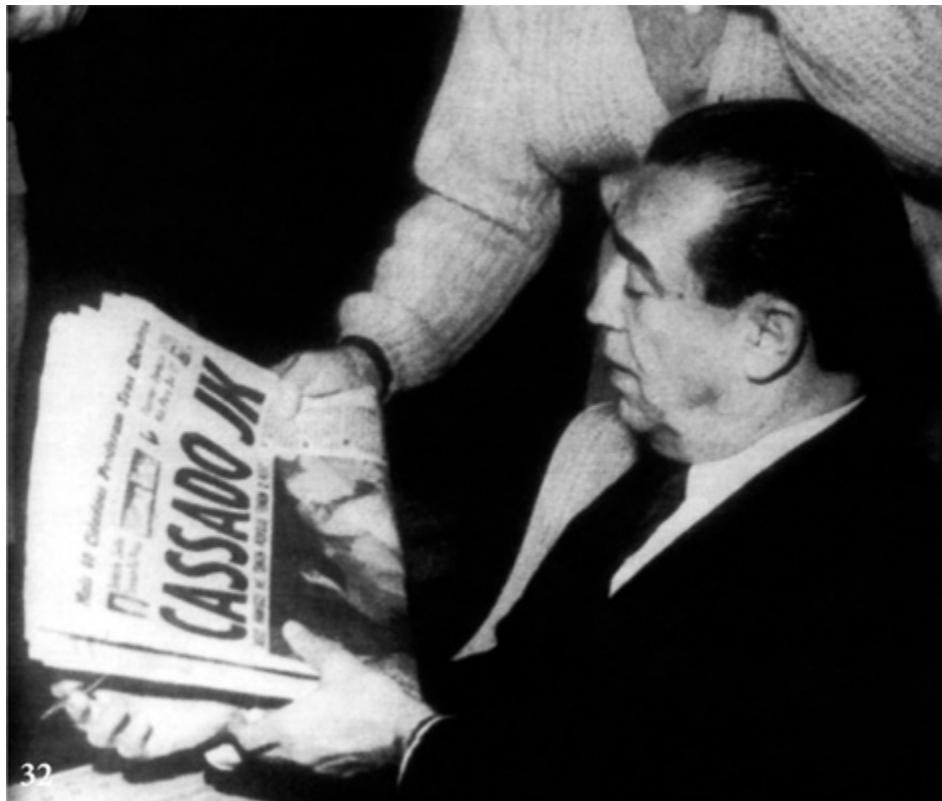
30

Brasília, Congresso Nacional, 13 de julho de 1961: presença do senador Juscelino Kubitschek de Oliveira.



31

JK-65: sonho da reeleição ganhou as ruas cedo demais.



32

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1964: confirmada a cassação.



33

Paris, JK no exílio: destreinado, luta para dirigir surrado Simca, de para-lama amassado.



34

Lisboa, outubro de 1966: JK cumprimenta seu maior e mais perigoso adversário político, Carlos Lacerda. Tudo pelo sonho da redemocratização do Brasil.



35

Rio de Janeiro, outubro de 1965: JK deixa interrogatório policial ao lado do amigo Tancredo Neves, então deputado federal.



36

Sempre que podia, livrava-se dos sapatos: dor no dedo mindinho do pé direito.



37

JK e dona Júlia Kubitschek: "Tudo o que sou como cidadão, como brasileiro e como homem público à minha mãe devo."



Urbaníssimo, tentou virar fazendeiro em Goiás.



Diamantina, 1972, JK entre estrelas do Clube da Esquina: Milton Nascimento (tocando violão), Fernando Brant e Lô Borges. Atrás, vasta cabeleira, Márcio Borges.



Motorista Geraldo Ribeiro, amigo de JK até a morte, e coronel Affonso Heliodoro, amigo de vida inteira e guardião fiel de sua memória.



O que restou do carro em que JK viajava de São Paulo ao Rio. Acidente de estrada ou crime premeditado?



Brasília, 23 de agosto de 1976, sepultamento do fundador: a cidade para, chora e canta de dor e amor por JK.

Av. Presidente Vargas,  
CIDADE DE TAPERAU

ESTADO DO RIO DE JANEIRO — COMARCA E MUNICÍPIO DE RESENDE  
 2º DISTRITO — VILA DE AGULHAS NEGRAS  
 Av. Nilo Peçanha, 71 — Telefone 1913

**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**  
**MARIA DA CONCEIÇÃO PRIMO BRAGA**  
Oficial do Registro Civil e Tabelado de Notas

**ÓBITO N.º 077-**

CERTIFICO, que no dia 175<sup>o</sup> do Livro N.º 12-C, n.º de Registro de Óbitos, foi feito hoje o assento de **JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA**, falecido no dia 22 de agosto de 1976, às 20:50 horas, em Rodovia Presidente Dutra - Km. 165, de cor branca, sexo masculino, profissão médico, natural de Diamantina-Est. Minas Gerais, domiciliado av. Atlântica nº 2038/701-RJ-RJ, e residente no domicílio com setenta e cinco anos de idade, estado civil casado, filho de JOÃO CESAR DE OLIVEIRA, natural do Est. de Minas Gerais, profissão falecido, e de JULIA KUBITSCHKE, natural de Est. de Minas Gerais, profissão falecida, e residência em . Foi declarante o sr. José Arisatéia de Souza, escudo o atestado de óbito firmado pelo médico legista (assinatura ilegível) que deu como causa-morte Esmagamento da cabeça - ACIDENTE. O sepultamento foi feito no Cemitério do Brasília - DF.

Observações: O obituado deixou viúva D. SARAH KUBITSCHKE, 2 filhas maiores e bens a inventariar.

O referido é verdade e dou fé.  
 Agulhas Negras, 23 de AGOSTO de 1976.

*deusmelelo*  
o Oficial

1ª Via — Isenta de Taxas  
 (art. 31 da Lei 4.087 de 8-11-59)

43

Morte atribuída a esmagamento da cabeça em acidente.

**SAULO RAMOS** (1930-2013), jurista, homem público, escritor, autor do *best-seller Código da vida*.